



PAULICÃO



Uma História da Repressão
aos Bailes Funk de Rua
na Capital Paulista



Ficha Técnica

Pesquisa e elaboração

Desirée de Lemos Azevedo

Raquel de Oliveira Silva

Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido

Voluntários

Amanda Klajner

Ana Carolina Ferreira Lima

Arthur Telles Borghi Moreira

Bárbara Nicole Lima Orihuela

Beatriz Antunes Fonseca

Beatriz Burlamaqui Marconi Engler Pinto Viegas

Julia Cerqueira Gumieri

Julia Rosa dos Santos

Juliana de Magalhães Carrapeiro

Luis Gabriel Vieira

Matheus Augusto Franco de Moraes Alvarenga

Paula Marujo Ibrahim

Diagramação

Anna Clara Pereira Soares

Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido

Gráficos e capa

Ariel Moreira Silva

Projeto



Realização



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO



Visite o
nosso site

E se você
presenciou violência
policial em baile funk,
denuncie!



São Paulo, dezembro de 2024

Sumário

Resumo	04
Introdução	04
Sobre o método	09
Aviso importante: O funk já foi muito pesquisado!.....	09
Então, por que este estudo?.....	10
Qual é a fonte da pesquisa?.....	10
Como a pesquisa foi feita?.....	12
Termos de busca.....	12
Amostra Final.....	12
E por que este período?.....	12
Base de dados: organizando a amostra	12
Glossário.....	14
1. Analisando números	16
Três Descobertas Interessantes sobre a Amostra.....	16
1. Baile Funk não é notícia.....	16
2. Certas abordagens são predominantes.....	17
3. Antigamente não tinha esse negócio de Baile Funk.... ..	19
... ou eles só não eram vistos ainda como um problema público?.....	20
As Abordagens Através do Tempo.....	22
2. Linha do Tempo	30
3. Uma História da Repressão aos Bailes Funk de Rua na Capital Paulista	33
“A invasão carioca”: o funk cai nas graças da classe média paulistana (2001 – 2006).....	37
“Avisa que é o funk!”: o fluxo periférico incomoda muita gente (2007 – 2011)	47
“O pancadão é um cancro que destrói a sociedade”: a solução proibicionista (2012...).....	54
Até Quando?	113
Referências Bibliográficas	122
Hemeroteca	125

Resumo

Na data de lançamento deste relatório, completam-se 5 anos que a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) matou os jovens Gustavo, Denys Henrique, Marcos Paulo, Dennys Guilherme, Luara Victória, Bruno Gabriel, Gabriel Rogério, Eduardo e Mateus, no Baile da Dz7, em Paraisópolis.

Este trabalho integra o projeto [Os 9 que Perdemos](#), fruto da parceria entre o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp), o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NECDH) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o Movimento de Familiares das Vítimas do Massacre em Paraisópolis.

Por meio desta análise, mais uma vez, serão antecipados resultados parciais da pesquisa referente à segunda etapa do projeto, dedicada à contextualização socioantropológica do Massacre.

A partir da construção de uma base de dados que reúne duas décadas de notícias de jornal, será recontada a história do surgimento das Operações Pancadão (atual Operação Paz e Proteção) como política pública para a questão dos bailes de funk de rua em São Paulo.¹

Introdução

Talvez soe estranho para as gerações mais jovens, mas, há pouco mais de 20 anos, o funk era considerado um fenômeno carioca aqui em São Paulo. Para os mais antigos ou desatualizados, que eventualmente estranharam a primeira afirmação, precisamos dizer: hoje, o funk é um dos mais importantes estilos da música feita e ouvida em São Paulo.

Fortemente presente em ambos os estados e em suas capitais, assim como no restante do país, o funk é uma expressão cultural negra e periférica e “um dos maiores fenômenos de massa do Brasil”.² O funk também é um ritmo muito conectado à juventude. Aos finais de semana, nas ruas e vielas das periferias da capital paulista, milhares de jovens e adolescentes se reúnem nos inúmeros fluxos e bailes de rua, que são parte importante da vida noturna da cidade e da própria identidade da juventude paulistana. Dos bailes para os

1 - Este é o segundo relatório parcial referente à segunda etapa da pesquisa. Para saber mais sobre o projeto e acessar produções anteriores, ver também: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/paraisopolis>.

2 - Facina, 2009: 1.

estúdios e grandes produtoras do ramo, destas produtoras para os palcos dos grandes festivais, inúmeros DJs e MCs paulistas já foram e ainda serão projetados nos cenários nacional e internacional da música.³

Mas, ao mesmo tempo em que movimentam circuitos culturais e econômicos potentes, os bailes funk de rua são objeto de controvérsias sobre os usos do espaço público e da cidade. Cercados por estigmas, eles se tornaram alvo privilegiado das atividades policiais. Daí que o chamado “combate aos pancadões” renda hoje investimentos, votos e engajamentos que também potencializam as carreiras daqueles que se opõem aos bailes.

Em 2019, o [Massacre de Paraisópolis](#) se tornou o episódio mais visível e mais brutal de um modo proibicionista e punitivista de lidar com o fenômeno, que vem se desenvolvendo ao longo dos últimos vinte anos. Entender o processo de construção desse modo de lidar, ou seja dessa política, é o principal objetivo deste relatório.

Os três trechos a seguir documentam diferentes momentos dessa história, que será apresentada por este relatório na forma de uma cronologia. No decorrer dela, será possível observar as transformações na relação do poder público com o fenômeno social dos bailes funk de rua em São Paulo.

2010

O funk em São Paulo tem, no mínimo, mais 15 anos de vida. Eu vejo isso por causa da faixa etária aqui, dessa garotada aí ó. São vocês que vão reverberar, vão levar essa onda mais pra frente. Eu queria agradecer o Bio[G3] e a todos vocês e dizer o seguinte: Cidade Tiradentes tem o primeiro festival de funk do Estado de São Paulo. Vocês já estão no terceiro festival. O Renato Barreiros, nosso subprefeito aqui, que teve essa ideia, tem incentivado, e a Secretaria de Cultura do Estado vai prestigiar o festival e incorporar ele nas atividades da secretaria nos próximos anos. Parabéns pra vocês! Parabéns Cidade Tiradentes! Parabéns BioG3 e a todos os grupos que estão participando aqui deste festival. Abraço a todos e boa festa pra todo mundo.⁴

2018

Olá Cidade Tiradentes, boa noite. Boa noite você que nos acompanha nesse exato momento. São 21 horas e 16 minutos, domingo, 18 de fevereiro de 2018. Estamos mais uma noite aqui com a Operação Sono Tranquilo, operação sucesso, operação aí que visa manter uma ação preventiva para manter a ordem e o sossego em Cidade Tiradentes. Obrigado a você que nos acompanha. Obrigado a você morador que confia no nosso trabalho, você morador que apoia essa ação efetivamente através das

3 - Na programação do Rock in Rio 2024, repleta de representantes do Rap, do Trap e do Funk, o Palco Favela recebeu o show “[Pra sempre Funk](#)”, apenas com funkeiros paulistas. Dentre as grandes produtoras do cenário atual, as paulistas se destacam, movimentando milhões de reais por ano e bilhões de visualizações nas redes sociais e streamings de música. Ver, por exemplo, Da Rocha, Lúcio Guilherme. [O Xadrez do Funk em SP](#). Splash Uol, 29 de outubro de 2020.

4 - Trecho extraído do documentário [“Funk na CT, invasão do Baile Funk em São Paulo”](#)

suas informações, sua denúncia (...). Agradeço a você que tem colaborado aí para que possamos fazer um grande trabalho, uma grande ação. (...) Então gente, eu estou na rua, trabalhando, atuando há um ano para fazer a Cidade Tiradentes o melhor bairro, o bairro mais seguro da cidade de São Paulo. Então, eu não estou viajando de avião ou fazendo festas em aeroporto, me colocando como mito para passar uma imagem que a segurança pública é feita atrás de uma mesa no gabinete ao ar-condicionado. Tem que estar na rua. (...) Aqui em Cidade Tiradentes estamos nessa ação, estamos fazendo, realizando, trabalhando. Prefeitura Regional de Cidade Tiradentes juntamente com o Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a GCM (...), e a Secretaria de Transportes, através da CET.⁵

2024

Hoje eu tô no meio de Paraisópolis, lacrando um baile funk, lacrando a adega que sustenta o Baile da Dz7. É muito fácil fazer política dentro do gabinete, lacrar um esquerdista burro no meio de uma avenida, a gente sabe que eles são demagogos, a questão é que política de verdade é botar a mão na massa e levar paz pra comunidade.⁶

Registrado em 2010, o primeiro trecho é parte de um documentário sobre o funk na Cidade Tiradentes, bairro considerado o berço do movimento na capital paulista. Filmada durante o 3º Festival de Funk Canta Tiradentes, a cena registra o momento em que o então secretário estadual de cultura sobe em um palco montado na praça para falar a uma plateia estimada em 10 mil pessoas, majoritariamente adolescentes e jovens. Em sua fala, o político destaca a importância da iniciativa organizada pela subprefeitura local, apresentando planos de sua incorporação às atividades da secretaria em âmbito estadual. Com premiações que incluíam a gravação de um CD, o objetivo do festival era “incentivar os funkeiros a compor letras voltadas para os temas sociais, em contraposição aos “proibições”⁷. O festival e os bailes promovidos pela subprefeitura local ficaram conhecidos, por isso, como “permitidos”.

O segundo trecho é de oito anos depois. Foi extraído de uma transmissão ao vivo feita no perfil pessoal do então subprefeito da Cidade Tiradentes em uma rede social. Sem cortes e filmado na rua, o vídeo tem como plano de fundo as luzes dos giroflex dos carros das forças de segurança que, articuladas por iniciativa da subprefeitura, faziam uma operação para impedir a realização de um baile funk. Entre cumprimentos de transeuntes e motoristas, o político exalta a iniciativa, a qual atribuiu a erradicação dos 40 “pancadões” que existiam no bairro. Em tom personalista, ele se apresenta como o articulador da operação e a defende como exemplo a ser seguido por outras subprefeituras, assim como pelos governos municipal e estadual para lidar com a questão dos bailes. Também aproveita a oportunidade para alfinetar outro político, posicionando-se, assim, em relação a polêmicas de seu partido

5- Trecho extraído da postagem [“Operação Sono Tranquilo nesta noite de domingo em Cidade Tiradentes”](#)

6 - Trecho extraído do vídeo [“Acabando com o pior baile funk de SP: Baile da 17, em Paraisópolis. Quem disse que eu não iria?”](#)

7 - [Assessoria de Comunicação Subprefeitura Cidade Tiradentes. MCs Dede, Bomba e Miudico vencem o 3º Festival de Funk em Cidade Tiradentes, 22 de junho de 2010.](#)

frente às eleições para governador e presidente daquele ano de 2018.

O último trecho é proveniente de uma produção audiovisual de 2024. Não se trata, porém, de um documentário, mas de um “conteúdo” para as redes sociais de um vereador da capital paulista. Bem produzido, com tomadas dirigidas, cortes e inserções de memes que apelam ao senso humorístico do seu público, o material constrói uma narrativa que atribui ao vereador protagonismo em uma operação da Secretaria de Segurança Pública junto a alguns bares e adegas de Paraisópolis. Se apresentando como um político que “põe a mão na massa” contra os bailes funk, o vereador mostra desenvoltura ao entrar nos estabelecimentos. Sempre com comentários jocosos, ele caminha entre policiais e fiscais que conferem documentação e apreendem coisas como aparelhagens de som e bebidas. Em alguns momentos, o vereador chega a verbalizar, para as câmeras, ordens de apreensão. A palavra “lacrar”, repetida inúmeras vezes ao longo do vídeo, foi usada também para se referir ao Baile da Dz7, pois o vereador afirma ter ido à rua para “lacrá-lo”, não apenas no sentido figurado, mas também literalmente.

O que separa a atuação do poder público, dos políticos e da política institucional, em relação aos bailes de rua nesses três momentos? Que semelhanças e traços de continuidade podem ser identificados entre eles?

No primeiro momento, estamos diante de uma experiência de regulamentação dos bailes funk de rua por meio da realização de eventos oficiais organizados pela subprefeitura da Cidade Tiradentes. A iniciativa foi reconhecida pela pasta de cultura do executivo estadual, que aproveitou a oportunidade do festival para se fazer presente no tema. Porém, a anunciada disposição de ampliação das medidas de regulamentação dos bailes não chegou a ser concretizada como uma política pública mais ampla e duradoura. Alguns anos depois, foi levada adiante por outra gestão da Prefeitura, mas as ações também não perduraram.

Passam-se oito anos e temos um segundo momento em que a mesma subprefeitura aparece como formuladora de uma medida de caráter diverso, agora proibicionista. Impedir a formação dos bailes é uma alternativa que, como veremos no decorrer deste relatório, foi surgindo do protagonismo de atores vinculados ao campo da segurança pública, em especial à polícia militar, a partir da articulação entre diferentes instituições e da construção de respaldos legais. Apesar disso, vemos um gestor em específico lutar pela paternidade da iniciativa nas redes sociais, enquanto disserta sobre uma área de atuação (a segurança pública) que sequer está sob sua alçada, além de aproveitar a visibilidade para polemizar com políticos que estão em esferas mais altas de atuação.

Mais seis anos passados e há o terceiro momento. Nesse período, houve uma crescente importância do uso das redes sociais na política eleitoral, bem como transformações técnicas e tecnológicas de sua linguagem. Vemos, então, um vereador reproduzir a retórica do subprefeito, mas com maior capacidade de engajamento, produzindo uma série de audiovisuais nos quais performatiza protagonismo em operações policiais, apoiadas por equipes de apreensão do executivo municipal. Trata-se agora de uma medida de foco

punitivo, dirigindo-se contra estabelecimentos comerciais acusados de serem organizadores de bailes. A participação do vereador e de outros atores municipais nessas operações, dentre os quais o subprefeito da Lapa, é obscura e está sendo investigada pela Controladoria Geral do Município.⁸ Além disso, o Baile da Dz7, mencionado neste vídeo, que foi publicado no mês de agosto, não estava sendo realizado desde de abril do mesmo ano em razão de sucessivas operações policiais que vinham sendo realizadas no território.⁹ Já as adegas e bares visitados - conforme pode ser averiguado no próprio vídeo por qualquer um que conheça o território - ficam a quarteirões de distância do local onde se concentra o famoso baile. Apesar de toda a distorção da realidade, ou talvez exatamente por causa dela, o vídeo tem milhares de visualizações.

Observando em perspectiva todos estes momentos, é possível ter uma certeza: o funk dá visibilidade até mesmo para quem fala mal dele.¹⁰ E quando se trata de política institucional, pode-se dizer que ele dá uma visibilidade muito especial pra quem fala mal, já que não é possível encontrar, no decorrer da história da relação entre os bailes funk e o poder público, nenhum personagem que tenha se dedicado com tanto afinco a pensar formas de tornar os bailes possíveis em uma dinâmica menos incômoda aos munícipes quanto os personagens que se dedicaram a combatê-los.

Fato surpreendente, se considerarmos que tentar negociar uma situação mais adequada para a realização dos bailes é uma política muito mais realista do que a utopia de tentar proibi-los.

No Estado de São Paulo, especificamente a partir da Baixada Santista, os bailes funk de rua acontecem desde os anos 1990. Na capital, eles são uma realidade desde a primeira década dos anos 2000. Mas em que momento os bailes se tornaram um problema público? De que maneiras eles foram sendo enquadrados como um objeto de intervenção das instituições? Quando se tornaram objeto dos debates eleitorais, das promessas de campanha e percebidos como oportunidades de impulsionar carreiras e conquistar votos?

Nesse relatório tentaremos responder essas perguntas sem o objetivo de “lacrar”. Ou seja, não temos a pretensão de responder às questões completamente ou dar conta de toda a complexidade do problema que envolve os bailes de maneira a encerrar a discussão. Ao contrário, o objetivo é alimentar o debate com informações. Para tanto, recuperamos processualmente os fatos relacionados à construção dos debates públicos sobre os bailes funk de rua em São Paulo, no intuito de mostrar como foi sendo processualmente firmado o ambiente político e social para a criação da chamada Operação Pancadão (atual Operação Paz e Proteção) como a principal, senão a única, resposta do poder público para a questão.

8 - Rodrigues, Rodrigo; Lara, Wallace; Barbosa, Fábio. [Subprefeito da Lapa, em SP, é investigado por apreensões fora da área de atuação; vídeos de ações foram divulgados por vereador](#). G1 SP, 24 de julho de 2024.

9 - Tratam-se de operações Saturação e Pancadão. Ver: Maria, Glória. [Paraisópolis se organiza contra ações da PM que espalham o terror no bairro](#). Ponte Jornalismo, 05 de agosto de 2024; Ribeiro, Aline. [Agressões, tiros e cegueira: segunda maior favela de São Paulo vive escalada de violência policial](#). O Globo. 18 de agosto de 2024.

10 - Souza, 2023.

Sobre o método

Aviso importante: O funk já foi muito pesquisado!

Como um fenômeno social complexo, o funk refere-se a um conjunto amplo de processos, deslocamentos, práticas, experiências, modos de ser e de fazer.

Além de vivenciado, praticado e teorizado pelos próprios funkeiros, desde os anos 1980 o funk também vem sendo estudado nas universidades.

A produção acadêmica, iniciada no Rio de Janeiro como o próprio movimento, vem se expandindo com ele por todo o Brasil. Distribuídas por uma variedade de áreas, as pesquisas vêm desenvolvendo múltiplos olhares sobre o fenômeno, observando questões muito variadas, como: 1) as práticas artísticas/intelectuais/corporais/sonoras e seus produtos (música, letra, dança);¹¹ 2) os modos de produção, de consumo, os mercados de trabalho e as carreiras profissionais;¹² 3) a festa, o entretenimento e o lazer;¹³ 4) as redes sociais, formas de comunicação e de sociabilidade;¹⁴ 5) a cultura material;¹⁵ 6) as práticas culturais, performance, comportamento e linguagem;¹⁶ 7) a estética, a moda e o estilo;¹⁷ 8) a performatividade de gênero e a sexualidade;¹⁸ 9) a violência, a repressão, a regulamentação e a resistência;¹⁹ 10) a história do gênero e do movimento funk;²⁰ 11) intersecções entre as questões da diáspora, raça, território e identidade,²¹ entre outras temáticas que ajudam a vislumbrar a historicidade, a complexidade e a pluralidade de dimensões a partir das quais o funk pode ser compreendido. Vale destacar que boa parte dos trabalhos passeiam por dois ou mais destes olhares, raramente se restringindo a apenas uma das categorias listadas acima.

Todo este relatório está inspirado e informado pela leitura desta importante bibliografia.

11 - Ver, por exemplo, Caceres, Ferrari, Palomini, 2014, Souza, 2023, Del Picchia, 2021; Machado e Faustini, 2020, Russano, 2006.

12 - Ver, por exemplo, Pinheiro-Machado, Scalco, 2021; Pina, 2021; Pereira, 2014; Oliveira, 2016; Menon, 2022, Novaes, 2020.

13 - Ver, por exemplo, Vianna, 1987; Silva 2009; Pinto, 2008; Santiago, 2024.

14 - Ver, por exemplo, D'Allevedo, 2014; Pereira, 2010; Pereira, 2014, Pedro, 2015.

15 - Ver, por exemplo, Oliveira, 2020, Novaes, 2020.

16 - Ver, por exemplo, Novaes, 2021; Moraes, 2015; Mattos, 2006.

17 - Ver, por exemplo, Santiago, 2023; Mizrahi, 2007 e 2019; Guedes, 2022.

18 - Ver, por exemplo, Oliveira, 2020; Meno, 2022; Laignier, 2011; Fonseca, 2023; Moreno, 2011; Cecchetto, 2012; Coutinho, 2021; Bonfim, 2015; Caetano, 2015, Ramos, 2016.

19 - Ver, por exemplo, Pedretti, 2022; Passos, Rosas, 2021; Passos, Facina, 2015; Martins, 2017, Martins, 2006; Filho, 2021; Bragança, 2017; Cardoso, 2017, 2018 e 2019; Coutinho, 2015; Cymrot, 2022; Facina, 2009; Caldeira, 2014; Facina, Palomini, 2017, Ventura, 1994, Pedro, 2017.

20 - Ver, por exemplo, Herschmann, 2005; Essinger, 2005; Beschizza, 2014.

21 - Ver, por exemplo: Lopes, 2011; Nascimento Jr., 2023; Ferreira, 2011; Felix, 2000 e 2020, Facina e Lopes, 2010.

de complementar os dados. Essas fontes somam 22 outros jornais, portais da internet e veículos de comunicação oficiais, como o blog da PMESP ou o Portal da Prefeitura. Porém, eles representam pouco mais de 10% do recorte, que se divide conforme o gráfico abaixo.



FONTE DAS NOTÍCIAS (2001 - 2022)



Essas outras notícias chegaram ao nosso acervo por meio de buscas não sistematizadas, mas que permitiram incluir na cronologia temas ignorados (ou parcamente mencionados) pelo jornal, tais como: a cena funk da Baixada Santista, o início dos bailes de rua em São Paulo, as políticas de regulamentação não proibicionistas e, principalmente, a violência policial contra os bailes. A única exceção em termos de busca foi o tema dos assassinatos dos funkeiros na Baixada Santista, entre 2010 e 2012, para o qual foi realizada uma pesquisa específica pelos nomes dos artistas junto ao jornal A Tribuna de Santos.

Importante mencionar que o objetivo aqui não é discutir a cobertura da Folha em si, pois, embora esse tema se evidencie, apostamos que o panorama observável através do jornal não apresentaria grandes variações se escolhêssemos outro jornal com as mesmas características, perfil social e público alvo.²²

22 - Em seu estudo inaugural sobre a temática dos bailes funk, Vianna (1987) já se referia à relação da grande imprensa com o subúrbio, e seu olhar para este como território exótico, como sendo responsável por modelar uma certa visão do “mundo funk carioca”.

Como a pesquisa foi feita?

A pesquisa no Acervo Folha foi realizada em dois momentos. Em 2021, a etapa preliminar desenvolveu: os recursos de busca (termos de busca e abrangências temporais); os procedimentos de arquivamento e sistematização da base de dados (com dados de individualização e sistema de classificações por palavras-chave); e as hipóteses de trabalho a partir de uma análise da amostra preliminar. Em 2023, foi finalizado o levantamento da amostra total de notícias; feito o arquivamento e sistematização das mesmas com apoio de uma equipe de estudantes voluntários; por fim, foi realizada a revisão e a padronização final desta sistematização.



Termos de busca

As notícias foram encontradas a partir de pesquisas que utilizaram os seguintes termos de busca: “Baile Funk”, “Pancadão”, “Operação Pancadão”, “Operação Delegada”, “blitz + funk”, “rolezinho”, “blitz + pancadão” e “MC + baixada santista”.



Amostra final

Foram reunidas e analisadas **693 notícias** entre os anos de **2001 a 2022**.

E por que este período?

Este recorte temporal se justifica pela intenção de acompanhar, por um período conjuntural, a construção dos debates públicos que criaram o ambiente político e social para o surgimento da chamada Operação Pancadão. Nesse sentido, o recorte inicial buscou um momento anterior à existência da problematização dos bailes de rua e o recorte final buscou incluir o maior período após a ocorrência do Massacre de Paraisópolis, no intuito de observar possíveis impactos do mesmo sobre o debate público.

Base de dados: organizando a amostra

A organização das 693 notícias do nosso recorte foi realizada no sentido de sistematizar o olhar sobre esse corpus analítico que, além de numeroso, tem por característica uma




abrangência temporal de média duração, correspondendo a uma série histórica de 21 anos.

Todas as notícias foram sistematizadas em uma base de dados, onde foram discriminados seus dados de individualização, como título, autor, data e local/território ao qual se refere, e dados de indexação das mesmas em relação ao conjunto, a partir da classificação de sua abordagem temática. A intenção foi classificar as matérias (e depois observar sua distribuição) em termos de tempo, espaço e abordagem.

Por serem dados que resultam de análise, as abordagens foram definidas a partir de um método: a categorização das notícias por palavras-chaves, cujas definições foram padronizadas por meio de um glossário. A finalidade deste glossário não é definir um vocabulário por meio do qual a imprensa escrita se refere aos bailes e ao funk, mas sim definir quais são os temas que vinculam a abordagem de cada matéria em relação ao conjunto analisado para, assim, encontrar indicativos das formas de pensamento que sustentam e transformam, ao longo dos anos, a problematização pública dos bailes funk de rua.

Cada notícia foi classificada através de 3 palavras-chave, movendo-se do enquadramento mais geral ao mais específico, de modo que a categorização pudesse acompanhar tanto a variedade, quanto às especificidades das maneiras pelas quais os fatos são noticiados e os pontos de vista são expressados em cada uma das notícias.

Por exemplo, na matéria intitulada “Morte de 9 jovens em Paraisópolis ocorreu após um mês de ameaças da PM”, da Ponte Jornalismo, a classificação ficou:

-  Palavra-chave 1: “violência policial”
-  Palavra-chave 2: “retaliação”
-  Palavra-chave 3: “ocupação policial, abuso de poder”.

No decorrer do processo de classificação, também foram sendo traçadas as correspondências entre as palavras-chave 1 e os termos atribuídos como palavras-chave 2 e 3 com o principal intuito de manter a padronização. Ou seja, garantir que fossem usados os mesmos critérios de classificação das notícias no decorrer de toda a série histórica e que não houvesse variação de termos para uma mesma abordagem.

No total, foi possível agrupar o conjunto das 693 matérias analisadas em 12 classificadores mais gerais: as palavras-chave 1, que correspondem à abordagem principal da notícia. Elas representam 9 dimensões de recorte temático, além de palavras-chave utilizadas para classificar matérias que não se caracterizam como notícias propriamente ditas, são elas: “Opinião”, “Anúncio” e “Programação”.



Perturbação do Sossego: matérias que abordam o tema da poluição sonora, vinculando-o ou não com o tema da ordem pública.

Ilegalismo: matérias que relacionam funk/bailes/funkeiros a situações concretas que envolvem ilegalismos, tais como: mercados ilícitos e/ou informais; desordem pública; destruição de patrimônio; violência (atentados contra a integridade psicológica/sexual/física); condutas legalmente tipificadas como crime e/ou contravenção penal; “crime organizado” (tráfico, quadrilha, bando), bem como notícias sobre a atuação de milícias, grupos de extermínio e outros grupos vinculados a agentes de estado, mas cujo vínculo não é explicitado pela matéria.

Violência Policial: matérias que abordam violência identificada como protagonizada por agentes policiais (em serviço ou de folga, em ações isoladas ou como parte das atividades de grupos de extermínio) contra o funk/bailes/funkeiros, bem como eventuais desdobramentos dessas ações, tais como investigações, processos judiciais e/ou administrativos e seus resultados.

Moralidade: matérias que se referem ao funk/baile/funkeiros sob a ótica das condutas individuais e/ou coletivas, medindo-as com base em um regime de valores específico, podendo ou não fazer associação com temas como desordem urbana, precariedade, idade e geração, gênero e sexualidade, bom gosto/qualidade musical, boas maneiras/comportamento, consumos de drogas lícitas e ilícitas, violência e contravenções penais.

Cultura: matérias que falam sobre o baile funk/funk (ou outras práticas artísticas) como obra artística, estilo musical, prática profissional ou amadora de atividade intelectual e/ou artística, modo particular de vida, comportamento, performance, forma de sociabilidade, comunicação, estilo, moda, etc...

Economia: matérias que falam sobre o baile funk/funk como e/ou o vinculam a atividades econômicas e de consumo; mercados profissionais e/ou informais; modos de produzir, distribuir e consumir bens e serviços.

Política (institucional): matérias que tratam do contexto político-institucional municipal/estadual/nacional/mundial, referindo-se a mandatos, candidaturas, eleições, campanhas e/ou articulações ideológico partidárias.

Política (movimento): matérias que tratam da atuação de movimentos sociais, protestos e/ou manifestações públicas de coletivos sociais em torno de demandas e/ou por direitos, sejam elas de caráter organizado e/ou permanente, sejam situacionais e/ou espontâneos.

1. Analisando Números

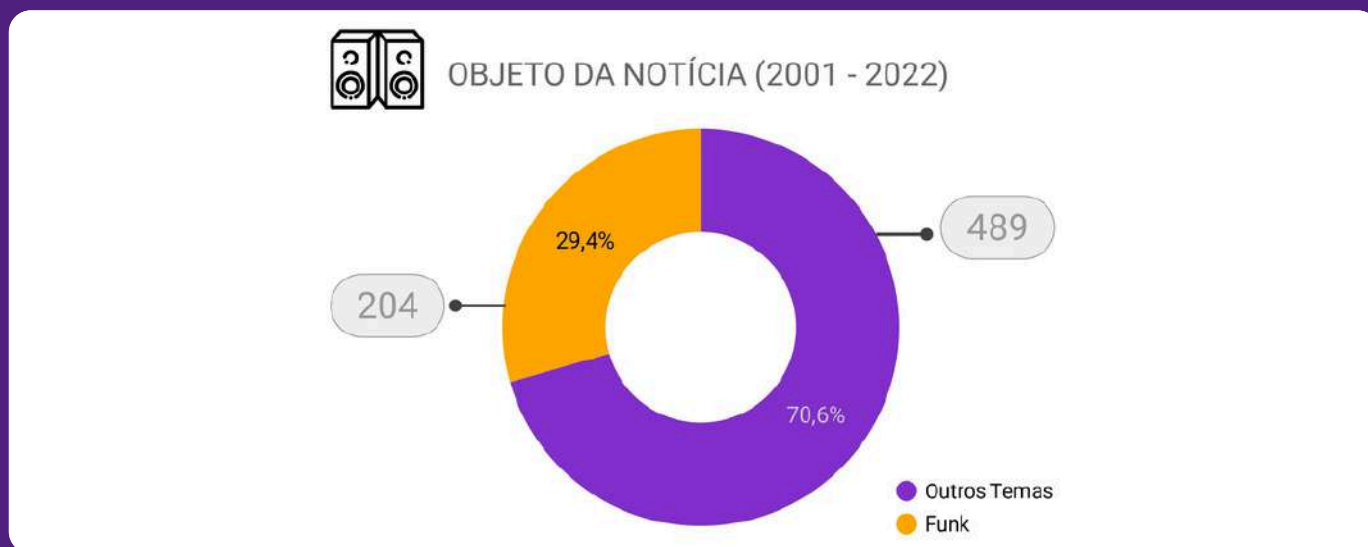
Três descobertas interessantes sobre a amostra:

1. Baile funk não é notícia

Uma das primeiras questões que chama atenção na leitura da amostra de notícias é que boa parte das menções feitas a bailes funk são realizadas apenas de maneira pontual.

Nesses casos, a menção feita nas notícias aos termos usados na busca (como “baile funk” ou “pancadão”, por exemplo) possui diferentes razões. Um caso recorrente é o uso desses termos como recurso discursivo para expressar certos juízos de valor, convertendo tais termos em metáforas ou alegorias, por exemplo. Outras situações comuns, essas de citações mais objetivas, são aquelas em que os bailes são mencionados: como o contexto de algum fato; como um exemplo de possibilidades de atuação de um órgão público; ou como um objeto entre outros de reclamações e transtornos. Misturando a citação objetiva e a valorativa, há ainda os diversos casos em que, sendo citado como local em que algo aconteceu, em geral um crime, o baile também aparece como qualificador de uma conduta ou do caráter de um indivíduo.

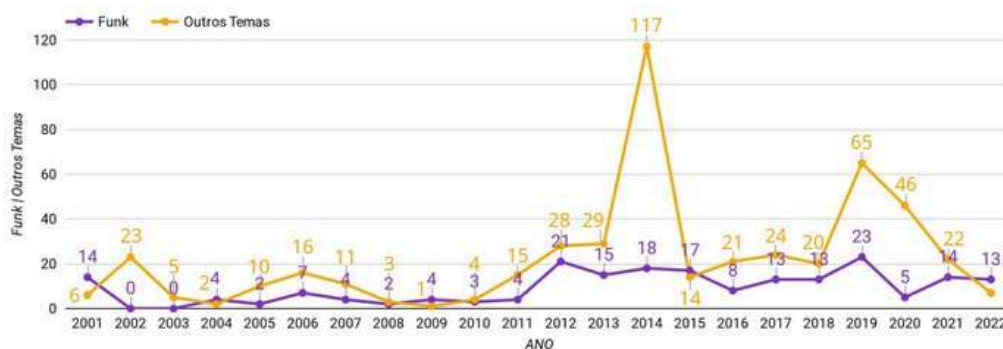
Há muitas outras possibilidades de aparecimentos dos termos buscados pela pesquisa nas notícias. O fato concreto é que essa característica não se restringe a uma ou outra abordagem, mas é estruturante do acervo. Isso porque aproximadamente 70% do corpus analítico é composto por notícias em que o baile funk não é o tema principal.



Interessante notar que as notícias em que o objeto central é o baile funk possuem uma distribuição mais estável na série histórica. Mas, em ambos os casos, há um aumento de ocorrência na segunda década, indicando um aumento da presença do tópico baile funk no debate público neste período.



OBJETO DA NOTÍCIA NA SÉRIE HISTÓRICA (2001 - 2022)



Estes dados corroboram para a percepção, presente também na análise qualitativa apresentada adiante, de que o jornal não tem uma cobertura sobre o fenômeno em si dos bailes funk de rua, seja em São Paulo, seja no Rio de Janeiro ou qualquer outra parte. Tampouco uma cobertura sobre o funk em sua expressão mais ampla e multifacetada, ainda que através do caderno de cultura do jornal e do trabalho de alguns jornalistas que puderam se aprofundar no tema, seja possível acompanhar as atualizações na cena funk nos últimos anos, especialmente com a nacionalização do mesmo.

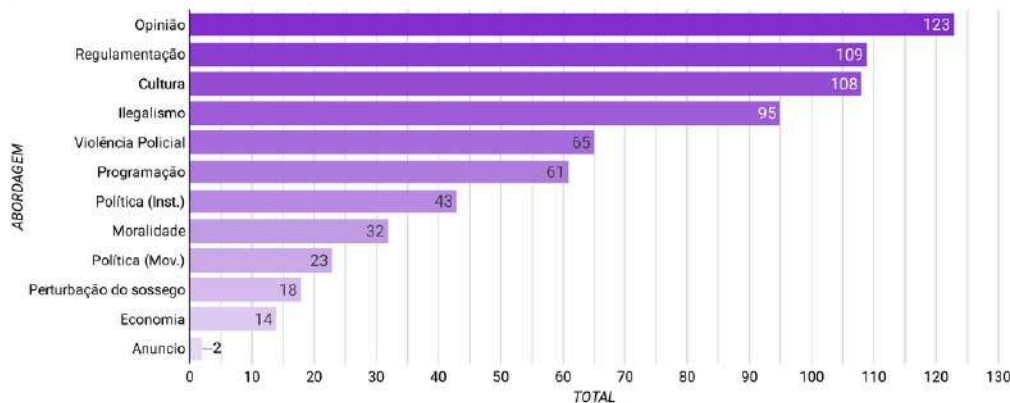
Por outro lado, através do jornal acompanhamos muito mais a cobertura de acontecimentos polêmicos associados aos bailes e ao funk e, em especial, o objeto do nosso interesse: a construção de um senso comum sobre os bailes funk, sua associação com problemas públicos e a produção de respostas estatais para o enfrentamento das mesmas.

2. Certas abordagens são predominantes

Certas abordagens predominam entre as notícias. As abordagens principais (palavras-chave 1) com mais ocorrências entre as notícias são: “Opinião”, “Regulamentação”, “Cultura” e “Illegalismo”, todas acima das 90 matérias. Abre-se, um intervalo de 30 notícias para “Violência Policial”, abordagem em quinto lugar com mais ocorrências. Vejamos a ocorrência de todas as abordagens no gráfico:



NOTÍCIAS POR ABORDAGEM (2001 - 2022)



Quando são consideradas a quantidade de palavras-chave 2 e 3 atribuídas para cada palavra-chave 1, é possível observar a variedade de temáticas dentro de cada abordagem principal. Vejamos na tabela:



TABELA - PALAVRA-CHAVE DE ABORDAGEM

Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Palavra-chave 3
Opinião	19	74
Cultura	17	91
Violência Policial	9	42
Regulamentação	8	66
Moralidade	8	29
Ilegalismo	7	73
Política (Institucional)	7	34
Programação	6	9
Política (Movimento)	5	22
Perturbação do sossego	3	17
Economia	5	10
Anúncio	2	2

Assim, se o gráfico indica as abordagens mais recorrentes, a tabela mostra quais destas abordagens foram mais pormenorizadas ou expostas em um maior número de facetas.

Era de se esperar que a abordagem “Opinião” fosse aquela com uma maior variedade de termos específicos a ela associados, uma vez que a mesma não foi definida pelo critério temático, mas pelo fato de ser a expressão de opiniões particulares, diferenciando-as, assim, das notícias sobre fatos.

Indo para os recortes temáticos, há o destaque de subdivisões para as palavras-chave 1 “Cultura”, “Moralidade”, “Ilegalismo”, “Violência Policial”, “Regulamentação” e “Política Institucional”.

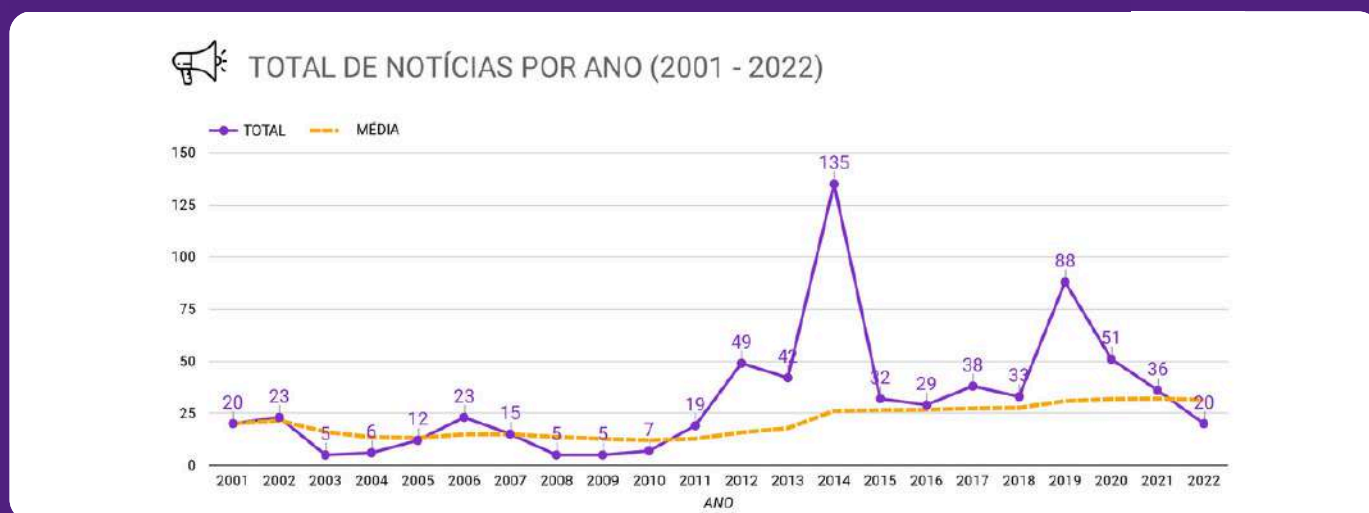
Isso mostra que os termos em que o debate público sobre o baile funk é feito não se limitam aos já esperados temas da cultura, moralidade e ilegalismos, como se expressa também em termos de intervenção do poder público, tanto reguladora, quanto em termos de política institucional/eleitoral.

Na outra ponta da tabela, entre os temas de pouco destaque, chama atenção “Perturbação do Sossego” e “Economia”. A baixa ocorrência de variações do primeiro termo surpreende em razão da poluição sonora ter sido a chave das possibilidades de intervenção pública sobre a questão dos bailes funk de rua em São Paulo, como veremos adiante. Nesse sentido, cabe destacar que o baixo número de notícias sob este classificador se explica justamente

pelo fato de que a maior parte das notícias que relacionam baile funk e poluição sonora terem sido classificadas como “Regulamentação”, com “Perturbação do Sossego” aparecendo como palavra-chave 2. Isso significa que este tema foi mais abordado como entrada para a regulamentação do que do ponto de vista do barulho em si.

“Economia” é a segunda ausência que chama mais atenção, já que os bailes funk e o funk em si, sabidamente, geram um circuito econômico muito forte. Essa invisibilização pode ter relação, de um lado, com a informalidade de boa parte destes circuitos e, de outro, com o apagamento e a desvalorização proposital dos mesmos quando os artistas cruzam as fronteiras para a legalidade, momento em que costumam a ser tratados como casos individuais (ou descontextualizados) de sucesso.

3. Antigamente não tinha esse negócio de Baile Funk...



Há uma grande variação na distribuição das notícias por ano, porém é visível a presença crescente do tema dos bailes nas notícias do jornal. Embora o primeiro e o último ano da série histórica apresentem o mesmo número de ocorrências, podemos observar o ano de 2011 como ponto de inflexão para uma elevação de escala do número de matérias. Neste ano, tem início uma década na qual a média de notícias é superior em relação à anterior com dois momentos de pico, ultrapassando 50 matérias, nos anos de 2014 e 2019, marcados pelos fenômenos dos Rolezinhos e do Massacre de Paraisópolis, respectivamente.

O termo “rolezinho” foi pesquisado separadamente em razão da forte polêmica pública provocada pelo mesmo à época. Estamos nos referindo aos episódios de ida coletiva de jovens a shoppings da periferia da capital paulista, ocorridos entre o final de 2013 e 2014. A associação dos episódios com o tema dos bailes funk se dava pela vinculação de ambos os fenômenos com o mesmo público ou setor social, a juventude periférica. Dizia-se à época que o funk, então marcado pelo predomínio da vertente Ostentação, era uma espécie de “trilha sonora” dos rolezinhos. O grande interesse da mídia pelo tema pode ser observado na postura da Folha de São Paulo, que fez uma cobertura específica, praticamente diária em janeiro de 2014, inflando assim o número de notícias em relação aos demais anos.

O interesse não se restringia ao fenômeno em si, mas estava circunscrito na conjuntura nacional, marcada pelo início da decadência da Era PT, ainda durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, e das tensões políticas e sociais que emergem na sequência dos primeiros sinais de massificação do desgaste do governo no processo que ficou conhecido como Jornadas de Junho de 2013 e que se desdobraram também nos protestos contra a Copa do Mundo de 2014 e as eleições presidenciais daquele ano.

Muito embora o tratamento do tema dos rolezinhos dê uma dinâmica nacional ao problema – seja em termos de abordagens, uma vez que os rolezinhos encontraram um espaço de politização nem sempre reservado ao tema dos bailes funk, seja na própria cobertura do fenômeno que se nacionalizou em certo momento –, os debates acerca dos dois fenômenos, os bailes e os rolezinhos, se aproximavam por terem em vista o problema dos usos do espaço urbano. Em 2014, a cobertura dos rolezinhos se soma às matérias que tocam o tema dos bailes funk, produzindo, assim, o pico de ocorrências na série histórica. Quando retiramos as notícias filtradas através da busca pelo termo “rolezinhos”, as notícias para o ano de 2014 caem de 135 para 46, dando uma noção mais precisa em relação ao tratamento do tema específico dos bailes funk no referido ano.



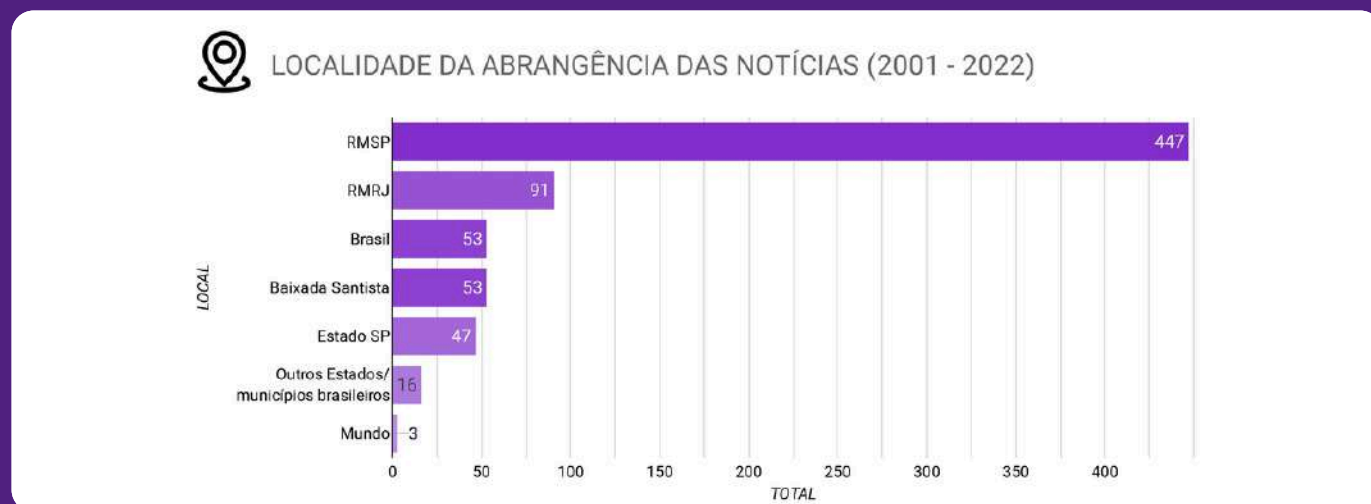
Este segundo gráfico permite, então, observar 2014 como um ano que, a despeito da polêmica passageira dos rolezinhos, está circunscrito em um período de aumento do debate sobre os bailes funk em São Paulo em relação à década anterior, elevando uma média de 12,7 notícias por ano entre 2001 e 2011 para uma média de 36,2 entre 2012 e 2018.

Isso significa que na primeira década ainda não aconteciam bailes funk nas ruas em São Paulo...

... ou eles não eram vistos ainda como um problema público?

Em termos de abrangência local, isto é, do espaço político territorial ao qual as notícias fazem referência, observa-se diferentes escalas. Há notícias que se referem a: bairros, municípios, regiões, estados, países e até sobre o fenômeno do funk em escala mundial.

Agrupadas, as notícias que se referem a bairros, municípios e à própria Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) somam aproximadamente 64% do total. Elas são a maioria, seguida pelo agrupamento referente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e, em terceiro lugar, à Baixada Santista. As demais categorias de localidade que foram agrupadas são: Estado de São Paulo (demais regiões); outros estados/municípios, Brasil e Mundo, conforme o gráfico:



Levando a localidade em conta, percebe-se que a elevação da média de notícias na segunda década da série histórica se deve a algumas questões. Entre 2001 e 2003, a maioria do total de notícias se refere ao Rio de Janeiro. É possível perceber que as notícias referentes à RMRJ se mantêm baixas (até 10 notícias) durante toda a série, com exceção do ano de 2002.

É a partir de 2004 que a maioria das notícias anuais vai passar a se referir à capital paulista. Contudo, nessa primeira década, os únicos 3 anos (2005 – 2007) nos quais há uma elevação acima de 5 notícias com menções aos bailes funk em São Paulo está relacionado ao sucesso de uma festa privada, como veremos adiante.



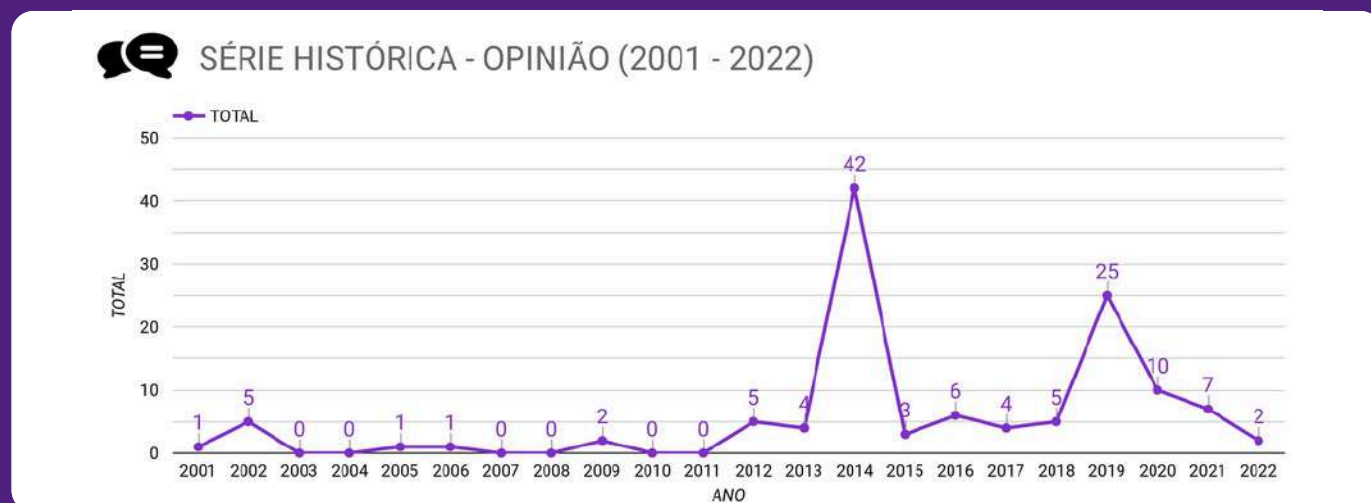
O aumento da quantidade de notícias entre uma década e outra corresponde, como também veremos adiante, não somente à explosão do fenômeno dos bailes de rua na capital paulista, mas também, e principalmente, aos esforços pela regulamentação da atuação do

poder público frente a eles.

Abre-se, com isso, um período de concepção de discursos e de instrumentos jurídicos e administrativos que permitiram, com o passar da década, fazer das operações policiais a principal política de enfrentamento ao problema. Tal perspectiva proibicionista só será problematizada pelo jornal com o advento do Massacre de Paraisópolis, em 2019, cuja cobertura provoca o segundo pico de notícias sobre baile funk na série histórica, como pode ser observado em todos os gráficos acima.

Abordagens através do tempo

Observar a distribuição das abordagens principais das notícias na série histórica traz algumas compreensões importantes. Começemos pela abordagem mais recorrente: “Opinião”.



Na série histórica, verifica-se que os já observados picos de ocorrências de matérias nos anos de 2014 e 2019, correspondentes a dois acontecimentos catalisadores de atenção e geradores de polêmicas, estão relacionados ao aumento de matérias de “Opinião”. Fora estes dois momentos, colunistas, especialistas, o editorial e os leitores não dedicam seu tempo a opinar sobre os bailes.

Os aumentos abruptos desses picos em relação às ocorrências desse tipo de matéria nos demais anos ocorre tanto porque a realização de uma cobertura implica na abertura do espaço do jornal para especialistas, como também porque a mobilização do jornal em torno do tema leva o editorial e os colunistas fixos a se pronunciarem sobre algo que, em geral, desconhecem e que não seguirão acompanhando passada a polêmica e findada a própria cobertura. Além disso, esta mobilização inspira e motiva cartas de leitores, que estão também contabilizadas nessa categoria.

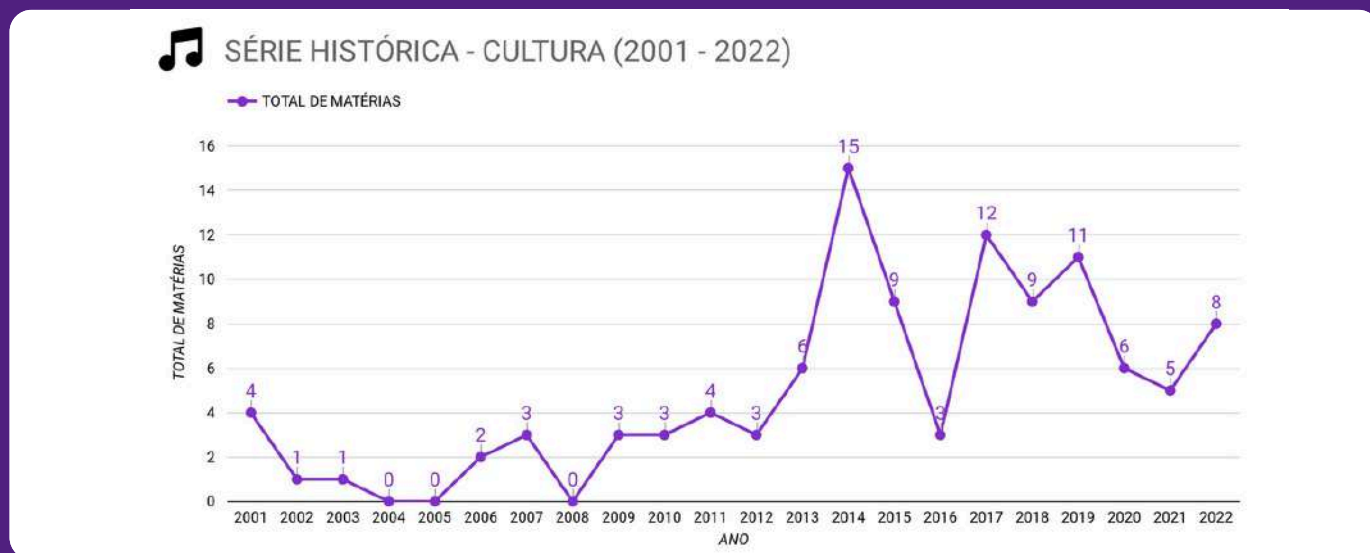
A análise qualitativa das matérias destes anos, conforme veremos adiante, mostra também que em 2014 e 2019 não somente a menção direta aos bailes funk e rolezinhos cresce nas matérias de “Opinião”, mas são também momentos em que essa abordagem efetivamente

toma esses dois fenômenos como objeto central do texto. Um terceiro momento em que os bailes aparecem nesta abordagem como temas centrais é 2020, ano com 10 ocorrências, em que os bailes eram discutidos como infrações das regras sanitárias referentes à pandemia de Covid-19.

Fora esses momentos de polêmica, boa parte das menções feitas a bailes funk em artigos de opinião são realizadas de maneira pontual, muitas vezes como exemplo, metáfora ou alegoria de ideias mais abstratas – como violência, desordem e libidinagem – que são associadas de maneira estigmatizada aos bailes e reproduzidas de forma moralista por colunistas e demais comentaristas sem maiores problematizações. Ocorre, embora em menor frequência, dessas associações serem acionadas de maneira crítica por aquele que opina.

Aparecendo na sequência como abordagens predominantes no tratamento do tema dos bailes funk, com 109 e 108 ocorrências respectivamente, **“Regulamentação”** e **“Cultura”** apresentam gráficos que, em comum e da mesma maneira que os gráficos referente ao total de notícias, expressam um aumento de ocorrências na segunda década do recorte, com um pico em 2014.

Neste ano, no aspecto da cultura, foram publicadas várias matérias sobre os funkeiros ídolos dos frequentadores dos rolezinhos. Em termos de regulamentação, se discutiam intervenções públicas para impedir ou oferecer alternativas à concentração de jovens nos shoppings, assim como o problema dos bailes de rua, dada a recente regulamentação da chamada “Lei do Pancadão”, em esfera municipal.



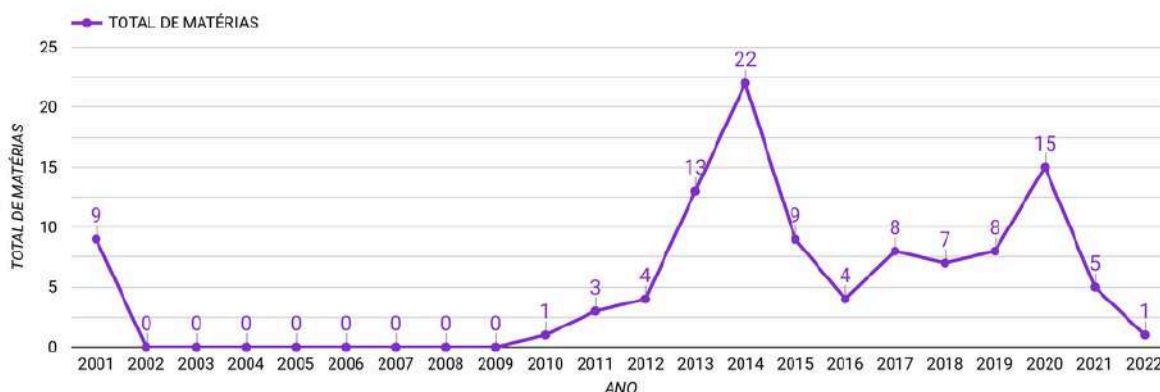
A abordagem da “Cultura”, após atingir o pico de 15 matérias em 2014, se mantém oscilando em torno das 10 matérias por ano até 2019, com exceção de 2016. A redução de notícias dessa abordagem em 2020 e 2021 corresponde ao período da pandemia.

Já a série “Regulamentação”, com um ponto de inflexão em 2010, apresenta um pico em 2014 e depois oscila abaixo das 10 matérias entre 2015 e 2019, apresentando, ao contrário da

“Cultura”, uma nova elevação durante o primeiro ano de pandemia.



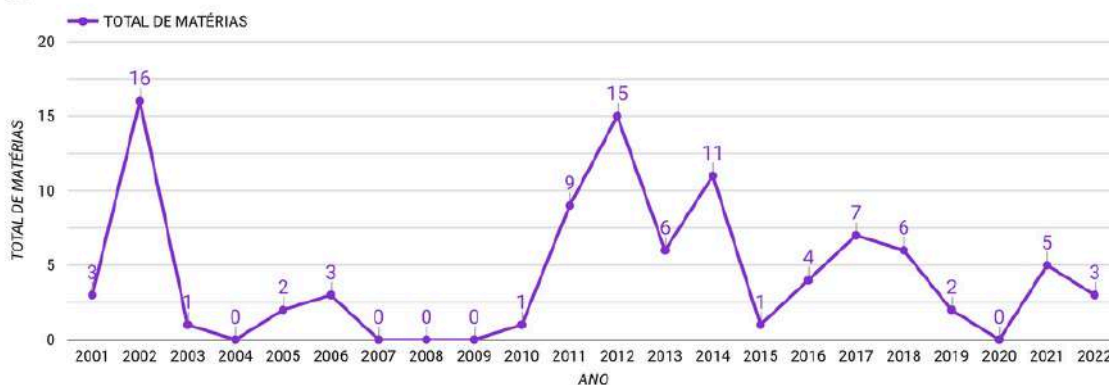
SÉRIE HISTÓRICA - REGULAMENTAÇÃO (2001 - 2022)



Comparativamente, “Cultura” apresenta uma distribuição mais equilibrada na série histórica, uma vez que a abordagem da “Regulamentação” mostra um crescimento que parte de um debate inexistente na cidade de São Paulo antes de 2010. As notícias de 2001 se referem ao Rio de Janeiro e outras cidades, não à capital paulista. Em São Paulo, é a partir de 2010 que o tema começará a ser tratado, justamente em razão da iniciativa dos “permitted” da subprefeitura da Cidade Tiradentes, conforme veremos melhor adiante. Esse tema retorna à cena na gestão municipal Haddad em um processo associado à regulamentação dos rolezinhos, como também veremos adiante. Mas o tema se mantém como um debate importante durante toda a segunda década da série histórica.



SÉRIE HISTÓRICA - ILEGALISMO (2001 - 2022)

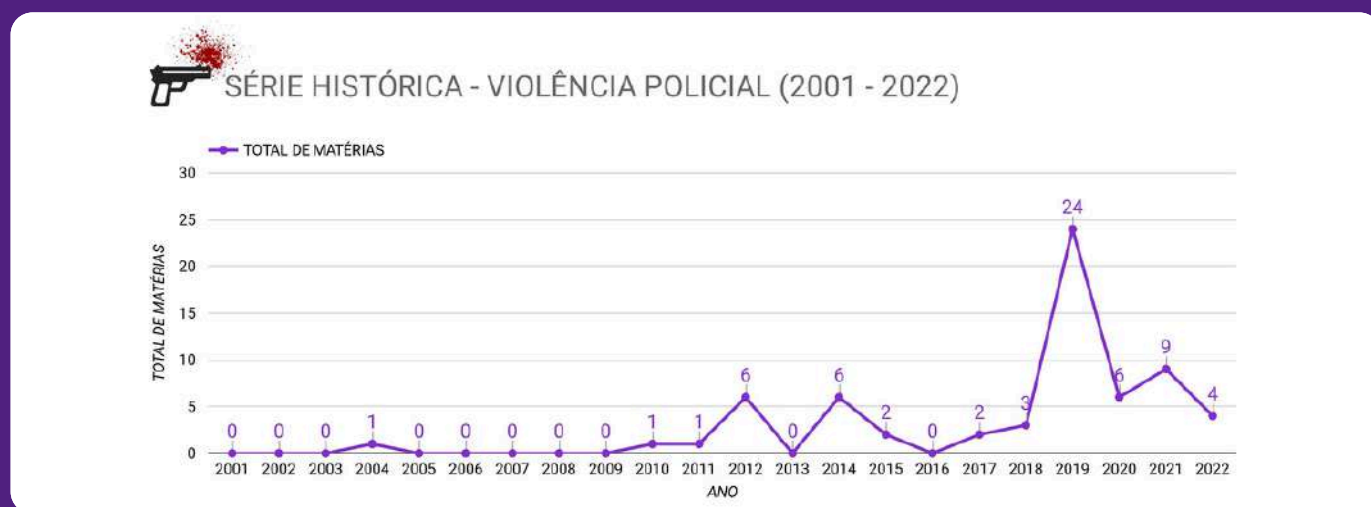


Na série histórica “**Ilegalismo**”, o mesmo aumento de escala na segunda década é observado. Na primeira, há um pico de aumento de notícias em 2002 que está associado a um fato ocorrido no Rio de Janeiro, o desaparecimento do jornalista Tim Lopes, quando tentava realizar uma matéria sobre o baile funk da Vila Cruzeiro. A polêmica em torno desse acontecimento ganhou grande repercussão midiática, que também pode ser observada no aumento relativo de matérias na categoria “Opinião” naquele ano.

O segundo pico entre 2011 e 2014 está relacionado, além dos rolezinhos, aos assassinatos

dos funkeiros na Baixada Santista. Episódio que está circunscrito naquela que ficou conhecida como Crise de 2012. Cabe informar que o tema foi negligenciado pela Folha, que não produziu uma matéria sequer sobre o assunto, razão pela qual buscamos complementar a pesquisa no acervo do jornal A Tribuna de Santos. Uma vez que a maioria das reportagens não associava diretamente as mortes à ação de policiais militares, apenas relatam uma dinâmica de mortes por grupo de extermínio, esse tópico aparece majoritariamente na série histórica “Ilegalismo”.

De todo modo, apesar das duas escalas, o tema dos ilegalismos aparece em toda a série, mostrando a permanência histórica de sua associação com o debate sobre os bailes funk, ao contrário do que acontece com a regulamentação.



A série “**Violência Policial**” acompanha a “Regulamentação” no sentido de aparecer como tema a partir de 2010. Contudo, um tema de pouca importância que tem um ponto de inflexão com o Massacre de Paraisópolis. Antes disso, os aumentos de 2012 e 2014 se referem, respectivamente, aos assassinatos dos funkeiros da Baixada, já que um conjunto minoritário de matérias sobre as investigações relatam indícios da participação policial; e aos rolezinhos, sendo também nesse caso uma abordagem minoritária dos fatos.

O olhar se volta para o tema em 2019, em razão do Massacre, e em 2021, em razão da finalização da investigação policial e denúncia do Ministério Público, que tornou os policiais envolvidos réus no caso. Cabe destacar que a maior parte das matérias que abordam violência policial contra bailes antes de 2019 são provenientes de outros veículos de comunicação e foram buscadas em complementaridade à pesquisa, sendo possível dizer que antes de 2019 a Folha praticamente não noticiou casos de violência policial contra bailes funk.

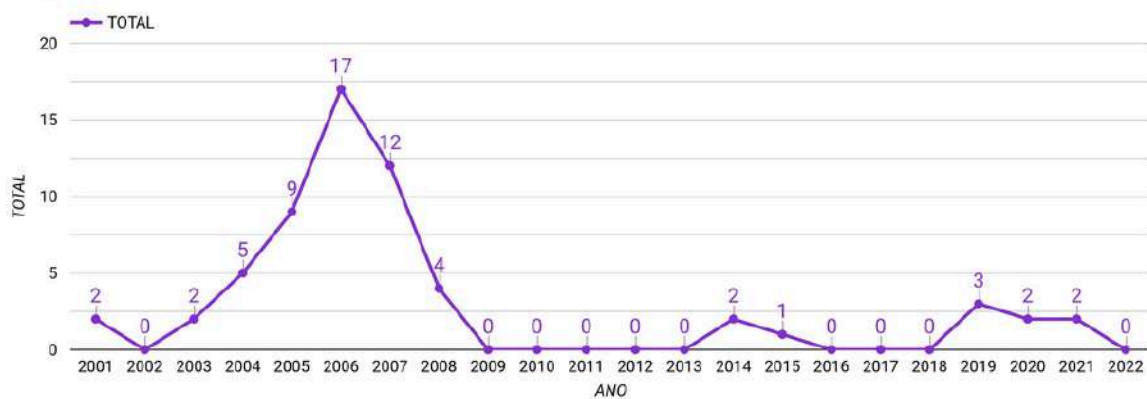
Curiosa e melhor compreensível por meio da análise qualitativa, a série histórica “**Programação**” se refere aos eventos sociais divulgados pelo jornal, principalmente, mas não somente, em um caderno exclusivamente dedicado a esta função: o Guia Folha.

Saindo do padrão estabelecido ao longo das duas décadas, em que houve pouca ou nula divulgação de eventos relacionados a bailes funk, o período entre 2004 e 2008 apresenta

uma elevação que está diretamente associada a uma festa em específico, a chamada “Pancadão” promovida pela LOV.E, casa noturna especializada em música eletrônica, hoje não mais existente. A festa parece ter chegado ao seu ápice, ao menos em termos de divulgação por parte do jornal, em 2006, com 17 ocorrências na programação da semana em um período em que não se debatia bailes funk de rua na cidade de São Paulo.



SÉRIE HISTÓRICA - PROGRAMAÇÃO (2001 - 2022)

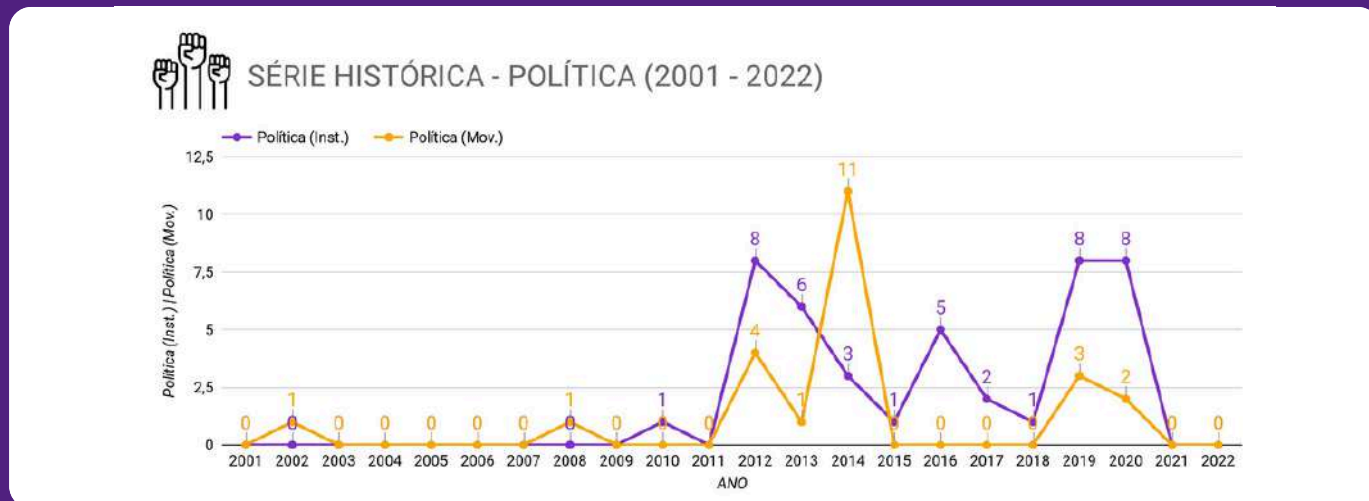


No período entre 2001 e 2009, o jornal chegou a divulgar também shows realizados por artistas cariocas na cidade, mas em menor escala em relação à festa. Com o fechamento da LOV.E, abre-se um hiato na divulgação de eventos relacionados a bailes funk, retomando a partir de 2014 em menor número. Nesse segundo momento, há a divulgação, por exemplo, de blocos de carnaval, festivais privados e alguns festivais e/ou festas públicas, como shows de funkeiros na programação da Virada Cultural.

Na sequência de abordagens com mais recorrências, temos 43 notícias “**Política Institucional**” contra 23 da abordagem “**Política Movimento**”. O gráfico reúne ambas abordagens, considerando-as como duas faces da dimensão mais geral da política. Contudo, em termos de categorização, pareceu importante separá-las para complexificar o entendimento de como essa dimensão está sendo associada ao tema por uma série de razões.

Embora haja todo um acúmulo bibliográfico que remete às dimensões políticas das expressões artísticas periféricas, de um lado, e de seu consumo associado às experiências e cenas de lazer e divertimento, de outro, a construção do senso comum sobre o funk sustenta-se, historicamente, sobre o esvaziamento da agência e da dimensão política das manifestações culturais da população negra por meio de processos de criminalização que produzem, em contrapartida, interpretações extremamente restritas do que seja ação política. Isso ficará mais claro na análise qualitativa. Da mesma maneira que a interpretação de condutas criminais deslizam para a definição de sujeitos criminosos, as condutas políticas são aquelas associadas àqueles que alcançam reconhecimento social enquanto sujeitos políticos. O crivo entre tais sujeitos se constitui nos imbricamentos de classe, raça e gênero.

Desse modo, as matérias no nosso recorte analítico que diziam respeito à política estavam claramente divididas entre: aquelas que tratavam do contexto institucional, no qual o funk era tomado como objeto de regulamentação, construção de trajetórias políticas ou tema de embates com objetivos eleitorais; e aquelas que tratavam de movimentos de denúncia ou protesto. O segundo tema foi mais negligenciado que o primeiro.



A série histórica “Política Institucional” tem um ponto de inflexão, assim como “Regulamentação”, a partir de 2012, mantendo presença até 2020. O número de notícias em 2012, 2016 e 2020 estão relacionadas às Eleições Municipais, mostrando que os bailes se tornaram um tema de debate e um ativo eleitoral. Em 2013, 2014 e 2017, em razão das Leis do Pancadão e as atividades da “bancada da bala” na Câmara de Vereadores. Em 2019, com as repercussões institucionais do Massacre de Paraisópolis como crise política.

Já a série “Política Movimento”, teve aumentos em 2012, em razão dos protestos de funkeiros contra os assassinatos na Baixada Santista, bem como o apoio dado a eles pelo Movimento Independente Mães de Maio. Em 2014, o pico do tema tem relação com os rolezinhos e uma polêmica estabelecida entre os comentaristas e especialistas em torno de seu caráter político ou não. Chama atenção a pouca visibilidade para a movimentação política dos familiares e da própria população de Paraisópolis em 2019, em comparação à cobertura dos desdobramentos políticos institucionais do Massacre.

Passando para os três recortes com menor número de matérias, “Perturbação do Sossego”, “Moralidade” e “Economia”, podemos dizer que a presença diminuta das duas primeiras encontram explicação no fato dessas abordagens aparecem mais como dimensão complementar do que central das matérias, conforme argumentado anteriormente. Nesse sentido, ambas possuem muitas ocorrências como palavras-chave 2 e 3.

O tema da “**Perturbação do Sossego**” aparecer associado necessariamente ao da regulamentação está relacionado ao fato de que a poluição sonora foi a porta de entrada encontrada para a construção da política proibicionista que se aproximasse discursivamente da neutralidade técnica se distanciando de acusações de criminalização racista. Em contrapartida, poucas matérias foram feitas sobre os efeitos, quer físicos, quer

sociais, da poluição sonora provocada pelos bailes.

As ocorrências dessa abordagem começaram também em 2012 e o aumento delas em 2016 está relacionado, como veremos adiante, ao fenômeno dos “pancadões universitários” em áreas residenciais de classe média e alta e a consequente atenção dada pelo jornal às reclamações de barulho dos moradores.



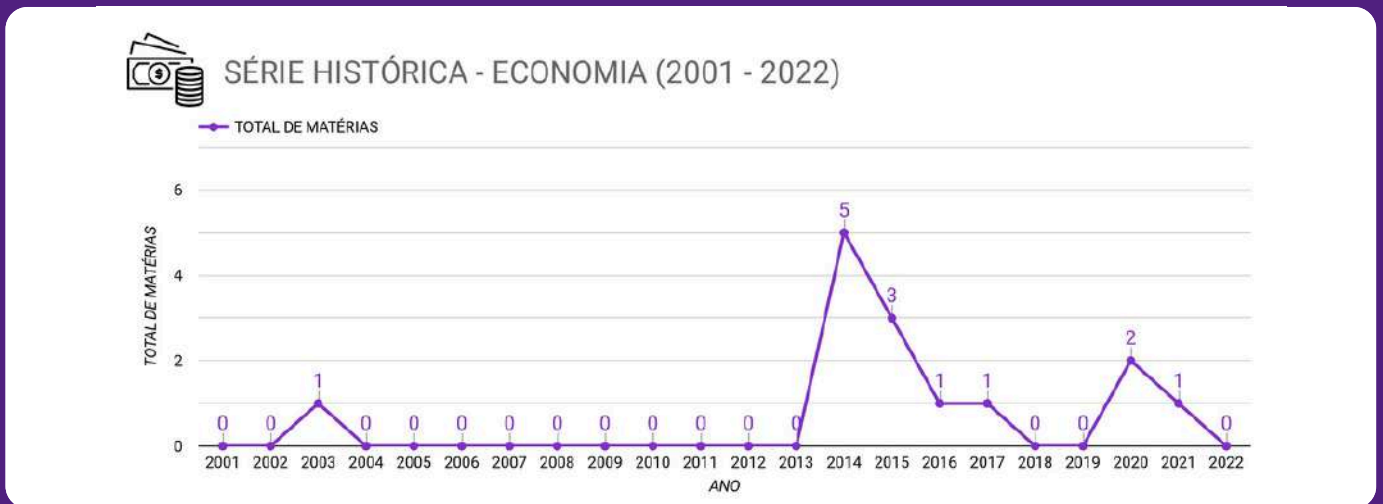
A série histórica “**Moralidade**” permite perceber também elementos interessantes. Cabe destacar, inicialmente, que a baixa ocorrência dessa abordagem se explica em parte pela definição restrita atribuída à mesma, que foi usada para classificar somente as matérias que se referiam diretamente a condutas. Porém, pode-se dizer que pontos de vista moralistas e estigmatizantes são expressos em parte considerável das matérias que compõem o corpus analítico, em especial nas matérias de “Opinião”.

Deste ponto de vista restrito das condutas, a abordagem começa em 2012. O ano de 2014, através dos rolezinhos, foi destaque em número de matérias, já que muitas delas se referem precisamente ao comportamento dos jovens.



Por fim, a série histórica “**Economia**” mostra, sem dúvida, uma desvalorização dessa abordagem dos bailes. O aumento das notícias em 2014 e 2015 tem a ver com os debates

sobre consumo periférico que foram gerados pelos rolezinhos.



Nesse sentido, as dimensões do funk e especialmente do baile como mercado de consumo, mercado profissional e oportunidade de geração de renda e empreendedorismo, que são tão caras aos setores periféricos, são temas não abordados com centralidade pelo jornal, ao passo que os bailes aparecem muitas vezes relacionados ao mercado de drogas ilícitas. Nesse sentido, as menções à questão econômica deslizam para o classificador “Ilegalismo”, na medida em que são desvalorizadas e/ou criminalizadas em razão de sua informalidade e/ou ilegalidade.

2. Linha do tempo

Legenda:

Cultura

Illegalismo/
Violência

Política Movimento

Regulamentação e
Política Institucional

Repressão/
Violência Policial

2001

Janeiro

Início da Prefeitura Marta Suplicy

Vice-governador Geraldo Alckmin assume mandato de Mário Covas

Fevereiro

Início dos "Bailes funk cariocas" em "casas da moda" da capital

2003

Janeiro

Início Governo Lula 1 e do Governo Geraldo Alckmin 1

Junho

Início da Operação Dancing

2005

Janeiro

Início da Prefeitura José Serra

É realizada a Operação Paraisópolis, modelo para a futura Operação Saturação

2007

Janeiro

Início do Governo Lula 2 e Governo José Serra

Maio

Ação violenta da PM no show do Racionais MC's na Virada Cultural

2009

Janeiro

Início da Prefeitura Gilberto Kassab

Abril

Coronel Camilo assume o Comando-Geral da PMESP

Maio

Elaboração do PL n° 01-0313/2009 sobre poluição sonora de veículos parados

Setembro

Aprovada a Lei Funk Patrimônio Cultural no RJ e revogação da Lei Álvaro Lins

Novembro

2° Festival de Funk Canta Tiradentes

Dezembro

Início da Operação Delegada

2000

Novembro

Rômulo Costa da Furacão 2000 é preso por acusação de tráfico

2002

Junho

Desaparecimento de Tim Lopes

Outubro

Eleições Federal e Estadual

2004

Agosto

Início da Festa Pancadão na LOV.E

Outubro

Eleições Municipais

2006

Março

Vice governador Cláudio Lembo assume mandato de Geraldo Alckmin

Vice prefeito Gilberto Kassab assume mandato de José Serra

Maio

Crimes de Maio

Outubro

Eleições Federal e Estadual

2008

1° semestre

Início da gestão de Renato Barreiros na Subprefeitura da Cidade Tiradentes

Junho

Sancionada a Lei Álvaro Lins no RJ

Setembro

1° Festival de Funk Canta Tiradentes

Outubro

Eleições Municipais

Dezembro

Início da política de Pacificação no Rio de Janeiro

2011

Janeiro

Início do Governo Dilma Rousseff 1 e Governo Geraldo Alckmin 2

Abril

Execução do MC Duda do Marapé em Santos

2013

Janeiro

Início da Prefeitura Fernando Haddad

Início dos mandatos dos vereadores Cel. Camilo, Cel. Telhada e Conte Lopes

Dayane de Oliveira perde visão em ação da PM no Baile da DZ7, Paraisópolis

Fevereiro

Início do crescimento do carnaval de rua de SP

Aprovação do Projeto de Lei nº2/2013 que proíbe bailes funk em São Paulo

Maio

Sanção da "Lei dos Pancadões" municipal

Junho

Jornadas de Junho

Julho

Assassinato de MC Daleste em Campinas

Encontro entre a Prefeitura e o movimento Território Funk

Dezembro

Início dos Rolezinhos

Regulamentação da "Lei dos Pancadões" municipal

2015

Janeiro

Início Governo Dilma 2 e Governo Geraldo Alckmin 3

Março

Início dos mandatos na Alesp do Cel. Camilo e Cel. Telhada

Abril

MP/SP abre inquérito para investigar pais de MCs Mirins

Abril

Douglas Santana perde visão em ação da PM no Baile da Marcone

Outubro

Jovem perde visão em ação da PM no Baile do Elisa Maria

Dezembro

Sanção da "Lei dos Pancadões" estadual

2017

Janeiro • Fevereiro

Início da Prefeitura João Dória

Regulamentação da "Lei dos Pancadões" estadual

Oziel Evangelista é nomeado para a Subprefeitura da Cidade Tiradentes e cria a Operação Sono Tranquilo

Setembro

Audiência no Senado sobre sugestão legislativa que torna o funk crime contra a saúde pública

2010

Abril

Vice governador Alberto Goldman assume mandato de José Serra

Execução do DJ Felipe da Praia Grande e do MC Felipe Boladão na Praia Grande

Junho

3º Festival de Funk Canta Tiradentes

Julho

Início do Baile da DZ7

Outubro

Eleições Federal e Estadual

2º semestre

Fim da gestão de Renato Barreiros na Subprefeitura da CT

2012

Janeiro

Termo Operação Pancadão aparece pela 1ª vez na imprensa

Fevereiro

Vinicius Queiroz da Silva perde visão em ação da PM em São Miguel

Abril

Crise de 2012

Apresentação MC Nego Blue e MC Dede com Orquestra Jazz Sinfônica

Abril

Execução de MC Primo em São Vicente

Maio

Execução de MC Careca em Santos

Junho

Movimento "O Funk pede Paz"

Outubro

Tentativa de assassinato contra MC Neginho do Kaxeta em São Vicente

Outubro

Eleições Municipais

2014

Janeiro

Ápice dos Rolezinhos

Março

Rolezinho da Cidadania

Junho-Julho

Copa do Mundo

Outubro

Eleições Federal e Estadual

2016

Junho-Agosto

Polêmica dos "Pancadões universitários"

Agosto

Golpe contra o Governo Dilma Rousseff e início do mandato de Michel Temer

Setembro

Sancionada lei que transforma o dia 07/07 (morte de MC Daleste) no Dia Estadual do Funk

Outubro

Eleições Municipais

2018

Fevereiro

Kondzilla se torna o maior canal do Youtube Brasil

Março

PM mata 8 jovens em um baile funk na Rocinha, RJ

Abril

Vice governador Márcio França assume mandato Geraldo Alckmin

Vice Prefeito Bruno Covas assume mandato João Dória

Setembro

"Bum bum tam tam", de MC Fioti, alcança 1 bilhão de visualizações

É rejeitada a sugestão legislativa que tornaria o funk um crime à saúde pública

Outubro

Eleições Federal e Estadual

Novembro

Taissa Neris perde a visão em ação da PM no Parque Santa Madalena

Três pessoas morrem em ação da PM no Baile do Vermelhão, Guarulhos

2019

Janeiro

Início do Governo Jair Bolsonaro e do Governo João Dória

Cel. Camilo é nomeado Secretário-Executivo da PM

Lucas Lopes é morto em ação da PM no Baile do Habiteto, Sorocaba

Prisão do DJ Renan da Penha por acusação de tráfico de drogas

Março

Setembro

Apresentado o PL 5194/2019, que criminaliza músicas que tenham expressões pejorativas ou ofensivas

Outubro

Mãe e filho são espancados com um skate em ação da PM na Brasilândia

Novembro

01/11 - Assassinato do Sargento Ronaldo Ruas, em Paraisópolis

02/11 - Início da Operação Saturação em Paraisópolis

Dezembro

10/11 - Gabriella Talhaferro perde a visão em ação da PM no Baile do Beira Rio, Guaianases

01/12 - Massacre de Paraisópolis

01/12 - Homem é morto em ação da PM no Baile do Helipa, Heliópolis

25/12 - Kauan Alves de Almeida é morto em ação da PM no Baile da Alba

2021

Janeiro

MC Fiotti lança "Vacina Butantan" para divulgar a Corona Vac

Fevereiro

MC Salvador da Rima sofre violência policial em abordagem por perturbação de sossego

Março

A Polícia Civil do RJ pede a prisão de MCs por infração de medida sanitária e associação para o tráfico

Março

A Polícia Civil de São Paulo pede a prisão de 14 MCs por associação para o tráfico

Outubro

Sancionada a Lei Municipal que transforma o dia 01 de Dezembro no Dia da Juventude Negra e Periférica

2023

Janeiro

Início do Governo Lula 3 e Governo Tarcísio de Freitas

Junho

Absolvição do DJ Renan da Penha

Setembro

Motoboy é espancado por policiais em Baile Funk na Chácara Santa Maria

Outubro

Prefeitura de São Paulo cria a Coordenadoria do Funk

Dezembro

Proposto PL Municipal para atuação da GCM na fiscalização de "parâmetros de incomodidade"

2020

Fevereiro

Apresentado o PL na Câmara dos Deputados, que criminaliza festas ao ar livre sem a autorização do poder público

Março

Início da pandemia da Covid19

Março

Comandante-Geral da PMESP, Marcelo Vieira Salles, entrega seu cargo

Maio

Assassinato de George Floyd pela polícia no estado de Minnesota, EUA

Maio-Junho

Início dos protestos do movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam)

Maio-Junho

Crescem as denúncias de brutalidade policial em SP

Abril

Letalidade da PMESP atinge o maior índice na série histórica desde 2001

Agosto

Dória proíbe a PMESP de realizar "mata leão" e anuncia a ampliação do programa de Câmeras Corporais

Novembro

Eleições Municipais

2022

Outubro

Eleições Federal e Estadual

Novembro

Rebeca Andrade conquista ouro no mundial de ginástica ao som de "Baile de Favela", de MC João.

2024

Maio

Proposto PL Municipal que proíbe a realização de bailes funk em espaços públicos

Julho

Kleyton Diogo Ferreira Alves é morto em ação da GCM em baile funk em Guarulhos

Sancionada a Lei que transforma o 12 de julho em Dia Nacional do Funk

Agosto

É criada a Frente Parlamentar do Funk na Alesp

Outubro

Eleições Municipais

3. Uma História da Repressão aos Bailes Funk de Rua na Capital Paulista

Não há definição certa ou fixa do gênero musical que chamamos de funk no Brasil. Já foi escrito, por exemplo, que o funk:

“é uma fala cantada ou um canto falado sobre uma base rítmica.”²³

“Um tipo de música instrumental eletrônica brasileira.”²⁴

“É uma arte de improvisação. É uma brincadeira. É música e poesia, é dança, é sonho, é realidade, é profissão, é identidade e muito mais.”²⁵

Funk é música e é muito mais. E esse “muito mais” tem muita relação com tudo aquilo que se cria e com toda a vida que se dinamiza nos bailes. Segundo o antropólogo Hermano Vianna, o baile é a instituição central do “mundo funk”, termo que usou para delimitar o universo social que, a partir de sua pesquisa, era tomado como objeto de estudo.²⁶ Seu trabalho inaugurou o campo de estudos acadêmicos sobre o funk no Brasil, nos anos 1980.

Desde a década de 1960, o [funk e o soul americanos](#) eram ritmos que embalavam os [bailes black](#), nos subúrbios cariocas e periferias paulistanas.²⁷ Entre danças, o trabalho das equipes de sons, a troca de discos e de experiências sonoras, novos ritmos da música negra mundial iam sendo incorporados à trilha sonora dessas festas. Nos anos 1980, no Rio de Janeiro, um dos ritmos que se destacava nos bailes era o [Miami Bass](#). Com letras em inglês, as músicas que se popularizavam logo ganhavam adaptações, originando versões livres em português, as chamadas “melôs”. Posteriormente, os primeiros funks escritos em português foram sendo criados sobre uma base rítmica do Miami Bass, que ficou conhecida como Volt Mix.²⁸ Inventivas adaptações de batidas, ritmos e sonoridades surgiram a partir daí.

23 - Caceres, Ferrari, Palomini, 2014: 177

24 - Pedro, 2015: 49

25 - Del Picchia, 2021: 13

26 - Vianna, 1987. A centralidade do baile para o gênero funk segue sempre renovada, como vêm mostrando e estudos posteriores, com destaque para os recentes trabalhos de Novaes (2020), sobre o Rio, e Del Picchia (2021) e Santiago (2024), sobre São Paulo.

27 - Assim como os bailes funk, os bailes black enfrentaram inúmeras críticas que traziam consigo componentes racistas. Uma das mais marcantes passava pela acusação de alienação e desvalorização da cultura nacional, em uma época de nacionalismos exacerbados à esquerda e à direita. Por serem muito marcados pelo tema da identidade racial, os bailes foram perseguidos politicamente, como são ainda hoje os bailes funk. Ver: D'Alvedo, 2014; Felix 2000, 2020; Nascimento Junior, 2023; Pedretti, 2022.

28 - O Miami Bass chegou aos bailes cariocas na segunda metade dos anos 1980. Trata-se de uma variedade do rap, que era popular no sul da Flórida e em Orlando. Quando o funk carioca começa a se constituir, primeiro com as melôs (versões em português) e depois com composições livres, as faixas instrumentais do Miami Bass eram usadas como base rítmica. “Boa parte dessas criações, entre elas algumas das mais conhecidas – os Raps

Em 1989, as primeiras produções cariocas foram compiladas e lançadas naquele que é considerado o disco inaugural do gênero na indústria fonográfica brasileira, o “[Funk Brasil](#)”, produzido pelo DJ Marlboro que, aliás, foi um dos principais interlocutores de Vianna em sua pesquisa.²⁹

Já naquele momento, o estudo de Viana mostrava algo que seguirá presente nas pesquisas posteriores, revelando aquela que talvez possa ser encarada como a principal característica dos mundos funk que, com o tempo, se projetarão por todo o Brasil: a sua forte conexão com a territorialidade suburbana e favelada, como se diz no Rio de Janeiro, ou periférica, como é mais comum se dizer em São Paulo.

“O baile funk é uma festa de música feita pela e para a comunidade.”³⁰

“um discurso da favela sobre a favela para a favela.”³¹

“O funk é um gênero de forte laço com a localidade.”³²

Essas são algumas das muitas afirmações sobre a correlação entre território, raça e identidade que podem ser encontradas na farta bibliografia hoje existente sobre o funk brasileiro. Em comum, os estudos mostram que o funk é uma manifestação cultural da diáspora africana.³³ Isso significa, entre muitas outras coisas, que ele é parte de “um complexo cultural simultaneamente local e global”³⁴ nascido em meio a migrações, deslocamentos e reinvenções culturais da população negra dispersa entre os continentes africano e americano.

Em uma trajetória consagrada, essas fusões musicais caminharam “de Memphis para Kingston, de Kingston para o Bronx, do Bronx para Miami e de Miami para o Rio de Janeiro”³⁵ e do Rio para todo o Brasil. É neste caminhar que o “mundo funk” se torna plural, multiplicando-se diversas em cenas, onde os bailes seguem sendo centros de inventividade locais, mas que devem ser vistos como mundos interligados por redes de circulação mercantis, profissionais, afetivas e culturais.

A entrada do “funk carioca” em São Paulo foi também mapeada por estudos que nos falam da chegada do gênero na Baixada Santista, nos anos 1990, e sua posterior subida à capital,

“[do Silva](#)” (MC Bob Rum), “[da felicidade](#)” (MCs Cidinho e Doca), “[do Salgueiro](#)” (MCs Claudinho e Buchecha), “[das armas](#)” (MCs Cidinho e Doca)–, utiliza como base a faixa “[808 Beatapella Mix](#)”, do single 8 Volt Mix” Caceres, Ferrari, Palombini, 2014: 182). Daí essa batida ser conhecida no Brasil como Volt Mix.

29 - Sobre a importância do DJ para a criação do funk brasileiro, sua nacionalização e internacionalização, ver: Vianna, 1987; Essinger, 2005.

30 - Essinger, 2005: 12

31 - Caceres, Ferrari, Palomini, 2014: 178

32 - Del Picchia, 2021: 14

33 - Facina e Lopes, 2010.

34 - Novaes, 2020: 10

35 - Caceres, Ferrari, Palomini, 2014: 180. Há, por certo, referências externas à cultura diaspórica africana. É conhecida a fala de [Mr. Catra](#) sobre a origem alemã do funk. Sobre esta influência, ver: Figueira, João Vitor. [Como o Kraftwerk de Florian Schneider chegou nas favelas do Rio de Janeiro](#). Medium, 6 de maio de 2020.

na primeira década dos anos 2000, com uma especial atenção para a visibilidade de sua expressão inicial no bairro de Cidade Tiradentes, na Zona Leste da cidade.³⁶

Os caminhos dessas trocas e migrações são sempre múltiplos e complexos, produzindo transformações importantes no próprio gênero. Em primeiro lugar, profundas modificações em suas técnicas de produção, em seus ritmos e sonoridades e na sua multiplicação em uma série de vertentes, os chamados subgêneros, passando por estilos diferentes, mas que são lidos como partes do mesmo todo por quem ouve e por quem pratica o funk.³⁷

Uma segunda transformação se deve ao seu caminhar das margens para o centro. Não somente em termos geográficos, inicialmente das favelas para a Zona Sul do Rio de Janeiro,³⁸ mas em termos de visibilidade no cenário musical, entre o *underground* e o *mainstream*, que não são pontos de partida e chegada, mas de trânsitos constantes de um gênero que se popularizou sem abrir mão de sua identidade/territorialidade e, por isso mesmo, enfrenta processos contraditórios de aceitação e repulsa por parte dos demais setores da sociedade. Contradições que se expressam, muitas vezes, de maneira violenta em espaços de poder, como o mercado, a mídia e o Estado, nos quais uma série de estereótipos foram sendo construídos sobre o funk. Desde as acusações de “mau gosto estético”, passando pelas visões moralistas que o acusam de alienação e sexualização até sua direta associação com o crime. É o que a bibliografia converge, em profundo consenso, para nos mostrar, inclusive historicizando essa perseguição ao funk (mas também sua mercantilização e incorporação ao repertório nacional) como parte de uma história mais ampla dos ritmos negros no Brasil, sendo o samba o caso mais (re)conhecido.³⁹

Em suma, “o funk se transforma em função da inventividade dos funkeiros; das possibilidades de seu aparato técnico; e das imposições do aparato de repressão estatal”.⁴⁰ Olhando para essas transformações, o pesquisador Carlos Palombini propôs uma divisão da história do funk “em três períodos: formação, da segunda metade dos anos 1980 ao final dos anos 1990; consolidação, na primeira década do século XXI; e expansão, de 2010 em diante.”⁴¹ Sendo que este terceiro momento corresponde, de um lado, à ascensão da cena paulista, e, do outro, à retração da carioca frente a “pacificação” das favelas, iniciada em 2008 na segurança pública do Rio de Janeiro, que atingiu restringindo significativamente os bailes de favela até a derrocada desta política, a partir de 2016.⁴²

36 - Pedro, 2015; Del Picchia, 2021; Santiago, 2024; Cymrot, 2022; Guedes, 2022; Hikiji, 2015; Oliveira, 2016; Martins, 2017; Menon, 2022, Oliveira, 2020.

37 - Novaes 2020. Neste relatório, os subgêneros serão citados sempre em letra maiúscula. Não apresentaremos definições para eles. Conforme explica Palombini, “os subgêneros não se definem apenas por temáticas, mas também por técnicas, sonoridades, pontos de vista, ritmos e andamentos. Alguns deles são históricos, como a melô e o rap. Outros se hibridizam. E nem sempre é fácil situar uma música inequivocamente em um ou outro subgênero” (2020: 203).

38 - A Zona Sul é a região nobre da cidade do Rio de Janeiro, onde tradicionalmente residem as elites.

39 - Novaes, 2020: 10

40 - Palombini, 2020: 203

41 - Palombini, 2020: 204

42 - Novaes, 2020; Passos e Facina, 2015.

Sabemos que os caminhos por meio dos quais as cenas se movimentam são também muitas vezes invisibilizados. Portanto, ao trabalhar com os jornais como fonte, o interesse desta pesquisa não é construir uma história da formação do funk na capital paulista. Essa história é muito mais complexa do que aparecerá aqui. Nosso intuito é apenas recuperar alguns dos fatos que sinalizam as percepções e as respostas a esta chegada por parte dos círculos de poder, representados pela mídia e pelas instituições do Estado.

Nossa atenção se volta para o fenômeno dos bailes funk de rua, também conhecidos por aqui como “[fluxos](#)”. Um termo que parece fazer referência à informalidade, imprevisibilidade, espontaneidade e fluidez destes encontros de jovens realizados nas ruas e que geram lazer, diversão, renda, profissão, mas também uma infindável lista de problemas para a população, provocando o poder público a se voltar sobre eles. Para quem não conhece a dinâmica dos bailes funk de rua em São Paulo, é importante contar que eles costumam a ser realizados através de aparelhos sonoros muito potentes, os “paredões”, que podem ser montados fixamente nas proximidades de um estabelecimento, mas costumam a ser adaptados a veículos, seja no porta-malas, seja, no caso dos maiores, acoplados externamente. Essa característica confere a tal fluidez, pois permite a espontaneidade, o deslocamento e a reaglomeração dos bailes após sua dispersão.⁴³

A história que segue será contada cronologicamente. Ano a ano, vamos acompanhar as notícias publicadas que fazem referência aos bailes funk. A partir da análise do conjunto de matérias, propomos a seguinte divisão da cronologia, também em 3 períodos: de 2001 a 2006, “A invasão carioca”, quando o funk caiu nas graças da classe média paulistana; de 2007 a 2011, “Avisa que é o funk!”, quando os chamados fluxos de periferia começam a gerar incômodos, sendo caracterizados como um problema da capital paulista; de 2012 até os dias atuais, quando o poder público, pautando-se na ideia de que “o pancadão é um cancro que destroi a sociedade”, se estrutura para fazer do proibicionismo e do punitivismo as suas políticas para o baile funk de rua.

Antes de seguir, é importante ainda avisar que, para evitar o excesso de notas, as notícias que embasam a análise, ano a ano, estarão listadas ao final do texto (hemeroteca). O recurso às notas será usado apenas para explicar ou detalhar informações sobre pessoas, eventos e processos históricos citados no texto.

43 - Pedro, 2017; É possível ter uma boa visão sobre a organização das festas de rua no documentário [No Fluxo!](#) e na reportagem [“O fluxo do fluxo: como os bailes funk transformam a vida de uma favela”](#).

“A invasão carioca”: o funk cai nas graças da classe média paulistana (2001 a 2006)

Conhecida como “[tamborzão](#)”, a batida que está mais associada ao funk na memória auditiva do brasileiro tomou conta do ritmo no início dos anos 2000.⁴⁴ Justamente, no momento em que se vivia a nacionalização e a internacionalização da música funk produzida nas favelas e subúrbios do Rio de Janeiro. A nacionalização se dava não somente pela rádio e televisão, especialmente em programas de auditório, tradicionalmente mais abertos à música popular do que programas especializados em música, mas também pela circulação de DJs, MCs e equipes de som cariocas, contratados por casas noturnas de todo o Brasil.⁴⁵

Através da imprensa paulista, podemos observar não somente esse deslocamento territorial e cultural do funk, como principalmente as percepções e reações a este processo por parte das classes médias e altas, que são os setores sociais representados pela mídia tradicional. Sendo assim, a ideia de “invasão”, presente em muitas das notícias relativas a este período, reflete estranhamentos culturais relacionados aos regionalismos, mas também a questões de classe, raça, gênero e sexualidade. O processo de elaboração desses estranhamentos poderá ser observado no decorrer da cronologia.

2001

Na dimensão da cultura, o funk era tratado pela imprensa como um fenômeno carioca, inicialmente periférico, mas que já havia ganhado as noites da Zona Sul da cidade e, com isso, um certo *status* de moda. Em primeiro lugar, tratava-se de um modismo musical,

44 - A batida foi criada em 1998 pelo DJ Luciano Oliveira, que se inspirou no samba, especificamente no som do grupo de percussão [Funk'n Lata](#), de Ivo Meirelles. A primeira inserção da batida foi no [Rap da Vila Comari](#), dos MCs Tito e Xandão. Na sequência, seu colega, DJ Cabide, a inclui em uma montagem da [equipe A Gota](#). A partir daí outras equipes e DJs começaram a usá-la “até que veio o festival de galeras lá do Coroadado, lá da Cidade de Deus. Foi justamente onde batizaram a batida, no caso, de Tamborzão, porque não tinha nome ainda. Esse festival de galeras marcou muito porque foi de onde saíram os maiores nomes do funk hoje: [Tati Quebra-Barraco](#), [Bonde do Tigrão](#), [Bonde do Vinho](#), vários MCs. E batizaram o Tamborzão” (DJ Luciano Apud Caceres, Ferrari, Palomini, 2014: 190).

45 - A divulgação do funk pela rádio é antiga e acompanhou o próprio desenvolvimento do gênero brasileiro. Conta-se que o primeiro programa foi na Rádio Tamoio, nos anos 1960, comandado pelo DJ Big Boy, que programava músicas de funk e soul americanos (Essinger, 2005). Desde então, foram inúmeros os programas dedicados ao funk brasileiro nas rádios. O próprio DJ Marlboro comandou uma série deles, assim como equipes de som, como a Furacão 2000, tiveram seus próprios programas em diversas rádios. A partir dos anos 1990, Furacão 2000 teve seu próprio programa de televisão por muitos anos e em diferentes emissoras. O funk da Baixada Santista também contou com programação de rádio e TV locais. Entre os funkeiros, comenta-se que a apresentadora Xuxa foi uma das maiores divulgadoras do funk no início de sua nacionalização nos anos 2000, levando diversos artistas para os palcos de seus programas. Diversos outros programas de auditório aos sábados à noite e aos domingos à tarde, permeados de apresentações musicais populares, receberam funkeiros em seus palcos. O funk também foi parte essencial do programa “Esquental!”, apresentado por Regina Casé entre 2011 e 2017, e que tinha como objetivo popularizar a grade de programação da TV Globo.

dimensão na qual o funk seria estigmatizado como passageiro, comercial, vazio e ordinário musical e moralmente, a exemplo de outros ritmos também ascendentes nos anos 1990, como o axé, o pagode e o sertanejo, com os quais ele era então comparado por muitos críticos e jornalistas em razão destas mesmas (des)qualificações. O funk também aparece como moda de vestuário, linguagem e comportamento, havendo especial referência ao comportamento sexual feminino.

Em linha geral, as matérias situam um caminhar do funk do morro para o asfalto, das quadras de favela e clubes de subúrbios para casas noturnas da Zona Sul do Rio de Janeiro e de lá para o restante do país. Diante da “invasão” do então chamado “funk carioca”, as reações apontam em dois sentidos que parecem, em um primeiro momento, antagônicos, mas que vão se mostrar complementares na duração histórica.

De um lado, especialmente ao falar da capital paulista, as matérias carregam uma indisfarçável valorização positiva da apropriação do funk pela classe média paulistana, em uma reprodução do que já vinha acontecendo no Rio, ainda que essa valorização não abra mão de certos estereótipos. De outro lado, especialmente em relação a sua chegada no interior paulista, o debate vinha cercado de receios, combinando os temas da regulamentação e dos ilegalismos. Sentimentos morais enlaçam as duas reações em uma combinação de atração e repulsa contra um gênero considerado, mais do que carioca, preto e favelado.

No ano de 2001, foram publicadas 3 matérias sobre essa suposta elitização do funk, uma sobre o Rio e duas sobre a capital paulista, nas quais a moralidade se revela no tema da moda e do comportamento. No Rio, a notícia disserta sobre uma “cultura popozuda” que teria se alastrado pela cidade, demarcando um novo comportamento sexual e um “novo tipo de feminismo”. Enquanto isso, as matérias sobre São Paulo, acompanhando esta mesma linha, tomam como mote central a novidade da realização de “bailes funk carioca” por equipes de som e casas noturnas do Rio de Janeiro, como a Furacão 2000 e o Castelo das Pedras, em “casas da moda”, localizadas em bairros como Vila Madalena, Mooca e Vila Olímpia.

A matéria intitulada “Funk Fake” é talvez a mais emblemática dessa abordagem do funk como novo modismo paulistano. Trata-se de um documento histórico do estigma que envolvia as visões sobre o funk em São Paulo naquele momento histórico e que, por isso, não se furta a mobilizar a postura refratária de importantes representantes do rap, ritmo encarado como genuinamente paulistano, que consideravam o funk um movimento “sem preocupação social”.

Um pequeno artigo de opinião dentro dessa reportagem, intitulado “O relaxo é o pai do funk”, merece destaque pela representatividade dos preconceitos que vocaliza. Após alguns parágrafos de desqualificação musical, o autor encerra com o seguinte prognóstico: “o funk não dura até o próximo verão, pelo menos além das fronteiras do subúrbio do Rio, seu habitat natural e único lugar em que ele faz algum sentido.” Ignorante de que, já naquele

momento, o ritmo ganhava não somente o Brasil, como o mundo.

Simultaneamente, uma série de outras notícias vão revelar o medo frente a “invasão funkeira” através da resistência do poder público que, seja pela via da regulamentação restritiva do acesso, seja pela via da interrupção/proibição, vão incidir sobre a realização de shows e bailes em espaços privados, lançando mão de ações como: fiscalizações, multas, blitz policial/judiciária, a proibição por meio de liminares judiciais ou pela não autorização da polícia, exigências de emissão de documentos especiais de autorização para entrada de menores, entre outras estratégias. Essas ações começaram no próprio Rio de Janeiro, onde o poder público se ocupava dos bailes no “asfalto”, em clubes por exemplo, como se procurasse conter os bailes nas favelas.⁴⁶

Um dos principais objetos do controle destas ações foi a menoridade. A questão da restrição ao acesso de menores de idade ganhou relevância a partir da atuação do então famoso juiz Siro Darlan, da Vara da Infância no Rio de Janeiro, que repercutiu em decisões semelhantes no interior de São Paulo e em Fortaleza, por exemplo.

São várias as notícias sobre blitz realizadas nos bailes da “mãe loura do funk” em diferentes clubes cariocas, em referência à recém-eleita vereadora Verônica Costa, cujo marido, Rômulo Costa, fundador da Furacão 2000, havia sido preso no ano anterior sob acusação de tráfico de drogas. Essas notícias permitem acompanhar uma mobilização da justiça em torno da presença de menores em bailes cariocas, desencadeada por uma denúncia da secretaria de saúde sobre o caso de uma adolescente que teria engravidado e contraído Aids em um baile. Acontecimento a partir do qual ocorre uma mobilização pela classificação dos bailes em geral como ambientes de exposição a “comportamentos de risco”. Com efeito cascata, o caso escandalizante se reflete em ações da justiça, da polícia e de prefeituras em outros locais do país, como no interior do estado de São Paulo, contra a presença de menores em bailes e shows ou mesmo contra a realização deles.

Contudo, a menoridade era somente uma das entradas das tentativas de controle sobre os bailes funk. Em menor grau, os bailes vão aparecer associados ainda à violência de gangues. Um tema que remonta aos anos 90, embora apenas uma das matérias faça referência às galeras, bailes de corredor e “arrastões”, que marcaram aquela época por meio de uma atuação efusiva dos veículos de comunicação em relação a estes temas.⁴⁷ Uma matéria sobre Fortaleza e outra sobre o interior de SP, por exemplo, falam de brigas em bailes, enquanto uma matéria sobre o Rio associa os bailes ao tráfico de drogas.

46 - Fazendo referência à segregação social do Rio de Janeiro, a “cidade partida” (Ventura, 1994), o termo designa as partes da cidade com infraestrutura urbana, ocupadas pelas classes média e alta. “Asfalto” está em oposição a “morro” que designa de forma mais ampla as áreas reconhecidas como favelas. Isso decorre do grande número de favelas construídas nos morros da cidade, inclusive em áreas nobres, onde estão algumas das favelas cariocas mais conhecidas, como a Rocinha e o Vidigal, por exemplo. Dada esta geopolítica urbana, a oposição centro x periferia não faz tanto sentido no Rio, quanto em São Paulo.

47 - O termo “arrastão” se popularizou pela mídia brasileira, em 1992, por ocasião de um episódio ocorrido na

Mas a versão mais interessante desses movimentos de associação entre o funk e os ilegalismos, dado o investimento na criminalização por associação, são as referências feitas em notícias a crimes cometidos por pessoas que iam ou voltavam de bailes funk, ainda que os bailes não tenham qualquer relação com o crime ou a violência cometida.⁴⁸ As matérias sobre cidades do interior de SP são as que o fazem em maior número, havendo inclusive notícias sobre reuniões do poder público para pensar a segurança e formas de controlar um suposto aumento de crimes que estariam relacionados a estes eventos. Suposto porque não há a citação de fonte que comprove nem o aumento de crimes, nem a correlação entre tal aumento e a realização de bailes. Em todo caso, essa é a primeira ocorrência de um argumento que também se mostrará duradouro na série histórica.

2002

Um segundo episódio marcante da associação entre os bailes e a violência na imprensa foi o desaparecimento de Tim Lopes, em junho de 2002, e os debates que o acontecimento mobilizou.

Como não poderia deixar de ser, há um avolumado de notícias sobre o caso em si, assim como uma quantidade notável de manifestações de comentaristas a respeito do tema. Em comum, elas vão se voltar para os ilegalismos, com foco nas facções criminosas no Rio de Janeiro e o seu domínio territorial, denotando um momento específico da construção das percepções públicas sobre a noção de “violência urbana” no qual o poderio das facções era ressaltado e tomado como o responsável quase exclusivo pela sensação de insegurança pública na cidade, enquanto a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) aparece

Praia de Ipanema, em um domingo de sol do mês de outubro. O episódio em si consistiu em uma briga entre “galeras” rivais das favelas de Vigário Geral e Parada de Lucas, que haviam se desentendido em um baile na noite anterior e marcado nova refrega na praia. No entanto, o caso foi [noticiado](#) como um tumulto generalizado realizado com a intenção de produzir saques e pilhagem dos banhistas. A história deste acontecimento, bem como sua contextualização no histórico de rivalidade entre as duas favelas, é contada em Ventura (1994). O episódio se tornou um divisor de águas no processo de criminalização do funk por parte da mídia e do poder público, impactando as percepções da população sobre o funkeiro como uma ameaça à ordem urbana. Herschmann (2005) mostra como, a partir deste momento, o funk passou a frequentar mais as páginas policiais do que as de cultura. Os “arrastões” despertariam o interesse da mídia, que passou a noticiar com maior frequência episódios de violência ocorridos dentro e na saída de bailes, assim como os “bailes de corredor”. Patrocinados por algumas equipes, estes bailes dividiam o público em lado A e lado B separados por um corredor, onde as brigas podiam ocorrer, ritualizando, assim, a violência e o conflito. Outras equipes, contudo, promoveriam os festivais de “galeras”, em que as rivalidades entre os grupos territoriais que se encontravam nos bailes eram exercidas através de disputas musicais. O interesse pela violência nos bailes logo se desdobraria para acusações de conexão e/ou financiamento do tráfico, que resultaram inclusive em uma CPI municipal, em 1995, que levou ao impedimento do baile do Chapéu Mangueira, favela da Zona Sul, muito frequentado pela classe média. Em 1999, haveria uma CPI estadual. Condenados à ilegalidade, os bailes eram empurrados de volta para as favelas. O processo de perseguição se agravaria com a política de pacificação, que buscou impedir também os bailes de favelas (Facina, 2009; Passos e Facina, 2015). Sobre estes temas, ver o documentário [“Funk Rio”](#)

48 - Esse mesmo expediente de menção desnecessária a bailes funk em tentativas de criminalização por associação são mencionados em Facina e Lopes, 2010.

caracterizada como vulnerável, menos armada e corrupta, quase uma espectadora dos conflitos. O tema era, portanto, os domínios territoriais, as guerras entre facções e os desmandos cometidos pelos traficantes contra a segurança pública (assaltos, arrastões, bondes, atentados) e contra a população favelada.

A corrupção de menores em bailes funk seria um desses crimes, mas não seria a única maneira de associar os dois temas. Em uma matéria sobre a atuação da facção Comando Vermelho (CV), em um episódio envolvendo um “bonde” organizado pelo traficante Elias Maluco, é feita uma menção desnecessária ao baile funk como local onde as identificações de grupo (as galeras) também mobilizavam o termo “bonde”. A gíria, assim como “galera” está relacionada ao contexto dos bailes de corredor, onde havia enfrentamentos entre grupos e era usada para se referir a grupos organizados para ações criminosas. Contudo, o termo era (como ainda é) largamente disseminado no contexto do Rio de Janeiro para se referir genericamente a grandes grupos. O que denota a importância da cultura periférica e do funk para a construção de identidade e sociabilidade carioca desde os anos 1990, quando o gênero ganha o “asfalto”.

Assim como o episódio midiático do [“arrastão na Praia de Ipanema”](#) de 1992, o desaparecimento de Tim Lopes providencia uma possibilidade de conexão mais direta entre a criminalidade e os bailes, mas agora diretamente com o tema do tráfico, já que o jornalista fazia uma reportagem sobre bailes funk supostamente promovidos pelo tráfico no Rio de Janeiro quando desapareceu. Tim Lopes foi ao baile da Vila Cruzeiro (uma das favelas que compõem o Complexo da Penha, no bairro de mesmo nome, na Zona Norte da cidade) com uma microcâmera escondida. Expediente que o jornalista já havia utilizado anteriormente para fazer a reportagem [“Feira das Drogas”](#), no Complexo do Alemão, que lhe rendeu diversos prêmios, mas também a inimizade do CV que, na época, tinha Elias Maluco, traficante acusado pelo desaparecimento, como sua principal liderança em liberdade. Os complexos da Penha e do Alemão, comunidades quase vizinhas, eram dois de seus domínios diretos.

Esse acontecimento específico abre as portas para uma elevação do tom nos discursos sobre os bailes funk na chave dos desmandos de traficantes contra a população favelada. Assim, de locais onde adolescentes poderiam ter comportamentos de risco, os bailes surgem agora como locais de exploração sexual de menores por traficantes. Ou ainda, como local de fachada para suas reuniões.

É perceptível que o episódio vem a ser desdobrado em outras notícias que dão ênfase a situações de ligação circunstancial entre a violência armada e os bailes, como uma matéria sobre a família que foi expulsa da Cidade de Deus (CDD), favela na Zona Oeste, porque uma adolescente foi ao baile funk da favela vizinha, de facção rival à dominante na sua.

As citações aos bailes relacionadas ao desenvolvimento de um pânico moral em torno do domínio territorial dos traficantes também se expressa por meio da ênfase em transformações no subúrbio carioca que teriam sido provocadas pela violência urbana, como a privatização da segurança, o esvaziamento das ruas e a retração das rodas de samba. O baile aparece nesse ponto, como uma espécie de lazer que cresce pela falta de alternativa e de aparelhos públicos de cultura nas Zonas Oeste e Norte do Rio de Janeiro. É a primeira vez que esse discurso aparece na série histórica, mas a ideia do funk como falta de alternativas vai se espalhar junto com o próprio crescimento do mesmo, dando estabilidade histórica a este argumento.

Ao mesmo tempo, a “moda funk” segue em sua plena expansão, noticiada em diferentes tipos de matéria, seja aquela que dá ênfase ao aparecimento da estética funk no Fashion Rio, seja na recorrência com que o baile funk aparece na programação cultural, como na inusitada apresentação de Afrika Bambaataa em um hotel no bairro nobre dos Jardins, ou na curiosa peça de teatro infantil que, na tentativa de modernizar Chapeuzinho Vermelho, descreve a personagem “Vovozinha” como “uma ecologista que adora ir a bailes funk”.⁴⁹

Essa entrada do funk no universo das classes médias paulistanas muda de patamar quando uma casa noturna na Zona Oeste de São Paulo, especializada em música eletrônica, decide incluir no seu catálogo de DJs “residentes” ninguém menos do que DJ Marlboro para comandar uma festa quinzenal.

Criada em 1997, a LOV.E se destacou por trazer artistas consagrados, brasileiros e estrangeiros, ligados a diversas vertentes da música eletrônica, gênero que então vivia seu auge em São Paulo. A realização de bailes funk na cidade já havia mostrado o seu potencial junto à classe média e alta em eventos esporádicos com a contratação de equipes de som cariocas, quando a “[Pancadão](#)” se tornou uma das festas fixas da boate da Vila Olímpia. O que indicava uma compreensão do funk como uma vertente da música eletrônica. Se tal perspectiva não soaria incomum no próprio contexto musical, ou mesmo fora do país, para onde Marlboro e outros DJs já exportavam o “funk carioca”, o mesmo não se pode dizer do Brasil, ou de São Paulo, onde um claro recorte racial segregava os dois gêneros. Nesse sentido, inserida em uma programação fixa de um clube de música eletrônica, a festa tinha um caráter vanguardista inquestionável, seja para a cena eletrônica em si, seja para o

49 - Afrika Bambaataa é um DJ nova-iorquino, considerado um dos padrinhos da cultura hip hop. Com uma visão musical afrofuturista e eclética, foi ele quem incorporou elementos da música eletrônica do grupo alemão [Kraftwerk](#), misturando-os ao rap e ao funk americanos. O álbum “[Planet Rock](#)”, em parceria com o coletivo Soulsonic Force, é uma referência primordial da formação do funk brasileiro. Sobre esta influência e a relação de Bambaataa com o Rio de Janeiro, ver: Essinger, 2005.

cenário mais amplo das festas na capital paulista.⁵⁰

Por ser considerada uma das principais casas noturnas “da moda” de São Paulo, com programação de festas para todos os dias da semana, a LOV.E era frequentada por famosos e conhecida por seu “liberalismo”, ou seja, como local livre para consumo de drogas, para o sexo e comportamentos excessivos. Uma matéria do Uol de 2021, de cunho memorialista e saudosista, descreve minuciosamente, com leveza e bom humor, esse cenário de ilegalismos praticados no interior da casa. Também segundo ela, em 2003, a boate foi um dos alvos da Operação Dancing, realizada pelo Departamento Estadual de Investigações sobre Entorpecentes (DENARC) para reprimir o tráfico de drogas sintéticas. A referida matéria chega a denunciar o uso dessas operações como mecanismo de extorsão.

Em uma busca separada pelo termo “Operação Dancing”, foram encontradas 11 notícias, entre os anos de 2003 e 2006, sobre a operação que tinha nas festas de música eletrônica seu principal alvo. No decorrer destes anos, muitas prisões foram realizadas entre um público que, segundo o próprio DENARC, era constituído por “jovens de classe média alta cursando ensino superior”. Essa diferença se reflete nas manchetes, que relatam a prisão de “jovens”, “rapaz”, “pessoa”, “universitários”, “empresário”, “advogado”, nunca de traficantes. Os nomes das casas noturnas são citados em uma única matéria. Mesmo assim, a operação desencadeou uma forte revolta na cena eletrônica contra sua criminalização e estigmatização a partir da associação com o tráfico.

Em relação às divulgações da festa “Pancadão”, destaca-se ainda, nesse seu primeiro ano, uma nota mais extensa que a de costume por ocasião da apresentação de Tati Quebra Barraco, que chegava de sua turnê pela Europa.⁵¹ O texto afirma que “não é pouca coisa pra quem saiu da favela” tocar na “principal casa noturna de SP”.

O sucesso e a regularidade da “Pancadão” em seu primeiro ano, com notas publicadas quinzenalmente entre agosto e novembro de 2004 no Guia Folha, fez com que este fosse também o primeiro ano na série histórica em que a maioria das notícias se refere à capital paulista. Algo que se manterá até o final da cronologia.

2005

A partir daí, o termo “funk carioca”, predominante desde 2001, começa a alternar em ocorrência com o termo “funk pancadão”. Os termos aparecem como sinônimos, talvez em

50 - Em depoimento para vídeo sobre o fim da casa, os donos e DJs da boate falam sobre a festa Pancadão. A aceitação da ideia de um baile funk em SP como uma proposta irreverente, segundo os depoimentos, é muito representativa tanto do estranhamento, quanto do modismo da classe média e alta em torno do funk sobre o qual estamos falando. [Ver os depoimentos sobre a Pancadão a partir do minuto 7.](#)

51- As notícias sobre a LOV.E aparecem no Guia Folha, sendo, por isso, classificadas na palavra-chave Programação. Em geral, trata-se de um parágrafo curto com as festas, os dias da semana e o endereço da casa, publicada sem destaque em meio a uma lista de outras festas. Em alguns casos, há publicações destacadas apenas da festa Pancadão.

razão da festa, que chega a ser realizada em outras boates em algumas oportunidades, inclusive após o fechamento da LOV.E.

O interesse pelo funk aparece na publicação de uma crítica de Christian Petermann ao documentário [“Sou feia, mas tô na moda”](#), então nos cinemas. Para o crítico, tosco e superficial, como seria o próprio funk. No documentário, podemos ouvir os próprios funkeiros falarem sobre o nascimento do Funk Sensual na CDD (também, ou mais, conhecido como Funk Putaria), apresentando a emergência da vertente como um resgate do funk em relação à violência dos bailes de corredor, que o teriam levado a um momento de decadência em relação à tradição dos bailes black iniciada nos anos 70. De fato, representantes dessa vertente nascidos na favela, como [Deize Tigrõna](#), [Tati Quebra Barraco](#) e o [Bonde do Tigrõ](#), fizeram desta vertente uma oportunidade não somente para suas carreiras como para a nacionalização do funk. Interessante a expressão dessa interpretação do movimento por parte de seus protagonistas se a pensarmos em contraste com a recepção estigmatizada que eles tinham em outros lugares. Por exemplo, foi um show do Bonde do Tigrõ que despertou anseios proibicionistas em Fortaleza e em Limeira, em 2001, justamente sob argumento de que o show seria um pretexto para brigas de gangues. O documentário também fala sobre comportamento sexual feminino, lembrando as primeiras matérias da série histórica

Ocorre que a chegada do funk no estado de São Paulo era mais antiga e remetia a um contexto já muito bem estabelecido a esta altura, embora não na capital, mas na [Baixada Santista](#).

Essa realidade, contudo, aparecerá pela primeira vez na série histórica sob a abordagem do ilegalismo, em uma matéria sobre o Proibidão em Santos. Esta não se refere à cena funk em si, mas à venda de CDs produzidos no mercado informal, que fariam apologia à quadrilha de Naldinho, traficante e atravessador de drogas que, na época, dominava o Porto de Santos. O que motivava a publicação da notícia era a apreensão, naquele mesmo dia, de veículos na concessionária de Naldinho. Sobrepondo, então, as acusações de ilícitos e informalidades com a de baixa qualidade musical, a matéria se refere a gravações “caseiras” feitas ao vivo e comercializadas por camelôs com o intuito de favorecer traficantes.

É interessante notar como o recorte das matérias neste ano de 2005 permite observar, pela primeira vez, o encontro entre os dois caminhos de chegada do funk a São Paulo.

De um lado, através de movimentos de nacionalização mais elitizados, e talvez mais formais, do universo das casas noturnas mais famosas e dos empresários de artistas que já haviam despontado por todo o cenário nacional nos anos 2000. Um importante testemunho de como andava esse processo de nacionalização é a incorporação da cena funk na novela [“América”](#), exibida no horário nobre da TV Globo, na qual a personagem Raíssa, uma jovem rica, se rebela contra a família, frequentando bailes de favela.

De outro lado, havia a chegada do funk na Baixada Santista (e em outros lugares), desde os

anos 1990, através de redes tecidas entre equipes de som, DJs e MCs iniciando suas carreiras, em meio a trânsitos periféricos, relacionados ou não aos mercados informais e tocando em casas noturnas mais populares. Nesta cena, as vertentes Consciente e Proibidão se destacavam.⁵² Esse segundo caminho, muito embora tenha sido o caminho de nascimento do que será chamado mais adiante de “funk paulista”, não é coberto pelo jornal, que o cita pela primeira vez em 2005 e a modo de criminalização.

2006

Enquanto isso, o ano de 2006 se caracteriza pela predominância das notícias relacionadas à programação, mais especificamente sobre a festa Pancadão, que parece ter atingido seu auge na LOV.E. Tanto que o clube realizaria, em junho, um grande baile em um espaço muito maior, a Via Funchal, divulgado como um “Mega Pancadão”.

Em paralelo a isso, as reportagens propriamente ditas, em comum, tratam com o tema dos ilegalismos, seja chamando atenção para o problema da criminalização do funk no Rio de Janeiro, seja operando essa mesma criminalização em São Paulo, mais especificamente ao se referir à Baixada Santista, não somente como local de manifestação da vertente Proibidão, como pela relação estabelecida pelas matérias entre essa vertente e o Primeiro Comando da Capital (PCC).

As duas notícias sobre o Rio partem de entrevistas com o antropólogo Hermano Vianna e o DJ Marlboro, que acabava de lançar mais uma edição da sua coletânea “[Funk Brasil](#)”. Ambos criticam as tentativas do poder público de proibir os bailes no Rio e de aproximá-los de atividades criminosas. Enquanto isso, as notícias sobre São Paulo faziam exatamente esta associação, explorando o tema do crime organizado em razão dos [Crimes de Maio](#). Episódios sempre tratados pelas reportagens como “ataques do PCC”.⁵³

52 - Segundo Novaes, “As categorias “proibido” e “proibidão” são frequentemente acionadas para fazer referência aos funks que abordam a temática da sexualidade de forma explícita – funk putaria – ou aos que produzem narrativas sobre o universo da criminalidade” (2021: 309). O termo, que remete a uma divisão entre o autorizado e o não autorizado, presume a existência de relações de poder e de esferas de operacionalização desse poder, dentre as quais se destacam as esferas estatais, responsáveis por delimitar as fronteiras entre o que pode e o que não pode, o que é ou não é crime. Trata-se de uma definição que tem como referência o universo externo ao funk. Daí que a diferença entre o Funk Consciente, marcado pela crônica social do cotidiano das classes populares, e o Funk Proibidão, acusado de fazer “apologia” ao crime organizado, possam ser, muitas vezes, sutis ou controversas, porque esta é sempre uma diferenciação contextual e profundamente política.

53 - Em maio de 2006, a Secretaria de Segurança Pública realizou uma série de transferências de presos com o objetivo de isolar líderes da facção criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital, o PCC. Como retaliação, o PCC deu início a uma série de ataques e atentados contra as forças de segurança. Na sequência, entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, foram assassinadas mais de 500 pessoas no estado de São Paulo pela ação colaborativa entre agentes de segurança em serviço e grupos de extermínio. Contra a ênfase na atuação dos criminosos presente na denominação “Ataques do PCC”, os movimentos sociais e organismos de direitos humanos utilizam a expressão [“Crimes de Maio”](#) para enfatizar a brutal violência de Estado que marca o desenrolar dos fatos.

É interessante notar como as matérias, ao falar do PCC, misturam a apresentação de uma organização muito bem estruturada, financiada e enraizada no crime, com uma certa leniência com o discurso do poder público de minimização do poderio da organização e exacerbação da capacidade de atuação da polícia.⁵⁴ Sendo, nesse sentido, diferente dos discursos mobilizados para falar do Rio de Janeiro e de suas facções. É assim que o Proibidão e os funkeiros santistas são apresentados em uma longa reportagem, inclusive por meio de recursos visuais, como organogramas, como integrantes da organização criminosa, sendo classificados como “primos” na estrutura da mesma. Assim, segundo as matérias, os funkeiros, amalgamados como se todos fossem adeptos do Proibidão e simpatizantes do PCC, usariam as homenagens como moeda de troca e meios de projeção de suas carreiras.

O contexto cultural da cena funk na Baixada Santista é amplamente ignorado pelo jornal até este momento. O que se torna mais inquietante se pensarmos no seu forte trânsito com a cena carioca, que fez com que, por exemplo, na própria edição de Funk Brasil de 2006, figurasse a música “[Diretoria](#)” de MC Primo, da Baixada Santista, entre outras composições que se tornaram clássicos absolutos do funk nacional, como “[Ela só pensa em beijar](#)” (MC Leozinho), “[Rap Glamurosa](#)” (MC Marcinho), “[Boladona](#)” (Tati Quebra Barraco), “[Tremendo Vacilão](#)” (Perla), “[Atoladinha](#)” (Bola de Fogo e as Foguentas) e “[Som de Preto](#)” (Amilcka e Chocolate). A inclusão da música de Primo na coletânea só aconteceu após Marlboro descobrir que a versão do funkeiro carioca [MC Sapão](#), que entraria no disco, havia estourado sem ter sido autorizada por Primo.

Nessa época, tão invisível quanto a cena santista, eram os bailes de periferia na capital paulista, que já aconteciam com expressão importante, embora ainda não fossem noticiados pela imprensa. No entanto, isso logo mudaria, com a chegada de um novo ciclo no decorrer do qual o poder público enquadraria os bailes como um problema.

54 - O discurso negacionista do Governo de São Paulo em relação ao PCC é histórico. Em 2001, por exemplo, em meio ao grande investimento que marcava o início de uma política de descentralização e interiorização do sistema carcerário, o secretário de segurança pública anunciou ter acabado com a organização criminosa. A transferência de presos, contudo, levou à primeira grande aparição pública do PCC, através de uma rebelião simultânea nos presídios paulistas. Episódio conhecido como a Megarrebelião de 2001. Em 2006, o contexto político-institucional era o de viabilização da candidatura do então governador de São Paulo Geraldo Alckmin à Presidência. Tanto ele, quanto o presidente Lula, que tentava reeleição, buscaram lucrar politicamente com a situação da segurança pública em São Paulo, a partir do episódio dos Crimes de Maio.

“Avisa que é o funk!”: o fluxo periférico incomoda muita gente (2007 a 2011)

2007

Em maio de 2007, o DJ Marlboro deixou o comando da “Pancadão”. Poucos meses depois, em outubro, a última nota na programação da semana referente à festa foi publicada. A casa fecharia em abril de 2008.

É então que, pela primeira vez na série histórica, aparecem notícias sobre a cena musical que se constroi na Baixada Santista, sem que haja referência ao crime, como havia ocorrido nos dois anos anteriores. Como cena musical, ressaltam-se três aspectos: os bailes, as redes estabelecidas entre a cena carioca e a da Baixada, destacando a relação entre os funkeiros e, por fim, a pirataria, as rádios comunitárias e os salões de cabeleireiros frequentados por funkeiros como os meios impulsionadores e propagadores do funk feito na região.

A matéria soa como uma descoberta atrasada, que mobiliza o provável estranhamento do leitor da Folha com a existência de uma cena funk na Baixada Santista. Por isso, a matéria estabelece constantes comparativos com a cena carioca, que já estaria assimilada pelo leitor, para só então relatar que os funkeiros da Baixada já estavam fazendo apresentações na capital paulista, tanto em bairros nobres, quanto periféricos. Assim como no Rio, o movimento começou nas favelas da Baixada e já havia atingido as classes médias, após mais de 1 década de existência.⁵⁵

Segue-se, então, a validação da cena pelos funkeiros cariocas, trazendo questões como uma prometida edição da coletânea “Funk Brasil” só com artistas da região. Com isso, afirmava-se também que o funk da Baixada já começava a influenciar o funk carioca. Um exemplo citado seria justamente a versão da música “Diretoria” por MC Sapão.

Uma segunda matéria trata da pirataria como importante meio de disseminação do funk na região, assim como as rádios comunitárias e salões de cabeleireiro, que faziam a venda de CDs e divulgação dos bailes. Segundo a matéria, seria a pirataria em específico teria permitido a chegada do ritmo a São Paulo, já que CDs seriam copiados e trazidos. Embora comente a recente estreia, na Rede TV!, do programa “[Litoral Funk na TV](#)”, a matéria não

55 - Cabe destacar, contudo, que as comparações com o Rio são parte da própria construção da identidade da cena santista, como mostra o interessante documentário [Pancadão: a trajetória do funk na Baixada Santista](#), realizado como trabalho de conclusão de curso de um grupo de alunos de jornalismo da Universidade Católica de Santos, em 2007. No trabalho, vemos entrevistas com MC Primo e Careca, além de uma apresentação no palco do MC Felipe Boladão e Neguinho do Kaxeta. os 3 primeiros foram vítimas e o último sobrevivente da chacina dos funkeiros na Baixada Santista, em 2012.

chega a situar a importância específica que a internet já tinha naquele momento para divulgação e o acesso do público ao funk da Baixada.⁵⁶

De todo modo, é a primeira vez também que se mencionam os bailes funk nas periferias da capital. É difícil dizer exatamente quando eles começaram a ocorrer. Por meio da fonte de pesquisa escolhida, mapeia-se melhor quando eles começam a chamar atenção da mídia. Fato que parece ser a real motivação das reportagens sobre a Baixada, como se elas buscassem pelas origens do novo fenômeno na capital, “descobrimo” assim aquela que era então considerada a 2ª cena funkeira mais importante do país.

Destaca-se o título da matéria “Pancadão da Baixada”. Conforme dito anteriormente, o termo “funk pancadão” começava a substituir “funk carioca”, que desaparece progressivamente das notícias. Acompanhar a série histórica é ver o termo “pancadão” torna-se gradualmente sinônimo de baile funk. Contudo, este termo vai sendo utilizado cada vez mais, e de forma cada vez mais homogeneizante, pelos atores que observam e se referem aos bailes de fora, enquanto os frequentadores usam uma maior variedade de termos. No decorrer da série histórica, vamos observar a crescente transformação de “pancadão” em um termo pejorativo por estes observadores externos, com destaque para a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP). O termo também servirá para ocultar a singularidade dos bailes, uma vez que as reportagens não se referem aos seus verdadeiros nomes.

2008

O 1º Festival de Funk Canta Tiradentes aconteceu em 2008 por iniciativa da Subprefeitura local. Contam inúmeras fontes que a dupla de rap [Backdi e Bio G3](#) conheceram o funk da Baixada Santista, por volta de 2005, e se encantaram pela batida. Transitando para o ritmo, começaram a [organizar bailes, improvisando palcos e sistema de som nas ruas da Cidade Tiradentes para a apresentação de MCs locais e da Baixada](#). Sem autorização, os bailes estavam reunindo mais de 10 mil pessoas e começando a criar problemas e conflitos com a comunidade, com constantes aparições violentas da polícia. É nesse momento em que o então subprefeito, Renato Barreiros, decide dialogar com os organizadores para pensar soluções para o problema. O festival foi uma das mais importantes iniciativas desta parceria. Porém, não foi noticiado neste momento pela Folha.

São apenas 5 notícias neste ano, que se concentram na divulgação de festas privadas, além de uma passeata LGBT e feminista na qual cantou-se músicas e palavras de ordem ao ritmo de funk, e um show de uma cantora japonesa que canta “funk carioca politizado”.

56 - Com destaque para o site [funkmp3.net](#), onde se disponibilizavam e baixavam músicas. Sobre a construção da cena na Baixada Santista ver, por exemplo, Oliveira, 2020 e Pedro, 2015.

É no ano seguinte que o olhar finalmente se volta para o que acontecia em Cidade Tiradentes, por ocasião da segunda edição do festival. Quando o nascimento de uma cena paulistana é finalmente noticiado, já é preciso reconhecer o seu status de “febre” na periferia. Tal reconhecimento inspira um artigo do antropólogo Hermano Vianna sobre a história do movimento funk e de como ele se desenvolve em redes, criando novas cenas.

São três notícias sobre a [nova cena da Cidade Tiradentes](#). Elas relatam uma migração do funk do Rio diretamente para a capital paulista (apagando sua passagem pela Baixada Santista), onde a oportunidade de aproximação com o poder público veio da postura da Subprefeitura de Cidade Tiradentes que, diante das reclamações de moradores, estabeleceu diálogo com o movimento, criando eventos com estrutura, controle de consumo de bebidas por menores e com o veto ao Funk Proibidão. Estabeleceu-se, assim, uma forma de regular a atividade que passava pelas questões dos usos do espaço urbano e do barulho, mas que chegava à produção artística em si, na medida em que determinava aquilo que não era aceitável dentro de uma atividade permitida e incentivada pelo poder público, daí o nome “[permitidão](#)”.

Comenta-se o estímulo institucional ao desenvolvimento de um funk consciente, mas também do apoio ao funk que falava de diversão e de consumo, em um contexto político-econômico de crescimento do poder de compra das classes populares que era então vivido no país. Ou seja, tratava-se não somente de uma nova cena em termos de territorialidade, mas também do surgimento de uma nova vertente: o [Funk Ostentação](#).

Esse foco na regulamentação dos bailes é destacada por Hermano Vianna em seu artigo, no qual contrasta a postura da subprefeitura de Cidade Tiradentes com o que vinha acontecendo no Rio, onde, entre formas variadas de criminalização, a “Lei Álvaro Lins”, de 2008, e a política de pacificação, vinham dificultando a realização dos bailes de favela. O antropólogo arrisca analisar essa regulamentação como uma característica da lida paulistana com o problema, já que uma reação similar havia ocorrido em relação ao hip hop e o skate durante a prefeitura de Luíza Erundina, nos anos 1990. Para Vianna, esse contato com o poder público, presente na lida com as duas cenas “irmãs” paulistas, refletiria a própria postura do poder público na cidade. A história, infelizmente, provaria que ele estava errado e que essa receptividade das instituições municipais da Cidade Tiradentes em relação aos bailes de rua seria a exceção, não a regra.

O antropólogo não cita a questão do consumo/ostentação, mas fala de um “novo estilo do funk carioca” criado em São Paulo ou um “funk carioca paulistano” e resgata a origem comum do funk e do rap na [cultura hip hop](#), de presença relevante na capital paulista. Cabe mencionar que, apesar disso, e muito embora os MCs paulistas tratem o rap como uma

influência, há também uma percepção de que o funk cresceu em São Paulo na retração do rap.

É preciso ressaltar que a primeira política de resposta aos bailes de rua, percebendo-o como uma realidade existente, mas que gerava resistências e incômodos concretos nos municípios – um problema público, portanto – foi tomada por um poder local (uma subprefeitura) no sentido de estabelecer uma regulamentação. Ainda que com uma postura de domesticação e regulação moral do movimento, a subprefeitura buscou respeitar os realizadores como artistas e os eventos como programações culturais e de lazer.⁵⁷ Se havia reclamações, é de se supor que a polícia estava sendo acionada e que, portanto, pelo menos desde 2008 essa já era uma demanda para as forças de segurança. Nesse contexto, estabelecer uma política é assumir um papel na construção de uma diretriz para a resolução do problema, reconhecendo que não compete à PMESP fazê-lo.

Mas se a gestão da subprefeitura da Cidade Tiradentes ganhou notoriedade por tomar essa posição, é porque esta foi uma atitude fora do padrão. O que estava acontecendo, então, nos outros territórios da cidade?

Antes de seguir, cabe mencionar dois artigos de opinião que foram publicados neste ano e são dignos de comentários. De Ruy Castro, jornalista e biógrafo, autor de livros inclusive sobre a Bossa Nova, temos uma dura crítica à derrubada da Lei Álvaro Lins na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), que caiu sob a resistência do movimento funk.⁵⁸ O que motivou a criação da [Associação dos Amigos e Profissionais do Funk](#) (APAFUNK). A luta contou com apoio de diversos nomes importantes do samba. A crítica de Castro, que se voltava para a perturbação do sossego, também se refere a esse apoio dos sambistas aos discursos sobre uma perseguição de caráter racial que se desdobrava do samba para o funk. Comparação que ele chama de cínica, chegando a minimizar a perseguição ao samba e a questão racial que conecta os dois casos.

O segundo artigo, de Renato Janine Ribeiro (filósofo e cientista político, que viria a ser ministro da educação de Dilma Rousseff), refere-se ao episódio Geisy Arruda, citando o baile funk como local onde as pessoas teriam problemas em controlar seus impulsos sexuais.⁵⁹

2010

O Festival Canta Tiradentes terá uma terceira edição, em 2010, que foi também a última.

57 - Sobre o Rio de Janeiro, Passos e Facina (2015) contam sobre a política da secretaria de cultura para regular e, assim, permitir bailes nas áreas com Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), onde os bailes eram proibidos.

58 - Isso não alterou a política de proibição de bailes nas favelas com UPP.

59 - Completa 15 anos em 2024, o episódio Geisy Arruda. Hoje influenciadora digital, Geisy era estudante, na extinta Universidade Bandeirantes (Uniban), quando foi perseguida por outros estudantes por estar usando um vestido curto cor de rosa. Carvalho, Felipe. [Geisy Arruda vai celebrar 15 anos da polêmica do vestido rosa com festa](#). CNN Brasil, 10 de outubro de 2024.

Mostrando que a disposição da subprefeitura em dialogar com o movimento funk findou junto com a gestão de Barreiros. Ao mesmo tempo, surgem sinais de que outras abordagens para o mesmo problema estavam partindo de outras subprefeituras. A Subprefeitura de Santana, por exemplo, aplicaria neste ano a maior multa da história da Lei Cidade Limpa (de 2006) nos responsáveis por espalhar cartazes de divulgação do baile Mega Funk 2.

O interessante é que a multa foi aplicada a um sujeito indeterminado, já que a matéria relata a dificuldade da subprefeitura de encontrar os responsáveis pela produtora que divulgava a festa. Ainda assim, dizia-se que a multa seria aplicada como um “exemplo”. Absolutamente desconhecida na época, a produtora responsável era a GR6 que, ironicamente, só fez crescer e expandir seus negócios desde então.⁶⁰

Mas 2010 é o ano em que um fato muito mais grave atingiria o funk paulista: o assassinato do [MC Felipe Boladão](#) e do DJ Felipe da Praia Grande. O crime aconteceu na Praia Grande, quando a dupla esperava por seu transporte para um show que fariam em Guarulhos, cidade da região metropolitana da capital.

Ignorado pela Folha, o caso foi coberto por A Tribuna de Santos, sendo narrado como um homicídio misterioso, mas cuja dinâmica de execução pode ser inferida como ação de grupo de extermínio por meio dos detalhes fornecidos pelas matérias, ainda que nenhuma relação com a polícia seja feita. Fato é que Felipe cantava sobre o universo do crime entre diversos outros temas que compõem o cotidiano periférico e era, possivelmente, um dos MCs que a polícia acusava de pertencimento ao PCC, tal como apareceu em uma notícia de 2006. Felipe segue sendo uma das principais referências do Funk Consciente paulista até os dias de hoje.

Os rapazes seriam os dois primeiros de uma série de 5 funkeiros executados na Baixada Santista, entre 2010 e 2012. Todos eles eram identificados com o Funk Consciente e se referiam ao crime e à violência policial. Suas mortes aconteceram todas no mês de abril, ao longo de três anos, e apresentaram uma dinâmica de execução. Em 2022, foi comprovada a participação policial em uma das mortes. Por isso, iremos nos referir aos crimes como um único episódio, o qual chamaremos “[chacina dos funkeiros da Baixada](#)”.⁶¹

Vê-se desenhadas até aqui 3 formas do poder público lidar com o funk e os bailes, todas elas partindo de sua associação com os ilegalismos. No executivo municipal, na vigência de uma gestão Gilberto Kassab que não definiu diretriz em relação ao problema, ora se domestica, ora se pune com multa esses ilegalismos. Enquanto no executivo estadual, em um governo José Serra que também se furtava a elaborar politicamente sobre o problema, as forças de

60- Hoje é uma das grandes produtoras de funk de São Paulo: holding com quatro empresas. O canal GR6 Explode é o 7º do YouTube Brasil, tem 41,4 milhões de inscritos, 28 bilhões de visualizações, 200 funcionários e 250 artistas. Da Rocha, Lúcio Guilherme. [O Xadrez do Funk em SP](#). Splash Uol, 29 de outubro de 2020.

61 - A conexão entre as mortes e seu impacto na cena da Baixada Santista são tratados no documentário “Mortos em Abril” em dois episódios [“Mataram uma geração: como 4 assassinatos mudaram o funk da Baixada Santista”](#) e [“Mortes de Felipe Boladão, Duda, Primo e Careca estão há 10 anos sem respostas”](#)

segurança pública estão livres para agir segundo suas disposições de incriminação propriamente ditas, seja pela associação direta dos bailes e dos funkeiros com o crime organizado, seja pelo uso ilegal da violência letal por seus agentes.

Mas se o poder público se eximia de estabelecer uma diretriz política em relação aos bailes funk, seja na administração municipal, seja na estadual, o movimento de associações confusas entre os ilegalismos e o funk já se apresenta como uma possibilidade de uso político-eleitoral. É o que mostra uma notícia sobre o debate Folha/UOL entre candidatos a governador, no pleito de 2010. Segundo ela, Aloizio Mercadante, candidato do PT, teria “guardado na manga” duas acusações contra seu adversário, Geraldo Alckmin: a de fazer acordo com o PCC para evitar rebeliões em presídios e de permitir a disseminação de bailes funk ligados ao tráfico de drogas.

Temos, assim, um primeiro momento em que se observa os bailes sendo reconhecidos como um problema ao ponto de serem mobilizados em uma campanha eleitoral. No caso, mobilizados como um problema de segurança pública. Esse movimento permite observar o quanto a associação do funkeiro com o crime já surgia na cidade como parte da marginalização dos setores populares. Fator do qual podiam se nutrir politicamente tanto a direita quanto a esquerda.

2011

Assim, o funk segue figurando de diferentes maneiras em notícias que tratam de processos de regulamentação e de ilegalismos, sendo esta a abordagem predominante em 2011.

Duas matérias sobre o Rio e São Paulo retomam a questão da regulamentação, na qual os ilegalismos só aparecem como contrapondo. Uma matéria sobre a carreira de [MC Dede](#), o Festival Canta Tiradentes (no qual ele foi o campeão da 3ª edição) e o processo de regulamentação e a cena funk criada a partir dali. Sobre o Rio, a matéria trata do [Festival Rio Parada Funk](#), iniciativa da APAFUNK com a secretaria de cultura, que aconteceu na esteira da revogação da Lei Álvaro Lins e a aprovação da lei que tornou o funk patrimônio cultural no Rio de Janeiro.

Contudo, em 2011, uma segunda vítima surge entre os funkeiros da Baixada. O [MC Duda do Marapé](#), embora citado na matéria “Pancadão da Baixada”, também não teve sua morte mencionada pela Folha. Como no ano anterior, as matérias que tivemos acesso são sucintas em descrever a morte, mas dão detalhes que apontam, mais uma vez, para a dinâmica de execução. Duda foi morto próximo à cracolândia de Santos, após sair de um show.

Mesmo nas matérias que não tratam do funk diretamente, aparecem formas de aproximação dos bailes com o universo do ilegal ou, mais genericamente, da desordem. Ideia que vai se mostrar extremamente relevante para fundamentar uma perspectiva repressiva sobre os bailes funk.

É na ideia de desordem que se baseiam, por exemplo, duas matérias cujo tema seria a

educação pública. Ambas tratam da “pior escola pública de São Paulo”, ainda que cada uma delas esteja falando de uma escola diferente. Isso acontece porque as reportagens usaram dois diferentes índices de medição, o Saresp e o Enem. Em comum, elas falam sobre escolas caracterizadas pela precariedade de sua infraestrutura, a desordem e a indisciplina dos alunos. A ocorrência de bailes funk nas escolas seria uma espécie de síntese do caos em que estavam mergulhadas. Assim, “a pior escola de São Paulo tem baile funk em aula e rebelião”, indica o título sensacionalista de uma das matérias.

Outras 4 notícias fazem associação indireta e desnecessária entre os bailes e atos de desordem ou pessoas acusadas de violência. Em alguns casos, muito embora a relação entre os atos violentos, como incêndios de veículos, e os bailes funk sejam absolutamente hipotéticas, ela figura nos títulos das matérias. Essa tendência à criminalização dos bailes já havia aparecido no primeiro ano da série como parte das primeiras reações à chegada do funk em São Paulo e havia diminuído com o passar dos anos. Contudo, reaparece com a disseminação do funk entre adolescentes periféricos na capital.

É difícil dizer hoje com precisão qual a dimensão tomada pelos bailes funk de rua naquele momento. Pode-se afirmar, contudo, que já se estava diante de um fenômeno disseminado pelas periferias da capital. Por isso, é interessante ver, em uma matéria sobre o lançamento de um jogo de videogame, o quanto o jornalista demonstra exasperação com o fato de São Paulo ter sido confundida, pelo criador estrangeiro, com o Rio de Janeiro. Para o jornalista, um dos indícios dessa confusão seria o fato de São Paulo ter sido retratada como uma “cidade funkeira”. Mas o fato é que, se SP ainda não era uma cidade funkeira, já caminhava firmemente para ser.

Daí, inclusive, a importância de outras três matérias deste ano. A primeira delas é uma entrevista com um músico de reggae que diz ter escolhido tocar nas periferias depois de ter tido muitos problemas, nas áreas centrais, com o Programa de Silêncio Urbano da Prefeitura, o PSIU. As outras duas notícias tratam da ampliação da chamada Operação Delegada Criada em 2009, a operação é aquela por meio da qual a Guarda Civil Metropolitana (GCM), literalmente, delega o seu poder de fiscalização à PMESP, incorporando agentes policiais a tarefa de controle de contravenções e desordem urbana cumpridas por agentes municipais. Em 2011, a operação estava sendo ampliada em dois sentidos: a área de atuação, inicialmente restrita ao centro da cidade, se estenderia para todas as subprefeituras; e a atribuição de fiscalização de mercados informais, especialmente a atuação de camelôs, se ampliaria para outras atividades.

Esses dois tópicos, o PSIU e a Operação Delegada, serão retomados adiante, mas já podemos destacar aqui duas questões. Primeiro, a sugestão de ineficiência do programa de silêncio urbano nas periferias em contraste com as áreas centrais. Em segundo lugar, o quanto a questão do “bico oficial”, como era chamada a Operação Delegada, parece irônica, quando pensamos que o exercício de um segundo trabalho por profissionais da segurança pública é proibido. Dessa forma, a operação maneja institucionalmente um ilegalismo para coibir os ilegalismos populares. Uma situação que não deixa de antecipar uma característica que marcará um novo ciclo na vida do poder público com o problema dos bailes de rua.

“O pancadão é um cancro que destrói a sociedade”: a solução proibicionista (2012 ...)

2012

2012 é um ano muito importante nessa série histórica, pois ele é um ponto de inflexão na delimitação dos bailes funk de rua como um novo problema público e, conseqüentemente, de conformação de uma maneira institucional de lidar com ele.

É nesse ano que surgem as primeiras notícias sobre a realização de operações policiais. Isso não significa que a PMESP começou a atuar frente ao problema apenas neste ano. Significa que os bailes se estabeleceram publicamente como um problema da alçada da corporação, em relação ao qual ela passará a se dedicar com estratégia e diretriz próprias, frente a inação, até o presente momento, de outras autoridades, em especial as eleitas.

A primeira dessas estratégias da PMESP é nomear o problema. A partir desse momento, portanto, vemos o problema dos “pancadões” e das “operações contra os pancadões”, até então ausentes da imprensa, aparecem em 6 notícias. Em 4 delas, o termo “pancadão” está na manchete.

A matéria intitulada “Operação Pancadão apreende 27 adolescentes em baile funk”, publicada em janeiro, é a primeira da série histórica em que aparece o nome que mais tarde batizaria oficialmente a operação na qual aconteceu o Massacre em Paraisópolis.

Ocorrida no Jardim Capelinha, bairro da Zona Sul da capital, essa primeira operação foi viabilizada por uma união de esforços entre várias instituições – a PMESP, a Polícia Civil do Estado de São Paulo, a GCM, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e o PSIU – com o objetivo de verificar veículos com som acima do permitido. Tratava-se, portanto, de um problema de poluição sonora. O resultado da operação foi a apreensão de adolescentes e a fiscalização de veículos. Os jovens foram levados para o Distrito Policial (D.P.) ouvidos e liberados com a presença dos pais, já os carros foram multados por som acima do permitido e por venda irregular de bebidas. O representante da PMESP falou à reportagem sobre o sucesso da operação, sem nenhum confronto, atribuindo-o à preparação com base em inteligência.

Matéria semelhante, dias depois, trata do mesmo arranjo operacional no Jardim Ângela, bairro também da Zona Sul, desta vez contra um estabelecimento comercial. Assim como na operação anterior, a matéria pontua uma preparação conjunta para a realização da ação, que contou ainda com o Conselho Tutelar. Por ser mais extensa, a matéria aponta os problemas encontrados durante o operativo: estabelecimento funcionando ilegalmente, menores embriagados e a existência de um espaço destinado ao sexo e uso de drogas no

local. Neste caso, a PMESP dispersou “fluxos” na rua utilizando as chamadas “armas não letais”.

Os problemas reclamados nos dois casos que motivaram a operação foram os mesmos. Não somente o barulho, mas também drogas, bebidas, sexo, além do próprio fechamento das ruas. Ao ouvir moradores, também aparecem reclamações sobre as letras das músicas. A matéria apresenta a tese de que os “pancadões” proliferam por falta de opção de lazer nas periferias e dá espaço para o confronto de opiniões em duas minientrevistas, uma com o subprefeito de M’Boi Mirim (região administrativa correspondente ao bairro), Beto Mendezs, e outra com a jornalista cultural Tatiana Ivanovic. Em sua fala, o subprefeito informa que a motivação da operação era a perturbação do sossego e que a colaboração entre as instituições se devia à limitação legal da atuação de cada uma delas. Enquanto a fiscalização de poluição sonora e da Lei Cidade Limpa são atribuições da Prefeitura, os crimes são de responsabilidade da PMESP. A colaboração, portanto, ampliaria a capacidade de ação institucional.

A terceira matéria nessa mesma chave é de março e se refere à Zona Norte, na região do Tremembé. Diferente das anteriores, a reportagem acompanhava o baile, não a operação, quando a polícia chegou ao local para dispersar. Nesse sentido, essa é a primeira matéria que se refere ao uso da força nessas operações. Apesar disso, a abordagem não é a da violência policial, mas a do confronto, já que contra as bombas dos policiais e suas tentativas de fazer ceder o som, os frequentadores teriam lançado pedras e garrafas. Com isso, está posta também uma das principais teses usadas pela PMESP para justificar o uso da violência. A matéria também insinua uma ineficiência das ações policiais, uma vez que os bailes colocariam a PMESP para passar as noites de finais de semana a circular entre uma dispersão e outra, uma vez que os moradores não param de acionar o serviço de atendimento da corporação (o canal 190). Os bailes, segundo a matéria, colocariam em oposição frequentadores e moradores, ficando a PMESP “no meio desse embate”. Dentre os motivos de reclamação estão as mesmas questões enumeradas nas demais matérias com o acréscimo da prostituição, que supostamente ocorreria nos bailes.

O que a Folha não noticiou, contudo, foi o episódio ocorrido em São Miguel Paulista, Zona Leste, no dia 21/02. Vinícius Queiroz da Silva, de 15 anos, perdeu a visão do olho direito durante uma operação policial. Ele conversava com um amigo perto de um carro que tocava música alta, quando uma viatura da Força Tática do 29º BPM/M disparou tiros de balas de borracha, atingindo-o no olho direito. Os policiais registraram duas ocorrências alegando que o menino tinha sido atingido por uma pedra. Contudo, seus pais e seu advogado se movimentaram para não deixar o caso ser arquivado. O jovem chegou a depor na comissão de disciplina do próprio batalhão. Por parte da mídia, o caso teve pouca repercussão. Sabe-se que uma [matéria de televisão](#) foi feita pelo SBT, mas não se encontram muito mais notícias a respeito do caso. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), na época presidida pelo deputado Adriano Diogo, levou o jovem a uma de suas sessões, onde o caso foi debatido. Foi através da notícia dessa sessão, no próprio portal da Alesp, que tivemos informações mais precisas do caso. Em uma pesquisa livre sobre

lesões graves e mortes em operações policiais contra bailes funk, esse foi o caso mais antigo encontrado.

Mais duas matérias se referem ao “pancadão” em suas manchetes. Uma delas é sobre o Programa Polo de Brincar, realizado pela Prefeitura nos “bairros carentes” da cidade com objetivo de fornecer uma alternativa de lazer para as crianças e a família. A notícia trata do Jardim Robru, Zona Leste, onde os brinquedos e atividades do programa foram instalados na Praça Sete Estrelas, deslocando, assim, o “pancadão” que ocorria aos domingos. Além de trabalhar sobre a associação negativa entre os bailes e as crianças, que dá ao programa uma perspectiva salvacionista, essa é mais uma matéria que trabalha com a premissa de que os bailes se espalham por falta de alternativas. A segunda matéria faz parte de uma longa reportagem baseada na pesquisa DNA Paulistano do DataFolha, sobre a percepção dos moradores da cidade. Na seção sobre a Zona Sul, os pancadões aparecem em destaque como uma das fontes de poluição sonora que “tiram sono dos moradores”, sendo o barulho um relevante problema da região destacado na pesquisa.

Observando todas as matérias em conjunto, podemos perceber que, em 2012, o objeto da repressão estava estabelecido e nomeado sem vacilação. Fazendo referência direta à batida sonora e, assim, ao incômodo causado por ela, “pancadão” surge como termo pejorativo que, ao longo dos anos, foi se mostrando capaz de agregar muitas camadas de depreciação e associação dos bailes com a desordem. Como vimos, as matérias sugerem que a justificativa para a repressão de um “pancadão” está em aberto, pois o barulho nunca é isoladamente o problema, mas parte de um amálgama político e moral de problemas e incômodos, que incluem a prática de ilícitos penais e contravenções, mas também de infrações administrativas e condutas que fogem a qualquer tipificação, mas que são apresentadas como moralmente condenáveis. Tratado como um continuum pouco discernível, é a desordem que faz dos bailes funk eventos condenáveis e incompatíveis com as figuras do cidadão e do trabalhador.

Mas se, nesse conjunto disforme e indefinido de problemas, a poluição sonora é apenas um dos elementos que compõem a perturbação do sossego dos moradores, sinalizando o despontar dos bailes de rua como um problema que não poderia mais ser ignorado pelos governantes, podemos dizer que é a poluição sonora em específico a porta de entrada encontrada para fazer dos bailes um objeto da intervenção estatal. É também por meio da poluição sonora que o ignorado tema dos bailes funk de rua nas periferias irrompe na mídia, por meio de pesquisas e falas de moradores, produzindo uma discussão sobre o uso apropriado dos espaços públicos.

Os estudos sobre a poluição sonora indicam que a classificação dos sons como impróprios é um processo que tem mais relação com os comportamentos considerados inadequados do que com a objetividade do som ou com a questão da saúde pública.⁶² Sendo assim, é o olhar

62 - A problematização pública da poluição sonora estava em franca expansão no mundo e também em São Paulo naquele momento. É quando se começa a discutir, por exemplo, a produção de um mapa do barulho da

para este novo elemento – o espaço público, a cidade e os seus usos – o que difere as iniciativas de regulamentação que surgem neste momento daquelas vistas no início dos anos 2000, quando as tentativas de controle se voltavam para os espaços privados, acionando, especialmente, a questão da menoridade.

Fica evidente também nas matérias que a interface de comunicação desse problema à institucionalidade foi a estrutura da segurança pública. A partir de outras fontes de pesquisa sabemos do papel cumprido pelos Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg), pelos canais 190 e o 156 da Prefeitura, na mobilização das instituições.⁶³ Daí que as Subprefeituras e os batalhões de área, instituições que atuam nas localidades e que são, portanto, as portas de entrada da institucionalidade para as reclamações cotidianas do cidadão, tenham sido os primeiros a lidar com o problema. Diante da ausência de diretrizes políticas vindas das instâncias superiores de poder, estas instituições dialogaram entre si para encontrar soluções, potencializando suas diferentes competências que, sozinhas, não eram capazes de atuar sobre o problema.

Isso acontecia porque o barulho é uma contravenção social fiscalizada pela municipalidade, em relação a qual a PM tem pouca possibilidade de atuação. No entanto, ela segue sendo a instituição mais acionada, dado o seu papel de controle da ordem pública. É assim que o problema dos bailes tocam numa zona nebulosa, já que a PM, que deve atuar sobre crimes, também pode atuar sobre algumas contravenções e ainda sobre a desordem. É o que defendem alguns setores internos e externos às forças de segurança, segundo os quais os atos de desordem levam ao crime e, por isso, precisam ser reprimidos da mesma maneira e intensidade que eles. A chamada “[teoria das janelas quebradas](#)” é a ideologia que dá sustentação à uma política de policiamento conhecida como “tolerância zero”.⁶⁴ Ela está bastante associada às noções de vigilância e policiamento comunitário, que estão na base da criação do Conseg. Por meio dessas teorias, a própria PM reivindica para si um papel amplo no controle sobre a ordem pública, contando, para isso, com o apoio do cidadão. Dessa maneira, a associação dos bailes à desordem e a crimes por parte dos denunciadores, sejam esses crimes reais, supostos ou inventados, é a ação que permite a intervenção policial no problema. Daí a importância da elaboração de um vocabulário moral em que as condutas desviantes/desordeiras/imorais/informais/ilegais se misturem. Um bom exemplo disso é uma matéria na qual se argumenta que os bailes fazem “apologia ao sexo”, mesmo não

cidade, tarefa não concretizada até hoje. Para entender a produção dos debates e legislação relativa à poluição sonora em SP, além de uma excelente análise de como a questão dos bailes funk se encontram com este debate, ver: Cardoso, 2017, 2018 e 2019.

63 - O Canal de serviço 156 é aquele por meio do qual toda demanda do munícipe de São Paulo à prefeitura deve ser realizada. O 190 é o telefone de comunicação de emergência à Polícia Militar. Já os Consegs são a entidade na qual, desde 1985, os cidadãos podem discutir, planejar e acompanhar aquilo que identificam como problemas de segurança da localidade em que residem. Eles se organizam por área de policiamento, permitindo a articulação entre os moradores e as autoridades policiais civis e militares locais, além de representantes de outros poderes que costumam se fazer presentes. As reuniões ocorrem uma vez no mês.

64 - Para ler mais sobre a correlação entre a política “tolerância zero” e os bailes funk, ver: Cymrot, 2022 e Cardoso, 2019.

ficando claro qual seria o problema em se fazer sexo.

Foi isso que o sociólogo Leonardo Cardoso observou no Conseg Campo Limpo, em 2012.⁶⁵ O seu trabalho, que também acompanhou as mobilizações para a primeira operação divulgada pela imprensa como Operação Pancadão, na matéria citada alguns parágrafos atrás, nos permite saber que este foi um trabalho concebido no 37º BPM, então comandado pelo tenente-coronel Deufrânio Barbosa de Carvalho. O militar coordenou a produção de um dossiê (talvez o primeiro dos muitos outros que vieram) sobre os bailes funk para, assim, embasar a concepção de uma nova lida institucional que contornasse as limitações de atuação da PMESP no problema. Temos então a colaboração institucional como forma de possibilitar a estratégia de punição financeira dos envolvidos na promoção de bailes através das multas, que só poderiam ser dadas pela Prefeitura. Nesse processo, foi identificada pelos agentes estatais a necessidade de ampliação da punição na forma de multa para o confisco dos carros, o que ainda não era possível pela legislação.

Voltando aos jornais, 2012 é mais um ano em que a Baixada Santista dá a tônica das notícias sobre a violência. Neste ano, ocorrem mais duas execuções, de [MC Primo](#), em São Vicente, e [MC Careca](#), em Santos, além da [tentativa de assassinato de MC Neguinho do Kaxeta](#). Primo, que também havia sido citado na matéria “Pancadão na Baixada” como um dos funkeiros influentes até no Rio de Janeiro, foi morto na porta de casa, na frente de sua mulher e filhos. Careca foi morto em seu salão de cabeleireiro, onde estava trabalhando na hora do crime. Ele havia feito dupla durante muitos anos com [MC Pixote](#), que foi preso duas vezes, em uma delas acusado de participação em um atentado do PCC contra uma delegacia, em 2006.

As mortes provocam terror e acendem o alerta entre os funkeiros da Baixada, provocando o movimento [“O Funk Pede Paz”](#), chamando atenção para o fato de que os assassinatos poderiam estar relacionados entre si e a processos mais amplos de associação do funk ao crime. O movimento vai se conectar e receber apoio do [Movimento Independente Mães de Maio](#).⁶⁶

A investigação da morte de Careca, que é a última a acontecer, também será a primeira a lançar o olhar mais concretamente sobre a polícia. Mas isso ocorre principalmente porque as mortes de Primo e Careca se passam no meio do ciclo de retaliações entre a PM e o PCC, que ficou conhecido como [Crise de 2012](#).⁶⁷ Nesse contexto, a Corregedoria da PMESP e o

65 - Cardoso, 2019.

66 - O Movimento Independente Mães de Maio é uma rede de mães que se organiza contra a violência de Estado, nasceu em resposta aos Crimes de Maio de 2006, na região da Baixada Santista, quando policiais e grupos de extermínios assassinaram entre 560 e 600 pessoas, majoritariamente jovens negros e periféricos. As mães, familiares e amigos das vítimas vêm se organizando, ao longo desses 18 anos, na luta por Memória, Verdade, Reparação e Justiça.

67 - É chamado de Crise de 2012, o enredamento entre homicídios de civis e de policiais em um ciclo de retaliações que reverteu momentaneamente o processo de queda relevante das taxas de homicídio no estado. Tal queda marcou e está relacionado ao processo de hegemonização do PCC no estado. O auge da crise foi entre os meses de setembro e outubro, quando as taxas de homicídio aumentaram em quase 100% em relação ao ano anterior na capital.

Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado de São Paulo (Gaeco) se envolvem nas investigações e levantam-se questões sobre corrupção, a ligação de policiais com o PCC e também sobre a atuação de grupos de extermínio na região da Baixada Santista.

Contudo, essa discussão não ganha espaço na mídia em termos de opinião. Interessante comparar, por exemplo, com o caso de Tim Lopes e todas as reações de colunistas do jornal que ela provocou. Apenas um artigo se refere à questão, do pesquisador Danilo Cymrot, na qual ele critica a criminalização do funk pela política de pacificação no Rio de Janeiro e também o que ele chamou de extermínio de MCs em SP. Mas a indiferença é tamanha que o filósofo e professor da USP, Vladimir Safatle, dias depois da morte de Careca, escreveu um artigo no qual chama o funk de “subproduto cultural para a indústria” em crítica a uma suposta realização de bailes funk pela secretaria estadual de cultura. Contudo, não fica evidente ao que eles se refere exatamente, tendo em vista que as ações da secretaria, ainda reverberando as iniciativas de Renato Barreiros na Cidade Tiradentes, foram insipientes e não chegaram a conformar uma política mais estruturada no tema. Contudo, as poucas iniciativas realizadas parecem ter sido o suficiente para motivar Safatle a se queixar sobre os rumos do “debate cultural no Brasil”. Sobre a chacina, ele nada fala. Cymrot publicou um artigo resposta o criticando por isso.

A Crise de 2012 estava relacionada a um processo de forte processo de militarização da administração pública, tanto com o prefeito Gilberto Kassab, quanto com o governador Geraldo Alckmin. Esse processo passa também pela figura do [Coronel Camilo. Defensor da política de “tolerância zero”](#), ele foi comandante-geral da PMESP entre 2009 e 2012, tendo sido responsável pela indicação de diversos militares às subprefeituras. Renato Barreiros, por exemplo, foi substituído por um militar, assim como 30 dos 31 subprefeitos que estavam na primeira gestão de Kassab. Cel. Camilo também está relacionado à implementação da Operação Delegada no início de seu comando na PMESP. Com a crise e o aumento da sensação de insegurança em 2012, a operação teve sua relevância inflada no debate público.

Em 2012, Camilo foi para a reserva e lançou-se diretamente na vida política, tentando uma vaga de vereador pelo recém-criado PSD de Kassab, que apoiava a candidatura de José Serra a prefeito nas eleições municipais de 2012. Como militar, ele não estava só nessa empreitada. Naquele ano, destacou-se a migração de policiais militares e bombeiros para a política eleitoral, sendo que uma das matérias do nosso recorte é justamente sobre esse tema, destacando a peculiaridade de se ter a segurança pública e a PMESP entre os principais temas de uma eleição municipal, em razão da “crise” na segurança pública e também da presença do ex-governador José Serra, que estava no cargo quando da implementação da Operação Delegada. Durante a campanha eleitoral, a Operação Delegada seria usada tanto pela campanha de Camilo, quanto pelos candidatos a prefeito. O que produziu uma inusitada matéria sobre uma disputa em torno da paternidade da operação. Segundo a notícia, o secretário de segurança pública, Antônio Ferreira Pinto enviou um e-mail ao deputado Major Olímpio, alegando que a operação teria sido criada pelo Cel. Roberto Diniz, comandante-geral entre 2007 e 2009, e que Camilo apenas colheu os louros

de seu trabalho, se aproveitando disso na campanha.

Apesar de não ter sido um tema central da campanha eleitoral dos prefeitos, os bailes estão definitivamente no radar do poder público e frequentou a campanha dos policiais candidatos a vereadores. Além disso, o substituto de Camilo no comando da PMESP será Roberval França, cuja credencial, apresentada na coluna de Mônica Bergamo, era justamente o combate aos pancadões no ABC.

Por fim, a Crise de 2012 ensejou uma [Operação Saturação](#) em Paraisópolis. A matéria sobre o assunto relaciona a presença do tráfico na comunidade aos assaltos e ao baile funk. Trata-se do Baile da Dz7 que, na ocasião, tinha apenas 1 ano de existência. Como de costume, o baile não é nomeado. Até o presente momento, nenhum baile de rua teve seu nome impresso nas páginas dos jornais.⁶⁸

2013

Trata-se de um ano em que predominam os debates sobre regulamentação, puxados por duas questões em específico: a Operação Delegada e a atuação legislativa da “bancada da bala”. A chegada dos coroneis Conte Lopes (PTB), Camilo (PSB) e Telhada (PSDB) à Câmara Municipal, levou para os gabinetes um considerável número de policiais militares, muitos dos quais estavam alocados em subprefeituras durante a gestão Kassab. Por meio desses parlamentares, dois temas são alavancados no legislativo municipal: a Operação Delegada e o “combate aos pancadões”.

Se no ano anterior, a Crise de 2012 havia colocado o tal “bico oficial” em pauta, dessa vez é o incêndio da boate Kiss que produz o mesmo efeito.⁶⁹ Ocorrido nos primeiros dias do ano, na prefeitura Haddad, o episódio exerceu uma pressão imediatista para a retomada dos debates sobre a [expansão da Operação Delegada](#). Expansão esta que envolveria não somente o número de policiais, mas se daria também em termos de frentes de atuação. Assim, além do combate ao mercado informal, os políticos haveriam de usá-los agora para uma força tarefa de fiscalização de boates em SP (ampliando a operação também para

68 - A Operação Saturação é uma modalidade de policiamento de ocupação realizada nas periferias no qual se destina para o território grande quantidade de policiais provenientes de diferentes batalhões. A primeira operação do tipo que pudemos identificar aconteceu em Paraisópolis, em 2005. Este modelo passou a ser genericamente denominado Saturação, termo descritivo da ação ou o resultado de saturar, o que significa tomar completamente ou impregnar os territórios com policiais. Eventualmente, vemos outros nomes (tais como Operação Verão ou Operação Escudo) serem acionados para denominar este mesmo modelo, a depender da visibilidade ou da interpretação que se pretende construir em torno ao operativo.

69 - O incêndio ocorrido na casa noturna, a boate Kiss, durante um show em uma festa universitária, matou 242 pessoas e deixou 636 sobreviventes na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 27 de janeiro de 2013. O fogo resultou do uso de um sinalizador no palco, que incendiou o isolamento acústico, criando a fumaça tóxica que asfixiou as vítimas. Uma série de falhas envolvendo os equipamentos de controle de incêndio, saídas de emergência e a lotação da boate contribuíram para o alto número de mortos, gerando uma mobilização, naquele momento, em torno da fiscalização de casas noturnas em todo o Brasil.

bombeiros), além do patrulhamento regular das ruas e, finalmente o tema que nos interessa aqui: a fiscalização de ocorrências de barulho junto ao PSIU.

De maneira semelhante ao que aconteciam com os debates realizados em relação aos bailes funk de rua, a lógica da Operação Delegada para a fiscalização de boates é que os bombeiros têm o poder de fiscalizar, mas não de interditar (apenas durante a renovação do laudo), já a prefeitura tem os poderes contrários. A parceria é conversada em fevereiro e assinada em março. Com isso, uma interessante matéria do Estadão fala sobre a criação de um “batalhão do silêncio” como forma de sintetizar o novo poder de fiscalização do barulho que, com a Operação Delegada, se delegaria à PMESP, concentrando na corporação os poderes que a coalizão institucional ensaiada em 2012 pelos batalhões locais tentava reunir.

A matéria fala também sobre um suposto foco deste “batalhão do silêncio” na Zona Sul (M’Boi Mirim, Capela do Socorro e Campo Limpo), justamente onde o 37º BPM/M já vinha mapeando os bailes e ocupando os locais em que eles acontecem. Para sustentar a necessidade dessa atuação, as matérias trazem pronunciamentos moralistas tanto de Haddad, quanto de Alckmin sobre o tema, assim como revela a preocupação da “bancada da bala”, argumentando que 10% das reclamações do 190 são de barulho e que no fim de semana “quando acontece o pancadão” sobe para 20%. Raciocínio emblemático da má vontade seletiva com os bailes, uma vez que é nos finais de semana que acontecem a maioria das festas, não apenas bailes. A matéria fala ainda sobre a aprovação em primeira instância de um projeto de lei do vereador Conte Lopes, o PL nº2/2013, para proibir os bailes funk como algo que seria engavetado caso a Operação Delegada e o Batalhão do Silêncio funcionassem.

Importante destacar que o projeto em questão não se refere à poluição sonora, mas ao uso dos espaços públicos e privados de circulação pública, como estacionamentos e postos de gasolina, proibindo “bailes funk” especificamente e qualquer outro evento não autorizado previamente. Na [justificativa do projeto de lei](#), chama atenção que o som alto seja somente um dos elementos que compõem o quadro de desordem pública pintado pelo vereador, constituindo um panorama amplo da “perturbação do sossego” do “cidadão de bem” que não se limita à poluição sonora, mas se projeta para a ordem pública.

Em paralelo a isso, um projeto de lei de 2009, esse sim sobre poluição sonora emitida por carros estacionados, de autoria do vereador Antônio Carlos Rodrigues (ex-presidente da casa por 4 anos consecutivos e, naquele momento, senador) foi aprovado e sancionado por Haddad na Lei Nº 15.777/13, que ficou conhecida como “Lei dos Pancadões”. Na coautoria do projeto, que parecia estar parado na casa desde sua elaboração, foram incluídos os vereadores Dalton Silvano, ainda em 2009, e o Cel. Camilo, em 2013.

Se diante da falta de diretrizes estabelecidas pelos governantes, foram batalhões da PMESP que tomaram a frente na elaboração de uma primeira resposta para o problema, é a chegada de seus representantes policiais militares à vereança que leva o problema à regulamentação legislativa, [sustentando politicamente a associação entre os bailes funk e a desordem](#)

pública, fazendo uso, para isso, do termo “pancada”. Contudo, não são estes vereadores que encontram o meio para operar essa regulamentação, uma vez que seus argumentos, em sua primeira ideia de projeto de lei, giravam em torno à condenação moral e à associação do funk com os ilegalismos, deixando exposto o caráter discriminatório de suas abordagens e facilitando sua recusa jurídica. A questão da poluição sonora produzida pelos carros equipados, abordagem pretensamente neutra, já havia sido percebida como solução desde 2009, tendo a “bancada da bala” localizado e resgatado o projeto.

O que não se vê mais neste momento é um investimento equivalente na elaboração de formas alternativas e negociadas de lidar com o problema. Não que faltassem exemplos. Em 2013, há, inclusive, um artigo de opinião de Renato Barreiros que, fazendo um arrazoado da regulamentação do assunto no âmbito da cultura até aquele momento, comemora a inclusão, pela primeira vez, de um palco de funk na Virada Cultural, que aconteceu neste ano. Barreiros nos informa que, entre 2008 e 2010, na Cidade Tiradentes, além do festival e dos bailes “permitted”, houve a inclusão do funk no projeto Estação da Juventude, com o DJ Tecyo Queiroz dando aula de formação para os jovens da região. Da Secretaria Estadual de Cultura, ele menciona as atividades nas Fábricas de Cultura, que incluíram o Projeto Funclassic, shows de MCs com a Orquestra Jazz Sinfônica (em abril de 2012) e o apoio ao Festival Funk SP no Jardim Jangadeiro, onde mais de 150 jovens disputaram o primeiro lugar para ganhar um videoclipe profissional pela produtora Kondzilla.⁷⁰

De todo modo, estas ações não evoluíam para a elaboração de uma política pública tal como estava acontecendo com o aspecto repressivo. Da parte da Prefeitura, inclusive, essa elaboração no campo da ordem pública significaria abrir mão definitivamente para a polícia de sua prerrogativa de fiscalização com a Operação Delegada. Contudo, os debates ao longo do ano indicam o fracasso da tentativa de aumentar a atuação de PMs à noite nas periferias e, portanto, a atuação contra bailes. E o motivo era a falta de interesse dos mesmos em ocupar as vagas disponíveis. O que levou a prefeitura a “esvaziar” o programa, ainda que desentendimentos sobre esse tema tenham rendido debates entre prefeitura e governo.

Em paralelo a estas discussões, os batalhões continuavam agindo mesmo sem prerrogativas e, em Paraisópolis, ainda sob vigência da Operação Saturação iniciada em 2012, em um clima hostil e de tensão em que a polícia tenta impedir aglomerações noturnas de lazer, a jovem Dayane de Oliveira perdeu o olho em uma ação policial para acabar com o baile.

Outro acontecimento violento de 2013 foi o assassinato de Mc Daleste, que aconteceu em cima do palco, enquanto o artista cantava em um show em Campinas. As estranhas

70 - Uma das grandes produtoras de funk em São Paulo. Começou com a produção de videoclipes, seu diferencial em uma época em que os clipes de funk eram bastante precários. Atuou inicialmente na cena funk de Santos, depois na capital. Em 2011, criou seu canal no YouTube para concentrar as produções audiovisuais. A estreia do canal foi com a música “É o fluxo”, do MC Nego Blue, que despontou na cena da Cidade Tiradentes. Hoje a Kondzilla é uma holding de empresas, trabalhando com mais de 100 artistas e 80 funcionários. Em 2024, seu canal, 1º do YouTube Brasil, tem 67,4 milhões de inscritos e uma audiência de 38 bilhões de views. Da Rocha, Lúcio Guilherme. O Xadrez do Funk em SP. Splash Uol, 29 de outubro de 2020.

circunstâncias da morte, até hoje não esclarecidas, repercutiu sobre o medo entre os funkeiros, que começam a se dizer perseguidos por um inimigo oculto.⁷¹ A morte de Daleste acabou motivando a Prefeitura Haddad a se reunir com representantes da [Liga do Funk](#) e da [Liga dos DJs](#), reunidos em torno do [projeto Território Funk](#), que previa oficinas, palestras e ações sociais. Foi assumido o compromisso da realização de bailes com apoio e infraestrutura, além de estudos para o estabelecimento de uma dinâmica de rodízios para conciliar com os moradores. O projeto, contudo, não duraria muito tempo, como veremos adiante.

Embora pareça não haver muito espaço para tratar o funk como cultura neste contexto, foram publicadas algumas matérias nessa abordagem no ano de 2013, discutindo uma suposta “domesticação do funk” que, no Rio, viria da política de pacificação e, em São Paulo, teria resultado na ascensão do Funk Ostentação. Pode-se notar que essas matérias tratam todo o funk anterior ao Ostentação como Proibidão. A análise desse processo é geralmente elogiosa, ainda que apareça também, e ao mesmo tempo, algumas críticas aos funkeiros que estariam deixando a sua origem em meio a essa domesticação. O que mostra os muitos caminhos possíveis (e combináveis) da discriminação, que é a tônica mais geral das falas sobre o funk.

As últimas notícias do ano são sobre os Rolezinhos. No dia 7/12, no shopping Metrô Itaquera, foi marcado mais um “encontro de fãs”. Esses eventos eram marcados por MCs e/ou “famosinhos da internet” (aquilo que hoje chamamos de *influencers*). Contudo, naquele dia, a reunião de jovens deu lugar à correria, pânico e confusão entre clientes e lojistas, levando à midiaticização do fenômeno que logo seria batizado de “rolezinho” e que ocupou a mídia de uma maneira muito impressionante no ano de 2014.

A abordagem inicial do acontecimento é moral, com foco no medo criado pela presença dos jovens nos shoppings e os reflexos negativos deste medo nos lucros. E assim se manterá, com o acréscimo de outras questões morais ao longo do próximo ano, muito embora este episódio inaugural da “polêmica” tenha sido o único no qual se registrou de fato algum dano contra o patrimônio por parte dos jovens. Nos demais, os jovens serão repreendidos (por vezes detidos e agredidos) por criar tumulto, fazer correria e cantar funk. Os shoppings são seus os alvos. Uma única matéria, nesse momento inicial, chamará os encontros de jovens de “manifestação”.

2014

Já foi dito neste relatório que, no total, o acervo da pesquisa conta com 42 artigos classificados como “Opinião”. O que ainda não foi dito é que destes 32 se referem aos rolezinhos.

71 - Sobre a morte de Daleste, ver os documentários [“Daleste: Mataram o pobre loco”](#) e [“MC Daleste Por Todas as Quebradas”](#)

Essa profusão de textos opinativos sobre um mesmo fenômeno é impressionante e pode ser comparada com o episódio do “arrastão” no Rio de Janeiro, em 1992.⁷² E assim como em 1992, essa visibilidade não se deve exclusivamente ao fenômeno em si, mas também ao contexto mais amplo no qual ele está inserido.

Aqui nos referimos ao contexto nacional, que tanto reverberava os acontecimentos das [Jornadas de Junho de 2013](#), quanto antecipava questões que viriam, meses depois, com a [Copa do Mundo](#) e as [eleições presidenciais](#).⁷³ Associando todos estes episódios, um exercício que os próprios articulistas fizeram algumas vezes, aparecem duas ideias mais gerais: “tensão social” e “polarização política”.

Sob o risco de não chegar ao fim daquele ano, o que estava em jogo, de fato, era a gestão PT e o modo petista de governar, questões que a maior parte dos articulistas fizeram questão de trazer à baila, de maneira mais ou menos crítica, ao falar dos rolezinhos. Daí também muitos argumentos lançados de que as análises acerca dos rolezinhos, tanto as de políticos, quanto as de jornalistas e dos movimentos sociais estava maculada pela polarização política que lhes [levava a imputar aos jovens demandas que os mesmos não tinham](#). Importante dizer que parte dos textos de Opinião vem do painel do Leitor, o que expressa também o enraizamento social da polêmica.

Iniciados em dezembro de 2013, já no período das férias escolares, os rolezinhos tiveram seu ápice em janeiro de 2014, mês em que foram publicadas matérias sobre o tema todos os dias. Em comum, as notícias revelam confusão e pânico moral diante do fenômeno, embora divergindo em relação aos seus significados: para uns apenas diversão, para outros, manifestação política. Para as associações de shoppings e lojistas, que se organizavam para tentar proibir os rolezinhos, nomeá-los enquanto manifestação ajudava na argumentação de que eles não poderiam ocorrer nos shoppings. No caso dos articulistas e jornalistas, considerá-los políticos aproximava de outros acontecimentos que demarcavam o tal ambiente de tensão social, como as Jornadas de Junho e os atos contra a Copa do Mundo.

Em comum, as notícias e os comentários de opinião não se deram ao trabalho de escutar os jovens em suas reflexões. As matérias são desenvolvidas sempre sob o ponto de vista de

72 - E de fato foi comparado por diversos autores, por exemplo, Cymrot, 2022.

73 - Os 3 eventos marcam a decadência da popularidade do governo Dilma Rousseff e o início do fim do ciclo de poder do PT. As Jornadas de Junho de 2013 é um episódio ainda controverso entre analistas, provocando distintas interpretações. Os eventos tiveram início em junho, com protestos contra o aumento da passagem de ônibus em São Paulo que, rapidamente, cresceram, ganharam adesão por todo o país, incorporando as pautas mais variadas e canalizando insatisfações com o governo à esquerda e à direita. Protestos massivos em todo o país sofreram dura repressão, em um momento em que as polícias militares elevavam suas capacidades bélicas contra os movimentos de massa, em função da realização dos chamados megaeventos no país. Posteriormente, as insatisfações foram canalizadas justamente para protestos contra a Copa do Mundo de 2014, reverberando também nas eleições daquele ano em que Dilma Rousseff se elegeu por uma margem apertada de votos. Todo esse processo se desdobra no golpe de 2016. As análises e discussões sobre o rolezinhos estavam imersas nesse momento, atribuindo aos jovens as insatisfações e tensões que se aprofundavam no país.

quem se sente incomodado pela presença dos jovens nos shoppings. É preciso destacar que a Folha tira uma linha editorial sobre o tema, segundo a qual os rolezinhos seriam um movimento contestatório das desigualdades sociais. Diferente do que fizera em relação às Jornadas de Junho, a Folha apresenta um discurso moderado em relação à repressão. Essa política mostra-se acertada, uma vez que, após o rolezinho de 7/12, qualificado como “arrastão” pela ocorrência de alguns atos de violência, não houve mais situações semelhantes, faltando lastro de realidade para conectar os jovens a ilegalismos. Apesar disso, o jornalismo e o poder público (com algumas exceções, como a ministra da igualdade racial, Luiza Bairros, que apontou racismo no pânico social criado em torno dos rolezinhos) trabalharam em geral com a ideia de que aquelas presenças seriam inapropriadas.

Com o passar dos dias, a Folha estabeleceu uma definição interna de rolezinho, utilizada em todas as suas matérias informativas (independente do jornalista que a assinava), qual seja: “são encontros marcados por redes sociais que atraem centenas de jovens a shoppings. Eles entram pacificamente, mas, depois, costumam promover correria.” Tumulto e correria seriam, no limite, os fatores que tornavam a presença dos jovens nos centros de compras inapropriada, porque causadoras de medo nos consumidores e prejuízos aos lojistas. Em um ambiente que, todos concordavam, é buscado pelos consumidores justamente pela tranquilidade e segurança. Ou seja, para estar apartado da desigualdade social presente nas ruas.

Também com o passar dos dias, [os shoppings tomam medidas no sentido de proibir os eventos junto ao judiciário](#) (liminares proibindo rolezinhos e multando participantes), realizando controle de entrada nos centros comerciais (com verificação de documentos), conseguindo o bloqueio de redes sociais dos organizadores (não se sabe como) e [buscando junto aos poderes públicos que os mesmos mobilizem-se para impedir os eventos](#), seja através das forças de segurança, seja construindo alternativas segregadoras, como os “rolezódromos”, uma proposta real feita pela associação de lojistas de shoppings (Alshop). Vemos também que, frente a essa pressão inicial, inúmeros políticos darão ouvidos à lógica repressiva.

Dentro da conjuntura de mobilizações, impulsionada pelas Jornadas de Junho, a repressão desperta uma [onda de manifestações de solidariedade por parte de movimentos sociais](#), que passam a fazer atos, chamando-os também de rolezinhos ou por variações do termo, como “rolezão” ou “rolezaum”. Nesse ponto, as questões da desigualdade, discriminação e segregação entram em pauta com força. Isso parece ter acendido o alerta político, levando os governos (federal, estadual e municipal) a fazerem reuniões de emergência para debater a questão. A partir delas, os gestores públicos parecem rever sua visão inicial de que seria adequado autorizar a polícia a usar a força, o que já vinha ocorrendo tanto por meio da violência física, quanto do constrangimento ilegal, e Haddad parece aceitar em parte a ideia dos “rolezódromos”, adaptando-as para o conceito de rolezinhos oficiais, nomeados “Rolezinhos da Cidadania”.

O desenvolvimento da ideia passou pela realização de encontros entre alguns dos principais

organizadores de rolezinhos com representantes de shoppings. Tudo sob comando de [Netinho de Paula, então secretário da igualdade racial do município](#).

Do ponto de vista do jornalismo, os jovens seguiram não sendo ouvidos. Mesmo uma matéria que fala sobre origem dos rolezinhos nos chamados “encontros de fã”, que teriam começado em 2012, oferecendo uma explicação para o fenômeno relacionada ao lazer e excluindo a questão política, não chega a dar realmente voz aos jovens para que os mesmos interpretem o fenômeno, mesmo sendo a matéria que mais se aproxima de ouvi-los. Nessa polêmica, a Ombudsman do jornal se pronunciou, criticando a cobertura geral realizada pela Folha.⁷⁴

É interessante notar que, cansados das tentativas de regulação, os próprios jovens começaram a procurar outros lugares para o seu lazer. O fato passa quase despercebido diante da histeria. Em alguns casos, esse fato é [assimilado à atuação negociadora da Prefeitura](#), mas é importante destacar que os rolezinhos em parques foram realizados antes desta iniciativa institucional, como uma iniciativa dos próprios jovens. Outro ponto interessante é que, à medida que o fim das férias se aproxima, não vemos mais notícias sobre rolezinhos marcados em shoppings, apenas os de protestos, que vão se avolumando e reverberam, inclusive, mais tarde nos atos contra a Copa. Nessa dinâmica, é impressionante o grau de invisibilização dos jovens alcançado por meio de sua própria exposição.

Na lógica de espetacularização moral, surgem matérias sobre o “[rolezinho do sexo](#)”, marcado com este nome pelo Facebook, mas que não teve sexo, conforme o próprio jornalista averiguou e afirmou na reportagem. O que não o impediu de fazer a matéria com a palavra “sexo” no título. Ou ainda as matérias sobre brigas em rolezinhos oficiais e nos rolezinhos nos parques que, embora residuais, também tornaram-se o centro de algumas notícias. Outra matéria fala sobre arrastões que teriam ocorrido também em [rolezinhos nos parques Ibirapuera e Villa-Lobos](#). Mas, no geral, não importava tanto as intercorrências violentas, quanto a expectativa em relação a elas como uma potencialidade.

Pouquíssimas matérias ou opiniões se voltaram para [a questão do consumo ou do público jovem como consumidor dos shoppings](#), mesmo havendo o conhecimento de que a tal “trilha sonora” dos rolezinhos fosse justamente o Funk Ostentação. Nessa abordagem do consumo, temos apenas um artigo de opinião e três reportagens, sendo duas delas relacionadas a uma pesquisa feita à época que mostrava a periferia como a maior responsável pelo consumo na cidade (em uma fatia maior que o consumo das regiões centrais) e a juventude como responsável por uma parcela importante desse consumo periférico. Mesmo assim, somente um jornalista, autodenominado um sujeito periférico, veio a questionar a teoria da “falta de opção”, onipresente nas análises do fenômeno.

74 - Ombudsman é um cargo em uma empresa ou instituição responsável por receber críticas e representar o cidadão. Em português, este órgão recebe o nome de Ouvidoria. No jornalismo, contudo, é comum o uso do termo estrangeiro, que tem origem sueca. A Folha foi o primeiro jornal a adotar o cargo no Brasil. O/A ombudsman representa o leitor e pode publicar leituras críticas, por exemplo, sobre as coberturas do jornal.

Segundo esta teoria, os jovens faziam rolezinhos pela falta de outras opções de lazer. Um discurso muito parecido com as análises sobre bailes de rua. Outro ponto negligenciado foi a [violência policial](#) na repressão aos rolezinhos.

No que se refere às notícias, ou seja, as reportagens, não às opiniões, a maioria delas trata do município, onde o fenômeno se inicia e onde estava em jogo também a gestão Haddad, naquele momento com 1 ano de existência. Cabe lembrar que a gestão petista não se beneficiava da reputação de sua congênera nacional em termos de boa vontade dos jornalistas.

Paralelamente, o problema dos bailes de rua havia atravessado a gestão, desde o ano anterior, por meio do tema da regulamentação, através das discussões, primeiro, sobre a Operação Delegada, em seguida, sobre a Lei dos Pancadões e, por fim, ao projeto Funk SP, por meio do qual a prefeitura apoiaria bailes. Muito embora a lei tenha sido sancionada ainda no primeiro semestre de 2013, somente no primeiro dia de 2014 foi regulamentada pelo prefeito, rendendo a primeira matéria do ano de nosso recorte. Interessante notar que a mesma informa que o objetivo da lei é acabar com os bailes funk. Contudo, isso não consta em sua letra legal, que trata da fiscalização de som emitido por veículos parados. Outra coisa intrigante sobre a matéria é que o Cel. Camilo aparece como se fora o primeiro autor da lei, coisa que, como vimos no ano anterior, ele não é. Dois erros que, estão, muito provavelmente relacionados e tem a ver com a atuação pública de Camilo com objetivo de colar seu nome ao “combate aos pancadões”, dentro da sua lógica geral de “tolerância zero”.

Apesar da legislação restritiva, vemos ressurgir como uma espécie de contrapartida, agora por meio da Prefeitura (não de uma subprefeitura), a questão dos bailes oficiais, com o projeto Funk SP. Isto é, bailes com apoio da Prefeitura, incluindo todos os dispositivos de controle que acompanham o fornecimento de infraestrutura oficial. Para tanto, uma nota fala em mapeamento de bailes, que estaria sendo realizado pela Prefeitura, que, por sua vez, apresenta publicamente uma discordância em relação à contabilização e mapeamento da PMESP, que seria inflada pela sua própria atuação. Ou seja, como se a polícia contasse todas as aglomerações, inclusive aquelas geradas após a dispersão realizada por ela mesma, de modo que um baile seria contabilizado como dois ou três. A realização desses bailes oficiais seriam negociados com os funkeiros, assim como a experiência com a questão dos rolezinhos.

Em uma matéria de balanço da gestão, Haddad diz ao jornalista que o problema dos “pancadões” se insere numa visão mais ampla sobre a gestão da cidade e os usos do espaço público. Assim, ele cita outras iniciativas que estariam sendo construídas nessa mesma perspectiva, tais como as ciclovias, as faixas de ônibus, os parques e o Wi-Fi grátis. Há também notas a respeito da negociação com os funkeiros e dos dois primeiros bailes oficiais organizados pela prefeitura na Zona Sul, em julho. Vemos também um baile funk aparecer na programação do SESC para a Virada Cultural, e no palco 25 de março.

Algo que chama atenção, portanto, é a convivência entre as políticas repressivas e as de

regulamentação positiva, pois essas iniciativas de Haddad não foram as primeiras, nem serão as últimas, inseridas em uma lógica de oferecimento de alternativas à repressão. Estas se apoiam nos discursos sobre bailes funk como eventos impulsionados pela falta de alternativas, mas são sempre vacilantes e insuficientes, pois fora das poucas iniciativas oficiais, os demais bailes, que não deixam de acontecer, seguem habitando o reino dos ilegalismos e devem ser reprimidos. Essas duas diretrizes surgem, assim, não como antagônicas, mas complementares.

No tema da regulamentação, temos também algumas matérias sobre a Operação Delegada, mas já não mais associadas ao problema dos bailes. Sugerindo que a perspectiva inicial de usá-las nesse objetivo não funcionou ou funcionou muito residualmente. Apesar disso, as matérias mostram uma aposta no “bico oficial” tanto do governador, quanto do prefeito. Porém, houve um acontecimento violento, a execução sumária de um camelô por um PM durante uma Operação Delegada enquanto trabalhava para a prefeitura. Haddad classificou como um “caso isolado”, embora o PM responsável pelo assassinato estivesse trabalhando nas ruas enquanto respondia a um processo por executar um morador de rua 6 meses antes dessa morte.

Em paralelo a isso, as matérias que abordam o funk apresentam também dois lados, o do reconhecimento e o do estereótipo. E também aqui as coisas parecem caminhar juntas. Vemos matérias sobre as carreiras de [MC Guimê](#), do vídeo produtor Kondzilla e dos MCs mirins, que surgiam em número à época. Estas últimas menos disfarçadas no seu viés moralista. Mas há outras matérias que associam o funk a ilegalismos como vandalismo, arrastão, roubos, violência e perturbação do sossego. Nessa lógica, aparecem duas entrevistas com funkeiros, dentre elas BioG3 e [Kelvinho](#), nas quais os MCs criticam os rolezinhos “quando causam perturbação”, chegando a dizer que eles não ajudam a melhorar a imagem já tão estigmatizada do funk. O sentido da reportagem é afirmar que [os ídolos dos “rolezeiros” não aprovam suas ações](#).

Ainda há matérias que operam a lógica dos crimes cometidos por pessoas indo ou vindo de bailes funk, dentre elas o assassinato de Lucas Lima, um dos organizadores de rolezinhos que esteve na capa da Folha em janeiro. Lucas foi morto em razão de uma briga em um baile funk. Outra matéria deste tipo, publicada em meio à polêmica dos rolezinhos, trata de um arrastão realizado, segundo a matéria, em resposta à interrupção de um baile funk pela PM na Penha, na Zona Leste. Esta é uma das matérias exemplares de como a imprensa trabalha a construção negativa do funk, pois não havia elementos concretos que conectassem o arrastão ao baile. Em meio à polêmica, houve articulistas que tentaram aproximar esse fato em específico, ocorrido na Penha, dos rolezinhos em geral, mas também de um suposto aumento dos episódios de incêndio de ônibus que, segundo um articulista, se transformaram em uma forma comum de protestar em São Paulo. Algo que estaria relacionado ao crime organizado, mas não só, pois, argumenta ele, queimar ônibus havia se popularizado como forma de protesto em um contexto de tensão social. Dentre as razões de protestos incendiários, como não poderia deixar de ser, estaria a interrupção de bailes funk. O detalhe é que não há nenhuma matéria relatando isso, nem mesmo a do Baile Funk

da Penha.

Há destaque também para uma matéria que se queixa de um “pancadão” em uma cachoeira na Rodovia Imigrantes, outra sobre a política de “tolerância zero” com bailes funk em Caraguatatuba, e uma matéria que usa o baile funk como metáfora de desordem para classificar negativamente o comportamento de torcedores durante a Copa do Mundo nos bares da Vila Madalena. Por fim, chama atenção uma matéria sobre a proliferação de house parties na Zona Leste, que surgiram como alternativa à repressão aos bailes de rua, em uma dinâmica de privatização, que não poupa os jovens das críticas dos jornalistas.

Uma importante ausência é a de matérias sobre a atuação da PMESP em relação aos bailes. Uma abordagem que até o momento se mostrou aquém dos fatos e permanece dessa forma, havendo uma enorme permissividade dos jornais com a atuação policial na dispersão de bailes e com o uso de “armas não letais”. É preciso contextualizar que estamos falando de um período em que os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo marcaram o recrudescimento do poder repressivo das polícias militares na atuação contra multidões. Poderio este que teve a oportunidade de ser testado também durante as Jornadas de Junho, no qual foram ensaiadas formas de violência policial contra multidões ainda não observadas no Brasil. Cabe destacar que a Defensoria Pública de SP fez uma Ação Civil Pública sobre o direito de reunião, em 2014, tamanho havia tornado o problema da repressão policial contra multidões naquele contexto.

2015

O ano de 2015 apresenta um conjunto de matérias na abordagem da cultura. Temos uma série de 4 reportagens do G1 sobre a história da cena funk da Baixada Santista, que tratam da: chegada do funk, consolidação da cena, a chacina e a reinvenção da cena pós-violência, creditando tal reinvenção ao Funk Ostentação. Há uma matéria sobre a carreira de [Valesca Popozuda](#) (que já havia sido notícia em 2013) e outra sobre os Mcs Mirins, um tema que havia sido explorado no ano anterior, quando os rolezinhos colocaram a infância e adolescência sob o foco. Algo que também já havia acontecido no início dos anos 2000 no Rio de Janeiro, permeando os debates sobre a nacionalização do funk. Outra matéria na dimensão da cultura trata de uma exposição de fotografia sobre a violência no Brasil, em que se destaca uma foto do concurso “garota mais devassa” realizada em um baile funk não identificado em cidade desconhecida. Uma matéria sobre uma artista plástica e grafiteira na qual o baile funk é citado como parte da cena marginal frequentada por pixadores, E uma matéria sobre uma performance de artistas negros, que consiste na ida em grupos para galerias de arte elitizadas. Os rolezinhos, definidos pelos artistas como “tática de guerrilha”, inspiraram a performance. Por fim, há uma matéria sobre as produtoras de videoclipes Kondzilla, Tom produções e P.drão, que aborda o mercado profissional, ainda que não deixe de tratar o tema de um ponto de vista cultural no sentido de produção artística.

Esse conjunto mais robusto de matérias sobre cultura mostram que essa abordagem também pode ser capciosa, como bem exemplifica a matéria sobre os Mcs Mirins. Uma

matéria grande, intitulada “Brincadeira de Criança”, trata da carreira de vários desses cantores de funk menores de idade, assim chamados “MCs mirins”, apresentando seus perfis, relacionando-os ao chamado Funk Ousadia. Nessa toada, a matéria se constroi a partir de um claro viés moralista, na medida em que o perfil dos cantores, que supostamente seria apresentado, cola-se à defesa que familiares, produtores ou os próprios artistas precisam fazer de seus trabalhos frente a acusações de inapropriação dada a relação, já de partida estabelecida pela matéria, entre funk, sexualidade e menoridade. Esse caminho narrativo desemboca na citação de ações protagonizadas pelo MP contra os responsáveis. A lógica narrativa da reportagem, embora se desenvolva em torno aos cantores e suas carreiras, é semelhante às matérias feitas nos anos anteriores sobre esse tema, quando já se questionava se o poder público poderia ou deveria intervir nesses casos.

Não somente essa matéria sugere a existência de uma polêmica em torno da relação entre criança e funk naquele momento. Seis dias depois de sua publicação, a coluna “Tendências e Debates” trouxe uma contraposição de ideias entre Cel. Camilo e Adriana Facina, historiadora e antropóloga, professora do Museu Nacional e estudiosa do funk. Como autores, ambos responderam à pergunta: “crianças podem se apresentar em bailes funk?”

Enquanto o texto de Camilo parece ter sido escrito de um lugar social e político bastante específico no qual o baile funk, como amálgama da desordem, do crime e da imoralidade, é uma grande ameaça à inocência de uma infância que deve ser protegida e é repleta de direitos, o texto de Adriana ressalta a hipocrisia de discursos como o dele, nos quais defensores da infância ignoram o não acesso de certas crianças a direitos básicos, bem como não se comovem com as mortes delas pela polícia.

Interessante e, provavelmente, não por acaso este argumento de Facina, já que o texto de Camilo nada falava sobre [a PMESP ter cegado uma criança](#) 4 dias antes da publicação deste debate entre os textos. O fato aconteceu durante a dispersão de um baile na Favela da Marcene, Zona Norte, em abril de 2015. A criança, aliás, não estava no baile. Assim como não estava no baile, o [jovem que, meses depois, em outubro, também foi cegado por um tiro de bala de borracha](#) desferido contra sua casa, após sua mãe tentar interceder por uma jovem frequentadora do baile que os PMs espancavam na porta da sua residência. O caso aconteceu no Elisa Maria, também na Zona Norte.

Cabe lembrar que já houve matérias, em anos anteriores, sobre dispersão violenta de bailes. A primeira é de 2012, mas nessas poucas reportagens costuma a se falar sobre “confusão” entre frequentadores e a PM e não são mencionadas lesões graves sofridas por frequentadores. Na verdade, pouco se disse até agora sobre este tema.

Por outro lado, temos uma quantidade maior de matérias, que remontam ao primeiro ano da série histórica, onde o precedente violento dos frequentadores é exposto por meio de situações de destruição de patrimônio, como aquelas que falam de arrastão e incêndio de ônibus. Já estava construída, portanto, a figura do funkeiro agressivo, violento e com disposição de enfrentar a polícia. Por outro lado, nessas duas primeiras matérias que

relatam violência policial com consequências graves, as vítimas são completamente invisibilizadas. Na Marcone, o agredido foi Douglas Santana, de 12 anos, segundo uma matéria da Vice, encontrada durante pesquisa complementar sobre o caso. Já o jovem do Elisa Maria foi propositalmente não identificado.

Enquanto a atuação violenta da polícia é observada com desatenção, os debates sobre bailes funk seguem sendo travados no âmbito da regulamentação, tanto no que se refere à questão da menoridade, conforme o debate já mencionado, quanto em relação à perturbação do sossego. Isso faz notar a volatilidade dos debates na imprensa, uma vez que, em comparação ao ano anterior, o tema dos rolezinhos desapareceu da mídia, ainda que restem notícias residuais sobre jovens que permanecem tentando se encontrar em shoppings e sobre shoppings que seguem tentando impedi-los. De certa maneira, as notícias mostram que o caso transferiu-se do âmbito político para o jurídico, deixando lugar para que outros temas assumissem como polêmica da vez. Uma dessas matérias, inclusive, fala sobre como o judiciário acabou por não comprar o lado dos lojistas, já que as decisões judiciais tenderam, segundo uma pesquisa feita no direito da USP Ribeirão, para o lado da permissão aos eventos.

No que se refere à regulamentação do funk, temos a primeira matéria na nossa série histórica a citar o nome dos bailes aos quais se refere, a saber: o Pistão de Taipas e o Funk da Caixa. Ela disserta acerca dos bailes de rua como um problema histórico, que gera mais de 400 ligações por fim de semana para a PMESP, bem como sobre o fato da corporação ter que resolver o problema, muitas vezes com base na violência. A matéria não diz, mas pode-se concluir, que está em jogo a credibilidade da PMESP como garantidora da ordem pública. Tal comentário, mais uma vez, chama atenção para a ciência dos jornalistas quanto ao fato e, apesar disso, faltam reportagens específicas sobre a atuação da polícia nos bailes.

Outro ponto interessante é a comparação feita por esta matéria com a situação da Vila Madalena, que surge narrativamente como uma espécie de modelo de lugar nobre onde os moradores também são incomodados pela vida noturna. Segundo o título, a periferia estaria vivendo “[noites de Vila Madalena](#)”. Interessante notar em contraponto, na coluna da jornalista Mônica Bergamo, que a associação de moradores da Vila Madalena, ao se manifestar contra o fluxo de pessoas para o bairro, em especial no carnaval, usa o termo “pancadão” como sinônimo de poluição sonora e desordem. Há uma segunda matéria que busca razões para o fenômeno baile funk. Ambas insistem na falta de opções de lazer. Essa segunda matéria também relata uma blitz feita pela PM para tentar impedir a aproximação de carros no baile e dá a palavra ao prefeito Haddad que diz que os bailes são manifestações culturais e, por isso, precisam ser protegidos da influência de criminosos.

Dois meses depois, mais uma matéria iria nos informar sobre a iniciativa conjunta entre PM e Prefeitura de mapeamento de 440 locais onde acontecem bailes de rua e, supõe-se com base nesse mapa, fazer o zoneamento da cidade em 11 zonas, onde seriam realizados 2 bailes oficiais por mês em escalas de rodízio, daí que o título da notícia fale em rodízio de “pancadões” para evitar a perturbação permanente de vizinhos. A matéria ainda informa que

144 pessoas teriam sido presas por tráfico e crimes e 54 menores apreendidos em bailes funk, mas não fala em que período. Repete-se a comparação com a Vila Madalena, incluindo a ideia de que o rodízio seria tal como foi feito com o carnaval.

O tema dos bailes funk aparece também em uma matéria sobre desigualdades nos bairros nobres da Zona Sul, que reporta a exclusão econômica dos moradores dos conjuntos habitacionais (que foram favorecidos pelo Plano Diretor de 2014) produzida pelos preços praticados nos mercados destes bairros. Por isso, tais moradores estariam indo às favelas próximas para realizar suas compras. Na lógica da reportagem, os preços seriam motivo de “luta de classes” na Zona Sul, assim como o funk que provocaria reclamações da classe média. Ainda sobre consumo e favelas, uma matéria sobre franquias traz uma interessante menção positiva ao Baile da DZ7, na voz do dono de uma franquía da rede Odontoclinic, sobre o baile como um evento que dá visibilidade à sua marca.

Destaca-se, por fim, uma entrevista do sociólogo Michel Misse sobre “arrastões” que vinham ocorrendo nas praias do Rio a partir de setembro daquele ano e que levaram às blitz realizadas em ônibus com a retirada de jovens negros, prática que permanece até hoje. Misse fala que a reação a essa situação faz parte da “ascensão conservadora” e compara os episódios aos rolezinhos. A expressão citada por Misse não havia sido, até então, usada na Folha, mesmo considerando a profusão de artigos de opinião escritos no ano anterior.

2016

Dois temas marcam o ano de 2016. A eleição municipal, na qual se dá a derrota de Haddad e a vitória de João Dória. E o fenômeno classificado pelos jornalistas como “migração dos pancadões” das periferias para o centro, referindo-se a aglomerações de rua promovidas por estudantes de universidades particulares localizadas em bairros de classe média, como a PUC (Perdizes e Consolação), Mackenzie (Consolação), FMU (Liberdade/Bela Vista), São Judas (Mooca) e Unicid (Pinheiros). Cruzando os dois temas, a situação da PUC, uma das que recebeu mais destaque dos jornais, especialmente a sede de Perdizes, bairro nobre residencial, foi citada por Marta Suplicy no debate da Band, quando um jornalista perguntou para ela e Major Olímpio sobre a questão dos pancadões em SP.

É preciso dizer que a classificação dessas festas de rua como bailes funk é altamente questionável. Trata-se de aglomerados de jovens na rua ao som de carros também, mas que tocam estilos musicais variados, dentre os quais o funk. Nesse sentido, cabe a aplicação do termo “pancada”, com o caráter pejorativo que lhe foi imputado, já que ele não significa mais do que a combinação entre poluição sonora e desordem (música alta, juventude, bebidas, drogas, brigas, roubos, comportamentos sexuais moralmente condenados e urina nas ruas). As descrições sobre as festas universitárias de rua são muito semelhantes às descrições dos bailes de periferia, já que é feita, em ambos os casos, somente sob a ótica de quem se incomoda. Fato que se aproxima, a despeito do perfil de classe distinto de seus frequentadores. Talvez pelo fato dessa diferença não ser necessariamente ignorável aos olhos de todos, um jornalista chegou a chamar essas festas de “[pancadões universitários](#)”.

Essa polêmica aconteceu em agosto. Mas antes de seguir nesse ponto, é interessante destacar uma matéria de fevereiro, relativa ao carnaval no Largo da Batata, na Zona Oeste, que chama este mesmo fenômeno (isto é, aglomeração de pessoas em torno de ambulantes e caixas som) de rolezinho.

A comparação entre o carnaval, bailes funk e rolezinhos não é exatamente inapropriada se considerarmos o tema da ocupação do espaço urbano com base na já mencionada ideia de desordem. No seu livro, Danilo Cymrot faz essa comparação no tratamento público a estes dois fenômenos, o carnaval de rua e os bailes, considerando a expansão da ocupação das ruas no carnaval paulista, que aumenta consideravelmente em número de blocos e de foliões a partir de 2013.⁷⁵ Com isso, observa-se, ao longo dos anos, uma convivência entre tentativas da prefeitura de fazer com que a população aceite o fenômeno do carnaval de rua e que a máquina pública trabalhe para ele, como é normal em outras localidades, e uma certa liberdade de atuação violenta da PMESP na observação estreita e nada flexível das regras impostas para a festa da rua. Nesse sentido, vemos também um crescente de situações de dispersão de aglomerações pós-bloco, bem como integrantes de blocos acusando as mesmas de “pancadão” ou “rolezinhos”, em uma classificação altamente pejorativa, inclusive porque demarcada por perfis de classe e raça distintos, conforme as notícias deixam transparecer.

Voltando aos “pancadões universitários”, o fato é que são 5 notícias na Folha sobre esses eventos, todas entre junho e agosto, o que coincide com fim de semestre. Elas se referem às universidades mencionadas acima, com exceção do Mackenzie, que não é diretamente citado. Fato é que uma das matérias cita a região da Consolação/Higienópolis/Pacaembu, onde aquela universidade, e também uma das unidades da PUC, tem sede. A visibilidade da questão também trouxe para a notícia as respostas do poder público que, como já sabemos, são, da parte da prefeitura, a fiscalização e multa e, da PMESP, a dispersão.

No caso da FMU, com sede na Liberdade, houve dispersão com bombas, o que causou inclusive depredação de bares e uma resposta de repúdio à ação policial por parte da universidade. A PUC, por sua vez, se limitou a eximir-se de responsabilidade pelas festas de seus alunos. Já a ação da prefeitura gerou a revolta de diversos donos de bares, que afirmaram estarem sendo multados fora do horário dos “pancadões” em razão do som da conversa dos clientes que, facilmente, passavam os decibéis regulamentados. Uma das matérias, ao mostrar um gráfico sobre a atuação do PSIU, afirma que o programa está realizando ações semanais em conjunto com subprefeitura, PMESP, GCM, CET e outros órgãos. Contudo, a SSP, ao ser questionada, em outra reportagem de data próxima, afirmou que a responsabilidade de fiscalizar barulho em via pública não era dela, mas da Prefeitura.

Sobre bailes de periferia, a única menção a eles nesse ano é uma foto de um ônibus incendiado com uma legenda atribuindo a ação à revolta contra uma blitz da PM no baile de Heliópolis. Não há reportagem, apenas foto e legenda. Nesse ponto, fica muito claro que a

75 - Cymrot, 2022.

lei de 2013 não trouxe nenhuma solução específica para o problema, nem uma formação institucional ou maneira oficial nova de lidar com ele. No caso de estabelecimentos, a fiscalização segue sendo feita pelo PSIU em operações realizadas conjuntamente com a PM, ao menos nas regiões centrais. Não está claro, contudo, o que exatamente ocorre nas regiões periféricas, menos ainda nas favelas.

Como dito, o tema do baile vai aparecer no [debate entre candidatos a prefeito na Band](#).⁷⁶ A Folha nos deixa ver isso de maneira indireta em uma reportagem sobre os ataques entre candidatos, na qual cita um trecho de uma fala descontextualizada do candidato Major Olímpio. Depois, na sessão contraponto da coluna Painel, cita-se uma “alfinetada” extremamente machista do presidente do PT sobre a participação da candidata Marta Suplicy no debate. Ao conferir o vídeo do mesmo, vemos que houve uma pergunta de um jornalista sobre o tema dos “pancadões”, endereçada aos dois candidatos. Em suas respostas, Major Olímpio disse dos “pancadões”, que a Folha explicou ao leitor como sendo “festas com som alto na rua”, que eles se transformaram em um “antro” do tráfico e de sexo a céu aberto e disse que a Prefeitura usava dinheiro público para financiá-los. Marta, que havia se apoiado na teoria da falta de alternativas, apenas concordou com esta caracterização de Olímpio, dizendo que aumentou muito o “número de gravidez resultado de pancadão”. Nenhuma fonte foi citada.

Ao longo do debate, também veio à tona a questão da Cracolândia, por meio de críticas ao programa De Braços Abertos.⁷⁷ A própria Folha fez uma matéria sobre a política de drogas de cada candidato e suas propostas para a Cracolândia. As críticas ao programa foram partilhadas por todos, exceto pela candidata Luiza Erundina. Entre as propostas, o candidato Celso Russomanno citou a Operação Delegada que, segundo ele, poderia viabilizar uma política de confinamento, *checkpoints* e internação compulsória. Após sua vitória, em dezembro, Dória também ressuscitou o programa, falando em ampliar a Operação Delegada para a polícia civil para atuação de investigação na Cracolândia. Chama muito atenção essa retomada de uma política que se mostrava naquele momento fracassada, atribuindo-se esse fracasso à gestão Haddad que a teria enfraquecido.

Vemos que, neste contexto eleitoral, a conexão entre os dois temas, isso é baile funk e Cracolândia, se faz por meio do tráfico. Não como uma novidade, mas de uma maneira que não havia aparecido com tanta força até então. É assim que, no começo de dezembro, durante uma fala na Fecomércio,⁷⁸ João Dória, já eleito prefeito, diz que SP é um “lixo vivo”,

76 - Ver o [Debate da Band](#), a partir do minuto 17.

77 - O programa De Braços Abertos foi a política municipal para álcool e outras drogas da gestão Haddad, com foco na região da Luz conhecida como Cracolândia, e coordenado pela secretaria de saúde. Sob a ótica da redução de danos, oposta ao proibicionismo/punitivismo, o programa realizava ações integradas de assistência social, trabalho, direitos humanos e saúde para o atendimento dos usuários, com oferta de moradia e emprego, visando o fortalecimento de redes sociais, a inserção dessa população, a redução do padrão de uso, da transmissão de doenças e do crime violento.

78 - A Fecomércio é a federação que reúne os sindicatos patronais dos setores de comércio e serviço de São Paulo.

acusando Haddad pelo crescimento dos bailes e da Cracolândia. Sobre as festas, diz que o “pancadão é um cancro que destrói a sociedade. Pancadão é administrado pelo PCC”.

Essa fala vai provocar um inusitado debate entre representantes do estado e do município, através da coluna Painel do Leitor. Quem escreve o primeiro texto é o ainda secretário de comunicação da gestão Haddad, acusando o governo estadual de ter criado múltiplos focos da Cracolândia após a [Operação Sufoco em 2012](#) e de não observar a lei estadual, dizendo que ela proíbe “pancadão” patrocinado pelo tráfico e que a prefeitura promove evento oficial. O secretário referia-se à versão estadual da “Lei dos Pancadões”, a Lei nº 16.049/15, que havia sido levada à Alesp por Cel. Camilo e Telhada, eleitos deputados estaduais em 2015, ano que a lei foi votada e sancionada. Contudo, [em 2016 ela ainda não havia sido regulamentada](#) e, portanto, ainda não estava vigente. No dia seguinte, o coordenador de imprensa da subsecretaria de comunicação do governo respondeu, também no Painel do Leitor, que Haddad queria transferir suas responsabilidades de combate ao crack e aos pancadões para o governo estadual e que o Estado jamais fiscalizou pancadão por não ser sua responsabilidade.

2017

Enquanto isso, era inegável o momento de ápice do funk dentro do mercado musical no país, tornando-se inquestionavelmente um gênero nacionalizado e um produto lucrativo. Neste universo, o funk paulista vinha despontando, conforme dito anteriormente em contraposição ao arrefecimento dos bailes e do funk carioca. Esse cenário vai aparecer através das notícias em 2017.

O principal hit do verão daquele ano foi o funk [“Deu onda”, de MC G15](#). A música é objeto de uma matéria desatualizada, que trata do funk paulista ainda insistindo na comparação com o carioca e na construção de uma história do desenvolvimento do funk na cidade como se fosse uma “vertente”. Dentre as diferenças apontadas, o “profissionalismo paulista” se refletiria na expansão das produtoras. A música serve também de título para uma ótima matéria sobre um rolezinho ocorrido em fevereiro no Ibirapuera, que trata sem julgamentos do comportamento dos jovens, em especial a questão da sexualidade, e dos rolezinhos como lugar de lazer e de beijar.

Mas o sucesso de “Deu onda” não é isolado. Daí que o funk tenha sido destacado em um caderno especial (com diversas matérias) sobre o consumo musical no Brasil, junto com o sertanejo e o Gospel, como os gêneros mais consumidos no Brasil, país que, por sua vez, estava em 3º lugar do ranking de países que mais consomem música via streaming no mundo. Ao fazer uma geografia desse consumo por regiões, a reportagem mostra a nacionalização do funk paulista especificamente. Nesta mesma perspectiva de mostrar a relevância do funk, desta vez em âmbito transnacional, uma matéria trata do episódio [“Visão”](#) sobre o funk carioca e o paulista, assim unidos e diferenciados, no minidocumentário do Soundcloud “Next Wave”, que trata das cenas musicais e sonoridades de impacto mundial.

O funk aparece como tema na interface entre cultura e mercado em outras matérias. Há 4 notícias sobre Anitta em razão do lançamento do clipe de [“Vai malandra”](#) que entrou no em 18º ranking mundial do Spotify, sendo a primeira música em português a conseguir esse feito. Para além da música em si e das análises acerca da carreira da artista, que possuem antecedentes nessa cronologia, as matérias e opiniões dão conta também das polêmicas sobre apropriação cultural, objetificação da mulher e “glamorização da favela”, que circundaram o clipe em um momento em que ainda o Facebook, mas também o Twitter eram utilizados como espaço de debates e polarizações. Em comum, as matérias destacam positivamente a habilidade da cantora de administrar a própria carreira, fazer parcerias, transitar entre gêneros e internacionalizar a sua música, tratada como cada vez mais descolada do funk que a projetou e, por fim, de fazer tudo isso ignorando ou aproveitando todas as polêmicas.

É inegável, portanto, que estamos em um momento em que o funk é um produto cultural reconhecido nacional e internacionalmente, sendo que São Paulo encontrou seu reconhecimento como espaço produtor dentro desse gênero. Ao mesmo tempo em que esse cenário se mostra estabelecido, os processos de associação do funk aos ilegalismos seguem sendo construídos como estratégia para a regulamentação dos bailes.

Chamam atenção 4 matérias sobre chacinas (ou tentativa de) ocorridas em bailes funk: no Campo Limpo, em Mossoró, em Gravataí e a última no Rio de Janeiro. Esta foi cometida pela polícia, que invadiu o Baile do Salgueiro, em São Gonçalo, na região metropolitana, atirando sob pretexto de prender traficantes e alegou auto de resistência. O contexto é o da intervenção federal militar na cidade.⁷⁹ Já os outros 3 são casos sem maiores informações, sobre os quais seriam iniciadas investigações, mas cujas dinâmicas não deixam ter certeza que se tratavam de guerra de facções, tal como o jornal sugeriu nas 3 matérias, ou grupo de extermínio, possibilidade sequer aventada.

Sobre o caso do Campo Limpo, feita uma breve pesquisa adicional, percebemos que as mortes teriam ocorrido em razão de uma briga não explicada no baile funk, no mês de julho. O local das mortes, por sua vez, seria próximo ao local em que ocorreu outra chacina em abril, também com 4 mortes. A polícia relacionou as mortes com uma disputa por pontos de venda entre traficantes.⁸⁰

79 - Uma intervenção federal no estado do Rio de Janeiro foi decretada em fevereiro de 2018 por Michel Temer, que ocupava a Presidência da República após o afastamento de Dilma Rousseff. A intervenção é permitida em alguns casos previstos na Constituição Federal, dentre os quais a falência financeira, pela qual o Estado passava. A falência poderia justificar a intervenção para garantir direitos essenciais, como saúde e educação. Porém, a intervenção restringiu-se à segurança pública e transferiu as atribuições do governador nesta área para um interventor nomeado, o general do exército Walter Souza Braga Netto. Ela envolveu um amplo conjunto de ações realizadas pelas forças de segurança do estado e as forças militares, através das operações de “garantia da lei e da ordem” (GLO). A vereadora [Marielle Franco foi assassinada um mês após o início da intervenção](#). As ações de GLO acumularam um alto número de denúncias por graves violações aos direitos humanos, além de terem aumentado o número de mortes decorrentes de ação policial em uma série de episódios gravíssimos que, assim como a morte de Marielle, permanecem sem esclarecimentos.

80 - Em sua pesquisa sobre chacinas em São Paulo, entre 1980 e 2020, a pesquisadora Camila Vedovello

De maneira geral, todas essas matérias refletem práticas de associação dos bailes com o crime, já consolidadas historicamente, e que aparecem também em uma matéria sobre vídeos violentos da guerra na Rocinha, na qual o baile funk é citado como local em que a união entre as facções Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigo dos Amigos (ADA) com o PCC é selada. Assim como aparecem em uma matéria sobre os posicionamentos públicos de Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal federal (STF) sobre a novela “[A Força do Querer](#)”, no horário nobre da Globo, acerca de uma suposta glamorização do tráfico. Ao compor o quadro dos ilegalismos glamorizados pela novela, um dos cenários citados pelo ministro é o baile funk.

No entanto, em 2017 o debate foi além e chegou na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, onde tramitou [uma sugestão popular de projeto de lei de criminalização do funk como crime contra a saúde pública](#). Há duas matérias sobre esse fato. Uma apenas informa que o projeto foi rejeitado. A outra é de difícil classificação, pois, partindo do assunto noticiado, o jornalista trata do Funk Proibidão, pensando o que ele vai chamar de expansão da vertente pelo Brasil, referindo-se especificamente a sua chegada ao Norte e Nordeste. A narrativa ignora o tema da “domesticação do funk” para fins comerciais, que vemos nas outras matérias desse mesmo ano, para focar em uma expansão que acompanha a própria nacionalização do PCC e do CV e a guerra entre as duas facções, que explode pelos presídios do Norte e Nordeste, em 2017. Mas não exatamente dessa maneira o tema é apresentado, mas como se o funk produzido no contexto das facções fosse uma vertente que encontrasse alguma predominância no contexto atual de desenvolvimento do gênero. A reflexão ignora a expansão do funk dentro da indústria fonográfica, com a consequente substituição das redes informais, da época dos CDs piratas, sites de MP3 e rádios comunitárias, para as megagravadoras e megaprodutoras. Mas não apenas isso. A reflexão parte de uma associação entre o funk o proibidão e entre este último e as facções criminais e seus domínios sobre favelas e penitenciárias, tal como se fazia nos anos 1990. Ele parte do fato de que o projeto de lei não será aceito por ferir a liberdade de expressão, mas quer insistir, apesar disso, na plausibilidade do debate sobre o funk como expressão criminal.

Outro tema importante deste ano é a regulamentação que, me parece, está também em descompasso tanto com os debates sobre o desenvolvimento cultural e econômico do funk como gênero, quanto com a estrutura de controle da poluição sonora em São Paulo.

O ano começa com a regulamentação da “Lei dos Pancadões” em sua versão estadual. Trata-se de uma reprodução da lei municipal, levada à Alesp pelos mesmos autores, os ex-

encontrou 3 casos de chacinas em bailes funk e, gentilmente, compartilhou conosco as notícias correspondentes. Além da citada, ocorrida no Campo Limpo em 2017, há um caso em São Miguel Paulista, em 2015, na qual morreram 3 pessoas em um tiroteio, e outro no Jardim Eldorado, em que 3 mulheres foram mortas supostamente na saída de um baile funk. As informações são da polícia, mas em nenhum dos casos estão aprofundadas. Ver: Adorno, Luís e Caramante, André. 75 foram mortos em chacinas neste ano na região metropolitana de SP. Ponte Jornalismo, 14 de agosto de 2015; Valota, Ricardo. Três são mortos a facadas na 2ª chacinado ano na região metropolitana de SP. O Estado de São Paulo, 13 de janeiro de 2011. Soares, Will. Três pessoas morrem baleadas em baile funk na Zona Sul de São Paulo. G1, 24 de julho de 2017.

vereadores, agora deputados estaduais Camilo e Telhada. Na matéria que trata do tema, o Cel. Camilo diz que ela dá instrumentos à PM para agir “no começo” da música alta, antes que vire “pancada”. Teoricamente, a regulamentação da lei permitiria isso ao dar à PM o papel de fiscalizar e multar esses veículos. Ainda que multar fosse uma demanda da PM, a lei não produz uma nova forma de contornar o problema, mas dispensa a presença municipal do PSIU nas operações policiais, o que seria necessário até o momento para operacionalizar as multas.

É provavelmente a partir da regulamentação da lei estadual que o PSIU se retira da tarefa de fiscalizar pancadões, conforme é informado atualmente no site do programa. Contudo, não havendo uma nova forma de lidar com o problema, vemos surgirem iniciativas que requeiram as anteriores, apenas derramando sobre elas um “molho” de novidade no contexto de uma nova administração municipal, que é muito afeita às redes sociais e à propaganda. Em um momento em que as redes sociais se tornam cada vez mais decisivas para a política eleitoral.

E é na Cidade Tiradentes, por ironia do destino, que surge a [Operação Sono Tranquilo](#), nos exatos mesmos moldes das “operações contra pancadões” elaboradas em 2012 na Zona Sul.⁸¹ Agora, contudo, a iniciativa é capitaneada por um subprefeito morador da área, escolhido por Dória, que possui um perfil que se assemelha muito ao do próprio prefeito.

Oziel Evangelista de Souza compõem um grupo de subprefeitos que usa as redes sociais para estabelecer contato com a população e se auto promover. Dória criaria o prêmio de “subprefeito do mês”, na lógica corporativa do funcionário do mês. [Oziel ganharia o mesmo em março](#), sendo que a operação havia sido iniciada em fevereiro. A tática da premiação chama atenção da mídia para o assunto. No mês seguinte, a própria [prefeitura fez uma divulgação da operação](#) em seu site, promovendo a presença de Bruno Covas, que estava como prefeito em exercício, além de secretários e até de vereadores em uma noite de operação.

O que ninguém retrata é que, com 4 meses em andamento, a Operação Sono Tranquilo já apresentava notícias de abusos cometidos por policiais contra a população, incluindo cerceamento do direito de ir e vir de moradores e o uso de táticas de intervenção direta para o controle de multidões, conforme relata uma matéria da Agência Mural de jornalismo das periferias.

A lógica de autopromoção em cima da operação ganha um impulso por ocasião da [agressão sofrida por Oziel durante uma operação](#) realizada em novembro. Segundo o mesmo, foi jogada uma garrafa em direção às autoridades, tendo cortado sua mão. Oziel acompanhava com frequência as operações in loco e [tinha o costume de transmiti-las por suas redes sociais](#).

81 - Operação com o mesmo nome foi realizada em [Santo André](#).

O fato é que, para Dória, a Operação Sono Tranquilo se apresentou como uma solução para suas promessas de campanha. Assim, em uma matéria escrita já no fim deste ano, avaliando a situação das suas 118 promessas de campanha, aparecem dois temas que acompanhamos aqui: a “retomada da Operação Delegada” e o fim dos “pancadões”. Ambas, ele alega estarem em andamento.

O curioso é que, ao dizer que a promessa está em andamento como política, ele cita apenas a situação da Cidade Tiradentes, onde as Operações Sono Tranquilo teriam reduzido de 50 para 5 os pontos de baile. Aparentemente, do ponto de vista da administração Dória, parece fazer sentido a tese que Oziel sustentará no próximo ano de que a sua iniciativa foi uma espécie de projeto-piloto para a construção de uma política estadual para os bailes na gestão Dória, que posteriormente seriam rebatizadas com o nome mais explícito de Operação Pancadão. Interessa colocar em foco, portanto, não propriamente o sono tranquilo do cidadão, mas o enfrentamento ao “cancro dos pancadões”.

Interessante nesse sentido também notar o fato de que o debate sobre o funk mantém-se um tanto à parte dos debates contíguos sobre poluição sonora, uma vez que, enquanto procura colocar-se como combatente do funk, Dória deixa de preocupar-se com a atuação do PSIU que, segundo matérias feitas neste ano, enfrentava uma grande queda de multas em relação a períodos anteriores pela falta de funcionários para realizar as fiscalizações. Estas matérias sobre o PSIU se referem ao funk somente nos gráficos e esquemas que explicam as atribuições do programa, mas o tema tende a ser tratado em separado, tanto que o PSIU não faz parte da Operação Sono Tranquilo, como fazia nas operações pancadão de 2012, já que a “Lei dos Pancadões” estadual agora permite dispensar a sua presença.

2018

A projeção do funk no gosto popular nacional e na música eletrônica internacional segue se refletindo na cada vez maior estruturação do mercado profissional, especialmente na produção audiovisual. O maior exemplo disso é o marco alcançado pela produtora Kondzilla, em fevereiro de 2018, [quando se torna o maior canal do YouTube Brasil](#) e também da América Latina. Temos algumas matérias sobre esse tema, além de uma nota que comunica o alcance desse marco. Algo que ocorre junto com dois fenômenos de visualizações, o clipe de [“Bum Bum Tan Tan”](#), de MC Fioti, e [“Envolvimento”](#), de MC Loma e as Gêmeas Lacreção. Este viralizou como um [clipe caseiro](#), publicado em janeiro no YouTube, tornando-se o hit do carnaval daquele ano e ganhando, então, uma versão de clipe ostentação assinado por Kondzilla, que sai às vésperas do carnaval. Essa história é tema de uma das matérias.

O clipe de Fioti já tinha sido o mais visualizado de 2017, com 628 milhões de views, de modo que a recepção desses dois clipes em específico fizeram parte do alcance desse marco pelo canal Kondzilla. Naquele momento, ele se tornava o canal com mais inscritos do país, 26 milhões, e com mais visualizações por mês, 1 bilhão. Hoje, em 2024, o clipe tem mais de 1bi de views e o canal mais de 67 milhões de inscritos, seguindo na 1ª posição do YouTube BR e

a 20ª do mundo. No ranking brasileiro, temos mais uma produtora de funk paulista, com o canal GR6 Explode, que está na 7ª posição.

Ambas as produtoras paulistas são muito maiores do que, por exemplo, a [Tom produções](#), que é uma das conhecidas congêneres cariocas. No início deste processo, muitos analistas afirmavam que o Funk Ostentação seria o responsável pelo impulsionamento do funk paulista por se tratar de uma vertente mais palatável ao mercado. No entanto, a ostentação como uma prática das produtoras paulista, que se diferenciam pelo forte investimento que fazem nestas produções, é muitas vezes referida pelos funkeiros como parte do “profissionalismo paulista”. Sugerindo que essa adaptação ao mercado e o investimento são os fatores mais importantes para a ascensão do funk produzido em São Paulo do que uma suposta relação com o poder público, como intuiu erroneamente Hermano Vianna no seu artigo nesta cronologia. Ao contrário, a relação com o poder público tem sido de marginalização tanto quanto no Rio de Janeiro.

Uma segunda matéria sobre o sucesso de Kondzilla e MC Fioti é feita por ocasião da ultrapassagem da marca global de 1 bilhão de views pelo mencionado clipe, que acontece em setembro. A matéria discute o fato do funk ser o verdadeiro estilo brasileiro globalizado, bem como a qualidade do trabalho musical e audiovisual de Mc Fioti e Kondzilla, além da conexão destes artistas com os gostos dos segmentos populares. Ela conclui dizendo que eles demonstram que no país existe uma vitalidade invisível, ou invisibilizada pela mídia e classes altas, pois “só não vê essa vitalidade quem não quer”. Uma outra matéria, essa somente sobre Fioti, faz uma excelente análise sobre a trajetória do jovem e também sobre o seu talento musical.

Ainda nesse viés temos: uma matéria sobre o funk [“Ela só quer vrau”](#); uma matéria homenagem por ocasião da morte de [Mr. Catra](#); uma matéria sobre a bunda como tema de letras de música, mostrando como ela desponta no funk dentre diferentes gêneros musicais, em detrimento de outras partes do corpo presentes em músicas, tais como coração e boca. É uma matéria banal, mas que segue na esteira de documentar o funk como produto de massas. Temos ainda uma matéria sobre moda jovem e street wear na qual “baile funk” aparece como um estilo de se vestir.

Temos ainda uma matéria de mais difícil classificação, também de homenagem, nesse caso aos MCs da Baixada, que, apesar de tomar a chacina como tema de partida e de chegada, na verdade, faz um interessante compilado de informações e análise sobre a carreira deles e a relação delas com o nascimento e a queda da cena funk no litoral paulista. A matéria também ajuda a entender a importância do [MC Zóio de Gato](#) entre os precursores funk em São Paulo, cantando no início dos fluxos periféricos até ter a carreira abreviada por uma morte acidental trágica, em 2009. Ele pertencia a uma geração do Consciente/Proibidão, forte na Baixada naquele período, mas com poucos representantes na capital. O MC cantou sobre a entrada do PCC nas periferias da cidade, tendo sido bastante estigmatizado por isso.

Como dito acima, mais uma vez esse ano, o carnaval de São Paulo se apresenta como um espaço possível para o funk. Como já foi dito, o carnaval de rua paulista entra em expansão a partir de 2013, saltando de 50 blocos e centenas de foliões, naquele ano, para mais de 550 blocos e 3 milhões de foliões, em 2018. São duas as matérias sobre o carnaval de rua que citam o gênero. Uma pontua os altos e baixos da festa, citando o funk, positivamente, como um dos vários ritmos que foram ouvidos no carnaval eclético paulista. E, negativamente, usando o termo “pancadão” como sinônimo de pessoas aglomeradas em desordem junto a uma fonte de som alta. Também no Painel do Leitor o termo “pancadão” é usado como sinônimo de música alta em referência aos blocos.

Se o Carnaval e suas polêmicas colocam em questão os usos da cidade, uma matéria de março traz essa reflexão focada na questão da noite, tratando da disciplina “Gestão Noturna das Cidades”, ministrada no curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. A ideia da disciplina é pensar sobre os direitos das pessoas que trabalham e se divertem na noite e a necessidade do poder público estabelecer um olhar específico de gestão urbana sobre esse período do dia. Os bailes funk são citados na matéria como um exemplo de eventos que aumentam a demanda noturna por transporte público, que foi dado aos alunos durante uma saída de campo, pelo gestor de ônibus da central de monitoramento da SPTrans.⁸²

Esse debate, contudo, se mostra muito distante da preocupação dos governantes, que parece melhor capturada pelas possibilidades repressivas construídas em torno ao “pancadão”. E isso é reforçado mais uma vez por João Dória, em nova declaração sobre a relação dos bailes com o PCC em [entrevista à rádio bandeirantes](#). Uma ótima matéria da Ponte Jornalismo, toma este acontecimento como mote para desenvolver o problema a partir do ponto de vista dos organizadores de baile, que criticam o encerramento do diálogo por parte da Prefeitura. Questionada pela matéria, a Prefeitura ignora a maior parte das perguntas, mas responde que, em sua entrevista à Bandeirantes, Dória “falava de pancadão, não de baile funk”. Não apresenta, contudo, qualquer explicação sobre a diferença entre as duas coisas, reforçando nossa tese sobre a construção de “pancadão” como termo pejorativo. Questionada, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) teve um comportamento semelhante, mas disse ter feito mais de 3,2 mil ações contra pancadões em 2017, as quais se refere como Operação Pancadão. A matéria cita os nomes dos bailes aos quais se refere e é apenas a segunda a fazer isso na cronologia.

Embora não tenhamos acesso direto aos dados gerais de operações, podemos ter uma medida do aumento delas a partir de 2017, quando a lei foi regulamentada, comparando as 3,2 mil operações ocorridas neste ano, segundo a reportagem, com as 7,5 mil operações ocorridas em 2019.⁸³ A estrutura está montada e haverá, a partir daí, uma escalada de

82 - A São Paulo Transporte S/A (SPTrans) é uma empresa vinculada à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes que tem por objeto prestar serviços de gestão e fiscalização do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros.

83 - Segundo reportagem citada em Cymrot, 2022: 17.

operações policiais contra bailes funk.

Em paralelo a isso, outros atores na esfera da política também se articulam em torno à pauta anunciada pelo novo prefeito. Uma matéria, agora sobre a Operação Sono Tranquilo, traça uma outra agenda em torno do mesmo tópico, mostrando como a iniciativa do subprefeito da Cidade Tiradentes também foi sendo realizada pelas subprefeituras vizinhas, como Guaianases e Itaim Paulista. Ela comenta que além da atuação em relação aos bailes, a operação envolve fiscalização de bares e também analisa o fato de que a medida vem sem contrapartida de alternativas culturais, baseando-se no mapa da desigualdade para mostrar que faltam opções na região. A matéria ainda entrevista pessoas ligadas à noite que são contra e a favor da medida e também comenta a atuação da prefeitura de Haddad, dizendo que a verba pros eventos oficiais havia sido reduzida ainda em 2016 e, portanto, antes do fim de seu mandato. O dado mais preciso foi a redução do investimento de R\$7,2 mi em 2015 para R\$2,4 mi em 2016.⁸⁴

Sendo assim, vemos que ambas as instituições, PMESP e Prefeitura, passaram a divulgar suas iniciativas de contenção dos bailes.

Encontramos, por exemplo, uma nota da Prefeitura, em seu portal, sobre a realização da Operação Sono Tranquilo na Cidade Tiradentes, na noite da virada de 2017 para 2018, dizendo que a gestão está comprometida em mantê-la para o ano e torná-la referência para outras subprefeituras. Na mesma linha, temos uma nota da comunicação social da PMESP sobre a realização de uma Operação Pancadão em Paraisópolis, em abril. Muito interessante porque ela não fala de perturbação de sossego, nem de multa, fala somente de condutores autuados, mas não especifica em quais leis, fala de motos e veículos apreendidos, sem também especificar a razão, documentos apreendidos, pessoas abordadas, mas não fica explícito quais seriam os motivos e se os supostos delitos ou contravenções teriam a ver com o baile. Ademais, a nota fala sobre incursão na comunidade e apreensões relacionadas ao tráfico (drogas, armas, balança e munição).

O que chama atenção é a ausência de parâmetros objetivos e explícitos sobre o que seriam essas operações, independente de sua nomeação. A lei prevê apenas a fiscalização do volume sonoro emitido por carros estacionados pela PMESP. Como estas apreensões de drogas e as incursões na comunidade se enquadram nessa prerrogativa? Como a PMESP verifica o volume sonoro? Ela evita a formação dos bailes ou os dispersa?

Nada disso está explícito. É um campo aberto para a atuação policial. Nesse sentido, a nota da comunicação social da PMESP é bastante chamativa a respeito desse lugar de deslizamento das operações policiais e como o funk pode ser mais uma justificativa para sitiar a comunidade, quando a prerrogativa de fiscalizar o som e impedir “pancadão” desliza para a prerrogativa de sufocar o tráfico e conter o crime, justificando um processo de

84 - Cymrot, 2022:: 125.

militarização das comunidades e, portanto, da vida do trabalhador. Assim como os bailes são um amálgama indefinido e inesgotável de problemas que vão sendo alinhavados por incômodos morais e por uma ideologia segundo a qual a desordem gera o crime, as ações de enfrentamento estão moral e politicamente legitimadas ainda que elas façam uso de medidas legais e ilegais, previstas e não previstas, indiscriminadamente.

Com a nomeação de Bruno Covas em abril, em razão do licenciamento de Dória para o pleito estadual, é realizada uma reunião com os 32 subprefeitos para apresentar a Operação Sono Tranquilo como um projeto-piloto da Cidade Tiradentes a ser expandido pela Prefeitura. Como vimos, paralelamente, a PM fazia as Operações Pancadão. Segundo Covas, em informação à coluna da Mônica Bergamo, a Operação Sono Tranquilo acabou com os 40 pancadões que existiam no bairro e reduziu em 41% as intercorrências com armas de fogo, segundo dados da saúde. A pesquisa que comprovaria a conexão entre os dados não foi citada.

Em novembro de 2018, aconteceria o caso mais grave, até o momento, resultante de ação policial contra bailes funk: [3 mortes no Baile do Vermelhão](#), em Guarulhos. A única notícia sobre o fato informa que a ouvidoria vai investigar o ocorrido, mas nada é dito a respeito do contexto ou sobre a operação realizada naquela oportunidade. As mortes foram divulgadas como pisoteamento. Contudo, trata-se de um caso semelhante ao de Paraisópolis, pois, acessando os laudos necroscópicos das vítimas, não se vê lesões compatíveis com o pisoteamento. [Assim como as 9 vítimas em Paraisópolis](#), a causa da morte destas 3 vítimas também foi asfixia mecânica indireta.⁸⁵

Apesar de sua gravidade, o episódio não rendeu maiores repercussões, nem da mídia, nem do poder público. Ao mesmo tempo, vemos uma série de notícias que corroboram com os estereótipos acerca dos bailes, passando por dois tópicos: a violência urbana e a exploração sexual. No quesito violência urbana, vê-se a continuidade da prática de citar bailes funk como local de crimes ou de onde provém criminosos. Há 3 matérias nesse sentido, mais duas fazendo referências metafóricas aos rolezinhos. Há ainda um conjunto de matérias que tentam associar, de maneira direta e indireta, mas sem fundamentos concretos bailes funk à exploração sexual.

O caminho parece pavimentado para que algo mais grave aconteça. E aconteceu.

2019

Chega-se, assim, ao segundo ano com o maior número de reportagens da série histórica. O

85 - Ao contrário do que foi alegado pelos policiais e fartamente divulgado pela mídia em um primeiro momento, a morte dos 9 jovens em Paraisópolis não envolveu pisoteamento. Eles foram confinados e comprimidos na multidão no interior de uma viela. Para mais detalhes, ver: [“O Massacre no Baile da DZ7, Paraisópolis. Relatório 1: Chacina Policial, Institucionalização do caso e a Dinâmica dos Fatos Segundos as Evidências”](#)

ano é marcado pelo Massacre de Paraisópolis e a sua cobertura coloca pela primeira vez a violência policial como principal abordagem das notícias, junto com os artigos de opinião que também tratarão deste tópico. Além dos articulistas, são dois editoriais, um texto da Ombudsman, diversas cartas do Painel do Leitor e um texto de dois jornalistas refletindo sobre a cobertura. Em comum, as reflexões apresentam críticas à ação policial, ao governador e, em alguns casos, a Bolsonaro e à “ascensão conservadora”. Exceção fica para manifestações minoritárias de apoio à polícia no Painel do Leitor.

Contudo, notícias sobre a violência policial vão aparecer este ano antes mesmo do massacre. De fato, os casos vinham aumentando nos últimos anos, corroborando para uma percepção geral de que estava em curso um aumento recente da violência policial como parte da militarização da atuação do poder público frente ao problema dos bailes de rua. É fato que o número de operações aumentou. Contudo, não é possível ter certeza objetiva de que o aumento das notícias sobre a violência policial sinalizam apenas o aumento da violência em si ou também o aumento da visibilidade para os casos, na medida em que os bailes funk passam a ser mobilizados nos discursos de políticos que alcançam posições mais destacadas de poder, como é o caso de João Dória, eleito governador do estado, em 2018.

Até então, o problema do “pancadão” havia frequentado a biografia de figuras políticas locais, como vereadores e subprefeitos, e aparecido como temática somente na esfera municipal de pleitos e campanhas eleitorais majoritárias. A única exceção seria a [campanha a deputado estadual do Cel. Camilo](#), principalmente. Mas quando João Dória se torna governador, o que ocorre na primeira eleição após o “combate ao pancadão” ser regulamentado a nível estadual, ele decide colocar sobre a atuação da PMESP a sua marca política. Daí também que o Massacre de Paraisópolis tenha pesado tanto sobre ele.

É assim que, além de ter sido considerada uma das “grandes coberturas da Folha no ano”, conforme afirma uma reportagem estilo retrospectiva ao final do ano, o Massacre de Paraisópolis se tornou também “a primeira grande crise do governo Dória”, como se afirma em outra matéria. Tal crise se faz mais importante na medida em que Dória, mal atingido o cargo de governador, já tentava se firmar como presidenciável. É, assim, que os temas da violência policial, do baile funk e da política institucional vão se emaranhar no ano de 2019 como ainda não havia ocorrido antes.

Mas começemos a análise pela abordagem que se mostrou minoritária no ano, a cultura. A programação cultural do ano mencionou 3 eventos: o [“Kondzilla Festival”](#), evento de música privado e focado no funk. O SP na Rua, evento autointitulado a “maior festa gratuita a céu aberto de São Paulo”, que contou com 16 pontos de festas simultâneas no centro de São Paulo promovidas por uma série de coletivos, dentre eles a festa do coletivo [Batekoo](#) com “funk carioca, paredão e discotecagem estilo baile funk”. Por fim, uma peça em cartaz do grupo teatral Núcleo Pele, uma companhia do Grajaú, Zona Sul de São Paulo, chamada [“O Pancadão, O baile segue?”](#), que discute os bailes de rua na cidade e está marcado pelo pertencimento dos atores e membros da companhia aos territórios periféricos.

Todo enredo interessa, uma vez que seu mote é justamente o debate em torno da legitimidade da realização dos bailes na rua. A peça conta a história de um baile que dura 3 meses ininterruptos, fazendo com que mesmo os mortos sigam dançando, em razão da música que faz vibrarem seus corpos. Instaure-se, a partir daí, um debate sobre se o baile deve ou não continuar. É muito interessante não somente por reverberar um debate que estava socialmente colocado, mas também porque antes dessa peça a única outra envolvendo a temática do funk na série histórica aparece logo no início e se trata de uma peça infantil. Importante dizer que, apesar do enredo tão sugestivo aos fatos do Massacre, a peça é anterior a ele.

As notícias sobre cultura se dividem entre aquelas que abordam as festas e outra que trata do universo do mainstream musical. Na primeira categoria, são 4 matérias, mas apenas duas delas se referem diretamente aos bailes de rua.

Duas delas apresentam em comum elementos narrativos com características etnográficas, já que os jornalistas compartilham suas experiências de acompanhar jovens a bailes funk. A primeira matéria é da Folha e parte da observação de uma festa em um sítio em Caçapava, a partir da qual o jornalista discutirá os “paredões”. O autor trata da história do dispositivo, das festas brega no Pará à moda em SP nos bailes funk de fluxo ou fechados. Também aborda o mercado de montagem e aluguel dos aparelhos. Contudo, sua narrativa apresenta um distanciamento pautado numa certa carga moral ao descrever o comportamento dos adolescentes na festa que observa e ao se referir às letras das músicas, além de criticar danos auditivos provocados pelo som alto. A segunda matéria é do El País, trata dos fluxos da DZ7 e do Bega, em Paraisópolis, acompanhando um grupo de amigos, desde o deslocamento para as festas até o retorno, ao amanhecer. O foco está nos comportamentos juvenis, na moda e na música, mas também nas questões relativas ao espaço urbano, tais como mobilidade e a própria estrutura urbana de Paraisópolis. Apresenta um olhar sem julgamentos, referindo-se à festa como um fenômeno social e cultural que deve ser, como qualquer outro, compreendido.

Entre as matérias que abordam o universo profissional do funk, são duas críticas ao álbum “[Kisses](#)” de Anitta que, recém-lançado, estava sendo considerado entre as melhores estreias do ano, pois todas as suas músicas entraram no ranking das 30 mais ouvidas no Brasil.

Em seguida, há 3 matérias do jornalista de cultura Lucas Brêda, entre os meses de maio e julho. Duas matérias são sobre DJs cariocas. Na primeira, conta como eles, através do [Funk 150 bpm](#), estavam recolocando o funk do Rio no patamar nacional. A matéria argumenta que nunca antes os DJs haviam sido mais importantes que os MCs. A afirmação é questionável em face da trajetória de DJ Marlboro, mas o jornalista o diferencia dos atuais DJs, uma vez que ele não teria sido uma celebridade, como seriam os DJs [FP do Trem Bala](#), [Iasmin Turbininha](#) e [Rennan da Penha](#), por exemplo. O argumento é que, contra o investimento financeiro e “o profissionalismo” paulista, a criatividade carioca atuaria em torno da renovação musical do funk, em especial o Funk Putaria, para recolocar a produção carioca, que andava em baixa, no cenário nacional. A matéria ainda fala sobre a importância dos

bailes para o sucesso do 150bpm, criado no baile da Nova Holanda, uma das favelas que integra o Complexo da Maré, na Zona Norte, e pondera sobre a ofensiva do poder público contra os bailes e os funkeiros.⁸⁶

Dias depois, ele assina uma ótima matéria sobre o [Funk 170bpm](#), na qual discute a história do funk à luz do que chama de “popficação”. Na série histórica, já apareceu, com sentido semelhante, o termo “domesticação” para se referir à adaptação de Anitta ao mercado. Nesse caso, “popficação” seria o processo relacionado ao funk produzido em SP, em especial, em torno ao trabalho da Kondzilla. Em face disso, o texto argumenta que os bailes são o espaço da renovação do funk em razão de sua própria marginalização ou do fato das festas serem essencialmente underground e, portanto, um espaço onde a criatividade está menos limitada pelas adaptações exigidas pelo mercado.

Por fim, o autor assina uma matéria sobre a série [Sintonia](#), uma produção da Netflix com a Kondzilla. Apesar de se tratar de um texto simples, uma apresentação dos personagens e da história, conectando-os o trabalho aos trabalhos mais gerais do Kondzilla, a matéria comenta a questão da criminalização do funk, pensando a partir da amizade entre os personagens Nando (membro do PCC) e Doni (um MC).

Em parceria com outro jornalista, ele ainda assina uma matéria mostrando que o funk é o único gênero de música brasileira que combina sucesso nacional e internacional. Eles mostram que, enquanto artistas que se destacam fora e no país, como Alok e Anitta, fazem carreiras especificamente pensadas e voltadas para o mercado internacional sem se prender ortodoxamente ao funk, gêneros musicais que fazem muito sucesso no país, como o sertanejo, por exemplo, não conseguem alcançar o mercado exterior por mais que se esforcem pra isso. Novamente, ele acentua o papel da “popficação” para essa expansão, demarcando o trabalho do Kondzilla como um dos mais importantes para a criação de um funk *mainstream*.

A relação entre o *underground* e o *mainstream* elaborada pelo jornalista faz muito sentido, especialmente nesse momento histórico em que o sucesso cultural e de mercado do funk parece não ressoar em termos de maior aceitabilidade dos eventos que se mostram, e sempre se mostraram, centrais tanto para a renovação musical do gênero, quanto para a expansão do produto funk: os bailes. Nesse sentido, há uma complexidade na retroalimentação entre aquilo que ganha o centro e aquilo que é deixado à margem.

Nesse ano, essa tensão vai se personificar na figura do DJ Renan da Penha, musicalmente celebrado e preso. Por isso, o [criminalização do funk](#) será assunto para uma matéria, que toma como mote o mandato de prisão expedido contra o DJ, no julgamento em 2ª instância de seu processo por associação para o tráfico. Renan foi acusado de ser olheiro por comentar sobre a entrada da PM na Vila Cruzeiro em redes sociais. A partir da mobilização em sua defesa, a reportagem remete às perseguições contra o samba, mas também contra

86 - Segundo Novaes (2020), um dos poucos bailes que seguiu acontecendo durante a política de pacificação.

outros artistas anteriormente acusados por apologia, como a [banda Planet Hemp](#), em 1997.

Acusações como estas se acumulam entre funkeiros. A matéria cita os exemplos dos MCs Frank, Tikão e Colibri. Os dois primeiros, irmãos, foram acusados em 2010, tanto por associação, quanto por apologia. Frank já havia enfrentado essa última acusação em 2005. Ambos teriam relação pessoal com Rogério 157, traficante integrante do CV, e Tikão chegou a ser acusado por tê-lo ajudado a fugir da Rocinha, em 2017. Colibri ficou preso entre 2006 e 2009 por apologia. No caso de Renan, a associação envolve uma suposta atuação sua como olheiro, mas também acusa-se o Baile da Gaiola de ser um baile patrocinado pelo tráfico e ponto de encontro de traficantes. O baile estaria suspenso, sendo que uma ação policial, realizada em fevereiro, para interrompê-lo deixou 4 pessoas baleadas. No final, a reportagem, lembra as acusações de Dória sobre os bailes paulistas e o PCC.

Na esteira destas alegações, crescia a atuação policial contra os bailes e, com elas, a violência. Dessa forma, o ano de 2019 já começa com o caso de [Lucas Lopes, morto por espancamento por policiais](#) que realizavam uma Operação Pancadão na virada do ano, Baile do Habiteto, na periferia de Sorocaba.

Também em janeiro, a Agência Mural publicou matéria sobre a Operação Sono Tranquilo, afirmando que ela teria sido “descentralizada” da Cidade Tiradentes entre agosto e setembro de 2018 e, com isso, passava para o comando da SSP. A matéria sustenta a versão de Oziel sobre a paternidade da operação e que sua iniciativa seria um projeto-piloto, tendo sido o próprio quem solicitou ao governador a intermediação junto a PMESP para fazer dela uma operação para todo o estado. Uma narrativa que não condiz com os fatos, conforme vem mostrando a cronologia.

A PMESP, que já fazia suas operações, não alterou o nome de modo a marcar um atrelamento entre suas iniciativas e as do subprefeito. De todo modo, a chegada de Dória ao governo forneceu o respaldo político que faltava, concedendo às Operações Pancadão um status de política pública, no sentido de que deixaram de ser apenas ações elaboradas e realizadas pela corporação ao nível dos batalhões para se tornarem o programa implementado pelo governo para tratar as questões de interesse público relacionadas aos bailes funk. Um ótimo exemplo disso é a propaganda institucional da [Operação Pancadão](#) publicada nas redes sociais institucionais do Governo do Estado de São Paulo, em outubro de 2019.

Em novembro, mais um caso de violência policial grave atinge a jovem [Gabriela Talhaferro, que acabou sendo cegada durante dispersão de baile funk em Guaianases](#), Zona Leste da capital. O operativo, na área de vizinhança da subprefeitura da Cidade Tiradentes, seria denominado Operação Noite Tranquila. Segundo a matéria da Ponte, a operação policial estava ocorrendo desde cedo no local para impedir a realização do baile. Como muitos jovens chegaram, mas não conseguiram ir embora, em razão do encerramento do transporte público, ficaram nas imediações, estes grupos foram sendo hostilizados pela polícia. O policial que cegou a jovem, atirou contra ela do interior da viatura à curta

distância, depois teria rido e não prestou socorro. A mesma Ponte noticiou uma morte em baile funk esse ano, ocorrida no Natal, portanto, depois do Massacre de Paraisópolis. O adolescente [Kauan Alves de Almeida, na Favela Alba, na Zona Sul, foi morto a tiros por policiais](#) que entraram na rua onde ocorria um baile funk, segundo eles, perseguindo três indivíduos que haviam roubado um carro, dentre eles o próprio Kauan. Família e vizinhos desmentem a versão.

O interesse repressivo do poder público pelos bailes, seja de Dória a nível estadual com a segurança pública, seja de Covas com a zeladoria no município, se refletia em âmbito eleitoral e da política institucional. Uma notícia sobre as promessas de Dória na segurança pública vai contextualizar o problema em relação ao momento de ascensão da direita conservadora no país, estabelecendo uma comparação entre o governador de SP e o governo Witzel, do Rio de Janeiro. Quem vocaliza essa comparação é o Cel. José Vicente da Silva Filho, ex-secretário nacional de segurança pública, que participou da campanha de Dória e a abandonou por discordar da proposta de expansão da Rota. Apesar de a matéria falar sobre promessas não cumpridas no título, ao entrevistar pesquisadores e atores vinculados aos direitos humanos, ela acaba por enfatizar a leniência do governo com a letalidade policial e o encarceramento. É que essa autorização tem sido percebida pelos policiais, o que se reflete nas ruas no recrudescimento da brutalidade. Os bailes funk são citados como exemplo de eventos organizados pela juventude que estão se tornando alvo mais consistente da violência policial.

Outra matéria fala sobre a zeladoria como carro chefe de um Bruno Covas ainda desconhecido eleitoralmente para se fazer conhecer pela população, visando as eleições municipais seguintes. Tomando como parâmetro os dados de solicitações e atendimentos do Canal 156, diz que as ações de recapeamento são as mais respondidas pela gestão e que embora a poluição sonora seja um dos campeões de reclamação, o PSIU está entre os números mais baixos de atendimento do canal. Uma das explicações oferecidas é a de que o programa só tem 10 agentes e estes estariam envolvidos com a fiscalização de “pancadão”. Afirmação intrigante, considerando que o PSIU se retirou dessa tarefa, após a regulamentação da entrada da PM. Estariam estes agentes atuando em Operações Pancadão ou de alguma outra maneira? Como sustentar a importância do controle da poluição sonora para gestões que não investem no programa de fiscalização? Se os bailes são um problema por causa da poluição sonora, não poderiam ser tratados de maneira diferente em relação a outras situações equivalentes.

Antes de entrar na cobertura do massacre, cabe destacar duas matérias que tratam de cultura em Paraisópolis, embora sua publicação tenha sido motivada pelo massacre. Uma trata da Arena Palmeirinha, atualmente o único campo de futebol existente na favela, discutindo os projetos sociais que existem e são executados no local, além de falar dos times (vários esportes), dos campeonatos que disputam, etc. O foco é a relação entre esporte e cidadania na chave de expor as debilidades estruturais do território e a pouca oferta de opções de lazer. A segunda trata dos outros ritmos que existem em Paraisópolis e que, segundo a matéria, “lutam para fugir da estigmatização de que na favela só tem funk”.

O restante das notícias se referem ao Massacre de Paraisópolis e nos ajudam a entender como o episódio foi coberto, considerando que é o primeiro (e até o presente momento único) caso de violência policial relacionada a baile funk realmente coberto pela Folha. Com exceção de pequenas notas sem maiores acompanhamentos, como foi feito no caso do Baile do Vermelho, os casos congêneres foram, em geral, ignorados pela Folha, com o destaque para a chacina dos MCs da Baixada. É importante destacar que aquela foi ignorada também na medida em que não gerou repercussão ou instabilidade política, ao contrário do Massacre de Paraisópolis.

A cobertura da Folha trata de um conjunto de questões em proporção desigual, são elas: o território, as políticas para o funk, a investigação do caso e, muito associada a esse terceiro tema, o massacre como crise política para o governo Dória. Entre os dias 02 e 14 de dezembro as matérias foram diárias, tornando-se mais espaçadas em dias a partir na segunda quinzena do mês.

Coube à Ponte fazer, ainda no dia 01/12, a única matéria de nosso recorte sobre o cotidiano de violência que a população de Paraisópolis vivia desde a morte do Sgt. Ruas no contexto da [Operação Saturação](#) que foi instalada na sequência de sua morte.

A reportagem vinha cobrindo a situação do território, sob a ocupação policial desde o dia 02/11, e relaciona o massacre ao conjunto de episódios de violência ocorridos como parte de um mesmo ciclo de retaliação elevado pela Operação Saturação. A matéria também recupera casos mais antigos de violência relacionados às Operações Saturação ocorridas em 2009 e 2012, em Paraisópolis. Numa linha semelhante está uma matéria da Agência Mural, que vinha abordando a questão das Operações Sono Tranquilo na Cidade Tiradentes, relacionando-a às Operações Pancadão e ao massacre.

Cabe notar que as reflexões mais gerais sobre o território com foco na letalidade como política não foram a tônica da cobertura da Folha, que parece ter tentado voltar suas críticas mais ao governador do que à PMESP, sugerindo que o interesse é maior pela “crise política” do que pela letalidade em si. De todo modo, a Folha não deixou de acompanhar as investigações e colocar a narrativa da PM em suspenso, ainda que com uma série de deslizes.

A primeira matéria, que leva o termo “pisoteamento” na manchete de capa, se resume a dar a versão da PM e a dos familiares. Na sequência, as matérias se voltam para acompanhar os primeiros momentos da investigação, expondo os furos nas narrativas policiais e do governo sobre o caso, e compilando as perguntas que estavam sem respostas. Começam, assim, a dar ênfase na atuação policial como parte da dinâmica que resultou nas mortes, além de entrevistar sobreviventes e familiares. Matérias também ressaltam as declarações de Dória de que “lamenta o triste episódio e pedirá investigações” e relatam as homenagens, [civis e religiosas](#), e os [protestos realizados nos primeiros dias em Paraisópolis](#).

É nesse contexto que surge a primeira matéria na Folha a nomear o baile no qual ocorreram

as mortes. Escrita pelo repórter de cultura Lucas Brêda, uma matéria fala sobre o Baile da Dz7: como se organiza, como gera renda para população local, mas também como causa problemas e incômodos aos vizinhos. Contudo, mostra como mesmo as pessoas que são contrárias ao baile em Paraisópolis criticam a ação policial, tanto no sentido de acreditar que deve haver mais opções de lazer na região, quanto no sentido de que os bailes de rua não são um problema para a polícia resolver. A matéria comenta ainda que a Dz7 era tida como um dos bailes mais seguros em relação a ação policial, mas que há cerca de 3 ou 4 meses as incursões haviam se tornado mais comuns e violentas.

No dia 3, o jornal publica 3 matérias sobre o caso. A primeira faz breves biografias de 6 dos 9 meninos, pois 3 famílias não teriam sido encontradas pela reportagem, com falas de familiares sobre suas biografias e também criticando a polícia. Ainda que a manchete tenha apelo sensacionalista, remetendo ao fato de alguns terem ido escondido ao baile, ela tem o mérito de mostrar quem são as vítimas. A segunda é um artigo de opinião sobre a presença do estado na favela se reduzir à polícia, traz mais uma vez a repressão ao funk como inserida em um histórico de perseguição cultural a manifestações negras e enquadra o caso na escalada de letalidade produzida pela ascensão reacionária no país.

Uma matéria do G1 traz números sobre essa perseguição às manifestações negras. Trata de uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Seg. Pública/G1 com dados do PSIU, que mostra que o critério das operações policiais como a Pancadão não é o número de reclamações de perturbação do sossego. O que nos coloca a questão: por que operações ocorrem apenas contra bailes, quando existem outras modalidades de poluição sonora noturna nas ruas? A matéria mostra justamente que a área de Paraisópolis (Vila Andrade) seria somente a 76º do ranking de reclamações, enquanto Pinheiros, líder, não é palco dessas operações, além de não ter registro de bailes. A matéria ainda compara a atuação da PM no Baile da Dz7 com a [dispersão muito mais gentil de torcedores durante a Copa do Mundo na Vila Madalena](#), além de relembrar casos de abusos anteriores. A reportagem ainda diz que a PM declarou em nota que suas ações de dispersão de baile funk são parte da operação criada por Dória no começo do ano com o objetivo de evitar a formação do baile com base em trabalho de inteligência em todo o estado. A matéria também traz a pessoa do comandante-geral da PM, Marcelo Vieira Salles, afirmando que os policiais envolvidos no massacre não estão afastados, mas “preservados”. Termo que já tinha aparecido na fala do porta-voz da PM em matéria anterior e se desdobrará mais adiante.

Finalmente, a 3ª matéria do dia 3/12 é uma notícia sobre a continuidade do baile após as mortes, com um tom abertamente de criminalização, insinua a ligação do baile com o PCC. Finaliza trazendo uma “hipótese” da “cúpula da PM” de que todo o episódio seria um plano do tráfico para criar uma visão negativa da PM e impedi-los de policiar a área. Lembrando que Paraisópolis estava ocupada por uma Operação Saturação e que também ocorria uma Operação Pancadão na noite do massacre. A matéria não é assinada.

A constante presença da fonte “cúpula da PM” nas matérias a partir desse momento chama atenção para as conexões entre o tema da investigação e o tema da crise política que, com o

passar dos dias, ganhará mais espaço do que a primeira na cobertura. Isso porque as conclusões investigativas, mais especificamente se o caso era de responsabilidade culposa ou dolosa, traziam implicações para os posicionamentos dos responsáveis políticos pelo problema. E esse lugar será tensionado, de um lado, pelos familiares e, de outro, pela comunidade. Em sua coluna, Mônica Bergamo vai reverberar as cobranças vocalizadas pela União de Moradores para fazer pressão por negociação de benesses para a região. Suas notas contam ainda dos protestos previstos e da atuação de deputados em relação ao massacre que foram intensas nesses primeiros dias e depois pararam.

Mas o foco desse olhar institucional é João Dória, observando a pretensão do governador à época de concorrer à presidência e suas articulações para tanto. O foco era o seu movimento, e do próprio PSDB, de afastamento em relação ao governo Bolsonaro, visto que o partido vinha filiando dissidências do governo. No caso, temos uma notícia sobre a [filiação de Gustavo Bebianno](#), recém-saído do PL e do governo após dissidência com Bolsonaro.⁸⁷ A referência ao Massacre ocorre pelo fato de que o ato de filiação aconteceu no Rio de Janeiro no dia seguinte ao Massacre de Paraisópolis, contando com a presença destacada de Dória, que assinou a ficha de filiação de Bebianno.

O que nos dá uma boa dimensão das prioridades do político, que chega a se insinuar ao Planalto, um dia depois de sua polícia matar 9 jovens.

Nesse momento, começam a aparecer matérias sobre o posicionamento do governo a respeito da sua política para bailes funk diante das mortes. O próprio Dória é responsável por estes questionamentos, uma vez que, junto com sua declaração de pesar, ele se manifestou dizendo que o caso não podia ser classificado como letalidade policial e que a política para os bailes não mudaria. Importante lembrar que, de fato, o massacre não foi classificado como Morte Decorrente de Intervenção Policial (MDIP). O que nos permite considerar que os movimentos classificatórios constituídos sob o aparato estatal estadual, seja na segurança ou na saúde, que evitaram as classificações de letalidade policial estavam respaldados pelo governador. Essas declarações aconteceram na [coletiva de imprensa do dia 02/12](#), após a qual ele se deslocou para o Rio.

A matéria é interessante por uma série de razões: primeiro porque Dória se refere à ação em Paraisópolis como parte de uma política que assume como de seu governo. Segundo, porque ela mostra a existência de um descompasso entre os posicionamentos do governador, de Salles, então comandante-geral da PM, e do secretário de segurança pública, na época o Gen. João Camilo Campos, em relação à mencionada política. Dória diz que o caso será apurado mas a política não muda. Já Salles diz que pode haver revisão de protocolo e Camilo apenas defende a PM, chamando-os de profissionais. A matéria diz que a

87 - Gustavo Bebianno, então líder do PSL, ocupou a Secretaria Geral da Presidência por 1 mês e 18 dias. Após se desentender com os filhos de Bolsonaro, foi afastado do cargo em fevereiro de 2019. Meses depois, se aproximou de João Dória e de seus planos de concorrer à presidência em 2022, considerando-o uma liderança menos radical. Em 02/12/19 se filiou ao PSDB, tendo sua ficha assinada pelo próprio Dória. Em 14/03/2020, contudo, passou mal e faleceu em seu sítio no Rio de Janeiro.

gestão tem fechado cerco sobre os bailes, reverberando a fala do comandante da capital, que diz que a dispersão não é o objetivo das operações, mas que a PM teria 250 pontos de baile mapeados na cidade àquela altura. Dória ainda diz que vai criar alternativas culturais. Por fim, a matéria traz o posicionamento da oposição ao governo na Alesp.

Três dias depois, no dia 06/12, sai uma matéria mais aprofundada, relacionando a atuação violenta da PM contra os bailes ao fato de Dória ter feito das operações uma plataforma política. A matéria chama atenção para o fato de que essa violência já existia antes, mas argumenta que Dória não somente a assume como política, como também se recusa a apresentar informações sobre as mesmas. Diz que a Folha contabilizou 16 mortes relacionadas a bailes funk em 3 anos, mas só cita diretamente 13 delas: Paraisópolis (9), Vermelhão (3) e Heliópolis (1). Esta última ocorreu no mesmo dia do massacre, passando, por isso, despercebida. Questionada pela reportagem, a SSP divulgou apenas que desde janeiro teriam sido realizadas 7.597 operações em 14 mil pontos, prendeu 1275 pessoas e apreendeu 1,7 toneladas de drogas.

Como sabemos, esse tipo de divulgação de dados é o padrão da PMESP para todos os questionamentos sobre seus resultados, mas a entrega desse tipo de dado como resposta também remete ao amálgama que se faz em torno ao funk em que não está claro qual o objetivo das políticas que se direcionam a ele. A matéria dá uma ideia geral de que não existe controle externo sobre as ações da PM contra bailes e termina dizendo que Dória agora prometia, no dia 06/12, rever os protocolos. Além disso, a matéria cita dois casos específicos: o de [Taissa Neri, que foi cegada no Parque Santa Madalena](#) (Zona Leste) em novembro de 2018, e da [mãe e filho que foram agredidos por policiais com um skate](#) do próprio rapaz, na Brasilândia, Zona Norte, em outubro de 2019.

O caso de Heliópolis, na Zona Sul, ocorrido no mesmo dia de Paraisópolis, [refere-se a uma MDIP no Baile do Helipa](#), em que os PMs envolvidos apresentam uma narrativa semelhante à do ocorrido em Paraisópolis. Além da notícia breve sobre o caso, temos apenas uma segunda notícia, dias depois, dizendo que os policiais foram afastados.

Embora ocorrida no dia 01, essa morte em Heliópolis só veio a ser divulgada pela Folha no dia 05, quando outros dois novos complicadores também entram no xadrez político do massacre, que levaram Dória a falar em rever protocolos: 1. o MP designa um promotor do Tribunal do Júri para acompanhar as investigações, tratando o caso, portanto, como um possível homicídio doloso; 2. o [Ministro da Justiça Sérgio Moro se pronuncia sobre o caso](#), condenando a ação policial.

Esses acontecimentos implicam naquilo que vai ser chamado de [“mudança de posição de Dória”](#), que também está contextualizada pela repercussão altamente negativa do caso, que se observa na cobertura da Folha pelo alto número de colunistas e também opiniões no Painel do Leitor, que se unem para condenar a ação e a PM, debatendo questões como: racismo, a escalada autoritária no país, o corporativismo da polícia, as responsabilidades políticas pela letalidade policial, e um debate sobre a juventude, defendendo o direito dos

jovens a se divertir contrapondo seu papel de tutelados ao de tutor, que deveria ser o assumido pelos policiais e pelo poder público de forma geral, mas que não se cumpre quando se trata da juventude pobre. Nessa abordagem, há uma entrevista com Renato Barreiros na qual ele conecta a ascensão dos bailes de favela com a crise econômica e critica a perspectiva proibicionista que deve ser substituída por uma espécie de contenção de danos, na qual a realização de bailes pelo poder público minimizaria a relação estabelecida entre bailes e ilegalismos.

É somente no dia 08 que o editorial da Folha vai se pronunciar. E o faz de maneira contundente não só no sentido de classificar o caso como violência policial, mas de cobrar as responsabilidades políticas de Dória, que é acusado de surfar oportunisticamente a onda conservadora. Nessa altura, muitos são os comentários sobre vídeos que circulavam na mídia e nas redes sociais, dentre eles um vídeo de uma [agressão policial no Baile do Bega](#), sobre o qual a PM se pronunciou dizendo ser anterior aos fatos, corroborando assim para desenhar um quadro de violência continuada.

As reportagens sobre esse fato chegaram ao máximo da informação de que o PM que protagonizou as agressões foi afastado, mas não perceberam que ele foi afastado porque participou do Massacre de Paraisópolis e não pelo seu ato prévio em outubro.

A matéria que trata da nomeação, por parte do procurador-geral, de uma promotora do Tribunal do Júri para acompanhar o caso, dá o nome de Soraia Bicudo, que não permaneceu. Apesar disso, o procurador é cauteloso em fazer afirmações sobre violência policial à reportagem.

A coluna da Mônica Bergamo também nos informa como o Massacre se desdobra em uma discussão sobre a Ouvidoria, já que, após criticar a ação, Benedito Mariano, então ouvidor, ganhou apoio do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) para ser reconduzido ao cargo. Quem indica o Ouvidor é o Condepe e Mariano foi votado pela maioria dos membros. Porém, o líder do governo na Alesp era contra sua recondução, chegando a chamá-lo de mau caráter.

Conforme dito, na esfera federal, o então ministro da justiça Sérgio Moro veio a público criticar o Massacre como resultado de “excessos”. Ele aproveita a oportunidade para criticar Dória, que vinha pontuando suas diferenças com o governo federal, e defender a sua proposta de ampliação do excludente de ilicitude, que, naquele momento, estava sendo retirada do chamado [Pacote Anticrime](#) para a segurança pública.⁸⁸ Aproveitava, assim, a

88 - O Pacote Anticrime, um conjunto de medidas para a área da segurança pública proposto pelo então ministro, foi aprovado 3 dias após o Massacre de Paraisópolis. Uma das alterações no texto original, e que significou uma grande derrota para o governo, foi a retirada da previsão de ampliação das situações que resultam em excludente de ilicitude. Ou seja, situações em que é excluída a ilicitude de um ato ilícito cometido. Atualmente, essas situações são o estado de necessidade, a legítima defesa e o estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de direito. A proposta era incluir os casos em que o excesso do agente ocorresse por “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”.

oportunidade para se afastar de críticas de que a medida seria uma licença para matar, já que, segundo ele, o excludente não se aplicaria a casos como o de Paraisópolis.

Assim fazendo, Moro confronta-se com Dória, que vinha defendendo não haver mudanças na política de segurança pública em relação aos bailes. A matéria segue se desenvolvendo, em uma subseção, na qual se fala da Operação Saturação, sem a nomear, contudo. Ao dar a palavra a moradores, em especial comerciantes, eles contam como “desde que um policial morreu aqui” - referindo-se à morte do Sgt. Ruas que deu ensejo à Operação Saturação -, a violência da PM vinha sendo cotidiana, sempre sob a alegação de que moradores e comerciantes vivem no ilegalismo, sem alvará e funcionando informalmente. A matéria mostra como os PMs abusam dessa situação, ou a manobram mediante violência, o que é válido também para o baile. Tudo isso, que já existia, teria aumentado com a morte de Ruas.

Nesse mesmo sentido de denunciar a violência policial, temos uma matéria sobre a [homenagem feita no Baile da Dz7 aos 9 que Perdemos](#), uma semana depois de suas mortes. Ao comentar que o baile estava vazio, fala-se um pouco sobre o lazer da juventude e dá a palavra a alguns moradores e ao pároco local. Este comenta que já houve invasão pela polícia até mesmo da igreja. Religiosos participaram da homenagem no baile.

Conforme dito, após o posicionamento de Moro e suas repercussões, começam surgir matérias sobre a “mudança de posição” de Dória diante de novas revelações sobre a atuação da PM em bailes funk. Ele diz, então, que as agressões gratuitas, que se verificam através do vídeo de outubro no Baile do Bega, são incompatíveis com “a melhor polícia do Brasil” e que precisa rever a política e os protocolos e que trabalhará para que não mais ocorra em sua gestão. Em paralelo a isso, as notas dão conta das movimentações da corregedoria em busca de testemunhas e provas em Paraisópolis.

Um novo editorial da Folha disserta sobre a mudança de posição do Dória sobre o massacre usando o fato como ensejo para cobrar os órgãos responsáveis, em especial o Ministério Público, o seu papel de fiscalização e comenta a postura leniente das autoridades políticas e sua relação com aumento da letalidade, referindo-se a Dória, Witzel e Bolsonaro.

Dias depois, a Ombudsman se pronunciou sobre a cobertura, algo que acontece pela segunda vez na série histórica, já que o mesmo ocorreu em 2014 com a cobertura dos rolezinhos. Dessa vez, a crítica se volta para a abordagem do jornal sobre a periferia. Comenta que a Folha se pronunciou em editorial, mas somente após o Estadão tê-lo feito, também condenando a violência, mas critica duramente a matéria que fala sobre a continuidade do baile após as mortes. Além disso, reflete sobre uma visão global do jornal que é discriminatória, tanto por não falar da periferia, como por reduzir suas poucas falas a aspectos negativos. Relaciona isso à falta de pessoas periféricas nas redações e com a relação do jornal com as classes abastadas. Fala sobre a pressão que os veículos alternativos exercem nesse sentido, pois são eles que recebem os materiais para fazer as denúncias.

Também em linha crítica, embora mais velada, está uma matéria de dois repórteres que

parecem querer afirmar a importância de ir a campo apurar os fatos em vez de apenas aceitar a versão oficial. Por isso, optaram por fazer um relato pessoal de sua ida ao hospital Campo Limpo e a Paraisópolis conversar com familiares, vítimas e moradores para apurar aquilo que recebiam em imagens. São justamente eles que terminam chamando o massacre de “primeira grande crise do governo Dória”.

O tema segue gerando repercussão no jornal, seja, por exemplo, na coluna “frases da semana”, que compara duas frases de Dória sobre o episódio, sustentando com exemplos a sua mudança de posição em razão da crítica de Moro, que também aparece na coluna. Seja em matérias mais dedicadas a aprofundar essa realocização política de Dória diante da repercussão negativa do Massacre após seu primeiro posicionamento.

O jornal apurou que parte do secretariado do governador foi deslocado para “apagar esse incêndio”, razão pela qual Dória tomou a medida de receber as famílias, no dia 09/12. Isso não se repetiria, contudo, no [ato de 1 ano do Massacre](#), quando as famílias vão ao Bandeirantes e pedem para ser recebidas novamente. Mas foi, a pedido delas na reunião do dia 09, que [Dória mandou afastar todos os policiais investigados](#) das ruas. Até então, eram 6 policiais afastados. Dória afasta 38. Até esse momento das reportagens, esse era o número de policiais ditos envolvidos no caso, porém apenas 31 policiais entraram no Inquérito Policial.

Essa matéria também fala do descontentamento da “cúpula da PM”, dizendo que eles temem a criminalização prévia dos policiais e que só com a investigação da Corregedoria é que poderiam tomar uma atitude. É nesse momento, então, que se lança o primeiro olhar sobre um choque entre a disposição pessoal e ideológica de Salles em defender a corporação e os policiais investigados contra o posicionamento de Dória em defender sua viabilidade eleitoral. Destaca-se, por isso, que, no dia em que recebeu as famílias, Dória cancelou sua ida em uma cerimônia de entrega de novas viaturas para a PM.

Ao mesmo tempo, a gestão começou a se mover para ouvir os líderes comunitários de Paraisópolis. Esse é o tema da segunda matéria que mostra, por sua vez, o aproveitamento do episódio pelos líderes comunitários para pressionar, entre vários pedidos, pela criação de uma subprefeitura para Paraisópolis, a retomada da construção da linha do metrô e a regulamentação do Baile da Dz7. Houve, no mesmo dia em que Dória recebia as famílias, uma reunião com uma comitiva de secretários estaduais e municipais no território, que fizeram diversas promessas para a área da cultura, tais como: Projeto Guri, shows de grandes artistas no CEU de Paraisópolis, além do anúncio de um festival de funk que a Prefeitura alegou preparar desde antes do Massacre. O jornal chega a publicar uma pequena nota que informa a realização do festival, chamado Funk da Hora, que seria em duas edições.

Uma segunda matéria, tendo como mote relatar a reunião dos altos escalões municipais e estaduais com lideranças de Paraisópolis, fala sobre as promessas eleitorais feitas todos os anos para a comunidade e seu sistemático não cumprimento. Equipara, portanto, a

realização da reunião, com episódios anteriores em que a visibilidade para a comunidade resulta da violência policial, mas tem uma motivação pontual e passageira. Faz um inventário das necessidades e promessas e das posturas de gestões anteriores.

A essa altura, os advogados dos réus já haviam recebido espaço no jornal, onde argumentaram que a atuação da PM foi um mal menor, pois garantiu que a situação não fosse pior, já que a verdadeira culpa estaria com os dois criminosos em uma moto que teriam atacados os policiais, dando início aos fatos, e os organizadores do baile, pedindo que estes sejam os investigados. Essa estratégia de defesa se mantém até hoje, não recuando mesmo diante das conclusões das investigações e do avanço do processo.

A cobertura, como dito inicialmente, vai mesclando essas duas questões, a investigação e a crise política, de uma maneira que fica exemplar em uma matéria excelente sobre como o Massacre entra nos cálculos políticos de Dória e no xadrez dos presidenciáveis. Nesse sentido, é estratégico se o caso será tratado como erro/culpa, na lógica da discussão de protocolos, ou se será tratado como dolo. Fica claro que Dória tenta manter a questão na primeira chave para que possa criticar superficialmente a ação e, portanto, se manter dentro do espectro político conservador em que se encontra disputando ser o presidenciável com Bolsonaro, Witzel e Moro. Daí que o comentário de Moro tenha incidido sobre seu reposicionamento. Contudo, esse cálculo incomodou Salles que não recebeu bem a crítica à ação e o afastamento dos policiais.

2020

O ano apresenta uma nova virada de chave na abordagem dos bailes com a volta da centralidade dada ao tema da regulamentação. Contudo, esta se volta para um objeto específico: a pandemia da Covid 19, que começa em março, colocando, pela primeira vez em toda a série histórica, os bailes como objeto de regulamentação do ponto de vista sanitário, ou como um problema de saúde pública.

Isso espanta se pensarmos quantas vezes os bailes foram criticados por representar riscos à saúde de jovens, seja por uso excessivo de drogas e bebidas, seja por gravidez ou ISTs. Mas nenhuma destas questões haviam ensejado qualquer abordagem do ponto de vista sanitário, como campanhas informativas, de redução de danos ou distribuição de preservativos nos bailes, por exemplo.

Na medida em que a pandemia começa, as operações contra bailes aumentam, porém as notícias sobre violência policial declinam. São 6 notícias sobre o tema no ano, sendo que 4 são sobre as investigações de Paraisópolis e 2 não são sobre casos específicos. O tema do massacre também se desdobra no tema da regulamentação como continuidade da crise política aberta no ano anterior. Por fim, um terceiro tópico importante do ano são as eleições municipais, na qual Bruno Covas tentava se reeleger.

Começo pelo que, mais uma vez, é residual: a cultura. São 6 matérias, duas delas assinadas por Lucas Brêda e uma entrevista com Kondzilla.

A primeira matéria de Brêda, em parceria com uma colega, trata do movimento de assimilação das batidas do funk por bandas identificadas na reportagem como indie e hipster, que estaria dando lugar a uma vertente para a qual se propõem o nome [Funk de Pelúcia ou Funk Indie](#). Dada esta categorização, a matéria busca enquadrar essas experiências dentro da chave da “domesticação/popficação”, processo que os jornalistas relacionam à ascensão do funk ao mainstream musical. Algo que só teria sido possível por meio do abrandamento de sua linguagem e outras adequações comerciais que o tornaram palatável às classes médias. Contudo, tanto as bandas mencionadas na reportagem apresentam reticências em reivindicar um lugar no universo do funk, quanto artistas do funk entrevistadas pela matéria os rejeitam como parte desse universo. É interessante que se trata de uma rejeição não no sentido de negar suas artes, mas de dizer que elas não podem ser classificadas como funk, pois “o funk não se resume a uma batida”. As principais pessoas a fazerem esse debate são a [DJ Jasmin Turbininha](#) e [MC Carol](#), que falam sobre a discriminação com o funk como algo permanente e que a tal “popficação” seria mais corretamente chamada de embranquecimento. Deixam a entender que o tal funk de pelúcia seria inspirado no Funk Melody, mas, na prática, seria um “funk de branco”.

A segunda matéria reflete sobre o sucesso de [Mc Niack](#), que se tornou famoso durante a pandemia e, portanto, sem fazer shows ou ver seu som nos bailes. Tanto a produção quanto a divulgação de seu trabalho se deu via internet: a produção utilizando batidas disponibilizadas na internet e/ou disponibilizando suas letras para que batidas fossem feitas sobre elas; a divulgação ocorrendo, especialmente, através dos “desafios de dancinhas” que surgiram no TikTok em plena quarentena. Somente a partir daí que o jovem conseguiu entrar na estrutura *mainstream* com produtora, empresário e clipe do Kondzilla. É interessante o contraste dessa matéria com aquelas sobre o Funk 150 e 170 bpm, porque é de se supor que os estilos Mandelão e Rave, no qual Niack se enquadra segundo a matéria, e que estavam fazendo sucesso em SP quando chega a pandemia, dialogassem com aqueles surgidos no Rio e que o jornalista classificou como *underground*, porque associado à dinâmica viva dos bailes. Porém, em um processo bem diferente daquele, já que em situação de completa dissociação com os bailes, cuja força diminuía pela pandemia.

Do site Embrazado, veio a terceira matéria na chave da cultura, sendo mais uma matéria que recupera a história do nascimento do Funk Ostentação na Cidade Tiradentes, contando o protagonismo da dupla Backdi e Bio G3, a parceria com Renato Barreiros, que conheceu BioG3 depois de vetar o evento que ele organizava com funkeiros da Baixada, alguns deles mortos na chacina. A matéria conta como esse encontro resultou na parceria que levou à realização dos “permitidões” e alavancou a carreira de novos artistas do bairro, como os [MCs Dede](#), [Nego Blue](#) e [Tha](#). Comenta também o papel da internet na divulgação do funk inicialmente, substituindo ou complementando as rádios comunitárias, e como esses primeiros artistas de funk da capital usaram as redes sociais para disponibilizar gratuitamente suas músicas em uma época em que artistas e gravadoras brigavam contra a

circulação gratuita de músicas.

Ainda falando de música, temos uma quarta matéria que faz uma espécie de retrospectiva da música nacional entre 2011 e 2020, mostrando a crescente relevância da periferia em ditar a moda musical e os hits ano a ano. Parcialmente falando de música, uma entrevista do Kondzilla, na qual o jovem fala sobre sua trajetória, carreira, planos, visão do mercado, empreendedorismo e racismo. Entre os pontos que ele elenca como parte da explicação para sua ascensão pessoal está a confluência entre o crescimento das redes sociais, o desenvolvimento das tecnologias associadas ao celular, o crescimento econômico do governo Lula e a abertura da entrada no mercado de trabalho para pessoas periféricas a partir do sistema de cotas, além do seu próprio esforço individual.

Por fim, no tema da cultura, há 3 últimas reportagens sem relação direta com o funk. Uma é sobre a realização da [Perifa-Con](#), uma espécie de Comic-Con na favela, visando o público favelado como mercado de cultura pop associado às suas experiências de diversão.⁸⁹ A matéria critica a ideia de que bailes existem por falta de opção e o valoriza como lugar de intercâmbios culturais e de lazer. Uma reportagem sobre a Laerte ser finalista do Prêmio Vladimir Herzog com a famosa charge [Infernópolis](#), na qual critica o massacre representando um labirinto cercado de policiais por todos os lados.⁹⁰ Além de uma matéria sobre uma estilista francesa acusada de apropriação cultural, que usou referências do funk nas suas roupas e como trilha sonora de seus desfiles.

Uma das primeiras matérias do ano, publicada ainda em janeiro, chama atenção para como o Massacre, apesar de todos os debates provocados, em nada alterou os estigmas relacionados aos bailes. Me refiro a uma matéria sobre a atuação de Damares Alves no Ministério dos Direitos Humanos que visava implantar uma política pública para a juventude que tinha como pauta a iniciação sexual tardia, nos moldes das campanhas religiosas “eu resolvi esperar”, porém tratada institucionalmente como uma política de informação para a juventude. Na matéria, a citação ao baile funk vem nas palavras de uma secretária entrevistada. Ao dizer que “hoje a iniciação sexual de adolescentes é com 12 anos” e completa que eles “podem engravidar, ir a baile funk ou ter relação com vários ao mesmo tempo”. Em mais uma associação gratuita dos bailes com condutas classificadas como libidinosas.

A estigmatização dos bailes é, inclusive, uma condição central dos desdobramentos da crise política gerada pelo Massacre. No dia 02/02, o comandante da PM, Marcelo Vieira Salles,

89 - A Comic con é uma convenção brasileira de cultura pop.

90 - O Instituto Vladimir Herzog é uma organização da sociedade civil que atua na área dos Direitos Humanos. Desde 2009 concede o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos que, além de reverenciar a memória do jornalista Vladimir Herzog, preso pela ditadura civil-militar, torturado e morto em 25 de outubro de 1975 nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo, reconhece o trabalho de jornalistas que colaboram na defesa e promoção da Democracia, da Cidadania e dos Direitos Humanos. O prêmio possui diversas categorias.

finalmente concede uma entrevista. A manchete é o trecho no qual Salles diz que “não existem jagunços” e que “a PM não entra para matar”. Sua fala sustenta-se sobre uma autocaracterização e uma caracterização da corporação como “legalistas”, o que se fazia necessário diante da ampla percepção, reforçada inclusive pelo Massacre, de que eles não o são. Salles apoiava-se no fato de que, desde que assumiu, em 2018, os índices criminais de homicídio, roubo e furto de veículo e roubo de carga vinham caindo no Estado para explorar sua figura de ponderado no interior do espectro da PM e, a partir dela, defender os policiais do Massacre.

Importante lembrar que, naquele momento, os índices de letalidade policial, no sentido contrário dos demais apresentados por Salles, escalonavam, [atingindo em abril de 2020 o mais alto índice desde 2001](#). Porém, o tema foi ignorado na entrevista, até porque só veio a ser destacado pelos pesquisadores no segundo semestre. A linha de argumentação do comandante era a de que a imprensa seria a verdadeira responsável pela sensação de insegurança da população. Ele ainda pedia aumento de salários para a polícia, além de se posicionar conservadoramente sobre pautas como a lei de drogas, distribuindo responsabilidades pela insegurança para outros operadores do sistema de justiça.

Dias depois, acontece a nomeação do novo Ouvidor de polícia. Escolhido em maioria pelo Condepe, o Ouvidor em exercício, [Benedito Mariano](#), encabeçou a lista tríplice para ser reconduzido ao cargo. Dória, contudo, rompeu duas tradições dos governadores anteriores: indicar o mais votado da lista e reconduzir o Ouvidor em exercício para um segundo mandato. A recondução nunca tinha deixado de acontecer. A matéria destaca que Mariano tem relações com a esquerda e que teria desafetos entre a bancada da bala na Alesp, mas boas relações com a SSP e com a PM ou, ao menos, com o Cel. Camilo, que era o secretário-executivo da corporação naquele momento. A matéria ainda revela que Mariano soube da notícia de que não seria reconduzido no último dia de mandato, dia em que apresentava o relatório anual. Pessoalmente, ele atribui sua queda ao seu bom trabalho de controle policial, referindo-se especificamente aos relatórios do órgão sobre o aumento da letalidade da ROTA em 2019, batalhão que teria puxado os índices de letalidade do estado, e sobre suicídio policial, além das [críticas que fez ao Massacre de Paraisópolis](#) e, pessoalmente, a um incômodo de Dória com o fato de Mariano tê-lo criticado por ocasião da campanha que o levou à Prefeitura, derrotando Haddad.

No dia seguinte ao imbróglia da nomeação, dia 08/02, ocorre o pedido de arquivamento do IPM referente ao Massacre pelo responsável pelas investigações na Corregedoria da PMESP. A matéria que trata do assunto remete também à investigação em desenvolvimento na polícia civil, bem como ao posicionamento da própria Ouvidoria. A matéria ainda dá a voz a Gilson Rodrigues, presidente da União de Moradores de Paraisópolis, que lamenta a decisão de arquivamento, mencionado o fato de que ela chega no dia em que a comunidade enterrava mais [3 jovens mortos, que foram tirados de dentro de suas casas e executados](#). Na ocasião, a comunidade seguia ocupada pela Operação Saturação desde novembro de 2019. Apenas a Ponte noticiou tais mortes.

Os acontecimentos renderam mais um editorial da Folha, em 11/02, criticando o corporativismo policial e falando sobre o aprimoramento da capacidade de exercer controle social da PM pela Ouvidoria e Corregedoria e do próprio MP. Na sequência, o jornal entrevista o novo ouvidor, Elizeu Soares Lopes, homem negro que diz nunca ter sofrido racismo por parte da polícia, apresenta um discurso legalista e tecnicista ao mesmo tempo em que defende a polícia com base em situações como “fazer parto na rua” e “ajudar em tragédias”. Diz ainda que se imputam à PM as mazelas da sociedade e que não se pronunciará sobre os casos antes de analisar, referindo-se à Paraisópolis. Sete dias depois, é publicado um artigo de opinião de advogados, que atribuem a decisão de arquivamento da Corregedoria ao corporativismo, comentam a existência de provas e o posicionamento da Ouvidoria. Argumentam que não foi acidente e que os policiais assumiram os riscos de matar, colocando, portanto, a tese do dolo eventual e a discriminação como pano de fundo.

Uma segunda matéria sobre as conclusões da Corregedoria no caso, agora com acesso ao seu relatório, informa que a investigação conectou a ação policial com as mortes, mas vê excludente de ilicitude por legítima defesa. A matéria basicamente relata o conteúdo do relatório conclusivo da corregedoria que diz ter havido falhas na ação, como os GPS estarem desligados e outras questões menores, mas conclui pelo excludente e a culpa dos pais dos jovens. Mantém-se a narrativa do pisoteamento, da impossibilidade de se ter certeza sobre a cronologia dos fatos e se os policiais fecharam ou não as ruas, alegando, contudo, que os tais erros identificados não geraram qualquer tipo de consequência.

Não é possível afirmar que tal resultado das investigações da Corregedoria tenha de alguma maneira sido a gota d’água que deixou a permanência de Salles no comando da PM inviável. No entanto, a situação em torno do caso se agravava. O fato é que, no dia 07/03 a Folha noticiou o seu pedido de afastamento, “impondo uma baixa a Dória”, conforme a reportagem que trabalha ainda na linguagem da crise política.

A matéria começa dizendo que Salles teria sobrevivido à troca de governo e de secretário de segurança pública, o que seria raro, nos levando a acreditar que isso teria a ver com sua competência, já que ele teria baixado os índices de criminalidade. Em seguida, diz que [a saída se deve em parte ao descontentamento de Salles com a postura de Dória em relação ao Massacre](#) e que toda a cúpula da PM estaria descontente. Salles teria mandado uma indireta para a ingratidão de Dória em um discurso na formatura de soldados. A matéria, então, dá uma virada e diz que Salles nega essa associação entre fatos, dizendo que seu afastamento tem motivo pessoal, tecendo agradecimentos a Dória, que lhe devolve os elogios. A matéria termina dizendo que a saída dele é uma baixa porque o comandante era querido tanto pela tropa, quanto pelo judiciário, quanto pelos circuitos de poder.

É, então, que o início da emergência sanitária da Covid 19 altera o foco da imprensa, o que resvala também sobre a cobertura do funk e da polícia.

Uma notícia sobre as primeiras adequações de protocolo e reorientação do efetivo policial em função da quarentena cita, dentre as operações remanejadas, isto é, que deixariam de

ocorrer para que a PM focasse sua ação na pandemia, estariam as Operações Paz e Proteção. Novo nome dado às Operações Pancadão após o Massacre de Paraisópolis.

A reportagem revela que, naquele momento, a PM imaginava que sua ação seria a de manutenção da ordem pública a partir da expectativa, não de que precisasse impedir aglomerações, mas a ocorrência de saques e outros crimes patrimoniais. Em abril, surge a primeira matéria sobre os efeitos da pandemia sobre os dados da segurança pública, considerando as primeiras 2 semanas de quarentena. Segundo estudo comparado, realizado pela própria SSP em relação a período equivalente no ano anterior, os crimes patrimoniais caíram, crimes de sangue aumentaram e os chamados do 190 cresceram 3%, sendo que as reclamações de bailes funk cresceram 72%. O que chama realmente atenção na matéria é que se ignora o aumento das mortes por policiais, que atingiu seu ápice justamente no mês de abril, visto que esse dado não foi fornecido pela SSP no seu estudo.

Na sequência, uma matéria sobre os atendimentos da polícia mediante denúncias de desrespeito à quarentena por estabelecimentos comerciais, começam a nos dar o desenho do papel que a PM teria que efetivamente desempenhar em termo de controle da ordem, bem como o quanto as aglomerações surgiam como uma possibilidade de resgate dos discursos de estigmatização dos bailes que haviam sido deixados de lado momentaneamente em razão do Massacre. Isso nota-se já nesta matéria, cujo foco era o comércio funcionando, mas comenta também o aumento de 72% de denúncia de perturbação do sossego e 70% de baile funk. E é na linha do [desrespeito à quarentena](#) que os bailes passarão a ser tratados a partir daqui.

O tema não se restringe aos bailes, claro, mas parece intrinsecamente ligado a eles. Por exemplo, a primeira matéria sobre o tema é de 06/04. Ela entrevista pessoas que mantêm atividades físicas na primeira semana da pandemia em torno de um Ibirapuera fechado pelas restrições sanitárias. As opiniões são várias, mas uma senhora em específico, diz-se contrária ao isolamento e diz que “na periferia, o baile funk continua”. Uma matéria sobre a quarentena nas periferias, semelhante àquela do Ibirapuera, traz a opinião das pessoas sobre o isolamento, havendo os que se queixam dos que desrespeitam e os que se queixam do isolamento. Não há ponderações acerca do problema da desigualdade e como ela atravessa os posicionamentos que se constroem no centro e nas periferias. De todo modo, os bailes funk são citados entre exemplos de comportamentos de risco daqueles que, na periferia, não se importam com o isolamento.

Em uma matéria de junho sobre as dificuldades enfrentadas na Favela do Dique, na Vila Gilda, em Santos, em razão da falta de infraestrutura e das desigualdades, um morador comenta sobre a volta dos bailes funk. A PM responde que estava fazendo operações para impedir. Outra matéria que segue esta mesma lógica trata das dificuldades enfrentadas pelos agentes comunitários de saúde, caracterizando sua atuação como linha de frente do enfrentamento à Covid nos territórios. Em especial, tratam da questão da manutenção da quarentena e do atendimento a pessoas com doenças crônicas e/ou que foram atingidas socialmente pela pandemia. São vários os desafios mencionados pelos agentes na matéria,

tais como a desinformação, a politização da pandemia e a resistência das pessoas em fazer o isolamento por inúmeros motivos, dentre os quais os jovens que estariam indo a baile funk. Esse que seria um dos tópicos da discussão, contudo, vai à manchete da matéria, segundo a qual “o combate ao vírus esbarra no pancadão”.

Duas matérias são publicadas sobre a pandemia no interior do Estado com esta mesma lógica. A primeira comenta os primeiros reflexos observáveis do Plano SP, o plano de fases de abertura da quarentena. Com o relaxamento das medidas restritivas, estavam acontecendo festas, dentre as quais bailes funk e outras aglomerações não permitidas. Um mês depois, é publicada uma matéria sobre o uso de violência contra as medidas sanitárias de distanciamento, dada a necessidade de reverter certos graus de abertura pela piora dos índices de contaminação. No interior, por exemplo, houve episódios de prefeitos e outros funcionários públicos agredidos. Naquele momento, estava em curso um movimento de pressão de lojistas pela abertura do comércio no interior, pois várias regiões estavam em fase vermelha ou laranja. Outro problema seriam as festas particulares que vinham acontecendo, chamando-as algumas vezes de “pancadão”.

Esta matéria sinaliza parte do desgaste de Dória com a gestão de pandemia que vinha sendo orquestrada por setores apoiadores de Bolsonaro, dado que [a pandemia foi também a deixa para que Dória tentasse se diferenciar ainda mais de Bolsonaro](#).⁹¹ A matéria também fala da importância da PM para a manutenção da ordem, já tendo sido amplamente compreendido qual era seu papel no controle da ordem pública: impedir levantes contra a quarentena, mais até do que aglomerações em si. Garantir, em suma, a política de Dória, cientificista em contraponto ao negacionismo bolsonarista.

Dialoga muito com este fato, um artigo de opinião que apresenta uma crítica ao racismo a partir dos comportamentos sociais diante da quarentena, argumentando que enfrentar as regras é um privilégio branco. Esse artigo, assinado pelo advogado e professor Thiago Amparo, cita Paraisópolis tanto como um exemplo de não condescendência da polícia com quem a desobedece, falando do Massacre, e também [da eficiência da comunidade no combate à pandemia](#). Contudo, era o risco de ver sua polícia enfrentada por gente branca ou, pior ainda, ver a gente branca (base eleitoral de seu maior competidor) não contida por uma polícia rebelada era o maior risco que Dória vinha correndo. E o governador [estava ciente disso](#). Não à toa, passou a [introduzir medidas de controle sobre a PMESP](#).

Em agosto, um inquérito sorológico realizado na cidade de São Paulo mostrava a prevalência das infecções entre jovens. A gestão vai interpretar isso como resultado da necessidade de trabalhar, pois seria a principal faixa etária a trabalhar na rua, mas também da realização de festas irregulares “como os pancadões”. Eis então que, depois de tornar-se

91 - Podem ser encontradas notícias sobre os primeiros movimentos de afastamento por parte de Dória, desde agosto de 2019, momento em que a popularidade e a avaliação do governo Bolsonaro apresentavam quedas e ele já aparecia como o presidente em primeiro mandato mais mal avaliado da história.

sinônimo de festa irregular porque não estruturada e autorizada, “pancadão” virava agora sinônimo de festa irregular do ponto de vista sanitário. A matéria comenta ainda um estudo feito na Unifesp que apontava o papel do deslocamento (transporte público) na contaminação. Cita outros estudos, mas nenhum deles chegou a apontar baile funk como responsável pelos índices.

Temos ainda uma matéria sobre aglomerações na rua, baladas e bares com programações musicais e outros eventos acontecendo fora dos protocolos da fase de abertura que ocorria naquele momento na cidade. Ao ser questionada, a PM disse que fazia operações em todo estado para evitar aglomerações, “inclusive a formação de pancadões”. A matéria não falava de nenhum baile funk.

Há uma única matéria considerando os bailes como eventos geradores de renda e mercado, do trabalho dos DJs à venda de produtos de consumo, passando pelas pessoas pagas para limpar as ruas depois da festa. A matéria trata assim sobre a auto-organização do baile e também sobre as amplas possibilidades de renda geradas por sua realização. Com a interrupção dos bailes pela quarentena, todo esse mercado sofre. Uma das coisas mais interessantes levantadas pela matéria é o seu contraste com notícias anteriores. Até o momento, haviam diversas matérias falando sobre aumento de reclamações sobre os bailes e como eles seriam um desafio para a manutenção da quarentena, mas aqui temos uma matéria dizendo que os bailes não estão acontecendo. Ao menos não em Paraisópolis, já que esta matéria se refere prioritariamente aos Bailes do Bega e da DZ7.

Qual é o processo pelo qual passaram os fluxos nesse momento? Através das matérias não é possível saber. Por que as pessoas reclamam mais? Talvez porque estão em casa, mas não podemos ter certeza sem pesquisas que apontem as causas.

As reportagens não falam de operações para conter os bailes. Porém, dados da SSP indicam que, em Paraisópolis, as operações dobraram em relação ao ano anterior?⁹² mas não é possível ter certeza sobre quem está impedindo os bailes de acontecer. No caso da DZ7/Bega, por exemplo, seriam as ações da polícia ou um consenso a partir da forte organização comunitária que a favela fazia contra a Pandemia? Ou seria o PCC?⁹³

Conforme dito anteriormente, não apenas a questão dos bailes, mas o próprio Massacre foi nublado pela pandemia. Mesmo com os dados de letalidade policial se tornando uma questão em julho, quando a PMESP bateu seu próprio recorde de 2001, considerando o período de janeiro a maio, com um aumento de 25% em todo o Estado. Aumento que acontecia simultaneamente à baixa de todos os crimes patrimoniais.

92 - Conforme dado oficial obtido em resposta a pedido de informação enviado à SSP.

93 - Além de diversas notícias que saíram na imprensa, esse dado também aparece na pesquisa de Santiago (2024).

Embora muitas denúncias de violência tenham vindo a tona nesse momento, a partir principalmente do [caso George Floyd](#) nos Estados Unidos, não se viu denúncias relacionadas a bailes, nem se relacionou essa alta dos números da letalidade policial com o Massacre em si, considerando que ele é um fato que compõem o fenômeno de aumento da brutalidade policial que estava em curso em dezembro de 2019.⁹⁴

A questão do Massacre será citada em mais um artigo de opinião que discute a desigualdade urbana na cidade a partir de um comparativo entre Paraisópolis e Higienópolis em termos de urbanização e índices de violência, sugerindo que a polícia serve à contenção das desigualdades. Outra matéria cita o Massacre ao falar de Paraisópolis na pandemia, mencionando também a [inauguração do Parque Paraisópolis](#), promessa antiga feita à comunidade, renovada por ocasião das mortes e, finalmente, cumprida. A matéria começa contando a história de Lourival, fundador do bairro, cujo apelido “Louro” nomeia a viela na qual os 9 jovens morreram. A reportagem também fala sobre a proposta de [construção de um muro em torno do parque](#), feita pela associação de moradores do vizinho e nobre Jardim Vitória Régia, com o objetivo de evitar a existência de um espaço de circulação e convivência entre os dois mundos sociais. Em seguida, fala sobre a atuação da organização popular na pandemia e de como os índices de contaminação em Paraisópolis estavam entre os melhores da cidade, acima de seus vizinhos ricos.

Há uma matéria sobre a Associação Defenda SP, que acionou o Grupo Folha na justiça pela publicação de 5 charges críticas à violência policial por ocasião do Massacre de Paraisópolis. Os chargistas comentam a intimidação como parte de um ambiente em que os conservadores se sentem mais à vontade para perseguir seus adversários. Ao final da matéria, sabemos que o presidente da associação é assessor de Major Olímpio e que a mesma está envolvida na oposição a João Dória.

Em agosto, saiu uma matéria sobre a formação de entendimento, por parte do MP, de que o Massacre correspondia a uma situação de dolo eventual, quando os policiais estão cientes e assumem o risco de provocar uma morte. Já os atos de 1 ano do Massacre, ocorridos em dezembro, foram parcamente cobertos.

94 - Em maio de 2020, a polícia foi chamada para uma ocorrência de uso de nota falsa em uma loja de conveniência, em Minneapolis, nos Estados Unidos. George Floyd, homem negro de 46 anos, foi imobilizado no chão por um policial branco, que se ajoelhou sobre ele por mais de 9 minutos. Nos vídeos gravados, é possível ver Floyd afirmar várias vezes que não conseguia respirar. Sua morte foi o estopim para uma grande onda de protestos nos EUA e em todo o mundo. Em São Paulo, a relação com o caso de Paraisópolis era evidente. Em meio à escalada da letalidade policial no estado, a repercussão da morte e dos protestos inspirou o surgimento de inúmeras denúncias nas redes sociais de situações semelhantes em abordagens policiais. O que levou o governador a proibir o uso da tática de imobilização conhecida como mata-leão. Derek Chauvin, assassino de Floyd, foi julgado e condenado, em 2021.

O Massacre é citado em uma matéria sobre a letalidade policial de crianças (entre 0 e 19 anos). Entre 2017 e 2019, foram 2.215 crianças mortas pela polícia no país. No ranking, SP está em 2º lugar atrás do Rio de Janeiro. Mas os dados são precários e parte das ocorrências não tem registro de idade, por exemplo. 69% dos casos são crianças negras, entre 15 e 19 anos.

O último tópico do ano em que o tema dos bailes foi arrolado foram as eleições municipais, como havia acontecido no pleito anterior. A cobertura da campanha eleitoral da Folha, mapeou as movimentações da direita para angariar os votos desse setor do eleitorado, considerando também que suas franjas estavam sendo impactadas pelas reacomodações provocadas pela pandemia, com mais de um ex-aliado de Bolsonaro que desejava se apresentar como uma alternativa sensata dentro da direita, mesmo movimento que vinha sendo feito por Dória e lhe rendeu o desgaste com a PM.

Bruno Covas era candidato e, considerando que era visto por esse setor mais radical do eleitorado como um candidato de esquerda, buscava mostrar suas credenciais de direita. Entre elas, apresentou: o programa municipal de privatizações, a repressão aos “pancadões” e ao comércio ambulante. Outra matéria entrevista o candidato Andrea Matarazzo, que disputa esse mesmo flanco eleitoral de direita. Na entrevista, a citação aos bailes funk se dá em uma passagem na qual ele fala sobre investir em educação e lazer, dizendo que a periferia não tem opções e por isso tem “os pancadões, que o tráfico organiza”. O candidato, então, completa: “não vamos confundir com baile funk, senão a turma da ideologia vai dizer que eu quero acabar com baile funk”.

Assim como Dória já havia dito antes, o candidato argumenta que “pancadão” não é o mesmo que baile funk. Ele não só apresenta uma proposta alternativa àquela posta por Covas, que era simplesmente reprimir, como sugere que a diferença entre baile e pancadão está na organização, isto é, “pancadão” seria aquilo que o tráfico organiza.

Nessa toada, outra matéria discute o papel da prefeitura na segurança pública, entre as questões levantadas na discussão está a integração entre PM e GCM e também as políticas em áreas da educação e cultura com caráter preventivo. Bailes funk aparecem como problemas cujo combate caberia a essa ação integrada, seja no sentido de que a GCM teria que assumir maior papel no controle da perturbação do sossego, seja em ações de caráter preventivo. A matéria diz que os bailes são locais de tráfico, corrupção de menores, roubos e furtos e perturbação do sossego. A Prefeitura já participa das operações de evitação de bailes e teria o papel de fornecer opções, na chave da ideia, mais do que repisada, de que bailes só existem por falta de alternativas.

Outra matéria que traz a questão dos bailes fala sobre a presença da periferia nos programas de governo dos candidatos à Prefeitura, que viria aumentando progressivamente de 2012 pra cá. A questão dos bailes aparece no programa do candidato Guilherme Boulos, que promete reconhecer as [batalhas de rima](#), bailes e [slams](#) como expressão cultural. Já o candidato Arthur do Val promete o “[caminhão tempestade](#)”, veículo para lançar água nas pessoas e assim dispersar os bailes funk.

Interessante notar que os bailes apareceram como tema em menor destaque em relação ao pleito que elegeu Dória. Talvez porque ninguém tenha se disposto a falar desse tema após o Massacre torná-lo uma “polêmica”. Ou ainda porque a pandemia se tornou o assunto da ocasião. Difícil ter certeza.

2021

O Massacre volta ao centro da pauta, em 2021, com a divulgação dos seus primeiros desdobramentos judiciais. Além disso, a pandemia trará implicações judiciais para alguns funkeiros.

Em 2021, completaram 10 anos da morte de Duda do Marapé e algumas matérias foram produzidas. Uma conta a história da música “[Lágrimas](#)”. Seu maior sucesso, que tem a inspiração em sua passagem pela Febem, com uma produção quase artesanal, apenas o “tamborzão” sobre a voz, sua principal versão é uma gravação ao vivo, distribuída via o site [funkmp3.net](#). Conta que, na época, a música foi responsável por derrubar o site por excesso de acessos. A segunda matéria, aproveitando a ocasião, reconstitui a chacina dos funkeiros da baixada e a morte precoce de MC Zóio de Gato, considerando-os precursores do funk paulista. Matéria de homenagem e memória que se assemelha a tantas outras que já foram feitas com este mesmo objetivo ao longo dos anos. Há uma terceira matéria sobre Duda e a trajetória que o tornou referência para as novas gerações de funkeiros.

Ainda na abordagem da cultura, há 3 matérias sobre festas. Uma sobre bailes black, funk, e charme, que vinham fazendo sucesso no centro da cidade, com a retomada “pós pandemia”. Uma resenha do Baile da Ceia, da gravadora Ceia, responsável por vários artistas de sucesso no momento. O baile funk é comentado quase como um estilo de comportamento, roupas e bebidas prediletas dos frequentadores da noite. E a já mencionada matéria que conta a história da LOV.E e chama atenção como a boate experienciava questões muito próximas àquelas observadas nos bailes funk: perturbação do sossego, consumo e venda de drogas, comportamentos libidinosos, superlotação, falta de segurança, infrações sanitárias e, muito provavelmente, a presença de menores. Situações contadas com irreverência, valorizando

justamente aquilo que o clube fez pela cena musical e pelos artistas e tratando com jocosidade todos estes crimes, contravenções e comportamentos de risco narrados.

Outra matéria trata da disputa judicial entre as produtoras Kondzilla e Brasil Paralelo, gerada a partir de um documentário feito pela última sobre música, baseando-se nas ideias de alta e baixa cultura, conforme a abordagem supremacista branca que marca o posicionamento político da produtora. No referido documentário, são usadas imagens de clipes da Kondzilla, com distorções de áudio e vídeo, para representar negativamente o funk entre as músicas que não teriam o status de elevação que supostamente fariam uma composição artística. A matéria se aproxima de uma resenha, no sentido de que o autor, etnomusicólogo, faz um resumo crítico do documentário e toma como base de sua reflexão a produção acadêmica em música e ciências sociais.

Essa matéria dá o gancho para outras que aparecem na seleção e que tocam nessa mesma abordagem por tratar da deslegitimação do funk. Em uma entrevista com [Neguinho da Beija-Flor](#) sobre a não realização do Carnaval 2021, em razão da pandemia, o cantor fala sobre a Covid, sua trajetória de saúde, os impactos da pandemia no mundo do samba em termos de perdas humanas e materiais, a relação com as prefeituras, sobre o assassinato de seu neto, em 2020, e também sobre racismo. [Seu neto foi morto enquanto montava a lona de um baile funk](#) em Nova Iguaçu. A PMERJ entrou na localidade, sob argumento de fiscalizar uma denúncia de baile ilegal, dizendo ter sido recebida a tiros. O baile não chegou a acontecer, pois ainda estava sendo montado. A questão se desdobra para o racismo no tratamento com o funk e o samba. Neguinho, que apoia a causa dos funkeiros há muitos anos, faz essa correlação e comenta que esteve na câmara dos deputados, em 2019, para discutir um projeto para criminalizar músicas que tivessem palavras pejorativas. O que ele definiu como um projeto para criminalizar o funk. A criminalização do funk em específico já havia sido tentada em momento anterior, mas barrada pelo conteúdo discriminatório. Neguinho identifica o subterfúgio usado, ao não se especificar o estilo visado, baseando-se vagamente numa suposta moralidade pública. O projeto também fracassou e foi retirado pelo autor.

Outra matéria vai discutir o histórico da criminalização dos funkeiros no RJ, tomando como mote o [pedido de prisão de 12 funkeiros por infração sanitária](#). Há uma interessante explicação das relações do baile com o tráfico como relações de vizinhança, de entrelaçamento de ilegalismos e de trabalho, mas também de poder por domínio territorial. A matéria comenta [a prisão de Rômulo Costa](#) pela acusação de associação para o tráfico, em 2000, e comenta essa estratégia como algo que estava forte em 2021.

Na mesma linha vai uma resenha do livro “Bahia de Todos os Negros: rebeliões escravas no século XIX”, que fala sobre os mecanismos de controle criados pós-abolição, destacando a lei da vadiagem como controle das expressões culturais, dentre as quais a música. O autor cita o Massacre de Paraisópolis para dizer que essa lógica persiste ainda hoje. Por fim, há uma nota sobre a [publicação da tese](#) sobre funk e gênero, “[Cai de boca no meu buetão](#)”, que ficou famosa por ter sido usada por bolsonaristas para vilipendiar a universidade,

durante a pandemia.

No tema da pandemia, vemos a continuidade da associação entre funk e infração sanitária caminhar para uma condenação desigual dos bailes em relação a outras aglomerações. Por exemplo, uma matéria de uma fotógrafa sobre a emoção de cobrir a vacinação de idosos dentro da sua trajetória cobrindo a pandemia. O artigo curto é ladeado pelas fotos dos momentos que ela registrou e a situação de aglomeração escolhida foi um baile funk em Fortaleza. Outra matéria fala sobre a ação conjunta entre PM, GCM, vigilância sanitária, prefeituras e até o MP para impedir a realização de aglomerações durante o carnaval. Ao falar sobre suas iniciativas, a PMESP se refere a mapeamento e intervenções relativas especificamente a bailes funk. Uma matéria sobre Araraquara, onde ocorria uma força tarefa entre órgãos sanitários e de segurança para tentar controlar aglomerações na cidade, que estava entre os piores índices do estado, diz que os “pancadões” estavam sob olhar especial, porque eles reúnem mais pessoas e são persistentes, já que os frequentadores buscavam driblar a atuação da fiscalização indo para locais remotos, como “no meio do canavial”, e “atirando nos agentes”. Uma matéria interessante sobre a infância periférica na pandemia pensa do ponto de vista dos espaços para brincar que restaram com a quarentena e o afastamento das escolas e creches. Os bailes vão aparecer como uma das razões citadas pelas mães para não deixarem os filhos saírem nas ruas.

Já um artigo de opinião do médico Drauzio Varella, desincentivando o almoço de Dia das Mães, procura esclarecer os leitores sobre como acontece a transmissão do vírus, também escolhe os “pancadões” para citar um exemplo de aglomerações de risco. Outro artigo de opinião escrito por um médico, agora sobre a vacinação do público jovem, parte de uma pesquisa americana segundo a qual os jovens são um público de alta resistência à vacinação. O médico explica que, embora tenham menor risco de morte, os jovens são importantes vetores de contaminação, além de diminuir a imunidade coletiva. A ideia proposta por ele é mobilizar jovens para campanha de vacinação. Para ele, os “pancadões” na periferia mostram a indiferença dos jovens à contaminação. O irônico, contudo, é que meses antes do artigo, Mc Fioti havia gravado uma versão de “[Bum Bum Tan Tan](#)” promovendo a vacinação.

Se essa associação entre baile e infração sanitária está clara e vem do ano anterior, 2021 é o ano em que elas serão usadas para a repressão direta de funkeiros. A primeira notícia vem na forma de [prisão do MC Salvador da Rima](#). Ao atender uma ocorrência de perturbação de sossego e aglomeração, segundo a notícia havia um carro com som alto na porta da casa do MC, Salvador foi acusado de desacato, tendo sido espancado, enforcado, sua casa invadida, sua esposa agredida e seus amigos atacados com spray de pimenta.

O MC foi preso e a GR6, produtora a qual está vinculado, se pronunciou dizendo que tomará as medidas e defendendo o artista.

Dias depois, temos a notícia de que a Polícia Civil do RJ pediu a prisão de MC Poze do Rodo e mais 13 MCs, DJs e alguns produtores pela realização de bailes de carnaval por infração de

Surpreendentemente, a nossa série histórica termina com um ano em que a maioria das abordagens volta a ser a cultura, o que não acontecia desde 2018.

A primeira matéria dá conta do disco [“Baile” do rapper FBC](#), que vai se utilizar da sonoridade funk, retomando como base o Miami Bass, que está na gênese do funk carioca. Uma segunda matéria é sobre Anitta por ocasião do lançamento de seu álbum [“Versions of Me”](#). Com ele, mais um recorde através de [“Envolver”](#), que foi a primeira música de artista brasileiro a chegar nos 10 mais ouvidos do Spotify mundial. A matéria conta a história pessoal da cantora, na qual o funk aparece como cena de origem e que a projetou. Em seguida, uma matéria sobre o desenvolvimento do trap na pandemia, conta como o progressivo sucesso do gênero, que a matéria atribui à pandemia, já que seria comparativamente ao funk um estilo mais introspectivo, levou uma série de cantores a migrar do funk para o estilo, em especial no RJ. O processo teria revalorizado o MC após um certo rebaixamento de seu papel em privilégio do DJ, durante a onda do Funk 150 e 170 bpm. Argumenta ainda que o trap é mais adequado a se ouvir em casa além da balada e que os artistas cantam o cotidiano, incluindo questões sociais a partir de suas vivências, dando inclusive um caráter político ao tema da ostentação, por exemplo. Destaca os nomes dos MCs [Orochi](#), [Poze do Rodo](#) e [Lenon](#).

Uma matéria muito interessante conta sobre uma praça na zona leste onde se concentram algumas produtoras de funk e que se dispõem a caçar novos talentos. Os candidatos devem ir até a praça fazer apresentações, quando sorteados, diante da presença de MCs e produtores, que se dispõem a ouvi-los. Agradando, são levados para as estruturas das produtoras para gravar e produzir as músicas. A prática seria uma forma das produtoras estarem atentas ao dinamismo da cena, mantendo-se em contato com a ideia de que o funk é democrático para quem produz e para quem escuta.

Outras duas matérias são, na verdade, resenhas de livros. A resenha de “O funk na batida”, de Danilo Cymrot, destaca algo que vem se desenhando no decorrer de toda essa série histórica, a complementaridade entre o funk como gênero (inter)nacionalmente consagrado e capaz de mover o mercado intensamente e o funk como objeto de repressão. O que parece contraditório é complementar e está ligado aos processos de racialização que tornam “nacionais” os gêneros musicais de origem negra, enquanto reprimem e marginalizam aqueles que o realizam. A segunda resenha, do livro-foto “Rio Baile Funk”, foca na perspectiva do autor, um fotógrafo francês, sobre a potência de vida dos bailes. O lançamento dos dois livros sugere um aumento do interesse do mercado editorial pelo funk e dos jornais por essa divulgação.

Por fim, na abordagem cultural, temos uma matéria do site Kondzilla sobre a morte dos MCs da Baixada Santista. Trata-se de uma homenagem ou memorial, já que está completando 10 anos das últimas mortes. É uma matéria que relembra os cantores e sua importância para a cena funk paulista mais do que sobre os crimes propriamente. Contudo,

a efeméride também dá lugar a matérias que focam no crime. Uma delas conecta, a partir das características do crime, como ação de grupos de extermínio, com outras chacinas ocorridas em SP. Trata-se de uma matéria do UOL, que vai se debruçar sobre a questão, já que eles lançam um [documentário](#) sobre o tema. Haverá também uma matéria sobre o documentário em si.

Contudo, o tema da chacina renderá ainda mais matéria, porque ocorre um fato inesperado nas investigações do caso: a descoberta da arma que matou o MC Primo. Mais de 10 anos após o crime, a arma foi localizada, periciada e confirmada como responsável pela morte do artista. O caso parece ter se desenvolvido a partir da insistência de um segundo delegado que se encarrega do caso. Como o primeiro, ele tenta, mas consegue, driblar as investidas de uma juíza que, ao longo dos anos, vinha impedindo a investigação de acessar a arma da PM que o assassino utilizou. Identificado ainda em 2012 por testemunha, o PM cedeu, na época, a sua arma pessoal para a perícia, uma vez que ele estava de folga no momento da morte. Mas sabia-se de antemão que ela não era compatível com o crime em razão do calibre. Por ser uma .40, arma usada pela PMESP, a investigação tentou acessar a arma de serviço do PM, o que foi negado pela juíza. Posteriormente ela foi afastada por irregularidades em sua conduta. Sabendo que ela apoia a morte por policiais, a matéria não diz se as irregularidades têm a ver com isso ou com outra conduta sua. O fato é que após sua saída e a troca de delegado, a arma foi acessada e um novo fato veio à tona. Após isso, o MP pedirá a prisão, o que ocorrerá de fato. E vamos saber, em 2023, que o mesmo irá a júri popular.

Embora tenha havido um maior espaço para a cultura no ano de 2022, o tratamento pejorativo do funk segue sendo uma realidade. São várias as matérias que dão continuidade a um movimento que se mostrou presente ao longo de toda a série histórica: a associação gratuita dos bailes a ilegalismos. Por exemplo, uma notícia sobre o aumento de furtos de motos em SP que, além de discorrer sobre os dados, traz a fala de especialistas, explicando que as motos de cilindradas mais baixas são roubadas para aquecer o mercado de peças, já as maiores são para ostentação. Daí emenda com a fala de um homem que foi roubado e diz ter reconhecido a sua moto em um vídeo de um baile funk nas redes sociais. Uma segunda matéria sobre a Cracolândia após a [Operação Caronte](#), por meio da qual táticas de dispersão e confinamento, mais uma vez, espalharam as cenas de uso pelo bairro.⁹⁵ A matéria ouve moradores dos Campos Elísios, que reclamam do barulho produzido pelos usuários. Nada é dito sobre bailes funk, mas a manchete usa o termo “pancadão”. Provavelmente como recurso sensacionalista que aciona uma ideia estabelecida pela

95 - Operação Caronte foi o nome dado para um conjunto de ações dos poderes municipal e estadual na região central da cidade de São Paulo conhecida como Cracolândia. Desde meados de 2021, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Civil Metropolitana (GCM) realizavam ações no sentido declarado de reprimir o tráfico no território, mas que se refletiam sobre o fluxo de usuários, com estratégias de contenção e deslocamento. Em maio de 2022, foi realizada uma grande ação que, segundo levantamento do LabCidade, “multiplicou e espalhou pelo centro da cidade de São Paulo as concentrações de pessoas em situação de rua e com uso abusivo de drogas”.

PMESP: qualquer reunião de pessoas nas ruas produzindo o que a polícia qualifica como desordem seria ilegal e, portanto, um “pancadão”.

A terceira matéria é sobre o lançamento de um aplicativo para acionar o Corpo de Bombeiros e a PMESP que, ao dar um exemplo daquilo que pode ser denunciado pelo mecanismo, opta por citar os “pancadões”. Por fim, uma matéria que explica ao cidadão o que faz o PSIU e como acioná-lo, ao dar exemplos do que o programa fiscaliza, cita festas e bailes, como os chamados “pancadões”. Mesmo que o site do programa informe explicitamente que o PSIU não fiscaliza “pancadão”.

Até Quando?

2013

Muita gente confunde os pancadões com os bailes funk. Inclusive eu também assim o confundia. Aí, convivendo com o problema, eu passei a ver que há uma grande diferença. Eu respeito muito o gosto musical de todas as pessoas. É um direito que as pessoas têm (...) O problema é que o pancadão, aquela desordem urbana, ultimamente utiliza o funk, e isso está trazendo um prejuízo muito grande aos moradores de SP, como aos próprios artistas que vivem desse tipo de música. Porque quando você tem o pancadão, o que que acontece? É usada a pirataria, é usado o funk com letras obscenas e criminosas, quando uma viatura de policia chega de rádio patrulha, ela é apedrejada pelos criminosos que estão lá. Porque não são só os jovens. Existe vários criminosos que se aproveitam desse tumulto, que fazem tráfico de entorpecente, que usam armamento, sexo na rua com menores de idade (...)" ([Cel. Telhada](#))

2018

O prefeito [João Dória] se referia apenas a pancadões, e não a bailes funk ou bailes de favela, quando buscou associar funk e crime ([Assessoria de Imprensa/Secom/Prefeitura de SP](#))

2020

A periferia não tem lazer. O que acontece? Fica fazendo pancadão, que é o tráfico que organiza. Não vamos confundir com baile funk, senão a turma da ideologia já vai dizer que quero acabar com o baile funk. ([Andrea Matarazzo](#))

O funk é hoje um gênero musical de expressão nacional, destacado no gosto e no consumo popular, com prestígio e espaço importante no mercado internacional da música.

Fruto da diáspora africana, de fusões culturais e musicais, o funk americano chegou no Brasil junto com o soul, embalando os bailes black e uma juventude negra que, através da música, politizava questões de identidade, raça e território. Foi nos subúrbios e favelas do Rio de Janeiro que o funk começou a desenvolver-se como um novo estilo musical cantado em português. A circulação nacional daquilo que foi inicialmente conhecido como funk carioca se deu por meios distintos e simultâneos, tanto os meios midiáticos e o mercado musical formal, quanto pelas redes de sociabilidade periféricas e os mercados informais e populares.

O funk chegou a São Paulo ainda nos anos 1990, na Baixada Santista, onde foi gestada uma cena criativa e relevante, muito marcada pela vertente do Funk Consciente que, falando sobre a realidade da periferia, dos mercados ilegais, do mundo criminal e da violência

policial, foi duramente reprimida e abalada pela violência de Estado. Como fato mais marcante, a execução de cinco funkeiros, um DJ e quatro MCs, por grupos de extermínio abalou irreversivelmente a cena local. Os artistas, contudo, seguem sendo referências fundamentais do funk paulista.

Na capital, o funk chegou de duas maneiras, pelo menos. Por meio dos circuitos formais, que trouxeram funkeiros cariocas em ascensão comercial para se apresentar em “casas da moda” da classe média e alta paulistana, na primeira década dos anos 2000. E pelos circuitos periféricos, por meio dos quais se deu um intercâmbio com representantes da Baixada Santista, que movimentou o surgimento de bailes funk de rua nos bairros periféricos da capital, durante esse mesmo período.

Na segunda década dos anos 2000, enquanto a “moda carioca” arrefecia nas casas noturnas dos bairros nobres e das classes médias, o funk se enraizava profundamente nas periferias, fazendo proliferar os bailes de rua e dando lugar a uma cultura funkeira, que segue marcando a identidade da juventude periférica paulistana. Dois movimentos simultâneos podem ser observados nesta década. De um lado, as gravadoras e produtoras, com muito trabalho e investimento, cresceram de modo impressionante, alçando o funk paulista a um cenário nacional marcado pela retração da expressão carioca, que enfrentava forte repressão não somente no asfalto, mas também no morro, em virtude da política de “pacificação”. De outro lado, os bailes de rua na capital paulista já eram percebidos como um grave problema pelos próprios moradores das periferias, dando início a disputas nas quais estavam em jogo os usos da cidade e do espaço público. Os agentes públicos tiveram muita resistência e lentidão em perceber e encarar a questão de frente.

Os bailes funk de rua são como qualquer outro evento de lazer que se conforma de maneira local e espontânea, seja promovido entre vizinhos ou entre grupos sociais específicos. São exemplos dessas iniciativas, rodas de samba, slams, saraus, partidas de futebol amador, calouradas de universidade, etc. São muito comuns também os casos de ruas em que se concentram diversos bares e/ou casas noturnas e que se tornam, por isso, pontos de encontro atrativos. Todas essas situações têm o potencial de atrair grandes quantidades de frequentadores, fazendo os eventos e as aglomerações crescerem para além da capacidade dos espaços de comportar o volume de pessoas reunidas. Quando isso acontece e o excesso de frequentadores passa a ser frequente, problemas costumam ser identificados por moradores ou transeuntes que não compartilham daquele espaço da mesma maneira. Associados, estes problemas geram incômodos que são objetivos, mas também subjetivos e morais, pois derivam de uma percepção geral de desordem.

O crescimento exponencial dos bailes funk, tanto em termos de locais nos quais eles acontecem, quanto em termos de sua capacidade de atrair jovens de outras localidades, é um fenômeno social inegável em São Paulo, em especial na capital. Como qualquer outra manifestação cultural de rua, eles criam tanto oportunidades quanto problemas. De um lado, eles oportunizam lazer e diversão, que são necessidades e direitos básicos da população. Eles também movimentam a economia local, gerando empregos e produzindo

renda para autônomos e empreendedores formais e informais. Por fim, eles movimentam a indústria musical, estão no coração da inventividade do funk, dão oportunidade a novos artistas e constroem profissões. Por isso, é muito comum ouvir de funkeiros que “o funk salva vidas”. De outro lado, contudo, os bailes geram diversos e complexos problemas relacionados ao meio ambiente (especialmente no tema da poluição sonora), à limpeza urbana, ao trânsito, à mobilidade, à saúde pública e à segurança pública. A sobreposição entre problemas de diferentes naturezas é o fator que gera a sensação de desordem e insegurança.

Como operacionalizar estas questões do ponto de vista do interesse coletivo e do bem comum? Como medir adequadamente os impactos positivos e negativos para melhor administrá-los?

Não há indícios concretos de que tais perguntas tenham sido consideradas ou que os bailes funk tenham sido encarados em toda a sua complexidade pelos governantes. Ao observar a história da relação do poder público com os bailes de rua, encontramos racismo, preconceito social, estereótipos e moralismos impactando politicamente a isonomia que supostamente deveria ter o olhar do gestor. Encontramos a subestimação política do problema pelas gestões eleitas até que ele não pudesse mais ser ignorado. Encontramos também soluções pessoais individualizadas, personalistas eleitoreiras e, principalmente, encontramos soluções corporativas que impuseram uma das dimensões da questão, a segurança pública, como se fora a única. Encontramos, portanto, violência.

As primeiras respostas aos bailes de rua vieram dos poderes locais. Aqueles que são mais fácil e diretamente acionados pelo cidadão. Com uma postura de consensualização, a subprefeitura da Cidade Tiradentes, bairro na Zona Leste da capital, foi pioneira em chamar para si o problema e encará-lo politicamente. Diante das reclamações e o acionamento da polícia militar, cuja postura era a desobstrução das ruas, buscou o diálogo com os funkeiros que promoviam a cena local, negociando a realização de bailes, festivais e outras atividades apoiadas pelo poder público que, em contrapartida, deveriam obedecer certas regras para minimizar os incômodos.

Realizada entre 2008 e 2010, a política findou tão logo Renato Barreiros, o subprefeito responsável pela iniciativa, deixou o cargo. A secretaria estadual de cultura chegou a promover algumas iniciativas nesta abordagem, entre 2010 e 2012, mas elas nunca tiveram a frequência e o enraizamento no conjunto das localidades onde as cenas culturais e os bailes se constituíam como parte do cotidiano. Por isso, as iniciativas estaduais não tiveram impacto sobre os bailes de rua, tampouco sobre as demandas direcionadas à polícia militar por cidadãos incomodados. Não se configuraram, portanto, como uma diretriz ou uma política pública para o enfrentamento da questão. A gestão municipal, da mesma maneira, não se posicionou politicamente, deixando a cargo de seus órgãos, como as subprefeituras e, especialmente, o Programa de Silêncio Urbano, o PSIU, deliberar de maneira local sobre como responder às demandas.

A partir de 2012, podemos identificar uma movimentação destas instituições, mais especificamente os batalhões territoriais da Polícia Militar, o PSIU, as subprefeituras e outros órgãos por eles acionados, para encontrar caminhos para sua atuação conforme suas próprias deliberações e diretrizes, uma vez que os governos se furtavam a fazê-lo. Essas iniciativas locais se deram em diversos lugares, mas se destaca a Zona Sul, onde a atuação do 37º BPM/M parece ter sido pioneira em movimentar um arranjo institucional com a Subprefeitura de M'Boi Mirim e o PSIU.

Juntos, eles encontraram uma solução para que a PM pudesse responder às demandas, assumindo a frente do problema e preservando, assim, o seu lugar de mantenedor primordial da ordem pública, apesar dos seus limites para atuar concretamente nas reclamações de perturbação do sossego. Isso porque a poluição sonora é apenas uma contravenção, não um crime. No entanto, a associação entre desordem e crime é o fator ideológico que legitima a atuação policial no tema. Do ponto de vista institucional, foi a articulação com o poder municipal que permitiu uma primeira atuação punitiva da PMESP no tema, pois possibilitou que as “blitz” realizadas conjuntamente multassem carros e estabelecimentos, causando um prejuízo aos promotores de baile para, assim, desincentivá-los.

Este primeiro operativo conjunto foi batizado de Operação Pancadão e foi realizado também por outros batalhões da cidade, por meio de suas próprias articulações locais, usando este ou outros nomes. Independente dos nomes atribuídos aos operativos, o termo “pancadão” foi eleito como aquele por meio do qual a PMESP passaria a designar os bailes funk, atribuindo a eles uma carga pejorativa por meio da sua associação com desordens e ilegalismos, conectando os dois tópicos como se fossem uma continuidade natural e necessária um do outro. Focar no quadro de desordens constituído em torno dos bailes funk de rua e sustentar a ideia de que tal desordem é indissociável do crime são as duas estratégias centrais da caracterização dos bailes como “pancadão”. Dessa forma, a suposta diferença entre baile funk e “pancadão” está a critério de quem acusa.

Sabemos que a ideia de acabar com os bailes causando-lhes prejuízo financeiro não funcionou. De 2012 pra cá, os bailes só cresceram e o funk paulista só se consolidou no cenário musical brasileiro. Mas a diretriz persecutória contra o “pancadão”, concebida nos batalhões locais, foi abraçada pela corporação PMESP. Não demoraria para que seus representantes políticos passassem a perseguir respaldo legal e institucional para a atuação policial no tema. Não há dúvida de que este respaldo era visto como um instrumento de ampliação das possibilidades de atuação da polícia militar sobre a “desordem pública”, além de confluir para sua maior autonomia na execução deste controle. O respaldo viria através do legislativo, primeiro na forma de lei municipal, regulamentada em 2014, depois em lei estadual, regulamentada em 2017. Ambas promovidas, nas duas casas legislativas, pelos mesmos representantes eleitos dos policiais militares.

Muito embora ambas as leis se refiram ao controle de emissão de ruídos sonoros por carros estacionados, elas ficaram conhecidas como “Leis do Pancadão”, sendo muito comumente

referidas como instrumentos legais que proíbem a realização de bailes funk. O que não é verdade.

Foi somente a versão estadual da lei que regulamentou a atuação da PMESP na fiscalização do controle dessa emissão, momento a partir do qual a Operação Pancadão tornou-se uma política da corporação, uma prioridade operacional que o comando orientava aos batalhões. O que fez aumentar suas ocorrências.

Muito embora esse operativo seja divulgado pela PMESP como uma ação preventiva baseada em ações de inteligência e mapeamento de bailes funk, evitando a formação das aglomerações sem a previsão de ações de dispersão, na prática observa-se outra coisa. O deslizamento dessas operações “de entorno” e de controle de ruídos para ações de repressão a crimes e/ou ações de dispersão de multidões são constantes e ficam a critério dos policiais envolvidos. Até 2020, não havia um protocolo específico para orientar a atuação dos policiais, que havia sido regulamentada pela lei estadual em 2017, de modo que a PM se utilizava de um protocolo anterior à lei, que versava sobre o atendimento a chamados regulares de perturbação do sossego.

A utilização das chamadas armas não letais foi se tornando cada vez mais frequentes a partir de 2017, bem como os resultados violentos das incursões policiais contra os bailes. Cabe lembrar, contudo, que o primeiro caso identificado de um adolescente cegado durante uma ação da PM em baile funk ocorreu em 2012. Muitos outros casos de lesão corporal grave, em geral envolvendo a perda da visão, vieram a público desde então. Casos de menor gravidade, entretanto, não rompem a barreira da invisibilidade. Um exemplo disso é o fato de que não sabemos quantas pessoas foram feridas no Massacre de Paraisópolis, pois o foco está sobre os mortos. Os casos envolvendo mortes têm no Massacre o seu episódio mais crítico pelo alto número de vítimas e pela crueldade das mortes, que ocorreram por asfixia resultante da compressão da multidão em uma viela. Mas este não foi o primeiro caso do tipo. Em 2018, três pessoas foram mortas em Guarulhos, assim como Os 9 que Perdemos, por asfixia mecânica indireta, ou seja, comprimidos na multidão.

No decorrer deste processo, os políticos eleitos para os cargos majoritários, independente de seu perfil ideológico, não deram a devida importância aos fatos e corroboraram de diferentes maneiras para a autonomização da PMESP tanto na qualificação de bailes funk como “pancadões” e, portanto, como um problema de segurança pública exclusivamente, quanto na concepção das operações policiais como a resposta pública ao problema.

Ainda que o funk tenha entrado nos palcos da Virada Cultural a partir de 2013, e mesmo que a contratação de artistas do funk venha sendo feita para muitos outros eventos tipo show custeados pelo poder público, não houve tentativas consistentes de apoiar e regular os bailes funk de periferia. Durante a gestão de Fernando Haddad, que precisou lidar também com a questão dos rolezinhos, as iniciativas para os bailes, apesar de existentes, igualmente não se enraizaram nas localidades, nem perduraram no tempo, perdendo fôlego e investimento ainda durante a própria gestão. Suas iniciativas não fizeram frente às ações

repressivas.

Com o crescente potencial eleitoral da repressão ao funk, as gestões de João Dória, municipal e estadual, foram o primeiro momento em que um governante eleito para esses dois cargos majoritários se dispôs a vincular o seu nome e a sua marca política à repressão policial de bailes funk. Torna-se, assim, o primeiro prefeito e o primeiro governador de São Paulo a afirmar que “os bailes funk são do PCC”.

Ao levar a questão à esfera pública estadual, Dória deu o respaldo político para que a Operação Pancadão fosse encarada como uma política pública: persistente, enraizada nas localidades e com investimento público. A pandemia da Covid 19 contribui com este cenário, trazendo para o fomento da pauta repressiva a questão da saúde pública. O que chama atenção pelo fato de que, durante todo o período analisado, os bailes nunca foram objeto de políticas relativas à saúde pública em termos informativos, educativos ou de redução de danos no que se refere a temas como ISTs, direitos sexuais e reprodutivos e consumo de drogas lícitas e ilícitas. Ao contrário, estes temas sempre foram mobilizados para a repressão, seja pela dimensão da moralidade, seja da segurança pública, sob o argumento da proteção à menoridade, mas nunca em termos de saúde pública.

Muito embora a PMESP tenha se negado a nos oferecer informação sobre as Operações Pancadão em toda a capital, os dados sobre Paraisópolis que conseguimos acessar revelam o aumento substancial do número de operativos a partir de 2017, com a regulamentação da lei, e de 2019, com a gestão Dória, corroborando para a ideia de que a Operação Pancadão (depois de 01/12/2019, rebatizada Operação Paz e Proteção) passou a ser entendida como uma política pública.

Operações Pancadão/Paz e Proteção em Paraisópolis



* Aumento de 1.771% no número de operações entre 2017 e 2022

* Entre 2020 e 2022, houve Operação Paz e Proteção no entorno de Paraisópolis praticamente todos os fins de semana

A saída de João Dória não alterou este quadro. Ao contrário, na gestão Tarcísio de Freitas ampliou-se a perspectiva de criminalização dos bailes, quando, em junho de 2024, uma [operação contra adegas na zona norte da capital](#) promoveu uma associação entre os bailes e o PCC. As adegas foram acusadas de lavagem de dinheiro, contrabando, falsificação de

bebidas e tráfico de drogas. Porém, a maneira como a relação entre as adegas e os bailes foi estabelecida perverte a realidade. Se não há dúvidas de que existe o varejo do tráfico de drogas em bailes funk, de modo algum os bailes são criados por traficantes para traficar ou lavar dinheiro. Os bailes são formados pela reunião de pessoas no espaço público, que produzem atravessamentos entre atividades legais, informais e ilegais, entre atividades econômicas e culturais, entre o trabalho e a diversão, mas também entre o crime e a contravenção. Esses mesmos atravessamentos estão presentes em todos os eventos realizados em espaços públicos, especialmente nos que envolvem música, diversão e lazer noturno. Não importa se é um evento de jazz no Bixiga, um samba na Lapa ou um baile em Heliópolis. Eles também estão presentes nos bares e boates da Vila Madalena e de Pinheiros, onde também se trafica, se lava dinheiro do PCC e se vende bebida de origem duvidosa, mas onde a privatização dos ambientes e do trato com as autoridades garante uma maior proteção das intervenções policiais sobre as atividades ali realizadas. O fenômeno social dos bailes é a tal ponto esvaziado por este tipo de olhar policial punitivista que eles deixam de ser vistos como oportunidades para os mercados informais e ilícitos, que de fato são, para se tornarem eventos exclusivamente voltados para este fim.

Em contrapartida, ao perguntarmos para as secretarias estaduais e municipais de cultura sobre o histórico de suas iniciativas relacionadas aos bailes funk, só conseguimos receber uma lista de artistas contratados para grandes eventos nos últimos 5 anos. Não há sequer uma memória institucional ou um arquivo daquilo que foi construído, ao longo dos anos, pelas diferentes gestões, em termos de política cultural. Isto perdura mesmo após a criação, em 2023, de uma Coordenadoria do Funk na Secretaria Municipal de Cultura, pois, segundo as informações que nos foram oficialmente fornecidas, a mesma conta com apenas um funcionário.

A coordenadoria enfrenta críticas internas ao próprio movimento funk, em especial dos artistas que movimentam o *underground* do funk, isto é os bailes e fluxos de rua, que acusam a gestão de Ricardo Nunes de realizar oportunisticamente aproximações com setores do *mainstream* do funk, ou seja com artistas consagrados e com uma grande produtora, visando as eleições municipais de 2024, na qual Nunes era candidato à reeleição. Ironicamente, a produtora que lhe deu apoio é a outrora “exemplarmente multada” GR6. O candidato Pablo Marçal, que já foi registrado tecendo severas críticas ao funk, igualmente buscou e conseguiu o apoio de outra grande produtora, a Love Funk. Interessante notar que este candidato foi efusivamente apoiado pelo vereador Rubinho Nunes, que também tentava a reeleição, e que dedicou boa parte de seu primeiro mandato a criar uma imagem de combatente contra os “pancadões”. Além de gravar vídeos em operações da PMESP, o vereador apresentou dois projetos de lei contra os bailes, que ainda tramitam na casa.

O vereador e o prefeito foram reeleitos, mostrando que, definitivamente, de uma maneira ou de outra, [o funk dá voto](#). O fato de ambas as produtoras estarem sendo [investigadas](#), desde março de 2024, por crime contra a ordem tributária e também por lavagem de dinheiro, como as pequenas adegas da Zona Norte, não parece ter pesado para os políticos. O governador e o prefeito reeleito, inclusive, [gravaram um vídeo de comemoração da vitória](#)

com o dono da GR6.

As polêmicas no interior do movimento sobre os usos eleitorais do funk vieram à tona tanto em [pronunciamentos de funkeiros](#), quanto em situações públicas, como no próprio [evento de lançamento da coordenadoria](#), em 2023, e o evento de criação da [Frente Parlamentar do Funk na Alesp](#), em 2024.

Os bailes funk de rua são um fenômeno com duas décadas de existência na capital paulista. Através desta pesquisa, que teve como fonte a imprensa, foi possível mapear 12 anos de repressão policial organizada contra esses eventos, deixando evidente que a política punitiva e proibicionista não foi capaz de fazer arrefecer o fenômeno. O mais impressionante é que não existe o mais remoto indício de que algum dia será.

As operações policiais são, portanto, uma política ineficaz. Se são muito úteis para efeitos eleitorais e corporativos, são certamente ineficientes para aquilo que supostamente se propõe: impedir a ocorrência de bailes funk de rua. Além de não solucionar os incômodos dos moradores da capital, as operações policiais são uma política com custos sociais e humanos muito altos. Especialmente, se considerarmos que suas vítimas são crianças, adolescentes e jovens adultos.

Graves violações em Operações Pancadão na RMSP

Casos localizados pela pesquisa junto à imprensa entre 2012 e 2024

6 pessoas perderam a visão,
todas menores de idade

16 pessoas mortas,
7 eram menores de idade

É preciso dizer que estes números - que não incluem violações “menores” como agressões, espancamentos, humilhações e abusos de autoridade - estão distantes de serem fieis à realidade da violência decorrente das operações policiais contra bailes funk, dado o grau de invisibilização dos casos para a imprensa de modo geral. É importante, portanto, a criação de [canais que possibilitem as denúncias](#), de instrumentos de controle externo sobre a hoje chamada Operação Paz e Proteção e, por fim, é urgente debater a ineficácia das operações policiais como solução para os problemas decorrentes dos bailes funk de rua, bem como os graves riscos que elas representam para os direitos fundamentais da população negra e periférica, em especial para a infância e a juventude.

É preocupante constatar que a morte de 9 jovens não provocou impactos na trajetória descrita até aqui. Apenas a alteração do nome original da operação, que foi manchado pela morte de adolescentes e jovens. Mas, ao contrário de fazer repensar a política, o Massacre na verdade a reforçou, pois ele foi o prenúncio de um aumento importante do número de operações policiais. Ao menos em Paraisópolis, onde o número de operações cresceu 90,5%, a partir de 2020. Sendo assim, embora o caso tenha criado uma crise política no

governo Dória, que acabou por pesar entre os acontecimentos que desgastaram sua imagem e frustraram seus planos presidenciais, o Massacre de Paraisópolis não impactou a política para os bailes funk em São Paulo e tampouco afetou a ideologia segundo a qual a PM deve ter autonomia política para lidar com o problema.

Na capital e na região metropolitana, as denúncias de brutalidade policial em bailes seguem surgindo, especialmente nas redes sociais. Hoje, tal violência é protagonizada também pelas mãos de outros agentes de segurança, como a GCM. O caso mais grave ocorreu, em 2024, durante a atuação de dispersão de um baile funk pela guarda municipal de Guarulhos, quando o jovem [Kleyton Diogo Ferreira Alves foi atingido com um tiro na cabeça e veio a falecer.](#)

Kleyton é a décima sexta vítima fatal da atuação policial contra bailes funk de rua que pudemos contabilizar. Quantas mais virão?

Até quando toleraremos que a “paz e proteção” de uns seja feita ao custo da vida e da integridade de crianças e jovens negros e periféricos?

Referências Bibliográficas

- BESCHIZZA, Christian Barcelos Carvalho Lima. *Uma introdução ao funk carioca: trajetória inicial e um guia bibliográfico para futuras pesquisas. Relatório Iniciação Científica*. Universidade Federal de Uberlândia, 2014.
- BONFIM, Leticia Laurindo de. *Funk carioca, voz feminina e o caso Tati Quebra-Barraco*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Literatura, 2015.
- BRAGANÇA, Juliana da Silva. “Porque o funk está preso na gaiola”(?): a criminalização do funk carioca nas páginas do *Jornal do Brasil* (1990-1999). Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.
- CACERES, Guillermo; FERRARI, Lucas; PALOMINI, Carlos. “A Era Lula/Tamborão: política e sonoridade”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 58, p.157-207, jun. 2014.
- CAETANO, Mariana Gomes. *My pussy é o poder. Representação feminina através do funk: identidade, feminismo e indústria cultural*. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades. Universidade Federal Fluminense, 2015.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Qual a novidade dos rolezinhos? espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo”. *Novos Estudos Cebrap*. N 98, março 2014.
- CARDOSO, Leonardo. “Sound-Politics in São Paulo. Noise Control and Administrative Flows”. *Current Anthropology*. Volume 59, Number 2, April 2018.
- _____. “The Politics of noise control in São Paulo”. *Journal of Latin American Studies*, Volume 49, Issue 4, November 2017, pp. 917 - 945.
- _____. *The Politics of Noise Control in São Paulo*. New York, NY: Oxford University Press, 2019.
- CECCHETTO, Fátima; MONTEIRO, Simone e VARGAS, Eliane. “Sociabilidade Juvenil, Cor, Gênero e Sexualidade no Baile Charme Carioca”. *Cadernos de Pesquisa*. V 42, n 146 pg 454-473, maio/ago, 2012.
- COUTINHO, Reginaldo Aparecido. “A elevação do funk carioca a “patrimônio cultural”: cotidiano e embates sociais e políticos em torno da Lei 5543/2009”. *Antíteses*, vol. 8, núm. 15, enero-junio, 2015, pp. 520-541.
- COUTINHO, Tamires. *Cai de boca no meu b*c3t@o*. O funk como potência do empoderamento feminino. São Paulo: Clarabóia, 2021.
- CYMROT, Danilo. *O funk na batida. Baile, rua e parlamento*. São Paulo: Sesc Edições, 2022.
- D’ALLEVEDO, Pedro Tadeu Faria. “Bailes blacks: música e sociabilidade nas noites paulistanas”. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.
- DEL PICCHIA, Paulo Menotti. *A neblina e o fluxo. O funk nos corpos elétricos da quebrada*. (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021.
- ESSINGER, Silvio. *Batidão: uma história do funk*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FACINA, Adriana. “Não me bate doutor”: funk e criminalização da pobreza. V *ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura* 27 a 29 de maio de 2009, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador.
- FACINA, Adriana; PALOMINI, Carlos. “O Patrão e a Padroeira: Momentos de Perigo na Penha”. *MANA* 23(2): 341-370, 2017.
- FACINA, Adriana e LOPES, Adriana. “Cidade do Funk: Expressões das Diásporas Negras nas Favelas Cariocas”. *Anais IV ENECULT*, Bahia, 2010.
- FELIX, João batista de Jesus. “Relação entre as escolas de samba, os bailes black paulistanos e o hip hop”. *Extraprensa*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 329 - 340, jul./dez. 2020.
- _____. *Chic Show e Zimbabwe e a construção da identidade nos bailes black paulistanos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.
- FERREIRA, Leonardo de Castro. “Movimento Funk e Política: uma busca pelo direito à cidade”. *XIV Encontro Nacional da ANPUR*, 23 a 27 de maio de 2011, Rio de Janeiro.
- FILHO, Dias Odair. *A cultura periférica como resistência frente ao estado penal-racial: do batuque à batida a crônica da vida do samba ao funk*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em serviço social e políticas sociais. Universidade Federal de São Paulo, 2021.
- FONSECA, Deivide da Silva. *Do pornográfico ao artístico: a constituição do ethos discursivo feminino em letras de funk escritas por mulheres*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2023.
- GUEDES, Claudiane Aparecida. *Só os kit chave: um estudo sobre moda e estética funk das quebradas paulistanas*. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em História da Arte). Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2022.
- GUEDES, Maurício da Silva. “A música que toca é nós que manda”: um estudo do “proibidão”. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007
- HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

- HIKJI, Rose Satiko. "O Rap e o Funk em Cidade Tiradentes". *Revista Tulha*, v. 1, n. 1, p. 193-207, jan.-jun. 2015.
- LAIGNIER, Pablo. "Funk carioca revisitado: alguns apontamentos para uma economia política do gênero". *Lumina. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF*, Vol.5, n 1, junho 2011.
- LOPES, Adriana. *Funk-se quem quiser: No batidão negro da cidade carioca*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.
- MARTINS, Denis Moreira Monassa. *Direito e cultura popular: o batidão do funk carioca no ordenamento jurídico*. Monografia Conclusão de Curso. Faculdade de Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.
- MARTINS, Guilherme de Castro Duarte. "Guerra dos Graves: da Quebra de Xangô ao Funk na Baixada Santista". *Revista Sonora*, 2017, vol. 6, no 12.
- MATTOS, Carla dos Santos. *No ritmo neurótico: cultura funk e performances 'proibidas' em contexto de violência no RJ*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.
- MACHADO, Taísa; FAUSTINI, Marcus. *O Afrofunk e a ciência do rebolado*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.
- MENON, João Victor Menon de Oliveira. *Avisa que é o Funk: Uma perspectiva sobre o gênero musical a partir da cultura e do consumo*. Trabalho de conclusão de curso - Licenciatura em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), 2022.
- MIZRAHI, Mylene. "Indumentária Funk: a confrontação da alteridade colocando em diálogo o local e o cosmopolita". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 231-262, jul./dez. 2007.
- _____. *Figurino funk: roupa, corpo e dança em um baile carioca*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019
- MORAES, Fernando leite. *Funk: a linguagem proibida. Um ponto de vista sociolinguístico*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.
- MORENO, Gilberto Geribola. *Novinhas, malandras e cachorras: jovens, funk e sexualidade*. Ponto Urbe, N 9, 2011.
- NASCIMENTO JUNIOR, Clóvis. *O Baile Black: o lugar, o espaço, o ponto de encontro, a passarela da insurgência no centro de São Paulo*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio, 2023.
- NOVAES, Dennis. "O Funk "Proibidão" e a polissemia do envolvimento". *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 22, n. 58, p. 309-342, novembro, 2021.
- _____. *Nas Redes do Batidão: técnica, produção e circulação musical no funk carioca*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Pós-Graduação em Antropologia Social, 2020.
- OLIVEIRA, Elaine Moura E Silva. *Rap Contestação e Funk Ostentação: Consumo e Discursos Sonoros Na Periferia*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, 2016.
- OLIVEIRA, Laíza Santana. *SP 130 bpm: materialidade e gênero na cultura funk paulista (1995-2014)*. Dissertação (Mestrado História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2020.
- PALOMBINI, Carlos. "Funk". In: *Juventude de A a Z* (PERONDI, Maurício et al orgs.). Porto Alegre: Cirkula: 2020.
- PASSOS, Pâmela; ROSAS, Sandro Henrique. "Política pública de cultura para o funk entre incentivo, tutela e censura". *Direito, Estado e Sociedade*, n.58 p. 338 a 357, jan/jun 2021.
- PASSOS, Pâmela; FACINA, Adriana "Baile Modelo!": Reflexões sobre práticas funkeiras em contexto de pacificação. VI *Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 26 a 29 de maio de 2015.
- PEDRETTI, Lucas. *Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.
- PEDRO, Thomaz Marcondes Garcia. *Funk Brasileiro: Música, Comunicação e Cultura*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.
- _____. "É o fluxo: baile de favela e funk em São Paulo". In: *PROA Revista De Antropologia E Arte*, 2(7), 115 - 135.
- PEREIRA, Alexandre. "A maior zoeira": *experiências juvenis na periferia de São Paulo*. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.
- PEREIRA, Alexandre. "Funk ostentação em São Paulo: imaginação, consumo e novas tecnologias da informação e da comunicação". *Revista Estudos Culturais*, 1(1), 1-18, 2014.
- PEREIRA, Alexandre. "Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política". *Revista Pensata*, V 3, n 2, 2014.
- PINA, Marcos. "Trabalho, juventude e lazer no funk de SP." *Revista Mundaú*, 2021, n. 10, p. 55-69.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. "Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil". *Revista Estudos Culturais*, 1(1), 2014.
- PINTO, Felipe De Souza. *Entre sociais, rolês, parties e bailes: uma etnografia dos entretenimentos juvenis no Capão Redondo*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, 2018.
- RAMOS, Izabela Nalio. *Entre 'perifeminas' e 'minas de artilharia': participação e identidade de mulheres no hip hop e no funk*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2016.
- RUSSANO, Rodrigo. "Bota o fuzil pra cantar!". *o funk proibido no*

Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Letras e Artes. Mestrado em Música, 2006.

SANTIAGO, Luiz Paulo Ferreira. “A potencialidade transgressora da estética funkeira”. *Le Monde Diplomatique*. Ed.196, novembro de 2023.

_____. O Baile Funk na Encruzilhada: uma etnografia dos fluxos de rua na Zona Sul de São Paulo. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2024.

SILVA, Luciane Soares da. *Funk para além da festa: um estudo sobre disputas simbólicas e práticas culturais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Thiago de. *Tudo o que você sempre quis saber sobre funk... mas tinha medo de perguntar*. São Paulo: Editora Tipografia Musical, 2023.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

VIANNA JR., Hermano. *O Baile Funk Carioca: Festas e Estilos de Vida Metropolitanos*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

Hemeroteca

2001

Mattos, Laura. Divisão no eixo Rio-SP. Folha de S. Paulo, 03/01/2001.

Palomino, Erika. Cultura popozuda. Folha de S. Paulo, 30/01/2001.

Sem autoria. Furacão 2000 e Castelo das Pedras trazem bailes funks cariocas a São Paulo. Folha de S. Paulo, 16/02/2001.

Macedo, Luciana. Funk Carioca chega a casas da moda em SP. Folha de S. Paulo, 16/02/2001.

Sem autoria. Funk Fake. Ritmo carioca põe popozudas de grife e tigrões de pelúcia para dançar nas boates de SP. Folha de S. Paulo, 25/02/2001.

Franco, Edson. O relaxo é o pai do Funk. Folha de S. Paulo, 25/02/2001.

Sem autoria. Juizado de Menores realiza blitz no Rio. Folha de S. Paulo, 10/03/2001.

Fernandes, Kamila. Polícia proíbe bailes funk em Fortaleza. Folha de S. Paulo, 10/03/2001.

Sem autoria. Polícia fecha baile da mãe loura do funk. Folha de S. Paulo, 12/03/2001.

Wambier, Ana. Blitz fecha baile da "mãe loura do funk". Folha de S. Paulo, 12/03/2001.

Ferreira, Ademar Martins. Piracicaba avalia segurança para baile funk. Folha Campinas, 12/03/2001.

Ferreira, Ademar Martins. Grupo é preso após briga e roubo em Vinhedo. Folha Campinas, 12/03/2001.

Ferreira, Ademar Martins. Limeira Proíbe Crianças em Baile Funk. Folha Campinas, 06/04/2001.

Jabor, Arnaldo. A noite de grande orgasmo brasileiro. Folha de S. Paulo, 24/04/2001.

Sem autoria. Menor sem carteira não entra em baile funk. Folha de S. Paulo, 24/04/2001.

Sem autoria. Grupo é torturado e baleado nas mãos por traficante em favela. Folha de S. Paulo, 30/04/2001.

Sem autoria. Justiça proíbe menores em bailes funk. Folha de S. Paulo, 05/05/2001.

Sem autoria. Animação. Folha de S. Paulo, 06/05/2001.

Sem autoria. Briga de gangue. Folha Campinas, 15/05/2001.

Bogéa, Inês. Bertazzo sobe a Maré. Novo espetáculo do coreógrafo leva dança a bairro pobre em busca de inserção cultural. Folha de S. Paulo, 21/08/2001.

2002

Sanches, Pedro Alexandre. Edu k lança disco "armado" com Syang. Folha de S. Paulo, 27/02/2002.

Monken, Mario Hugo. Comboio de traficantes aterroriza motorista e mata PM. Folha de S. Paulo, 01/03/2002.

Leão, Danuza. O melhor momento. Folha de S. Paulo, 19/05/2002.

Campbell, Alexandre. Jornalista da Globo desaparece em morro. Folha de S. Paulo, 05/06/2002.

Editorial, Passividade Criminosa. Folha de S. Paulo, 06/06/2002.

Sem autoria. Policias fazem nova busca por Jornalista, Folha de S. Paulo, 06/06/2002.

Beraba, Marcelo. Onde está Tim Lopes. Folha de S. Paulo, 07/06/2002.

Escóssia, Fernanda. Com medo, morador foge de morro invadido. Folha de S. Paulo, 09/06/2002.

Dimenstein, Gilberto. O Belo e o Monstro. Folha de S. Paulo, 09/06/2002.

Meneghini, Carla e Dionísio, Rodrigo. Caso Tim Lopes evidencia desproteção de repórteres. TVF, 09/06/2002.

Rodrigues, Karine. Polícia confirma morte de repórter da Globo. Folha de S. Paulo, 10/06/2002.

Sem autoria. Para Policia, lago virou cemitério. Folha de S. Paulo, 11/06/2002.

Monken, Mario Hugo. Tráfico ameaça buscas a corpo de repórter. Folha de S. Paulo, 13/06/2002.

Beraba, Marcelo. Onde está Elias Maluco?. Folha de S. Paulo, 14/06/2002.

Sem autoria. Corpo pode não ser encontrado, diz delegado. Folha de S. Paulo, 15/06/2002.

Sem autoria. Polícia retoma buscas por corpo de jornalista, Folha de S. Paulo, 18/06/2002.

Sem autoria. Corpo não era de Tim Lopes, diz exame. Folha de S. Paulo, 22/06/2002.

Sem autoria. Medida seria 'inócua', diz general Cardoso. Folha de S. Paulo, 25/06/2002.

Sem autoria. Evento lembra assassinato de Tim Lopes. Folha de S. Paulo, 03/08/2002.

Sem autoria. Traficantes expulsam família de favela. Folha de S. Paulo, 07/08/2002.

Monken, Mario Hugo. Tráfico expulsa 15 pessoas de favela. Folha de S. Paulo, 07/08/2002.

Monken, Mario Hugo. PMs são acusados de proteger tráfico. Folha de S. Paulo, 31/12/2002.

Monken, Mario Hugo. Policiais são acusados de avisar traficantes sobre invasão da PM. Folha de S. Paulo, 31/12/2002.

2003

Sem autoria. Era uma vez Chapeuzinho Vermelho. Folha de S. Paulo, 14/02/2003.

Bergamo, Mônica. Uma noite na fila dos garis. Folha de S. Paulo, 06/07/2003.

Palomino, Erika. O funk, o sexo e a democracia das areias. Folha de S. Paulo, 11/07/2003.

Sem autoria. Bambaataa toca no Hotel Unique. Folha de S. Paulo, 11/07/2003.

Gois, Antônio. Violência "mata" subúrbio cantado em samba. Folha de S. Paulo, 13/07/2003.

2004

Victal, Renata. Operação na Rocinha deixa 3 jovens mortos. Folha de S. Paulo, 23/02/2004.

Sem autoria. Pancadão. Folha de S. Paulo, 13/08/2004.

Sem autoria. LOV.E & Lounge. Folha de S. Paulo, 03/09/2004.

Sem autoria. Pancadão. Folha de S. Paulo, 15/10/2004.

Sem autoria. Pancadão. Folha de S. Paulo, 22/10/2004.

Sem autoria. Tati Quebra Barraco faz show no Lo.Ve. Folha de S. Paulo, 12/11/2004.

2005

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 12/03/2005.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 08/04/2005.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 06/05/2005.

Monken, Mario Hugo. Acusado de matar Tim Lopes é condenado. Folha de S. Paulo, 26/05/2005.

Sem autoria. CD de funk Proibidão cita Naldinho em letra. Folha de S. Paulo, 09/06/2005.

Sem autoria. Jambhala. Folha de S. Paulo, 22/07/2005.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 22/08/2005.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 02/09/2005.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 09/09/2005.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 28/10/2005.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 11/11/2005.

Petermann, Christian. Sou feia mas tô na moda: documentário modesto mira o funk carioca. Folha de S. Paulo, 16/12/2005.

2006

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 06/01/2006.

Vianna, Luiz Fernando. Marlboro faz novo mapeamento do funk. Folha de S. Paulo, 27/01/2006.

Vianna, Luiz Fernando. É preciso "descriminalizar" os bailes, diz Vianna. Folha de S. Paulo, 27/01/2006.

Sem autoria. Festa gay tem trilha eclética. Folha de S. Paulo, 24/02/2006.

Sem autoria. Deize Tigrone. Folha de S. Paulo, 10/03/2006.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 10/03/2006.

Sem autoria. Pancadão especial - Diplo. Folha de S. Paulo, 14/04/2006.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 21/04/2006.

Sem autoria. Meninas: documentário acompanha 'meninas-mães'. Folha de S. Paulo, 15/05/2006.

Sem autoria. Hinos funks exaltam a organização. Folha de S. Paulo, 15/05/2006.

Pareja, Luciana. Vegasfest: cabarés vizinhos viram filiais no aniversário. Folha de S. Paulo, 02/06/2006.

Sem autoria. Porto Alcobarça. Folha de S. Paulo, 16/06/2006.

Penteado, Gilmar e Caramante, André. "Sindicato" arrecada R\$ 700 mil por mês. Folha de S. Paulo, 21/06/2006.

Küchler, Adriana. Mega Pancadão: Festa do Lov.e vira baile funk com clima de matinê. Folha de S. Paulo, 26/06/2006.

Leite, Fabiane. Promotora vê PCC 'poderoso e eficaz', Folha de S. Paulo, 13/07/2006.

Sem autoria. Lov.e Express um ano DJ WJ Henzee e Pancadão dois anos. Folha de S. Paulo, 14/08/2006.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 18/08/2006.

Sem autoria. Pancadão. Folha de S. Paulo, 15/09/2006.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 06/10/2006.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 20/10/2006.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 03/11/2006.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 17/11/2006.

Küchler, Adriana. Megabalada carioca abre no lugar do Olympia. Folha de S. Paulo, 24/11/2006.

2007

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 12/01/2007.

Sem autoria. Ambiente da noite Funk do novo clube Sampa Hall, que tem como atrativo bebidas a R\$1. Folha de S. Paulo, 12/01/2007.

Kuchler, Adriana. Mc gaúcho promove baile funk no Inferno. Folha de S. Paulo, 26/01/2007.

Kuchler, Adriana. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 26/01/2007.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 23/02/2007.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 09/03/2007.

Ferreira Silva, Adriana. Pancadão da Baixada. Folha de S. Paulo, 01/4/2007.

Sem autoria. Pirataria espalha o funk da Baixada. Folha de S. Paulo, 01/4/2007.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 13/04/2007.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 18/05/2007.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 15/06/2007.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 29/06/2007.

Bosi Pregnaca, Paula. 6 coisas que você não sabia sobre o filme "Cidade dos Homens". Folha de S. Paulo, 29/06/2007.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 21/09/2007.

Sem autoria. Lov.e Club & Lounge. Folha de S. Paulo, 19/10/2007.

2008

Sem autoria. Cabral. Folha de S. Paulo, 14/03/2008.

Rigobelo, Fábio. Japonesa mostra seu funk "carioca" politizado. Folha de S. Paulo, 05/05/2008.

Nadin, Juliana. Baile funk volta em versão para gringo ouvir. Folha de S. Paulo, 05/05/2008.

Vange, Leonel. gls Avenida feminista. Folha de S. Paulo, 01/06/2008.

Sem autoria. Inferno club. Folha de S. Paulo, 18/07/2008.

2009

Mena, Fernanda. "Permitidão: Funk carioca, conhecido como "proibidão" no Rio por fazer apologia ao crime e à violência, ganha versão comportada e voltada ao mercadoem São Paulo". Folha de S. Paulo, 26/09/2009.

Castro, Ruy. Comparação cínica. Folha de S. Paulo, 07/09/2009.

Janine Ribeiro, Renato. Tesão e direitos humanos. Folha de S. Paulo, 15/11/2009.

Mena, Fernanda. Força da grana gera rimas sobre consumo em SP. Folha de S. Paulo, 26/11/2009.

Vianna, Hermano. São Paulo produz novo estilo de funk carioca.

Folha de S. Paulo, 26/11/2009.

2010

Longman, Gabriela. "Música: Festa põe no palco o funk do bem. Concurso na zona leste celebra o permitidão com letras apenas um pouco mais leves". Folha de S. Paulo, 27/06/2010.

Silva, José Benedito. "Baile funk gera a maior multa da Lei Cidade Limpa". Folha de S. Paulo, 12/08/2010.

Fagueiro, Patrícia. DJ e MC são assassinados em PG. A Tribuna de Santos, 12/04/2010.

Maldjian, Mayra. CTRL + C CTR + V Musical, Folha de S. Paulo, 12/06/2010.

Costa, Breno. Petista guarda ataques para debates futuros Folha de S. Paulo, 18/08/2010.

Silva, Adriana Ferreira. Nova geração do rap fala "das quebradas" com leveza. Folha de S. Paulo, 08/09/2010.

Brito, Diana e Prates, Fábila. Quatro morrem em confronto com PMs no Rio. Folha de S. Paulo, 20/09/2010.

2011

Ferraz, Adriana. Pior colégio tem baile funk em aula e rebelião. Folha de S. Paulo, 21/5/2011.

Sem autoria. Quente: Grupo ateou fogo em carro após saída de baile funk no Parque Novo Mundo, zona norte paulistana; PM diz ter sido recebida a tiros e pedradas, mas ninguém se feriu. Folha de S. Paulo, 8/9/2011.

Nunomura, Eduardo. MC Dedê nasceu em Cidade Tiradentes, na zona leste de São Paulo. Ele tem mais Orkuts do que a maioria tem de amizades no Facebook. Faz até três shows por noite, a 150 reais cada. Carta Capital, 22/9/2011.

Balloussier, Anna Virginia. Escola fora de ordem. Alunos sonham com carreiras tradicionais e fazem jornada dupla: Escola e Trabalho. Folha de S. Paulo, 03/10/2011.

Italiani, Rafael . Ônibus são incendiados na zona leste após PM interromper baile funk: Atos de vandalismo aconteceram ontem pela manhã; nenhum suspeito foi preso. Folha de S. Paulo, 25/10/2011.

Italiani, Rafael . Ônibus são incendiados na zona leste após PM interromper baile funk: Atos de vandalismo aconteceram ontem pela manhã; nenhum suspeito foi preso. Folha de S. Paulo, 25/10/2011.

Caramante, André e Zarbosa, Fernanda. Motorista passa mal, bate e é linchado: Cerca de 40 pessoas que participavam de baile funk teriam sido responsáveis pelo linchamento de trabalhador. Folha de S. Paulo, 29/11/2011.

Caramante, André. Polícia prende suspeito de torturar vítimas em assaltos: Dudu é apontado como autor de ao menos 12 roubos a residências no Morumbi. Folha de S. Paulo, 12/12/2011.

Sem autoria. Duda do Marapé é assassinado. A Tribuna de Santos, 13/04/2011.

Diegues, Fernando. Fãs e amigos se despedem do cantor de funk Duda do Marapé. A Tribuna de Santos, 14/04/2011.

Martins, Marco Antônio. Exército abre inquérito sobre conflito no Alemão. Folha de São Paulo, 06/09/2011.

Antunes, Claudia. Regulação é fonte de confrontos em favelas com UPPs. Folha de São Paulo, 06/09/2011.

Orrico, Alexandre. Game Max Payne 3 retrata SP como se fosse o Rio. Folha de São Paulo, 28/09/2011.

Lessa, Kátia. Som na(s) caixa(s). Folha de São Paulo, 02/10/2011.

Canônico, Marco Aurélio. "Legalizado", funk ganha edital e festa pública no Rio. Folha de São Paulo, 30/10/2011.

Gois, Antônio e Brito, Diana. Megaoperação policial isola Rocinha hoje. Folha de São Paulo, 13/11/2011.

Voltolini, Artur. Morro em transe. Folha de São Paulo, 16/11/2011.

Spinelli, Evandro e Benites, Afonso. Kassab vai tirar camelôs ilegais e espera "guerra". Folha de São Paulo, 23/09/2011.

Redação. Morte ocorrida na última terça estaria ligada à briga por poder. Folha de São Paulo, 23/09/2011.

Silva, José Benedito da. Kassab leva "bico oficial" de PMs para a periferia. Folha de São Paulo, 19/03/2011.

2012

Sem autoria. SP: Operação Pancadão apreende 27 adolescentes em baile funk. Terra, 23/01/2012.

Bergamim Jr., Giba. Blitz fecha baile funk e leva 42 jovens a DP. Folha de S. Paulo, 31/01/2012.

Bergamim Jr., Giba. PM faz blitz para acabar com pancadão. Folha de S. Paulo, 26/03/2012.

Sem autoria. Moradores afirmam que bailes atraem tráfico e a prostituição. Folha de S. Paulo, 26/03/2012.

Italiani, Rafael. Ônibus é incendiado após a morte de jovens. Folha de S. Paulo, 05/05/2012.

Cymrot, Danilo. Criminalização do funk e extermínio de Mcs. Folha de S. Paulo, 13/06/2012.

Safatle, Vladimir. Nome próprio da cultura. Folha de S. Paulo, 03/07/2012.

Cymrot, Danilo. Baile Funk. Folha de S. Paulo, 04/07/2012.

Ferrero, Mônica. Menino que perdeu visão por bala de borracha é ouvido na Assembleia. Alesp, 14/04/12.

Bergamim Jr., Giba. Pancadão é trocado por brincadeira infantil nos domingos da periferia. Folha de S. Paulo, 12/03/2012.

Magalhães, Vera. Pannel: Bancada da Farda. Folha de S. Paulo, 04/04/2012.

Zambeli, Fábio e Sadi, Andreia. Pannel: Piloto de crises. Folha de S. Paulo, 04/04/2012.

Nunomura, Eduardo. Funkeiro é assassinado. É o 4º em três anos. Farofafá, 20/04/2012.

Sem autoria. Cantor de funk Mc Primo morre com cinco tiros no Jôquei Club. A Tribuna de Santos, 20/04/2012.

Diegues, Fernando. Filhos de Mc Primo viram sua execução. A Tribuna de Santos, 21/04/2012.

Diegues, Fernando. Agenda cheia e ligado à família. A Tribuna de Santos, 21/04/2012.

Diegues, Fernando. Abril, mês marcado para o funk. A Tribuna de Santos, 21/04/2012.

Küchler, Adriana. Só no passinho. Folha de S. Paulo, 29/04/2012.

Sem autoria. Mc é assassinado a tiros em Santos. A Tribuna de Santos, 29/04/2012.

Venturelli, Alessio. Mistérios a resolver no assassinato de Mc Careca. A Tribuna de Santos, 30/04/2012.

Nunomura, Eduardo. Mais um funkeiro assassinado. Até quando? Farofafá, 30/04/2012.

Herzog, Alcione. Depois de mortes, o funk pede paz. A Tribuna de Santos, 01/05/2012.

Herzog, Alcione. Apresentações estão suspensas na região. A Tribuna de Santos, 01/05/2012.

Sem autoria. Três PMs estão na mira da corregedoria. A Tribuna de Santos, 03/05/2012.

Diegues, Fernando. ZN: O envolvimento de PMs é apurado. A Tribuna de Santos, 04/05/2012.

Diegues, Fernando. No caso de Mc Careca, a suspeita é de vingança. A Tribuna de Santos, 04/05/2012.

Diegues, Fernando. PM acusado de assassinar MC Primo. A Tribuna de Santos, 04/05/2012.

Abreu Vaio, Ronaldo. O mês de maio que já dura seis anos. A Tribuna de Santos, 11/05/2012.

Krempel, Lucas. "Mães de Maio" querem Justiça. A Tribuna de Santos, 13/05/2012.

Motta, Rafael e Velozo Fuccia, Eduardo. Morte na Vila dos Pescadores assusta funkeiros da região. A Tribuna de Santos, 22/05/2012.

Thadeu, Sandro. Gaeco investiga possível grupo de extermínio. A Tribuna de Santos, 24/05/2012.

Brandão, Eduardo. Recentes assassinatos elevam índice em 133%. A Tribuna de Santos, 26/05/2012.

Diegues, Fernando. Mc Neguinho é vítima de tentativa de

homicídio. A Tribuna de Santos, 26/06/2012.

Diegues, Fernando. Munição policial foi usada contra MC. A Tribuna de Santos, 27/06/2012.

Diegues, Fernando. PMs acusados de crime são libertados. A Tribuna de Santos, 01/07/2012.

Mello Franco, Bernardo. Haddad critica Kassab por repressão a camelôs em SP. Folha de S. Paulo, 17/07/2012.

Ribeiro, Lúcio. O segundo rolê do bonde. Folha de S. Paulo, 31/07/2012.

Campanha, Diógenes. Mais policiais e bombeiros querem vaga de vereador. Folha de S. Paulo, 05/08/2012.

Pagnan, Rogério. Secretário de Alckmin contesta campanha de vereador. Folha de S. Paulo, 29/08/2012.

Sem autoria. Após perder a liderança, Serra ataca Russomanno. Folha de S. Paulo, 01/09/2012.

Bergamim Jr., Giba. Pancadão na periferia tira sono de moradores. Folha de S. Paulo, 09/09/2012.

Mori, Letícia. Polícia recolhe material de engraxates da av. Paulista. Folha de S. Paulo, 21/09/2012.

Ceraque, Eduardo e Dutra, Nancy. Promessas para segurança são simplistas. Folha de S. Paulo, 30/09/2012.

Bergamim Jr., Giba. Violência assusta Consolação. Folha de S. Paulo, 30/09/2012.

Sem autoria. Candidatos prometem mais guardas na rua e revitalizar o centro. Folha de S. Paulo, 05/10/2012.

Kachani, Morris. Tráfico voltou a Paraisópolis após polícia sair da favela. Folha de S. Paulo, 04/11/2012.

Veloza Fuccia, Eduardo. Bastidores: assassino de Fukuhara está preso em SP. A Tribuna de Santos, 06/11/2012.

Sem autoria. Operação delegada vai ser ampliada. Folha de S. Paulo, 06/11/2012.

Magalhães, Vera. Trampolim eleitoral (O que eu faço / O que eu digo / Não é comigo). Folha de S. Paulo, 08/11/2012.

Diegues, Fernando. Japonês do funk morre estrangulado. A Tribuna de Santos, 29/11/2012.

2013

Bergamim Jr, Giba. Bancada da bala militariza gabinetes na Câmara Municipal. Folha de São Paulo, 22/01/2013.

Cabette, Fábio, André; Rodrigues, Artur; Ferraz, Adriana. Policiais vão fiscalizar lei do silêncio: Convênio entre Estado e Prefeitura cria "Batalhão do Silêncio" com 1300 policiais militares; foco de atuação será nos bailes funks. O Estado de São Paulo, 19/03/2013.

Reolom, Mônica. Vizinhos de Karaoke pensam até em mudar de bairro. O Estado de São Paulo, 19/03/2013.

Sem autoria. Batidão. Folha de São Paulo, 11/04/2013.

Domingos, Roney. Câmara de SP aprova projeto que proíbe baile funk em via pública. G1, 23/04/2013.

Pereira Neves, Fernanda. Projeto que proíbe baile funk na rua é aprovado: proposta passa em primeira votação na Câmara. Folha de São Paulo, 24/04/2013.

Barreiros, Renato. Finalmente, funk! Secretaria Municipal de Cultura reconhece o gênero e abre espaço para artistas. Farofafá, 06/05/2013.

Sem autoria. Lei contra som alto é aprovada: Câmara também libera a criação de cargos. Folha de São Paulo, 09/05/2013.

Teixeira, Regiane. Gabriel Medina, 31, Coordenador Municipal da Juventude. Folha de São Paulo, 12/05/2013.

Sem autoria. Homem é morto após brigar em baile funk. Folha de São Paulo, 13/07/2013.

Sem autoria. Gestão Petista esvazia bico oficial de PM 's. Folha de São Paulo, 17/08/2013.

Machado, Gisele. Sem pancadão, mas com opção: Câmara aprova lei que permite multar som alto em carros estacionados e pretende criar alternativas de lazer aos jovens. Revista Apartes, 04/12/2013.

Spinelli, Evandro. Desafios de Haddad. Folha de São Paulo, 01/01/2013.

Spinelli, Evandro, Geraque, Eduardo. Haddad promete realizar reforma urbana na cidade. Folha de São Paulo, 02/01/2013.

Pereira, Elvis. "Guarda Civil está sem identidade". Folha de São Paulo, 27/01/2013.

Machado, Leandro. Prefeitura de São Paulo quer agilizar análise de situação de casas noturnas. Folha de São Paulo, 31/01/2013.

Spinelli, Evandro. Alckmin e Haddad fazem parceria para interditar boates inseguras. Folha de São Paulo, 01/02/2013.

Pereira, Elvis. Promessa é dívida. Folha de São Paulo, 03/02/2013.

Sem autoria. PMs vão fiscalizar parques, barulho e casas noturnas. Folha de São Paulo, 19/02/2013.

Sem autoria. Policiais recusam 'bico oficial' em bairros da periferia. Folha de São Paulo, 10/05/2013.

Sem autoria. Dia de Luta para as Mães de Maio. A Tribuna de Santos, 12/05/2013.

Lopes, Alexandre. Baixada Santista contabiliza 5 MCs executados nos últimos três anos. G1, 08/07/2013.

Bergamim Jr., Giba. Após morte de MC, funkeiros querem colete à prova de bala. Folha de São Paulo, 21/07/2013.

Sem autoria. Apologia ao crime dá lugar ao luxo nas de Cultura reconhece o gênero e abre espaço para artistas. Farofafá,

06/05/2013.

Levino, Rodrigo. Cachorra domesticada. Folha de São Paulo, 22/07/2013.

Menezes, Thales de. Sem imagens, álbum expõe produção equivocada para quem nasceu no funk. Folha de São Paulo, 22/07/2013.

Fraga, Érica. Não sei se atirei. Folha de São Paulo, 11/08/2013.

Freire, Vera. Segurança. Folha de São Paulo, 19/08/2013.

Magalhães, Vera. Em nome da tropa. Folha de São Paulo, 19/08/2013.

Bergamim Jr., Giba. Prefeitura vai manter bico noturno de policiais. Folha de São Paulo, 21/08/2013.

Takahashi, Fábio. Haddad amplia mudanças em ações de Kassab. Folha de São Paulo, 27/08/2013.

Sem autoria. PM é achado carbonizado após tumulto em baile funk no litoral. Folha de São Paulo, 06/10/2013.

Sem autoria. Balada marcada por rede social acaba em arrastão em shopping. Folha de São Paulo, 09/12/2013.

Toledo, Giuliana de. Da favela ao shopping. Folha de São Paulo, 11/12/2013.

Toledo, Giuliana de. O baile todo. Folha de São Paulo, 11/12/2013.

Toledo, Giuliana de. Lista de 101 hits compensa omissões com alguns achados. Folha de São Paulo, 11/12/2013.

Toledo, Giuliana de. Em seu 1º clipe, Valesca Popozuda mostra que gênero foi à butique. Folha de São Paulo, 11/12/2013.

Barbosa, Mariana, Gama, Paulo. Após 'rolezinhos', lojistas pedem PM em shoppings. Folha de São Paulo, 27/12/2013.

Sem autoria. PM apreende 15 menores por invadir shopping. Folha de São Paulo, 15/12/2013.

Sem autoria. "Rolezinho". Folha de São Paulo, 21/12/2013.

Sem autoria. Lojas de shopping de São Paulo fecham com medo de encontro de jovens. Folha de São Paulo, 22/12/2013.

Silva, Joel, Orrico, Alexandre. Jovens fazem mais um 'rolezinho' em São Paulo. Folha de São Paulo, 22/12/2013.

2014

Sem autoria. Carro com som alto em SP será multado em R\$1000. Folha de S. Paulo, 01/01/2014.

Sem autoria. PM é morto após perseguir bando em carro roubado. Folha de S. Paulo, 02/01/2014.

Sem autoria. Jovens fazem arrastões depois de PM dispersar baile funk em SP. Folha de S. Paulo, 21/01/2014.

Souza, Felipe. Jovens atacam posto e mercado após PM dispersar

baile funk. Folha de S. Paulo, 21/01/2014.

Souza, Felipe. MC é preso sob suspeita de tráfico. Folha de S. Paulo, 21/01/2014.

Machado, Leandro. Acordo com comunidades protege shoppings de roubos, diz associação. Folha de S. Paulo, 23/01/2014.

Sem autoria. Organizador de 'rolezinho' morre após briga em SP. Folha de S. Paulo, 08/04/2014.

Lopes Junior, Moacyr. Pancadão na floresta. Folha de S. Paulo, 02/01/2014.

Hiar, Ricardo. Caraguá adota "tolerância (quase)zero" contra pancadões. Folha de S. Paulo, 03/01/2014.

Torres Freire, Vinicius. Fogo nos ônibus, clima quente. Folha de S. Paulo, 15/01/2014.

Torres Freire, Vinicius. Economia morna, sociedade quente. Folha de S. Paulo, 16/01/2014.

Azevedo, Reinaldo. O "bando de negros e morenos". Folha de S. Paulo, 24/01/2014.

Gancia, Bárbara. ""Rolezinhos" for dummies". Folha de S. Paulo, 24/01/2014.

Mori, Leticia. Só na direção. Folha de S. Paulo, 02/02/2014.

Torres Freire, Vinicius. As curtas anarquias do verão. Folha de S. Paulo, 09/02/2014.

Pagnan, Rogério; Terenzi, Gabriela e Turolo Jr., Reynaldo. SP pagará para policial trabalhar na folga. Folha de S. Paulo, 28/03/2014.

Machado, Leandro. "Palavrão não deixo cantar", diz pai de MC de 12 anos". Folha de S. Paulo, 27/04/2014.

Sem autoria. Cantor mirim pode falar de sexo, afirma promotora. Folha de S. Paulo, 27/04/2014.

Sem autoria. Haddad quer estender "bico oficial" para Guarda Civil Metropolitana. Folha de S. Paulo, 01/05/2014.

Sem autoria. Mcs mirins. Folha de S. Paulo, 01/05/2014.

Sem autoria. Unidades do Sesc contam com 300 atrações no evento. Folha de S. Paulo, 16/05/2014.

Correia, Vanessa; Teixeira, Viviane e Pereira, Elvis. Os donos da casa. Folha de S. Paulo, 29/06/2014.

Correia, Vanessa; Teixeira, Viviane e Pereira, Elvis. A prorrogação. Folha de S. Paulo, 29/06/2014.

Küchler, Adriana. Moleque ostentação. Folha de S. Paulo, 29/06/2014.

Pereira Júnior, Álvaro. Guimê tá patrão, o mundo é dele. Folha de S. Paulo, 29/06/2014.

Lemos, Ronaldo. Ostentação é cobiçado como marketing. Folha de S. Paulo, 29/06/2014.

Bergamo, Mônica. Batida Forte. Folha de S. Paulo, 02/07/2014.

Machado, Leandro. Tá em casa. Folha de S. Paulo, 31/08/2014.

Sem autoria. Morte de camelô em blitz é fato isolado, diz Haddad. Folha de S. Paulo, 20/09/2014.

Bergamo, Mônica. Festa com regra. Folha de S. Paulo, 25/09/2014.

Franco, Luiza. O voo da rasteirinha. Folha de S. Paulo, 05/10/2014.

Rodrigues, Arthur. Mais de 80% dos estabelecimentos de SP não têm alvará, aponta CPI. Folha de S. Paulo, 08/10/2014.

Bergamo, Mônica. Papo Firme. Folha de S. Paulo, 09/12/2014.

Bergamin Jr., Giba; Rodrigues, Arthur; Machado, Leandro. Haddad já admite deslizar metas pra depois de 2016. Folha de S. Paulo, 25/12/2014.

Editorial. "Rolezinhos". Folha de S. Paulo, 02/01/2014.

Bunduky, Ricardo. Rolezinho faz shopping fechar mais cedo. Folha de S. Paulo, 06/01/2014.

Singer, André. Apartheids no país da copa. Folha de S. Paulo, 11/01/2014.

Krepp, Anna; Poletti, Bruno. Proibido, "rolezinho" acaba em violência. Folha de S. Paulo, 12/01/2014.

Krepp, Anna; Poletti, Bruno. Seguranças cobram identidade no JK Iguatemi. Folha de S. Paulo, 12/01/2014.

Zanini, Fábio. A nova paulista. Folha de S. Paulo, 13/01/2014.

Painel do Leitor. "Rolezinhos". Folha de S. Paulo, 13/01/2014.

Torres Freire, Vinicius. Um rolê pelo rolezinho. Folha de S. Paulo, 13/01/2014.

Bergamim Jr., Giba. Polícia de SP abre inquérito para investigar rolezinhos. Folha de S. Paulo, 14/01/2014.

Sem autoria. Grupos marcam eventos no Rio e em Brasília. Folha de S. Paulo, 14/01/2014.

Abramovay, Pedro. Liminar que proíbe encontro assegura direito à segregação. Folha de S. Paulo, 14/01/2014.

Rodrigues Penteadado, Mauro. Tais como são "rolezinhos" atentam contra direitos coletivos. Folha de S. Paulo, 14/01/2014.

Sem autoria. Governo e shoppings se preparam para onda de rolezinhos. Folha de S. Paulo, 15/01/2014.

Gielow, Igor. Tudo errado. Folha de S. Paulo, 15/01/2014.

Krepp, Ana. DNA do rolê. Folha de S. Paulo, 16/01/2014.

Painel do Leitor. Rolezinhos. Folha de S. Paulo, 16/01/2014.

Mello Franco, Bernardo. Aparttheid no shopping. Folha de S. Paulo, 16/01/2014.

Senra, Ricardo. Haddad escala emissários para dialogar com líderes de rolezinhos. Folha de S. Paulo, 16/01/2014.

Senra, Ricardo. Shoppings barram páginas em redes sociais. Folha de S. Paulo, 16/01/2014.

Senra, Ricardo. Sem teto prometem rolezão hoje na zona sul. Folha de S. Paulo, 16/01/2014.

Senra, Ricardo. Em Brasília, rolê político será comandado por universitário. Folha de S. Paulo, 16/01/2014.

Simão, José. Ueba! Rodízio de rolezinhos. Folha de S. Paulo, 16/01/2014.

Editorial. São só "rolezinhos". Folha de S. Paulo, 17/01/2014.

Painel do Leitor. Rolezinhos. Folha de S. Paulo, 17/01/2014.

Azevedo, Reinaldo. Rolezinhos e mistificações baratas. Folha de S. Paulo, 17/01/2014.

Souza, Felipe de; Turollo Jr, Reynaldo; Colombo, Sylvia. Para evitar "rolezões" dois shoppings fecham as portas, 17/01/2014.

Souza, Felipe de; Turollo Jr, Reynaldo; Colombo, Sylvia. Alckmin reitera que rolê não é caso pra PM. Folha de S. Paulo, 17/01/2014.

Singer, André. A hora da política. Folha de S. Paulo, 18/01/2014.

Matarazzo, Andrea. O meu, o seu, o nosso "rolezinho". Folha de S. Paulo, 18/01/2014.

Ivanovici, Tatiana. Um bom negócio. Folha de S. Paulo, 18/01/2014.

Yamada, Gabriela; Turtelli, Camila. Polícia me pressionou a cancelar rolê, diz jovem. Folha de S. Paulo, 18/01/2014.

Bergamim Jr., Giba. Shoppings põe mais segurança pra evitar evento. Folha de S. Paulo, 18/01/2014.

Leandro Machado. Não existe teoria: Os rolezinhos estão por aí porque são divertidos. Folha de S. Paulo, 18/01/2014.

Bergamo, Mônica. Rolê. Folha de S. Paulo, 18/01/2014.

Sem autoria. Somos todos rolezinho. Folha de S. Paulo, 18/01/2014.

Painel do Leitor. Rolezinhos. Folha de S. Paulo, 19/01/2014.

Singer, Suzana (Ombudsman). Enrolados. Folha de S. Paulo, 19/01/2014.

Geraque, Eduardo e Andery, Rafael. Shopping JK Iguatemi fecha mais cedo depois de rolezinho protesto. Folha de S. Paulo, 19/01/2014.

Maia, Felipe e Orrico, Alexandre. Ibirapuera tem rolezinho tradicional. Folha de S. Paulo, 19/01/2014.

- Sem autoria. Associação defende liminares contra eventos em shoppings. Folha de S. Paulo, 19/01/2014.
- Prata, Antônio. Rolezinho: Breve rolê histórico. Folha de S. Paulo, 19/01/2014.
- Lucena, Eleonora de. "Rolezinhos" têm raízes na luta pelo espaço urbano. Folha de S. Paulo, 19/01/2014.
- Teixeira, Regiane. Shopping é referência. Folha de S. Paulo, 19/01/2014.
- Senra, Ricardo. Rolê musical. Folha de S. Paulo, 19/01/2014.
- Maio, Alexandre de. Onde isso vai parar? Folha de S. Paulo, 19/01/2014.
- Painel do Leitor. Rolezinhos. Folha de S. Paulo, 20/01/2014.
- Melo, Ricardo. Shopping de ilusões. Folha de S. Paulo, 20/01/2014.
- Gonzaga, Yuri e Machado, Leandro. Shoppings pedem ajuda federal contra "rolezinhos". Folha de S. Paulo, 20/01/2014.
- Vettorazzo, Lucas e BachTold, Felipe. Shoppings de luxo do RS e do Rio são alvo de "rolezinhos". Folha de S. Paulo, 20/01/2014.
- Pondé, Luiz Felipe. Peguem as minas e deixem os clientes do shopping em paz. Folha de S. Paulo, 20/01/2014.
- Gancia, Bárbara. Fechar as portas é obscuro e mostra histeria do urbanoide acuado. Folha de S. Paulo, 20/01/2014.
- Sem autoria. "Se trombar na fita". Não entendeu? então confira o dicionário do rolezinho. Folha de S. Paulo, 20/01/2014.
- Turollo Jr, Reynaldo. Rolezinho da USP. Folha de S. Paulo, 21/01/2014.
- Cuenca, J. P. No Rio, rolezinho sem rolê estaciona no Rio. Folha de S. Paulo, 21/01/2014.
- Schwartzman, Hélio. Liberdade, Igualdade, rolezinhos. Folha de S. Paulo, 21/01/2014.
- Gaspari, Elio. O rolezinho pode acabar em rolão. Folha de S. Paulo, 22/01/2014.
- Sem autoria. "Rolezinhos" de protesto reúnem de sem teto a partidos políticos. Folha de S. Paulo, 22/01/2014.
- Sem autoria. Polícia vai ter cartilha para ação em protesto. Folha de S. Paulo, 22/01/2014.
- Sem autoria. 82% dos paulistas são contra rolezinhos. Folha de S. Paulo, 23/01/2014.
- Editorial. "Rolezinho" sem moral. Folha de S. Paulo, 24/01/2014.
- Oliveira, Roberto de. Rolê longe dos shoppings. Folha de S. Paulo, 24/01/2014.
- Bergamim Jr, Giba. Cansados da polícia, jovens fazem rolê em parques. Folha de S. Paulo, 24/01/2014.
- Geraque, Eduardo. Consumo em alta faz shopping invadir cada vez mais a periferia. Folha de S. Paulo, 25/01/2014.
- Nublát, Johanna. Embaixada da França recomenda cuidado com "rolês". Folha de S. Paulo, 25/01/2014.
- Sem autoria. Aniversário de SP tem shows, "rolezinhos" e manifestações. Folha de S. Paulo, 25/01/2014.
- Leite, Marcelo. São Paulo contra o rolê. Folha de S. Paulo, 25/01/2014.
- Bergamim Jr, Giba; Vallone, Giuliana. Ídolos de "rolezeiros" criticam correria dentro de shopping. Folha de S. Paulo, 26/01/2014.
- Bergamim Jr, Giba; Vallone, Giuliana. Ostentação mudou a vida dos MCs funkeiros. Folha de S. Paulo, 26/01/2014.
- Bergamim Jr, Giba; Vallone, Giuliana. Rolezinho reúne cerca de 350 jovens no Ibirapuera. Folha de S. Paulo, 26/01/2014.
- Bergamim Jr, Giba; Vallone, Giuliana. Periferia sustenta a maior parte do consumo na cidade de SP. Folha de S. Paulo, 26/01/2014.
- Sem autoria. Jovens descumprem decisão que proíbe "rolezinho" em Campo Grande. Folha de S. Paulo, 27/01/2014.
- Schwartzman, Hélio. O preço da civilização. Folha de S. Paulo, 28/01/2014.
- Bergamo, Mônica. Assim me despeço. Folha de S. Paulo, 28/01/2014.
- Colombo, Sylvia. "Rolezinho", palavra que é uma beleza, é a sociedade se mexendo. Folha de S. Paulo, 29/01/2014.
- Bergamo, Mônica. Fogo cerrado. Folha de S. Paulo, 29/01/2014.
- Sem autoria. Jovens querem combinar rolezinhos com os shoppings. Folha de S. Paulo, 30/01/2014.
- Freitas, Janio de. Desencontros no shopping. Folha de S. Paulo, 21/01/2014.
- Setúbal, Maria Alice. Juventudes e lazer. Folha de S. Paulo, 07/02/2014.
- Sem autoria. Jovens se reúnem com shoppings para organizar encontros. Folha de S. Paulo, 07/02/2014.
- Sem autoria. Prefeitura faz dicionário de paulistanês para a Copa. Folha de S. Paulo, 08/02/2014.
- Prata, Antônio. Cachimbo da paz. Folha de S. Paulo, 08/02/2014.
- Soraggi, Bruno B. Jogo ostentação. Folha de S. Paulo, 09/02/2014.
- Bárbara, Vanessa. Deixe a direita livre. Folha de S. Paulo, 09/02/2014.
- Sem autoria. Rolezinhos em SP terminam em tumulto. Folha de S. Paulo, 10/03/2014.

- Sem autoria. Faltou segurança no parque, afirma líder de "rolezinho". Folha de S. Paulo, 11/03/2014.
- Sem autoria. Rolezinho faz shopping fechar mais cedo em Sorocaba. Folha de S. Paulo, 17/03/2014.
- Lobel, Fabrício; Bunduky, Ricardo e Balago, Rafael. "Rolezinho" provoca susto e correria no shopping Bourbon. Folha de S. Paulo, 22/03/2014.
- Souza, Felipe; Bergamim Jr., Giba. Manifestante isola PM de "black bloc" e ato anti-copa acaba pacífico. Folha de S. Paulo, 28/03/2014.
- Sem autoria. "Rolezinho" em shopping termina em confusão em Ribeirão Preto. Folha de S. Paulo, 31/03/2014.
- Chaves, Adriana. Marquise do Ibirapuera tem partes interdidas após queda de blocos. Folha de S. Paulo, 06/04/2014.
- Sem autoria. "Rolezinho do sexo" teve uso de drogas em parque na Zona Leste. Folha de S. Paulo, 12/04/2014.
- Bergamim Jr., Giba. Movimento contra a Copa agora planeja "rolezinhos". Folha de S. Paulo, 15/04/2014.
- Biderman, Iara. Rap no Shopping. Folha de S. Paulo, 16/04/2014.
- Grupo Iguatemi. Esclarecimento. Folha de S. Paulo, 19/04/2014.
- Felitti, Chico. O MAM e o coma alcoólico. Folha de S. Paulo, 20/04/2014.
- Sem autoria. Depois daquele rolezinho. Folha de S. Paulo, 17/08/2014.
- Sem autoria. Brasileira conquista 4 prêmios no Stevie Awards. Folha de S. Paulo, 14/10/2014.
- Sem autoria. "Rolezinho da prefeitura" acaba em confronto. Folha de S. Paulo, 29/11/2014.
- Sem autoria. Rolê repreendido. Folha de S. Paulo, 25/12/2014.
- Magalhães, Ana. 8 ideias para 2015. Folha de S. Paulo, 29/12/2014.
- Sem autoria. Rolês geral debate sobre espaços públicos. Folha de S. Paulo, 29/12/2014.
- 2015**
- Machado, Leandro. Com bailes funk, periferia tem noites de Vila Madalena. Folha de S. Paulo, 22/02/2015.
- Sem autoria. Prefeitura e PM farão rodízio de pancadões na periferia da capital. Folha de S. Paulo, 01/04/2015.
- Sem autoria. O funk na periferia de São Paulo. Folha de S. Paulo, 06/04/2015.
- Giltirrezi, Felipe. Franquia em favela excede a expectativa dos empresários. Folha de S. Paulo, 21/06/2015.
- Sem autoria. Jovem perde um olho após levar tiro de bala de borracha de PM. Folha de S. Paulo, 23/10/2015.
- Sem autoria. Na Cohab não tem salão de festa', afirma organizador. Folha de S. Paulo, 22/02/2015.
- Bergamo, Mônica. Aqui não. Folha de S. Paulo, 07/03/2015.
- Machado, Leandro. Prefeitura de SP e PM vão fazer rodízio de pancadões na periferia. Folha de S. Paulo, 01/04/2015.
- Rodrigues, Artur e Bergamim Jr., Giba. Sem fiscais, camelôs voltam às ruas de SP. Folha de S. Paulo, 08/04/2015.
- Sem autoria. Prefeitura e PM trocam acusações sobre fiscalização. Folha de S. Paulo, 08/04/2015.
- Soraggi, Bruno B. Brincadeira de criança. Folha de S. Paulo, 03/05/2015.
- Gutierrez, Felipe. Aperta o play. Folha de S. Paulo, 22/03/2015.
- Sem autoria. Criança perde o olho após ser atingida por estilhaço de bomba da PM em SP. Folha de S. Paulo, 05/05/2015.
- Coronel Camilo. Crianças podem se apresentar em bailes funks? Convivência com limites. Folha de S. Paulo, 09/05/2015.
- Facina, Adriana. Crianças podem se apresentar em bailes funks? Moralizar os pobres. Folha de S. Paulo, 09/05/2015.
- Rocha, Guilherme Lucio da. Lado A x Lado B: primórdio do funk no litoral paulista driblou a violência. G1, 26/05/2015.
- Rocha, Guilherme Lucio da. Consolidação: Baixada Santista, a 'segunda casa' do funk no Brasil. G1, 27/05/2015.
- Rocha, Guilherme Lucio da. Cenário do funk na Baixada Santista foi transformado pela morte de MCs. G1, 28/05/2015.
- Rocha, Guilherme Lucio da. Após onda de violência, funk do litoral de SP se 'recicla' e ganha o mundo. G1, 29/05/2015.
- Rodrigues, Artur e Sant'Anna, Emilio. A prefeitura precisa dialogar antes de fechar a av. Paulista. Folha de S. Paulo, 17/07/2015.
- Sem autoria. Baile da Favorita. Folha de S. Paulo, 24/07/2015.
- Sem autoria. Prefeitura libera barraca na calçada à noite. Folha de S. Paulo, 26/07/2015.
- Machado, Leandro. Morador pobre de bairro rico vai até a favela pra fazer compras. Folha de S. Paulo, 02/08/2015.
- Machado, Leandro. Preços e funk são motivo de "luta de classes" na zona sul. Folha de S. Paulo, 02/08/2015.
- Balloussier, Anna Virgínia. Em tom maior. Folha de S. Paulo, 30/08/2015.
- Lucena, Eleonora de. Reação a arrastão é ascensão conservadora, diz sociólogo. Folha de S. Paulo, 04/10/2015.
- Balloussier, Anna Virgínia. Notícias de uma guerra particular. Folha de S. Paulo, 05/10/2015.
- Freitas, Olívia. Grafiteira leva militância para os muros do Rio.

Folha de S. Paulo, 19/11/2015.

Martí, Silas. Que povo é esse? Folha de S. Paulo, 03/02/2015.

Toledo, Marcelo. Shoppings vão à justiça para barrar adolescentes. Folha de S. Paulo, 06/05/2015.

Magalhães, Vera. Paineis (que crise?/jogo duplo/o baile todo). Folha de S. Paulo, 11/08/2015.

Bertoni, Estevão. Veto a rolezinhos em shoppings de SP fracassa na justiça. Folha de S. Paulo, 26/09/2015.

2016

Painel do Leitor. Barulho. Folha de S. Paulo, 25/02/2016.

Sem autoria. Manifestantes atearam fogo em um ônibus intermunicipal após blitz da Polícia Militar em um baile funk em Heliópolis (zona sul). Folha de S. Paulo, 13/06/2016.

Sem autoria. Junto e Misturado. Folha de S. Paulo, 28/07/2016.

Sem autoria. Faculdade diz não ter culpa, e prefeitura promete blitz. Folha de S. Paulo, 19/08/2016.

Machado, Leandro. Pancadões tiram o sono e só crescem em SP. Folha de S. Paulo, 19/08/2016.

Bergamim Jr., Giba. Dória quer confinar Virada ao Autódromo. Folha de S. Paulo, 06/12/2016.

Bergamim Jr., Giba. Dória rompe lua de mel com Haddad e diz que São Paulo é um "lixo vivo". Folha de S. Paulo, 06/12/2016.

Prado, Flávia e Nunes, Thais. Bala de borracha da PM cega criança de 12 anos durante repressão ao baile de Favela da Marcone. Vice, 2/05/2012.

Sem autoria. Troca de tiros deixam 4 mortos e 5 feridos no Rio. Folha de S. Paulo, 09/05/2016.

Monteiro, André e Brendler, Guilherme. SP libera dados de registro policial, mas mantém restrição na pesquisa. Folha de S. Paulo, 10/05/2016.

Painel do Leitor. Queixa: barulho e flanelinhas. Folha de S. Paulo, 01/06/2016.

Coelho, Marcelo. Corpos expostos. Folha de S. Paulo, 08/06/2016.

Geraque, Eduardo e Alves, Martha. Pancadão em frente à PUC lota rua de Perdizes e atormenta vizinhos. Folha de S. Paulo, 20/06/2016.

Sem autoria. Pancadão - djs usam música para dar o tom das competições nas arenas do Rio. Folha de S. Paulo, 11/08/2016.

Rodrigues, Arthur. Candidatos criticam programa de Haddad para a cracolândia. Folha de S. Paulo, 16/08/2016.

Seabra, Catia; Arbex, Thais; Bilenky, Thais; Rodrigues, Artur; Linhares, Carolina e Reverbel, Paula. Marta, Haddad e João Dória trocam ataques em 1º debate. Folha de S. Paulo, 23/08/2016.

Nery, Natuza. Painel/Contraponto: Tá pancada. Folha de S. Paulo, 11/09/2016.

Rodrigues, Arthur e Bergamim Jr., Giba. Zona Oeste tem sofá em canteiro central e praça com matagal. Folha de S. Paulo, 04/12/2016.

Rodrigues, Arthur; Bergamim Jr., Giba; Barbon, Julia e Pliger, Marcelo. Subvalorizadas. Folha de S. Paulo, 04/12/2016.

Rodrigues, Artur e Scolese, Eduardo. Dória quer financiar bico de policial civil na cracolândia. Folha de S. Paulo, 06/12/2016.

Painel do Leitor. Cracolândia. Folha de S. Paulo, 08/12/2016.

Ribeiro, Rafael. Duas jovens relatam estupro em rolezinho no Ibirapuera. Folha de S. Paulo, 19/01/2016.

Pagnan, Rogério. Ibirapuera também registrou arrastão em dia de rolezinho. Folha de S. Paulo, 21/01/2016.

Sem autoria. Prefeito diz que dobrará efetivo no Ibirapuera. Folha de S. Paulo, 22/01/2016.

Gomes, Paulo. Madrugada tem drogas e rolezinho não oficial em SP. Folha de S. Paulo, 10/02/2016.

Lemos, Ronaldo. Não tá tranquilo, não tá favorável. Folha de S. Paulo, 22/02/2016.

Pagnan, Rogério. Narguilé é a moda em rolezinho no Ibirapuera. Folha de S. Paulo, 29/02/2016.

Frias, Maria Cristina. Rolezinho vazio. Folha de S. Paulo, 21/06/2016.

2017

Sem autoria. Alckmin regulamenta lei que proíbe pancadões no Estado de SP. G1, 16/02/2017.

Secretaria Especial de Comunicação. Operação Sono Tranquilo atua contra 'pancadões' em Cidade Tiradentes. Portal Prefeitura. 15/04/2017.

Zylberkan, Mariana. Multas por barulho despencam sob Dória. Folha de S. Paulo, 30/05/2017.

Zylberkan, Mariana. Gestão diz que vai aumentar número de fiscais. Folha de S. Paulo, 30/05/2017.

Fioratti, Gustavo. Um funk proibidão: gênero polêmico se espalha pelo Brasil. Folha de S. Paulo, 02/07/2017.

Sem autoria. Três morrem e um fica ferido em ataque a tiros em baile funk de SP. Folha de S. Paulo, 25/07/2017.

Comunicação Social PMESP. Operação na comunidade Paraisópolis impede Pancadão e termina com quatro detidos. Blog da Polícia Militar, 30/07/2017.

Sem autoria. Prefeito regional fica ferido durante blitz contra pancadão na Cidade Tiradentes. G1, 02/11/2017.

Sem autoria. Promessas do prefeito. Folha de São Paulo,

- 01/01/2017.
- Maia, Felipe. Tá dando onda. Folha de São Paulo, 13/02/2017.
- Maia, Felipe. Música de G15 exemplifica funk produzido em SP. Folha de São Paulo, 13/02/2017.
- Sem autoria. Alckmin cria multa de R\$1.000 para carros com som alto na rua. Folha de S. Paulo, 17/02/2017.
- Graghani, Juliana e Bergamo, Marlene. O menino do Habib 's. Folha de S. Paulo, 08/03/2017.
- Sem autoria. Chacina em baile funk deixa cinco mortos no Rio Grande do Norte. Folha de S. Paulo, 13/03/2017.
- Graghani, Julia. Quebrada. Folha de S. Paulo, 17/03/2017.
- Bergamo, Mônica. Fez Barulho. Folha de S. Paulo, 22/03/2017.
- Sem autoria. 'Operação contra pancadões é abusiva', dizem moradores da Cidade Tiradentes. Agência Mural, 16/05/2017.
- Zylberkan, Mariana. Prefeitura promete reforçar blitz contra ruído com 219 novos fiscais. Folha de S. Paulo, 30/05/2017.
- Bergamim Jr., Giba. Câmara pagará 30 PMs por 'bico oficial', Folha de S. Paulo, 05/06/2017.
- Sem autoria. Senado veta projeto que criminaliza funk. Folha de S. Paulo, 22/09/2017.
- Fraga, Plínio. Vídeos de terror. Folha de S. Paulo, 22/09/2017.
- Saldaña, Paulo. Tem coisas que a escola não ensina, e a gente aprende sozinha, na vida. Folha de S. Paulo, 01/10/2017.
- Boldrini, Angela. Alexandre de Moraes, ministro do STF, critica glamorização do tráfico em novela. Folha de S. Paulo, 23/10/2017.
- Sem autoria. Tiroteio em baile funk no RS deixa ao menos dois mortos e 28 feridos. Folha de S. Paulo, 23/10/2017.
- Nogueira, Amanda. Funk brasileiro é tema de série do SoundCloud. Folha de S. Paulo, 30/10/2017.
- Franco, Luiza. Ação policial mata 7 em baile funk do Rio e leva medo à favela. Folha de S. Paulo, 12/11/2017.
- Sem autoria. Música muito popular brasileira. Folha de S. Paulo, 15/12/2017.
- Menezes, Thales de. Artistas ecléticos atraem fãs ecléticos. Folha de S. Paulo, 15/12/2017.
- Nogueira, Amanda. Streaming dá fôlego ao setor e molda consumo. Folha de S. Paulo, 15/12/2017.
- Maia, Felipe. Funk paulista extrapola estado de origem e faz sucesso no sul e nordeste. Folha de S. Paulo, 15/12/2017.
- Gregório, Rafael. De Norte a Sul, por que afinal ouvimos tanto o que ouvimos? Folha de S. Paulo, 15/12/2017.
- Canônico, Marco Aurélio. Vai, malandra. Folha de S. Paulo, 21/12/2017.
- Nogueira, Amanda. Garota Carioca. Folha de S. Paulo, 24/12/2017.
- Pereira Jorge, Mariliz. Ela, ligada em tudo, incomoda por parecer não se preocupar. Folha de S. Paulo, 24/12/2017.
- Maia, Felipe. Métodos Globais podem criar a primeira popstar brasileira. Folha de S. Paulo, 24/12/2017.
- Sem autoria. Promessas do prefeito. Folha de S. Paulo, 30/12/2017.
- Sousa Pinto, Ana Estela de. Deu Onda. Folha de São Paulo, 05/02/2017.
- Sousa Pinto, Ana Estela de. Inspirado pelos rolezinhos, MAM ganha dois prêmios. Folha de São Paulo, 05/02/2017.
- Sem autoria. Justiça de SP multa organizadores de rolezinhos. Folha de São Paulo, 25/08/2017.
- 2018**
- Stabile, Arthur. Membros do PCC para Dória, organizadores de bailes funk criticam falta de diálogo. Ponte Jornalismo, 11/01/2018.
- Editorial. Cruzada Musical. Folha de São Paulo, 28/01/2018.
- Comunicação PMESP. Operação Paraisópolis 'Pancadão' resulta em apreensão de armas, drogas e materiais bélicos. Polícia Militar do Estado de São Paulo, 08/04/2018.
- Sem autoria. Ouvidoria apurará a ação policial em baile funk que terminou em morte. Folha de S. Paulo, 21/11/2018.
- Sem autoria. Operação Sono Tranquilo: pancadões diminuem, mas conflitos crescem. Agência Mural, 18/01/2018.
- Sem autoria. Operação Sono Tranquilo garante confraternização com segurança. Prefeitura, s.d./01/2018.
- Nogueira, Amanda; Mariani, Daniel. Boom Boom. Folha de S. Paulo, 26/01/2018.
- Calligaris, Contardo. O desejo das mulheres e o funk. Folha de S. Paulo, 01/02/2018.
- Sem autoria. KondZilla se torna o maior canal do Brasil. Folha de S. Paulo, 06/02/2018.
- Sem autoria. Balanço da Folia. Blocos conquistaram o público e consolidaram festa em São Paulo; barulho da UTI e sinalização ruim foram tropeços. Folha de S. Paulo, 14/02/2018.
- Mota Resende, Sarah. Música de MC Loma se torna improvável hit neste Carnaval. Folha de S. Paulo, 16/02/2018.
- Painel do Leitor. Carnaval Paulistano. Folha de S. Paulo, 26/02/2018.
- Sem autoria. Motorista embriagado atropela 4 em ponto de ônibus de Guarulhos. Folha de S. Paulo, 12/03/2018.

Sem autoria. Polícia identifica 7 das 8 vítimas da Rocinha. Folha de S. Paulo, 26/03/2018.

Saldaña, Paulo. Noite afora. Folha de S. Paulo, 26/03/2018.

Dalapola, Kaique. Abril trágico: mortes de 6 funkeiros paulistas seguem sem solução. Folha de S. Paulo, 08/04/2018.

Maia, Felipe. Dupla de funk transforma hino antifascista de 'Casa de Papel' em 'Só quer Vrau'. Folha de S. Paulo, 06/05/2018.

Sem autoria. No Fluxo. 'Novinhas' vão das salas de aula para o baile funk. Folha de S. Paulo, 24/05/2018.

Reis, Fernanda. Cultura Pedófila. Sociedade infantiliza a mulher enquanto hipersexualiza a criança. Folha de S. Paulo, 24/05/2018.

Vilhena, Oscar. Tempestade Social. Folha de S. Paulo, 26/05/2018.

Cavenaghi, Luciano. Cardoso, Willian. Entorno do Itaquerão lidera apreensões de guarda de SP. Folha de S. Paulo, 05/07/2018.

Bergamo, Mônica. Na Batida 1, 2 e 3. Folha de S. Paulo, 20/07/2018.

Stabile, Arthur. Viaturas são atacadas em SP após áudios anunciarem vingança no PCC. Ponte Jornalismo. 01/08/2018.

Vettorazzo, Lucas e Barbon, Júlia. Dois militares são mortos no RJ, os primeiros sob a intervenção federal. Folha de S. Paulo, 21/08/2018.

Sem autoria. Mr. Catra, padrinho de artistas e pai de 32 filhos, morre aos 49. Folha de S. Paulo, 10/09/2018.

Lemos, Ronaldo. O funk de um bilhão de views. Folha de S. Paulo, 24/09/2018.

Sá, Nelson de. O dono do funk. Folha de S. Paulo, 30/09/2018.

Nogueira, Italo. Combate ao crime nas eleições do Rio mira até candidato 'ficha limpa'. Folha de S. Paulo, 01/10/2018.

Kotscho, Ricardo. Mc Fioti bate recorde com funk inspirado em Bach. Folha de S. Paulo, 16/10/2018.

Sem autoria. Ouvidoria apurará a ação policial em baile funk que terminou em morte. Folha de S. Paulo, 21/11/2018.

Diniz, Pedro. Novos Rolês. Folha de S. Paulo, 23/11/2018.

Iaconelli, Vera. A Sexualidade Adolescente. Folha de S. Paulo, 18/12/2018.

Henrique, Alfredo. PM apreende motos após 'rolezinho' na marginal. Folha de S. Paulo, 25/10/2018.

Bergamo, Mônica. Desce quadrado. Folha de S. Paulo, 17/11/2018.

2019

Moliner, Bruno; Gregório, Rafael. Vai tremer. Folha de S. Paulo, 08/02/2019.

Lima, Beá. "Tirando um lazer" no fluxo de Paraisópolis, o maior baile funk de São Paulo. El País, 30/03/2019.

Stabile, Arthur e Salvadori, Fausto. Morte de 9 jovens em Paraisópolis ocorreu após um mês de ameaças da PM. Ponte Jornalismo, 01/12/2019.

Pagnan, Rogério e Rodrigues, Artur. PMs dão versões divergentes sobre mortes em Paraisópolis. Folha de S. Paulo, 01/12/2019.

Pauluze, Thaiza e Rodrigues, Artur. Dória diz que repressão a bailes funk não vai mudar. Folha de S. Paulo, 03/12/2019.

Eduguim. Morte de Sargento da PM incendiou Paraisópolis. Blog da Cidadania, 04/12/2019.

Pauluze, Thaiza e Rodrigues, Artur. Ações da Polícia contra bailes funk acumulam abusos em SP: uso de munição não letal deixa cego e mortos; governo não revela dados. Folha de S. Paulo, 06/12/2019.

Castro, Ruy. O que temos para o momento. Folha de S. Paulo, 02/01/2019.

Sem autoria. Família acusa PMs por morte de jovem em ação contra baile funk em Sorocaba. Jornal do Brasil, 02/01/2019.

Sem autoria. Cria da Cidade Tiradentes, 'Operação Sono Tranquilo' pode avançar por SP. Agência Mural, 22/01/2019.

Pauluze, Thaiza. Blocos da periferia levam política, quebra de padrões e identidade à rua. Folha de S. Paulo, 06/03/2019.

Pagnan, Rogério. Ex-Rota se consolida na Assembleia com autoimagem de herói e currículo duvidoso. Folha de S. Paulo, 17/03/2019.

Balloussier, Anna Virginia e Barbon, Julia. Hoje eu vou parar na gaiola. Folha de S. Paulo, 17/03/2019.

Maia, Felipe. Anitta se entrega à cartilha rasa da onda latina e bate recordes com álbum visual. Folha de S. Paulo, 08/04/2019.

Diniz, Pedro. Cantora abandona desbunde na laje para emular Shakira e J-Lo. Folha de S. Paulo, 08/04/2019.

Rodrigues, Artur. Covas quer tirar camelôs do centro e estádios. Folha de S. Paulo, 22/04/2019.

Dehò, Maurício. DJ Rennan da Penha se entrega à polícia após ficar foragido. Uol, 25/04/2019.

Pacheco, Erika. Grupo teatral do Grajaú apresenta espetáculo interativo sobre baile funk. Folha de S. Paulo, 03/05/2019.

Zaremba, Júlia. Atriz da favela ensina a rebolar ao som de ritmos afro e 'funk sensual'. Folha de S. Paulo, 05/05/2019.

Brêda, Lucas. A todo vapor. Folha de S. Paulo, 06/05/2019.

Brêda, Lucas. Beat mais acelerado. Folha de S. Paulo, 24/07/2019.

Brêda, Lucas. Baile de favela. Folha de S. Paulo, 31/07/2019.

Sem autoria. Dória deixa no papel maioria de suas promessas para

segurança pública. Folha de S.Paulo, 17/08/2019.

Lewer, Laura. O som ao redor (Batekoo convida Chernobyl e Bandida). Folha de S.Paulo, 27/09/2019.

Brêda, Lucas e Mariani, Daniel. Funk é o gênero musical brasileiro mais ouvido em países estrangeiros. Folha de S.Paulo, 22/10/2019.

Rodrigues, Artur. Covas turbina gasto com zeladoria, mas barulho ainda é problema. Folha de S.Paulo, 08/11/2019.

Dias, Paulo Eduardo. PM cegou Gabriela, 16, negou socorro e depois riu dela. Ponte Jornalismo, 13/11/2019.

Sem autoria. Kondzilla Festival. Folha de S.Paulo, 15/11/2019.

Sem autoria. O que é a 'Operação Sono Tranquilo', que inibe bailes funk em SP. Agência Mural, 02/12/2019.

Sem autoria. Nove morrem pisoteados em favela após ação da PM. Folha de S.Paulo, 02/12/2019.

Seabra, Catia. Tucano filia Bebianno, para quem democracia no país está em risco. Folha de S.Paulo, 02/12/2019.

Rodrigues, Arthur e Barros, Laíssa. Após ação da PM em baile funk, nove morrem pisoteados em favela de SP. Folha de S.Paulo, 02/12/2019.

Brêda, Lucas e Alencar, Vagner de. Baile reúne 5.000 nas ruas e movimentou o comércio local. Folha de S.Paulo, 02/12/2019.

Amparo, Thiago. Truculência nas ruas materializa autoritarismo nada gradual. Folha de S.Paulo, 02/12/2019.

Ortellado, Pablo. Até quando? Folha de S.Paulo, 03/12/2019.

Painel do Leitor. Mortes em baile funk. Folha de S.Paulo, 03/12/2019.

Henrique, Alfredo; Rodrigues, Artur e Ribeiro, Tayguara. Jovens e na maioria negras, vítimas saíram de seus bairros buscando lazer. Folha de S.Paulo, 03/12/2019.

Mena, Fernanda. Ausente em favelas em outros aspectos, Estado entra nas vielas com a polícia. Folha de S.Paulo, 03/12/2019.

Sem Autoria. Mesmo após as mortes, pancadão continuou por mais 5 horas. Folha de S.Paulo, 03/12/2019.

Bergamo, Mônica. Espera, Espera 2, Trombone, Microfone. Folha de S.Paulo, 03/12/2019.

Sem autoria. Paraisópolis é 76º no ranking de reclamações por barulho em SP; bairro nobre lidera. Rede Brasil Atual, 03/12/2019.

Acayaba, Cíntia. SP tem 9,4 mil reclamações de barulho no 1º semestre; Pinheiros é recordista, região de Paraisópolis fica em 76º lugar. G1, 03/12/2019.

Sem autoria. Promotoria trata mortes em baile como homicídio. Folha de S.Paulo, 04/12/2019.

Editorial. Os 9 de Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 04/12/2019.

Schwartzman, Hélio. Incluyente de responsabilidade. Folha de S.Paulo, 04/12/2019.

Boghossian, Bruno. 'Não vai mudar'. Folha de S.Paulo, 04/12/2019.

Painel do Leitor. Morte em baile funk. Folha de S.Paulo, 04/12/2019.

Ribeiro, Tayguara. Ministério Público vai investigar mortes em baile como homicídios. Folha de S.Paulo, 04/12/2019.

Santana, Bianca e Belchior, Douglas. Ausências e abusos provam que estamos por nossa própria conta. Folha de S.Paulo, 04/12/2019.

Henrique, Alfredo. Garota que diz ter sido agredida por PM levou 50 pontos. Folha de S.Paulo, 04/12/2019.

Rodrigues, Artur. Falta de grana matou funk ostentação e levou ao pancadão de rua, diz diretor. Folha de S.Paulo, 04/12/2019.

Sem autoria. Prefeitura anuncia 2 edições de baile oficial na capital. Folha de S.Paulo, 04/12/2019.

Gaspari, Elio. O mundo irreal de Doria e Guedes. Folha de S.Paulo, 04/12/2019.

Bergamo, Mônica. Pressão máxima (mira, unânime, direito universal, olhar). Folha de S.Paulo, 04/12/2019.

Rodrigues, Sérgio. Diremos que vidas de Paraisópolis nada valem? Folha de S.Paulo, 05/12/2019.

Sem autoria. Ministro fala em 'erro grave' sobre ação da PM em favela. Folha de S.Paulo, 05/12/2019.

Rodrigues, Sérgio. Paraisópolis, Brasil. Folha de S.Paulo, 05/12/2019.

Mattoso, Camila. Aparentemente houve excesso e erro grave, afirma Moro sobre Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 05/12/2019.

Ribeiro, Tayguara. PMs mataram homem em pancadão em Heliópolis na mesma noite. Folha de S.Paulo, 05/12/2019.

Rodrigues, Artur. PM destrói produtos e manda fechar porta, dizem comerciantes. Folha de S.Paulo, 05/12/2019.

Boggio, Flávia. Condomínio Penthouse. Folha de S.Paulo, 05/12/2019.

Sem autoria. Doria recua e admite rever protocolo de ações da PM. Folha de S.Paulo, 06/12/2019.

Bergamo, Mônica. Nada sei. Folha de S.Paulo, 06/12/2019.

Pagnan, Rogério. Defesa diz que policiais evitaram tragédia maior em baile de Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 07/12/2019.

Editorial. Policiar a polícia. Folha de S.Paulo, 08/12/2019.

Lisboa, Marcos. Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 08/12/2019.

- Lima, Flávia (Ombudsman). A gente não ama Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 08/12/2019.
- Sem autoria. Três policiais são afastados por morte em baile funk de Heliópolis. Folha de S.Paulo, 08/12/2019.
- Alencar, Vagner de. Famosa pelos pancadões, Paraisópolis tem de jazz a forró. Folha de S.Paulo, 08/12/2019.
- Ribeiro, Dudu e Oliveira, Nathalia. Discurso racista reduz baile funk a tráfico de drogas. Folha de S.Paulo, 08/12/2019.
- Ducroquet, Simon. A formação de Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 08/12/2019.
- Sem autoria. Mortes em Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 08/12/2019.
- Pauluze, Thaiza. Uma semana após mortes, baile em Paraisópolis tem homenagem e tensão. Folha de S.Paulo, 09/12/2019.
- Sem autoria. Denys, 16, queria se alistar; Luara, 18, sonhava ser veterinária. Folha de S.Paulo, 09/12/2019.
- Sem autoria. Agenda da semana, Segunda, 9. Folha de S.Paulo, 09/12/2019.
- Sem autoria. Doria afasta os 38 PMs que atuaram em Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 10/12/2019.
- Rodrigues, Artur e Pagnan, Rogério. Doria afasta os 38 PMs que atuaram em Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 10/12/2019.
- Sem autoria. Líderes pedem subprefeitura local e baile organizado. Folha de S.Paulo, 10/12/2019.
- Rodrigues, Artur e Pagnan, Rogério. Ação da PM em Paraisópolis com 9 mortos não teve oficial no comando. Folha de S.Paulo, 11/12/2019.
- Gielow, Igor. Caso Paraisópolis obriga Dória a ajustar discurso sobre segurança. Folha de S.Paulo, 12/12/2019.
- Rodrigues, Artur. Promessas descumpridas à favela de Paraisópolis vão de Parque a metrô. Folha de S.Paulo, 13/12/2019.
- Magnoli, Demétrio. Inimigos da polícia. Folha de S.Paulo, 14/12/2019.
- Pagnan, Rogério e Amâncio, Thiago. Traumas em jovens de Paraisópolis são condizentes com pisoteamento. Folha de S.Paulo, 14/12/2019.
- Pagnan, Rogério e Amâncio, Thiago. Justiça manda Marcelo D2 apagar tuitos críticos a Doria. Folha de S.Paulo, 14/12/2019.
- Rodrigues, Artur e Barros, Laíssa. Em casos como o de Paraisópolis, é preciso dissecar versões conflitantes dos fatos. Folha de S.Paulo, 14/12/2019.
- Milan, Betty. O protocolo de Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 18/12/2019.
- Sem autoria. Governo e Prefeitura de SP anunciam ações para Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 21/12/2019.
- Sem autoria. Grandes coberturas/Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 22/12/2019.
- Werneck, Jurema. É preciso recolocar a utopia. Folha de S.Paulo, 25/12/2019.
- Gabriel, João. Campo dá oportunidade e esperança para jovens e crianças de Paraisópolis. Folha de S.Paulo, 26/12/2019.
- Gama, Mara. Moradores se mobilizam para preservar legado histórico da região. Folha de S.Paulo, 30/06/2019.
- Cruz, Maria Teresa. PM executou jovem em Paraisópolis 10 dias antes de massacre, segundo Moradores. Ponte Jornalismo, 18/12/2019.
- Cruz, Maria Teresa e Dias, Paulo Eduardo. Morre adolescente baleado por Pm em Baile Funk na Favela Alba, Zona Sul de São Paulo. Ponte Jornalismo, 27/12/2019.
- 2020**
- Delgado, Andreza. Por que Comic Con na favela? Folha de S. Paulo, 01/01/2020.
- Cancian, Nathália. Governo quer abstinência sexual como política. Folha de S. Paulo, 04/01/2020.
- Hübner Mendes, Conrado. Da cidade da higiene à cidade do paraíso. Folha de S. Paulo, 22/01/2020.
- Pagnan, Rogério. Marcelo Vieira Salles: 'Não existem mais jagunços, polícia não entra para matar'. Folha de S. Paulo, 02/02/2020.
- Pagnan, Rogério e Rodrigues, Artur. Doria troca ouvidor da polícia na publicação do balanço anual. Folha de S. Paulo, 07/02/2020.
- Pagnan, Rogério. Ação em Paraisópolis que terminou com 9 mortos foi lícita, conclui PM. Folha de S. Paulo, 08/02/2020.
- Editorial. 9 mortos, nenhum culpado. Folha de S. Paulo, 11/02/2020.
- Pagnan, Rogério. Polícia de SP protege direitos humanos, diz novo ouvidor. Folha de S. Paulo, 20/02/2020.
- Bergamo, Mônica. Alerta Geral (assinatura/escudo). Folha de S. Paulo, 21/02/2020.
- Pamela, Priscila; Rahal, Flávia; Leonardo, Hugo e Tangerino, Davi. Mortes em Paraisópolis: não foi acidente! Folha de S. Paulo, 28/02/2020.
- Sem autoria. Bloco KondZilla. Folha de S. Paulo, 28/02/2020.
- Pagnan, Rogério e Rodrigues, Artur. Mortes em Paraisópolis decorreram de ação policial, conclui Polícia Militar. Folha de S. Paulo, 05/03/2020.
- Pagnan, Rogério. Doria anuncia novo chefe da PM e tenta afastar mal-estar com cúpula. Folha de S. Paulo, 10/03/2020.

- Guia Folha. Nós por nós. Folha de S. Paulo, 13/03/2020.
- Magnoli, Demétrio. A tentação dos esclarecidos. Folha de S. Paulo, 21/03/2020
- Mattoso, Camila. No limite. Folha de S. Paulo, 22/03/2020.
- Mena, Fernanda e Sant'Anna, Emilio.. PM paulista adota ações humanitárias contra saques e contágio. Folha de S. Paulo, 24/03/2020.
- Rodrigues, Bruno. Fechado, Ibirapuera atrai quem não quer parar de correr. Folha de S. Paulo, 06/04/2020.
- Pagnan, Rogério. Crime patrimonial em SP cai até 65%, mas homicídio sobe 10%. Folha de S. Paulo, 11/04/2020.
- Pagnan, Rogério. Polícia de SP é acionada a cada 1 minuto para comércio aberto. Folha de S. Paulo, 15/04/2020.
- Veloso, Lucas. Moradores relatam descaso com isolamento social nas periferias de SP. Folha de S. Paulo, 11/05/2020.
- Magnoli, Demétrio. Réplica a um confinado bacana. Folha de S. Paulo, 16/05/2020.
- Lourenço, Marina e Brêda, Lucas. Funk de pelúcia. Folha de S. Paulo, 29/05/2020.
- Garcia, Diego e Richmond, Klaus. Favela de palafitas enfrenta incêndio e enchente em meio à pandemia. Folha de S. Paulo, 03/06/2020.
- Toledo, Marcelo. Interior paulista tem festas na quarentena, e isolamento cai. Folha de S. Paulo, 05/06/2020.
- Mena, Fernanda. Por charges críticas, entidade de PMs interpela a Folha e quatro cartunistas. Folha de S. Paulo, 14/06/2020.
- Rodrigues, Artur e Almeida, Lalo. Combate a vírus esbarra em pancadão em SP. Folha de S. Paulo, 16/06/2020.
- Amparo, Thiago. Leblonfobia. Folha de S. Paulo, 06/07/2020.
- Malta, Jairo. Sem bailes na quebrada, DJs migram para apps de entregas e subemprego. Folha de S. Paulo, 21/07/2020.
- Toledo, Marcelo. Desrespeito à quarentena incorpora violência no interior. Folha de S. Paulo, 25/07/2020.
- Gabriel, João. Solidária na pandemia, Paraisópolis sonha com parque e rejeita muro. Folha de S. Paulo, 30/07/2020.
- Zanini, Fábio. Eleitor bolsonarista é disputado por maioria dos candidatos a prefeito em SP. Folha de S. Paulo, 31/07/2020.
- Gielow, Igor. Andrea Matarazzo: Prefeito de SP precisa se dar bem com o presidente e o governador. Folha de S. Paulo, 06/08/2020.
- Rodrigues, Artur. Em São Paulo, Covid é mais prevalente em jovens de 18 a 34 anos. Folha de S. Paulo, 14/08/2020.
- Pagnan, Rogério. PM assumiu risco de matar em Paraisópolis, afirma promotora. Folha de S. Paulo, 28/08/2020.
- Brêda, Lucas. Choque no sistema. Folha de S. Paulo, 25/09/2020.
- Sem autoria. Laerte é finalista do 42º Prêmio Vladimir Herzog. Folha de S. Paulo, 09/10/2020.
- Pagnan, Rogério.. Pancadões, GCM e mito da 'Rota na rua' municipal vão testar prefeito. Folha de S. Paulo, 15/10/2020.
- Santos, Cléber e Talarico, Paulo. Citações à periferia de SP triplicam nos planos de governo dos candidatos. Folha de S. Paulo, 16/10/2020.
- Albuquerque, GG. Como a Cidade Tiradentes virou um epicentro do funk paulistano. Embrizado, 13/11/2020.
- Rodrigues, Artur; Linhares, Carolina e Amâncio, Thiago. Covas foca continuidade, e Boulos quer participação social. Folha de S. Paulo, 18/11/2020.
- Rodrigues, Artur; Linhares, Carolina e Amâncio, Thiago. Covid, Haddad e vice de tucano marcam debate de Covas e Boulos. Folha de S. Paulo, 20/11/2020.
- Henrique, Alfredo. Jovens se aglomeram ao redor de baladas em SP. Folha de S. Paulo, 20/11/2020.
- Pagnan, Rogério e Maia, Dhiego. Famílias de vítimas de Paraisópolis ainda esperam fim das investigações. Folha de S. Paulo, 01/12/2020.
- Sem autoria. Protesto marca um ano após mortes em Paraisópolis. Folha de S. Paulo, 02/12/2020.
- Diniz, Pedro. O funk é fashion. Folha de S. Paulo, 07/12/2020.
- Mota, Denise. Começamos o movimento não de ocupar lugares, mas de construí-los. Folha de S. Paulo, 14/12/2020.
- Pauluze, Thaiza. Em 3 anos, polícia matou ao menos 2.215 menores no país. Folha de S. Paulo, 15/12/2020.
- Malta, Jairo. Da sofrência à pisadinha, país se rendeu ao som da periferia. Folha de S. Paulo, 22/12/2020.
- Henrique, Alfredo. Prefeitura de SP flagra 6.000 pessoas em bares e festas. Folha de S. Paulo, 29/12/2020.
- 2021**
- Pauluze, Thaiza. Após 7 anos e em meio a isolamento, homicídios crescem em SP em 2020. Folha de S. Paulo, 28/01/2021.
- Xavier, Karime. Após meses fotografando a pandemia, desabei na vacinação de idosos em SP. Folha de S. Paulo, 13/02/2021.
- Barbon, Julia. Neguinho da Beija-Flor: Manter Carnaval na pandemia seria desfilar por cima de cadáveres. Folha de S. Paulo, 15/02/2021.
- Henrique, Alfredo. PM barra 500 pancadões e festas no Estado de São Paulo. Folha de S. Paulo, 16/02/2021.
- Rocha, Guilherme Lúcio. MC Salvador da Rima é detido em SP; vídeo mostra PMs enforcando cantor. Uol, 27/02/2021.

- Barbon, Julia. Polícia pede prisão de MC Poze do Rodo e outros 13 por baile funk na pandemia. Folha de S. Paulo, 03/03/2021.
- Veloso, Lucas. Sem renda, população que mora nas periferias de São Paulo vê fase vermelha com descrença. Folha de S. Paulo, 10/03/2021.
- Rocha, Guilherme Lúcio. "O alvo é o favelado": Funkeiros comentam casos de associação ao tráfico. Uol, 10/03/2021.
- Rocha, Guilherme Lucio e Adorno, Luíz. Polícia Civil realiza operação contra MCs por suposta ligação com tráfico. Uol, 25/03/2021.
- Sem autoria. Rocha, Guilherme Lucio, Uol, 12/04/2021.
- Toledo, Rafael. Abril trágico: 5 MCs que morreram no mês mais triste para o funk. Sobre funk, 12/04/2021.
- Langela, Jordana. Funkeiros da Baixada Santista lembram legado do MC Duda do Marapé após 10 anos de sua morte. A Tribuna de Santos, 20/04/2021.
- Varela, Drauzio. Dia das Mães sem festa. Folha de S. Paulo, 06/05/2021.
- Sem autoria. MC Kevin morre, aos 23 anos, após cair de 11º andar de prédio. Folha de S. Paulo, 17/05/2021.
- Sem autoria. Polícia investiga como Mc Kevin caiu de sacada. Folha de S. Paulo, 18/05/2021.
- Albuquerque, GG. Música de funkeiro construía esperança em jovens da periferia. Folha de S. Paulo, 18/05/2021.
- Bergamo, Mônica. Quarentena (pancadão/batidão), Folha de S. Paulo, 27/05/2021.
- Wainer, João. O último surfista de trem. Folha de S. Paulo, 27/05/2021.
- Toledo, Marcelo. Pancadões da Covid viram alvo de força-tarefa em Araraquara. Folha de S. Paulo, 30/05/2021.
- Castagna, Laerte. Se estivesse aberto, o Lov.e Club completaria 23 anos neste Dia dos Namorados. Mergulhe na história do lendário Clubinho do Coração neste matéria definitivo, Uol, 11/06/2021.
- Barbon, Julia. Criança de favela vê espaço de brincar minguar na pandemia. Folha de S. Paulo, 22/06/2021.
- Pauluze, Thaiza. Nove PMS são indiciados por homicídio culposo em Paraisópolis. Folha de S. Paulo, 25/06/2021.
- Veloso, Lucas. Funk ajuda comércio da periferia na pandemia. Folha de S. Paulo, 27/06/2021.
- Pagnan, Rogério. MP-SP deve pedir júri para PMS de Paraisópolis. Folha de S. Paulo, 06/07/2021.
- Pagnan, Rogério e Rodrigues, Artur. PMS começaram tumulto que matou 9 em Paraisópolis, conclui Polícia Civil. Folha de S. Paulo, 09/07/2021.
- Calixto, Bruno. Rapper TyCaçula canta a malícia e a aflição da vida em favela do Rio. Folha de S. Paulo. 16/07/2021.
- Abramczyk, Julio. Pancadões e COVID-19. Folha de S. Paulo. 16/07/2021.
- Maia, Felipe. Uma batida de frente. Folha de S. Paulo. 25/07/2021.
- Sem autoria. Justiça aceita denúncia, e 12 policiais militares viram réus por mortes em baile em Paraisópolis. Folha de S. Paulo. 31/07/2021.
- Rodrigues, Artur e Cardoso, William. São Paulo define limite para barulhos em obras. Folha de S. Paulo. 29/09/2021.
- Malta, Jairo. Bahia de Todos os Negros' destrincha rebeliões. Folha de S. Paulo. 29/09/2021.
- Malta, Jairo. Do charme ao funk, música negra dá o tom em festas de SP. Folha de S. Paulo. 19/11/2021.
- Rocha, Matheus. Ao menos oito mortos são achados em São Gonçalo após ação da polícia. Folha de S. Paulo. 23/11/2021.
- Albuquerque, Ana Luiza e Rocha, Matheus. Polícia mata muito mais quando age por vingança, afirma especialista. Folha de S. Paulo. 23/11/2021.
- Carvalho Filho, Luís F. Sim, é chacina. Folha de S. Paulo. 27/11/2021.
- Malta, Jairo. Selo reúne astros do rap em festival. Folha de S. Paulo. 19/12/2021.
- Bergamo, Mônica. Estado culpado. Folha de S. Paulo, 23/12/2021.
- 2022**
- Sem autoria. SP anuncia aplicativos para chamar a PM e bombeiros. Folha de S. Paulo, 10/01/2022.
- Malta, Jairo. Segue o baile. Folha de S. Paulo, 15/02/2022.
- Ribeiro, Mariane. Saiba o que fazer em casos de perturbação do sossego. Folha de S. Paulo, 09/03/2022.
- Galvão, Carolina Abbott. Já realizei muito mais do que imaginava que faria um dia, diz Anitta. Folha de S. Paulo, 16/04/2022.
- Pescarini, Fábio. Furto de motos voltaram a crescer no estado de SP, mostra levantamento. Folha de S. Paulo, 26/04/2022.
- Sem autoria. Bandido que levantar arma para polícia vai levar bala, afirma governador de SP. Folha de S. Paulo, 05/05/2022.
- Breda, Lucas. Trap de Favela. Folha de S. Paulo, 27/05/2022.
- Malta, Jairo. Mensagens serão projetadas em shows de funk, samba e rap na Virada Cultural. Folha de S. Paulo, 28/05/2022.
- Sem autoria. O que virou e o que não virou (clima de baile). Folha de S. Paulo, 30/05/2022.
- Maia, Felipe. A praça é do funk. Folha de S. Paulo, 20/06/2022.

Oliveira, Acauam. Obra destrincha as tensões entre o funk, a Justiça e o racismo no país. Folha de S. Paulo, 17/08/2022.

Zeitell, Gustavo. Segue o baile. Folha de S. Paulo, 17/08/2022.

Dias, Paulo Eduardo e Santos, Bruno. Madrugada na cracolândia tem pancadão e feira da droga. Folha de S. Paulo, 21/08/2022.

Fulador, Raynã. A onda de assassinatos dos MC's no começo dos anos 2010. Kondzilla, 17/11/2022.

Adorno, Luíz. Mortes de MCs da Baixada têm características de ação de grupo de extermínio. Uol, 10/11/2022.

Lucio, Guilherme. Mortos em abril. Uol, 10/11/2022.

Adorno, Luíz. Arma que matou funkeiro ficou quase dez anos sem perícia e a serviço da PM. Uol, 30/11/2022.

Sem autoria. Perícia revela que projétil disparado contra Mc Primo saiu da arma de PM; funkeiro foi executado há dez anos. G1, 06/12/2022.

Lemos, Luiza. MP de São Paulo pede prisão de PM suspeito de executar Mc Primo com 11 tiros. Uol, 08/12/2022.

D'Almeida, Thiago. Filho e empresário de Mc Careca, morto há 10 anos, sentem 'esperança de justiça' após andamento no caso de Mc Primo. G1, 08/12/2022.

Adorno, Luíz. PM acusado de matar Mc Primo há mais de dez anos é preso em Praia Grande. Uol, 16/12/2022.

